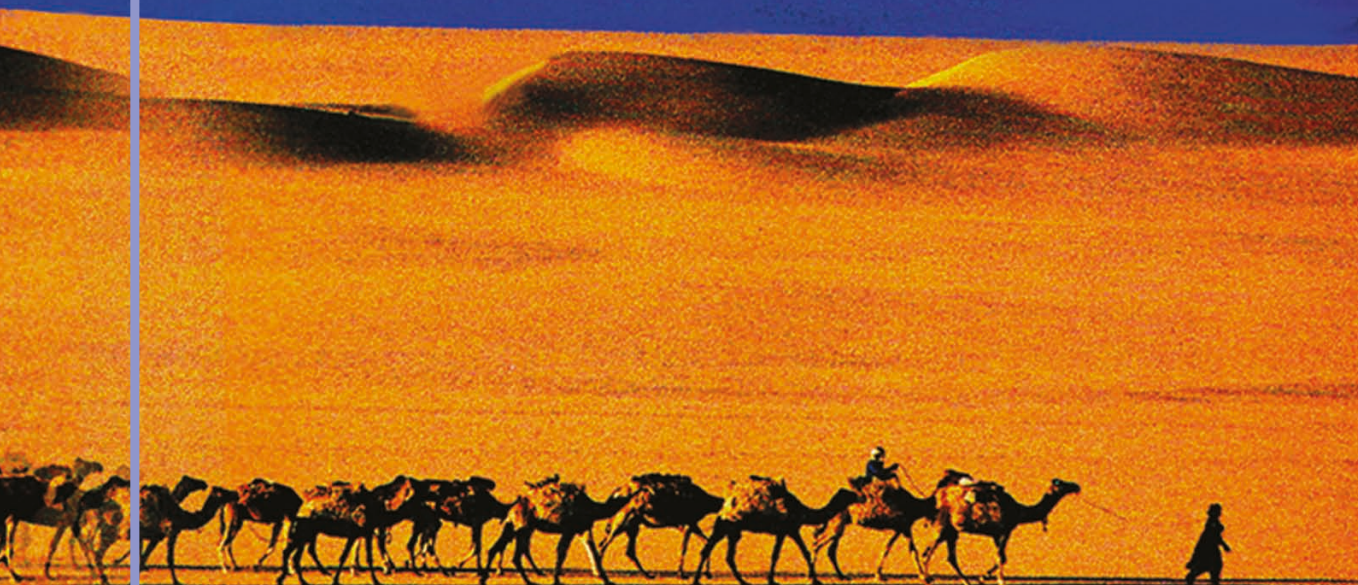


PAISAGEM AMBIENTE



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

21



ENSAIOS

ESPECIAL
MIRANDA MAGNOLI

Universidade de São Paulo

Reitora: Suely Vilela

Vice-Reitor: Franco Maria Lajolo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

Paisagem e Ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 21, 2006

*Publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo /
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto*

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Euler Sandeville Júnior

Fany Cutcher Galender

Helena Napoleon Degreas

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Alina Santiago (UFSC)

Ana Rita Sá Carneiro (UFPE)

Ângelo Serpa (UFBA)

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP)

Eduardo Barra (Universidade Veiga de Almeida)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP/PUC-Campinas)

Euler Sandeville Júnior (USP)

Fábio Mariz Gonçalves (USP)

Fábio Robba (Arquiteto paisagista, doutor, FAUUSP)

Fany Cutcher Galender (Arquiteta paisagista, Depave / PMSP)

Francine Sakata (Arquiteta paisagista, mestre, FAUUSP)

Gutenberg Weingartner (UFMS)

Helena Napoleon Degreas (UNIMARCO / BRÁS CUBAS)

Henrique Pessoa Filho (Politecnico di Milano / Itália)

Klara Anna Kaiser Mori (USP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP)

Maria de Assunção Ribeiro Franco (USP/Mackenzie)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (USP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (USP)

Silvio Soares Macedo (USP)

Sônia Afonso (UFSC)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires / UBA - Argentina)

Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

Vera Regina Tângari (UFRJ)

Vicente de Paula Quintella Barcellos (UNB)

Vladimir Bartalini (USP)

Apoio Técnico

Lilian Aparecida Ducci e Silva

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira

Classificação CAPES/QUALIS: NACIONAL "A"

Registro CCN-COMUT n. 097067-0



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo : FAU, 1986–

Anual
n. 21 (2006)
ISSN 0104-6098

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Linha Editorial

A revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* é uma publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA), à área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, ao Laboratório da Paisagem (LAB PA) e ao Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), voltada aos estudos do espaço livre e do ambiente.

Projeto Gráfico

André Luís Ferreira

Capa

Francine Gramacho Sakata

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Revisão

Ivanilda Soares da Silva
Margareth Artur

Tiragem: 1.500 exemplares

Data: 2005

Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4544 e-mail: aup@usp.br

Projeto gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Laboratório de Programação Gráfica
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgfau@usp.br

Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3819-4999 e-mail: public@fupam.com.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Assessoria a Eventos Culturais
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4801 e-mail: eventfau@edu.usp.br



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Ao comemorarmos os 20 anos da primeira edição da *Revista Paisagem Ambiente: Ensaios*, é extremamente significativa a publicação de um número especial, dedicado à Profa. Dra. Miranda Martinelli Magnoli, uma das fundadoras e grande incentivadora deste periódico.

Nossa intenção foi somar aos principais artigos da pouco extensa, porém expressiva obra publicada pela professora, alguns ensaios críticos voltados aos seus procedimentos didáticos, à reflexão sobre seus escritos e ao seu papel na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo nestes mais de 40 anos de atuação marcante na formação e consolidação da área de Paisagem e Ambiente, tanto na esfera das disciplinas da graduação como no programa de pós-graduação desta instituição.

Sua presença, ativa e intransigente com relação aos princípios norteadores da profissão, ultrapassou os limites locais e influenciou decisivamente na ampliação dos quadros nacionais docentes e profissionais ligados ao espaço livre de edificação e ao meio ambiente. A visão multidisciplinar insistentemente perseguida, abre-se para outras áreas do conhecimento científico, sempre retornando, contudo, à especificidade do pensar e fazer arquitetônico, de modo a criar uma base ética indispensável à postura do arquiteto, independente das variações dos contextos sociais e das oscilações dos discursos vigentes. O destaque da importância da esfera cultural na produção do espaço, sobretudo urbano, é visível ao longo de sua obra, ressaltando a visão humanista subjacente à formação do arquiteto e, muitas vezes, relegada a um plano subalterno diante das questões técnicas, políticas ou econômicas.

Pensar, fazer e ensinar são ações inseparáveis para a arquiteta e professora que, na contramão da fragmentação profissional, mantém uma relação dialética entre a prática e a investigação teórica e conceitual, ao criar planos e projetos para os espaços livres de edificação públicos e privados, ministrar cursos, orientar alunos e participar ativamente das discussões relativas à área da arquitetura da paisagem. Este compromisso vem desde o início de sua formação universitária, conforme nos atesta o professor Nestor Goulart Reis em seu relato sobre o convívio com a professora durante a graduação e a docência na FAUUSP.

Na composição deste número, consideramos imprescindível a inclusão da entrevista realizada pelo arquiteto Jonathas Magalhães Pereira da Silva em 2005, o qual gentilmente permitiu que a reproduzíssemos, a partir de uma revisão do material de sua tese de doutorado, pois se constitui em um dos depoimentos mais completos e atualizados da vida acadêmica e profissional da professora, razão pela qual optamos por manter o tom coloquial, que ressalta a espontaneidade da situação e permite às novas gerações compreenderem os percalços da evolução da arquitetura, e especialmente, da área da Paisagem e Ambiente entre nós.

Os depoimentos realizados por ex-alunos, ex-orientandos e colegas formam um painel caracterizado pela diversidade de visões sobre sua atuação e sobre seu pensamento, marcado pela busca permanente do alargamento dos horizontes do fazer e do ensinar arquitetônicos, especialmente no âmbito da construção da paisagem e do espaço livre das cidades.

Com profundo conhecimento do assunto, especialmente em virtude do fato de ter sido ator de grande parte deste processo, Silvio Soares Macedo relata os caminhos de implantação do Grupo de Disciplinas Paisagem Ambiente (GDPA), e destaca o papel da professora na estruturação das disciplinas da graduação e pós-graduação e os esforços na consolidação desta equipe, atualmente com 11 professores e responsável por duas disciplinas obrigatórias, oito disciplinas optativas e 10 disciplinas na pós-graduação, o que evidencia a relevância da área de Paisagem Ambiente na formação do arquiteto.

Os artigos de Eugenio Fernandes Queiroga e Maria Angela Faggin Pereira Leite destacam sua trajetória intelectual, a formação da base teórica e conceitual na ainda então, incipiente área

Editorial

da Paisagem na universidade e as parcerias com outros estudiosos, dentre os quais se sobressai a figura do geógrafo Milton Santos, cujos ensinamentos se mostraram fundamentais para o aprofundamento e avanço das reflexões sobre o espaço e a paisagem.

O destaque ao papel de orientadora é dado por Catharina P. C. dos Santos Lima, ao ressaltar o lado instigador e reflexivo que é suscitado nos alunos os quais conviveram e convivem com a professora Miranda, graças a aspectos fundamentais que sempre pautaram sua postura nas orientações: a delimitação do campo de conhecimento do paisagismo e como o arquiteto se situa perante a interdisciplinaridade: qual a sua verdadeira contribuição; a abertura de cada trabalho para outros olhares, promovendo uma discussão permanente e a abolição da impessoalidade na relação com o orientando, com o estabelecimento de uma relação de partilha do saber e da descoberta.

Euler Sandeville Jr. analisa a produção teórica, apresentando um painel de seus escritos, desde artigos elaborados para revistas e publicações que tratam do fazer arquitetônico, isto é, de projetos desenvolvidos por ela ou por outros colegas, até os textos voltados para a prática acadêmica, dos quais uma parte se encontra reproduzido nesta oportunidade.

Fábio Mariz Gonçalves nos mostra a postura da arquiteta Miranda Magnoli perante o projeto, relatando sua experiência projetual em duas situações distintas, em que foi possível observar o cuidado e a dedicação na concepção e desenvolvimento de projetos paisagísticos, semelhantes ao que os demais artigos destacam com relação à docência e orientação.

A necessidade de uma transformação da percepção da paisagem na contemporaneidade, em que a interação escalar seria o objeto a ser perseguido em contraponto ao papel mitigador do arquiteto sobre a paisagem, é o alvo da reflexão de Emmanuel Antônio dos Santos, ex-orientando de mestrado e doutorado da professora Miranda. A compreensão dessa demanda pela professora em sua postura acadêmica e docente, de “caráter fundante”, forneceu subsídios consistentes e essenciais para a consolidação da área de Paisagem e Ambiente na universidade brasileira.

Vera Tângari e Paulo Chiesa, respectivamente docentes na UFRJ e UFPR, abordam sua contribuição para o estudo, o ensino e a prática da arquitetura no Brasil. Vera Tângari aponta a importância de seus ensinamentos para a formação do grupo de pesquisa em Arquitetura da Paisagem no Programa de Pós-graduação na FAU-UFRJ, analisando a produção carioca à luz da reflexão crítica desenvolvida pela professora, com quem teve contato durante a elaboração de sua tese de doutorado na FAUUSP. Já Paulo Chiesa apresenta uma análise de três pesquisas de doutorado orientadas pela mestra mostra-nos as reflexões dos autores e sua vinculação com seu pensamento precursor, que gerou uma linha de pesquisas de interesse e preocupação dos arquitetos.

Vladimir Bartolini nos fala de suas experiências pessoais como aluno, orientando e colega de docência e de sua influência como profissional de arquitetura paisagística nos rumos do serviço público municipal, no qual sua atuação se tornou referência por muitas gerações. Comenta dois de seus trabalhos mais recentes: o projeto Água Espreada e o Plano Estratégico da Subprefeitura da Lapa, ambos na cidade de São Paulo, destacando sua habitual preocupação com a profundidade na análise de dados da situação existente, em busca de uma síntese que contemple um rico espectro de possibilidades na requalificação do espaço livre.

Os artigos da professora Miranda Magnoli selecionados para compor esta edição mostram a diversidade de temas por ela abordados em diferentes momentos e a necessidade sempre presente de reflexão e compreensão das questões que preocupam os profissionais os quais atuam sobre a paisagem, o ambiente e a cidade. São textos produzidos para eventos e/ou finalidades diversas, como encontros, seminários, periódicos universitários e outros que, por sua relevância histórica e conceitual, optamos por incluí-los como documentos para amplo acesso aos inte-

ressados. Contamos ainda com um artigo inédito, em que temas caros aos arquitetos ligados ao entendimento dos espaços livres são revistos de forma instigante, com ênfase na dimensão sociocultural de sua gênese.

Este Material foi revisado e reorganizado pelo Laboratório de Paisagem/Projeto Quadro de Paisagismo Brasileiro, coordenado pelo professor Silvio Soares Macedo, e incluiu imagens de seu banco de dados e tratamento digital de desenhos e fotos processado por seus integrantes.

Concluimos com uma relação de trabalhos produzidos pela própria professora para sua titulação (doutorado e livre-docência), as dissertações de mestrado e teses de doutorado por ela orientadas, expondo sua grande contribuição na formação dos quadros profissionais da arquitetura brasileira.

Como sua aluna e orientanda, sempre admirei profundamente sua seriedade e engajamento na abordagem das questões que envolvem a arquitetura, a paisagem e o ambiente. Mas, é especialmente em nossas longas conversas que desfruto do imenso prazer da troca de idéias os quais transcendem o objeto de estudo e trabalho, obtendo a permanente sensação de renovação na procura pelo entendimento do mundo.

Arquiteta Fany Galender
Julho 2006

Ao comemorarmos os 20 anos da primeira edição da *Revista Paisagem Ambiente: Ensaios*, é extremamente significativa a publicação de um número especial, dedicado à Profa. Dra. Miranda Martinelli Magnoli, uma das fundadoras e grande incentivadora deste periódico.

Nossa intenção foi somar aos principais artigos da pouco extensa, porém expressiva obra publicada pela professora, alguns ensaios críticos voltados aos seus procedimentos didáticos, à reflexão sobre seus escritos e ao seu papel na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo nestes mais de 40 anos de atuação marcante na formação e consolidação da área de Paisagem e Ambiente, tanto na esfera das disciplinas da graduação como no programa de pós-graduação desta instituição.

Sua presença, ativa e intransigente com relação aos princípios norteadores da profissão, ultrapassou os limites locais e influenciou decisivamente na ampliação dos quadros nacionais docentes e profissionais ligados ao espaço livre de edificação e ao meio ambiente. A visão multidisciplinar insistentemente perseguida, abre-se para outras áreas do conhecimento científico, sempre retornando, contudo, à especificidade do pensar e fazer arquitetônico, de modo a criar uma base ética indispensável à postura do arquiteto, independente das variações dos contextos sociais e das oscilações dos discursos vigentes. O destaque da importância da esfera cultural na produção do espaço, sobretudo urbano, é visível ao longo de sua obra, ressaltando a visão humanista subjacente à formação do arquiteto e, muitas vezes, relegada a um plano subalterno diante das questões técnicas, políticas ou econômicas.

Pensar, fazer e ensinar são ações inseparáveis para a arquiteta e professora que, na contramão da fragmentação profissional, mantém uma relação dialética entre a prática e a investigação teórica e conceitual, ao criar planos e projetos para os espaços livres de edificação públicos e privados, ministrar cursos, orientar alunos e participar ativamente das discussões relativas à área da arquitetura da paisagem. Este compromisso vem desde o início de sua formação universitária, conforme nos atesta o professor Nestor Goulart Reis em seu relato sobre o convívio com a professora durante a graduação e a docência na FAUUSP.

Na composição deste número, consideramos imprescindível a inclusão da entrevista realizada pelo arquiteto Jonathas Magalhães Pereira da Silva em 2005, o qual gentilmente permitiu que a reproduzíssemos, a partir de uma revisão do material de sua tese de doutorado, pois se constitui em um dos depoimentos mais completos e atualizados da vida acadêmica e profissional da professora, razão pela qual optamos por manter o tom coloquial, que ressalta a espontaneidade da situação e permite às novas gerações compreenderem os percalços da evolução da arquitetura, e especialmente, da área da Paisagem e Ambiente entre nós.

Os depoimentos realizados por ex-alunos, ex-orientandos e colegas formam um painel caracterizado pela diversidade de visões sobre sua atuação e sobre seu pensamento, marcado pela busca permanente do alargamento dos horizontes do fazer e do ensinar arquitetônicos, especialmente no âmbito da construção da paisagem e do espaço livre das cidades.

Com profundo conhecimento do assunto, especialmente em virtude do fato de ter sido ator de grande parte deste processo, Silvio Soares Macedo relata os caminhos de implantação do Grupo de Disciplinas Paisagem Ambiente (GDPA), e destaca o papel da professora na estruturação das disciplinas da graduação e pós-graduação e os esforços na consolidação desta equipe, atualmente com 11 professores e responsável por duas disciplinas obrigatórias, oito disciplinas optativas e 10 disciplinas na pós-graduação, o que evidencia a relevância da área de Paisagem Ambiente na formação do arquiteto.

Os artigos de Eugenio Fernandes Queiroga e Maria Angela Faggin Pereira Leite destacam sua trajetória intelectual, a formação da base teórica e conceitual na ainda então, incipiente área

Editorial

da Paisagem na universidade e as parcerias com outros estudiosos, dentre os quais se sobressai a figura do geógrafo Milton Santos, cujos ensinamentos se mostraram fundamentais para o aprofundamento e avanço das reflexões sobre o espaço e a paisagem.

O destaque ao papel de orientadora é dado por Catharina P. C. dos Santos Lima, ao ressaltar o lado instigador e reflexivo que é suscitado nos alunos os quais conviveram e convivem com a professora Miranda, graças a aspectos fundamentais que sempre pautaram sua postura nas orientações: a delimitação do campo de conhecimento do paisagismo e como o arquiteto se situa perante a interdisciplinaridade: qual a sua verdadeira contribuição; a abertura de cada trabalho para outros olhares, promovendo uma discussão permanente e a abolição da impessoalidade na relação com o orientando, com o estabelecimento de uma relação de partilha do saber e da descoberta.

Euler Sandeville Jr. analisa a produção teórica, apresentando um painel de seus escritos, desde artigos elaborados para revistas e publicações que tratam do fazer arquitetônico, isto é, de projetos desenvolvidos por ela ou por outros colegas, até os textos voltados para a prática acadêmica, dos quais uma parte se encontra reproduzido nesta oportunidade.

Fábio Mariz Gonçalves nos mostra a postura da arquiteta Miranda Magnoli perante o projeto, relatando sua experiência projetual em duas situações distintas, em que foi possível observar o cuidado e a dedicação na concepção e desenvolvimento de projetos paisagísticos, semelhantes ao que os demais artigos destacam com relação à docência e orientação.

A necessidade de uma transformação da percepção da paisagem na contemporaneidade, em que a interação escalar seria o objeto a ser perseguido em contraponto ao papel mitigador do arquiteto sobre a paisagem, é o alvo da reflexão de Emmanuel Antônio dos Santos, ex-orientando de mestrado e doutorado da professora Miranda. A compreensão dessa demanda pela professora em sua postura acadêmica e docente, de “caráter fundante”, forneceu subsídios consistentes e essenciais para a consolidação da área de Paisagem e Ambiente na universidade brasileira.

Vera Tângari e Paulo Chiesa, respectivamente docentes na UFRJ e UFPR, abordam sua contribuição para o estudo, o ensino e a prática da arquitetura no Brasil. Vera Tângari aponta a importância de seus ensinamentos para a formação do grupo de pesquisa em Arquitetura da Paisagem no Programa de Pós-graduação na FAU-UFRJ, analisando a produção carioca à luz da reflexão crítica desenvolvida pela professora, com quem teve contato durante a elaboração de sua tese de doutorado na FAUUSP. Já Paulo Chiesa apresenta uma análise de três pesquisas de doutorado orientadas pela mestra mostra-nos as reflexões dos autores e sua vinculação com seu pensamento precursor, que gerou uma linha de pesquisas de interesse e preocupação dos arquitetos.

Vladimir Bartolini nos fala de suas experiências pessoais como aluno, orientando e colega de docência e de sua influência como profissional de arquitetura paisagística nos rumos do serviço público municipal, no qual sua atuação se tornou referência por muitas gerações. Comenta dois de seus trabalhos mais recentes: o projeto Água Espreada e o Plano Estratégico da Subprefeitura da Lapa, ambos na cidade de São Paulo, destacando sua habitual preocupação com a profundidade na análise de dados da situação existente, em busca de uma síntese que contemple um rico espectro de possibilidades na requalificação do espaço livre.

Os artigos da professora Miranda Magnoli selecionados para compor esta edição mostram a diversidade de temas por ela abordados em diferentes momentos e a necessidade sempre presente de reflexão e compreensão das questões que preocupam os profissionais os quais atuam sobre a paisagem, o ambiente e a cidade. São textos produzidos para eventos e/ou finalidades diversas, como encontros, seminários, periódicos universitários e outros que, por sua relevância histórica e conceitual, optamos por incluí-los como documentos para amplo acesso aos inte-

ressados. Contamos ainda com um artigo inédito, em que temas caros aos arquitetos ligados ao entendimento dos espaços livres são revistos de forma instigante, com ênfase na dimensão sociocultural de sua gênese.

Este Material foi revisado e reorganizado pelo Laboratório de Paisagem/Projeto Quadro de Paisagismo Brasileiro, coordenado pelo professor Silvio Soares Macedo, e incluiu imagens de seu banco de dados e tratamento digital de desenhos e fotos processado por seus integrantes.

Concluimos com uma relação de trabalhos produzidos pela própria professora para sua titulação (doutorado e livre-docência), as dissertações de mestrado e teses de doutorado por ela orientadas, expondo sua grande contribuição na formação dos quadros profissionais da arquitetura brasileira.

Como sua aluna e orientanda, sempre admirei profundamente sua seriedade e engajamento na abordagem das questões que envolvem a arquitetura, a paisagem e o ambiente. Mas, é especialmente em nossas longas conversas que desfruto do imenso prazer da troca de idéias os quais transcendem o objeto de estudo e trabalho, obtendo a permanente sensação de renovação na procura pelo entendimento do mundo.

Arquiteta Fany Galender
Julho 2006

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA POR MIRANDA MARIA ESMERALDA MARTINELLI MAGNOLI

ENTREVISTADA POR

Jonathas Magalhães P. da Silva

*Doutor pela FAUUSP, Professor da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi
Morumbi.*

Data: 24 de março de 2005

ENTREVISTA

Conteúdos

- *Na entrevista falou-se sobre a trajetória acadêmica e profissional de Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli, desde a época do colégio até sua aposentadoria na FAU.*
- *Destacou-se a história da disciplina de Paisagismo na FAUUSP, assim como a de seus principais agentes e interlocutores.*
- *Explicitaram-se posturas, procedimentos e conteúdos da disciplina de Paisagismo ao longo de sua história.*

Notas

- *A presente transcrição procurou ser o mais fiel possível à linguagem falada pela entrevistada, buscando-se intervir somente nas passagens em que houve comprometimento do sentido.*
- *Todos os comentários do pesquisador estão entre parênteses.*
- *Para facilitar o entendimento foram acrescentadas ao longo do texto, entre parênteses, explicações julgadas necessárias.*
- *As notas de rodapé procuraram identificar as pessoas e entidades citadas, além de fornecer as contextualizações necessárias ao entendimento das colocações.*

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA POR MIRANDA MARIA ESMERALDA MARTINELLI MAGNOLI

Entrevista concedida a Jonathas Magalhães Pereira da Silva no dia 24 de março de 2005. Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de doutorado do entrevistador e revisada em abril de 2006, para publicação na Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios, edição especial Miranda Martinelli Magnoli.

Eu não tenho boa memória, mas conheço gente que tem uma memória!!!!... Aquele Carvalhinho¹, que está lá na FAU Maranhão, por exemplo. O Carvalho é uma pessoa que você deveria entrevistar para ter a história do começo da FAU. Eu o conheço, ele é da primeira turma e eu sou da quarta. Nós nos conhecemos desde aquela época. Além de ter de cabeça o próprio documento de fundação da FAU, ele sabe todos os antecedentes que levaram ao que aconteceu.

(...)

Inclusive ele esteve na primeira turma do Roberto Coelho² (...). Ele se lembra de tudo isso, até porque naquela época a faculdade era muito pequena. (...) Eram 30 alunos por turma. (...) No tempo em que nós entramos – se alguém tinha sido reprovado, perdia a vaga no ano seguinte – não tinha essas matrículas por matéria, era por ano. Era aquele esquema, se ficasse reprovado em duas matérias, você perdia o ano. Isso acontecia e nós ficávamos loucos da vida porque nós perdíamos aquela vaga. Se tivesse dois reprovados, em vez de 30 viravam 28, quer dizer que 30 era o máximo mesmo.

Então a escola era pequena, lá na FAU Maranhão. Não é à toa que a gente ainda tem ligação forte com aquele lugar. Era o lugar da gente. As turmas funcionavam dentro do edifício: só mais tarde, acho que por volta de 64, existiu um galpão. Eu cheguei a dar muita aula ali.

(... por que fez arquitetura?)

Confesso que eu gostei muito de ter feito arquitetura porque acho que é uma coisa muito interessante, fascinante. Acho muito interessante a história do edifício, apesar de tê-la feito muito pouco, foi bom ter feito. Acho que muitas seriam as áreas que eu acharia interessantes, provavelmente não acharia interessante algo ligado a metalúrgica ou a minério, para o que eu não teria muito jeito.

Como foi que resolvei? A uma certa altura, sem entrar no detalhe, o meu irmão, que é um pouco mais velho, tem três anos a mais que eu, ficou definido que ele faria engenharia. Por uma coisa bastante familiar, bastante da época também – não sei se é verdade ser bastante europeu, talvez não. Mas, em todo o caso, não vou deixar de ser eu, eu sou de uma clara ascendência européia. Na realidade, a irmã menor tem uma certa proteção, do pai, do irmão e depois do marido (risos).

Acho tive muita sorte nesse sentido. Eu sou ainda de uma geração em que a mulher era ensinada a tocar piano e arrumar um marido de boas condições. Ou, se ela nem tem essa condição de tocar o piano, ela vai se virar em condições piores para arranjar o marido, e pronto (risos).

E eu tive muita sorte no sentido em que meu pai sempre quis que eu tivesse minha profissão, meu trabalho, recordo-me de meu pai falando nisso desde, seguramente, os meus oito anos. E isso foi muito bom e muito excepcional. Até hoje não canso de rever o quanto da minha turma de colégio poucas foram as que seguiram mais adiante. E já tive muita oportunidade de ver como essas mesmas pessoas – ou outras, que nem foram minhas colegas, mas que eram da mesma geração – ressentiram-se muito depois. As pessoas dessa geração chegaram a perceber o quanto isso lhes foi prejudicial. Coisa que provavelmente não foi sentida pelas gerações anteriores.

Mas, então, com essa coisa de que eu iria estudar, teria sempre o apoio do irmão. Era muito engraçado. Veja, antes disso – daí vai precisar dele (refere-se ao irmão) – houve um período, na cabeça de meu pai – nunca na cabeça dele (do irmão) – em que ele iria ser médico.

Bom, se ele seria médico – e veja como a coisa tem a ver com a história da arquitetura, isto é, da relação da arquitetura com a engenharia – se ele iria ser médico, eu seria enfermeira. Na hora que ficou definido, por questões de meu irmão, que ele faria engenharia, então lembro que minha mãe questionou: “mas agora não tem mais sentido a Miranda ser enfermeira”. Era uma coisa tão ligada e tinha uma relação, que você seria auxiliar, em um plano, como a enfermeira para o médico. Então fui ser arquiteta.

Meu pai não sabia o que eu poderia ser. Foi meu irmão que chegou um dia e disse para eu ser arquiteta: um dia ele veio com um livrinho que se usava em nossa época, uma coisa pequena, do Giò Ponti³. O Giò Ponti era um arquiteto italiano de Milão, que esteve no Brasil. Ele adorava o Brasil. Ele esteve uns tempos dando palestras na FAU. O livro se chamava *La arquitetura e um cristal*. Era um período em que se trabalhava muito com vidro, a transparência do cristal.

Ele (o irmão) também comprou para mim, quando eu ia começar o segundo científico, o *Saber ver a arquitetura* do Bruno Zevi⁴. A “bichinha” tinha 16 anos e tinha de ler Bruno Zevi, o qual não era nada fácil. Mas realmente, para mim fechou, não é que o Bruno Zevi tivesse ficado claro. Mas por que não (fazer arquitetura) ?!!!

Para você ver como a coisa poderia ter sido outra, fui aluna, no segundo colegial, de um geógrafo que, seguramente, você já ouviu falar – não sei se está vivo ainda hoje – Pasquale Petrone⁵. Fui aluna dele de Geografia, sendo que eu já tinha sido aluna do Jânio Quadros⁶ durante seis anos. Todo mundo acha que o Jânio só dava Português, mas ele deu Geografia também. Fui uma ótima aluna do Jânio Quadros, porque fazia parte minha história de estudar no Dante ser ótima aluna (ao longo da entrevista se explicita essa afirmação). Só que o Jânio Quadros realmente como professor era péssimo, porém o conteúdo, entende!!! como conteúdo!!! Quando chega o Pasquale !!! e começa a dar – era Geografia geral – eu queria mudar. Eu queria mudar, eu teria mudado (a opção de ser arquiteta). Por isso que digo a você, eu poderia ter mudado. Acabei não mudando porque a história da arquiteta já estava um pouquinho mais consolidada, estava mais conversada. E eu achei que poderia ser bem interessante, e por outro lado, eu dizia assim: “o que fazer com o diploma de geografia? Dar aula e ganhar mal para burro.”

(...)

Eu entrei na FAU em 51, em uma época que ainda era tão ligada a Poli⁷. Ainda era tão recente e tão pequena essa divisão. Não era só recente, era tão relativa essa divisão, que você fazia o vestibular no mesmo dia em que eles faziam para Medicina (acho que Miranda quis dizer Engenharia) e a mesma prova. Só que no dia em que eles faziam Química, que era a única que nós não tínhamos, nós fazíamos Desenho Artístico.

E, depois, todos os anos das matérias técnicas eram feitas com os professores da Poli, às vezes, inclusive na própria Poli. Resistência dos materiais era feita na Poli. Com os professores da Poli e – uma coisa muito engraçada – com as apostilas da Poli. Eu usei as apostilas de meu irmão, ele era engenheiro civil. Só que como nós tínhamos um número menor de aulas de exatas, e já que eles não faziam um novo programa, como o Mário Franco⁸ sempre fez para vocês, eles simplesmente tiravam um pedaço.

A Faculdade de Arquitetura foi montada claramente, e ficou muitos anos em cima de qual era a atividade profissional (do arquiteto), a atividade pictórica, a atividade que aquela dezenas de pessoas que estiveram na faculdade faziam. O Abelardo de Souza tinha muito trabalho na ocasião; o Eduardo Corona, o Artigas, o Luiz de Mello, o Zenon Lotufo⁹. Os arquitetos que estavam aí, o que eles faziam no escritório eles ensinavam para a gente. E é o que eles achavam que era a universidade, entende? Então tinha um viés do aprendizado diretamente para o resultado profissional e não era que eles achassem que era somente isso que se tinha para passar. É que (a faculdade) era realmente isso.

Da mesma maneira que a gente tem a Rosinha e o Benê¹⁰, que continuam dizendo que nós não temos curso de Paisagismo. Acho que nós temos algumas falhas sérias, temos lacunas muito sérias, só que realmente a idéia deles é que você tem de sentar e fazer o projeto do predinho e aí você estará preparado. As dúvidas ao discutir projeto, ao discutir relações do que se traz para cá dos projetos americanos não têm cabimento, não existe na cabeça deles.

Então, veja, se esses professores faziam isso naquela época (refere-se aos pioneiros da década de 1950), tem muita gente fazendo isso ainda hoje. Isso aí, tem muita gente conhecida, que está fazendo ou está querendo que se faça. (...) A Rosinha continua dizendo a toda hora e em todo lugar que se precisa de um curso de Paisagismo. E eu acho muito engraçado. Afinal, quem não é paisagista? A sobrinha do tio que está construindo, e gosta de flor, é paisagista... O outro, que não é arquiteto, é paisagista; o decorador é paisagista. Então eu não sei o que ela quer dizer com isso, que falta o curso.

(... voltando ao início da FAU)

O Artigas era engenheiro arquiteto da Poli. Na realidade, vem daí a proximidade dele com o Anhaia¹¹ e tal... Formado por lá, começou como assistente do Anhaia lá na Poli e foi a partir daí que ele foi para a FAU, onde teve uma ação muito forte. E isso o Carvalho pode lhe dizer. Na fundação da FAU, foi o Anhaia, ele era muito importante para isso.

(... o contexto)

Com o final da Segunda Guerra cai a ditadura, cai o Estado Novo, cai Vargas, então aí você tem uns 15 anos de alegria muito grande, de uma confiança muito grande, um estímulo muito grande. Era um pouco, dilatando, era como no período Juscelino, sobre o qual você deve ter lido muito. Digamos que ele foi o clímax dessa situação, mas teve antes e depois uma situação de muita crença, de muita alegria, de muita confiança realmente. Podíamos finalmente sair do berço esplêndido, do gigante adormecido.

(... voltando à FAU)

Não há a menor dúvida: se você ouvir alguém falando que em nosso tempo (início de 1950) o curso era melhor: é uma besteira sem tamanho. Não tinha a menor comparação. O curso realmente era fraquinho. Só que nós tínhamos um prazer, um orgulho! E uma coisa que acho que muito nos ajudou – eu até disse isso em aula, há muitos anos, devem até ter achado muito estranho. Disse que nós nos achávamos privilegiadíssimos tendo aqueles professores, aquelas pessoas, pioneiros da arquitetura brasileira. E, é por isso que o Artigas conseguiu tanto. Não é só

porque ele soubesse fazer bem o discurso. Paulinho¹² até hoje leva todo mundo no papo. Você sentia que estava ouvindo pessoas que eram capazes para tudo e as quais tinham as melhores respostas possíveis.

Isso, que leva a fazer besteira por causa de sua ingenuidade, ao mesmo tempo facilita que você tenha interesse de fazer, trabalhar, acontecer. Então, havia o trabalho que eles mandavam fazer e não havia o menor esforço (resistência). Eles não precisavam nem falar. Fazia-se questão de fazer o trabalho para que eles passassem na mesa, assim como fazia o Mies¹³ em Harvard.

Lembro-me do próprio Artigas, era o segundo ano que eu era aluna dele, o Abelardo era assistente. Ele deu uma residência para a gente fazer no semestre, e eu estava fazendo acho que em uma escala muito pequena. Era 1:200, daí eu passei para 1:100 e ele queria 1:50. E eu estava me demorando na 1:100, no papel manteiga, ele só passou na minha mesa, vários dias e nunca falou nada. Chegou um dia e ele falou assim: *“Se quiser que eu fale alguma coisa, mude de escala”*. Eu não tive nem dúvida... (risos)... Ele estava certo de que eu precisava mudar de escala...

(...)

Isso que eu acho que é uma relação entre um período de certas gerações, não foi uma geração, foi uma faixa de gerações, e uma outra faixa, que é bem anterior a vocês ainda (refere-se aqui à década de 80, quando eu cursei a FAU). Eu acho que a coisa melhorou bastante a partir dos anos 80... aquele período de ditadura militar foi muito pesado.

E, por outro lado, nós também tínhamos uma colocação, lembro-me de falar muito isso com a Renina¹⁴ (...) Estava tudo tão reprimido, estava tudo tão fechado que se tinha algum lugar para que eles (os alunos do período relativo à ditadura militar) tivessem menos reprimidos, era aquele (a FAU). Não existia nem clima para você dizer para o aluno fazer o projeto. O que significava fazer um projeto de um unidade habitacional naquela situação? Estão matando as pessoas. Estão matando o Herzog¹⁵, era uma coisa!!!

(... trabalhos em grupo)

Na época de aluna não existiam equipes: os trabalhos eram todos individuais. Eu, pessoalmente, acho que tem que ter as duas coisas: o trabalho individual e o em equipe. O aprendizado em equipe é um bom aprendizado. Só que acho que as pessoas da equipe têm de ter um controle muito bom sobre como isso funciona. Não é fácil, na vida, todo o dia você vai viver em equipe. Aliás, não é só na arquitetura, você vai praticamente viver em equipe.

Eu comecei a dar aula em meados de 60, mas não em Paisagismo. Eu dei aula com o Abelardo, em Composição de Arquitetura, eram o Abelardo e o Jean, o Maitrejean¹⁶ que era também assistente do Abelardo. O Abelardo era um pioneiro em relação a chamar gente jovem para dar aula. Ele foi o primeiro a chamar o Maitrejean, que tinha acabado de se formar. E deu um rolo do tamanho de um bonde. Nem todos os colegas deles, arquitetos tão jovens quanto ele, progressistas, e tudo mais, concordaram (...) Ele (Abelardo) ficou insistindo, não chamou outro.

O Abelardo, antes, era assistente do Artigas. No começo havia poucas aulas de Composição de Arquitetura. Urbanismo tinha um ano só. Depois foram ampliando as de Composição de Arquitetura, que passou a ter todos os anos: pequenas composições, grandes composições. O Abelardo passou, então, a ter a turma dele. E ele tinha o direito de indicar alguém.

Na realidade, naquela época, o catedrático indicava e ponto, está feito. Não se tinha que prestar contas para os outros. O Abelardo era uma pessoa muito sociável, muito aberto para traçar idéia, um ser humano excepcional. As pessoas acham que ele era só um fulano gozado, um cariocão. Ele não queria fazer isso (refere-se à escolha do assistente) como imposição por

ser catedrático. Ele levou meses e não botou outro, como as pessoas queriam que ele pusesse. Até que ele resolveu colocar o Jean como assistente. E o Jean era um bom assistente. Acho que foi um ano e meio antes de eu entrar.

(... se o catedrático era uma figura identificada pelos alunos)

O catedrático era o dono da cadeira. Para você ter uma idéia, o catedrático era o fulano que chegava, abria a aula, falava algumas coisas e ia embora. O responsável direto pela nota era o catedrático. O responsável pelo tipo de trabalho que iria ser feito era o catedrático. E havia uma variação, de um para outro, do quanto ele daria de aula. Mas era claro para os alunos.

(... aulas dos catedráticos)

O Telemaco¹⁷, por exemplo, não podíamos dizer que a aula dele não era boa. Nós só podíamos dizer que não entendíamos a aula dele. Ele era uma sumidade, foi uma sumidade internacional. Com aquela história de que nós pegávamos um pedaço das apostilas da Poli, quando chegávamos na aula dele, no terceiro ano, não tínhamos condições. Tínhamos que estudar muito para seguir, e nós não tínhamos tanto interesse. A nossa sorte é que ele tinha um assistente, que até hoje é vivo. Ele tem um livrinho, dois até, quero ver até se eu acho o outro. Chama-se *Estrutura da natureza*, de Augusto Vasconcelos¹⁸. Era um livro muito interessante, muito bom, muito claro. Aí ele fazia os exercícios com uma didática impressionante. Aí é que entendíamos aonde o fulano (professor Telemaco) queria ter chegado.

(... ainda quanto às aulas dos catedráticos)

Tinha uma situação muito variada, por exemplo, o Cruz¹⁹, que era o professor de Geometria Descritiva. Era um fulano com quem você não podia falar. Agora, por outro lado, ele era o fulano que dava "A aula". Era incrível. Ele pegava o tecnógrafo, enorme, ia para a lousa e fazia toda aquela descritiva. Eu não entendo como os arquitetos podem não ter aulas de Descritiva há séculos. Eu achava superimportante. Depois o assistente dele, em uma sobra de aula, passava os exercícios para a gente fazer em casa. Compreende como era diferente?

O Abelardo mesmo, o Abelardo ficava muito pouco. Ele decidia o que ia se fazer, quais eram os exercícios, qual era a nota, qual era a linha, mas ficava muito pouco. E ele pessoalmente era contrário, ele achava que arquitetura não se ensinava fazendo palestra. Ele preferia ir mesa por mesa e discutir o projeto com cada um. No que ele não estava muito só não. Eles (os professores) estavam inteiramente por essa linha. Mas a maior parte trabalhava com isso. Havia um ou outro que falava um pouco mais. Mas, fundamentalmente, a Faculdade de Arquitetura foi montada em cima dessa idéia de atendimentos de ateliê, como vocês tiveram.

(...)

Chamavam-se de pequenas composições e grandes composições. Eram aulas de projeto. Para você ter uma idéia, no primeiro ano eram o Zenon Lotufo e o Ícaro²⁰. Eles ensinavam o "bê-á-bá", até como usar uma trena, como medir, como fazer. E o exercício típico, que tinha a essência da arquitetura moderna, era a cozinha.

A cozinha da arquitetura moderna é uma cozinha que só está na arquitetura moderna. Ela não está em nenhuma outra arquitetura. A cozinha estreita, com toda a medição de quantos passos a pessoa dá. Tudo isso era transmitido e nós desenhávamos a cozinha e aprendíamos a calcular... hoje é de dar risada (risos). Como você pode pedir para uma pessoa ficar calculando os passos: do fogão para pia e depois para lá, etc.

Acho, inclusive, que eles não passavam para a gente essa coisa dita, colocada, como eu disse agora a você: "a essência da arquitetura moderna está aí."

Mas eles faziam você ter os exercícios, tudo desenhado, superdesenhados. Desenhado no papel manteiga. Desenhado no vegetal. Desenhado no papel canson a nanquim, quer dizer, eram muito exigentes. Talvez acabasse percebendo (os princípios por trás daquelas atividades), por você. Eu não acho que isso era tão franco.

Acho que era um pouco problema do profissional, que não precisa ir muito mais adiante. Pensar qual é o significado que aquilo está tendo, para ter uma linha, para ter desenvolvimento, entende? Porque é muito aleatório você deixar que o aluno perceba...

Eu até acredito que não era claro para todos isso, que tivessem essa percepção de que aquilo era a essência da arquitetura moderna, que dali você poderia pegar e fazer uma aula sobre o movimento da arquitetura moderna. Acho que eles não tinham isso (presente).

Nós não podemos deixar de dar um valor imenso aos pioneiros, eles fundaram a faculdade, não foi fácil. Abrir um negócio não é fácil. Enfrentaram, inclusive, aquele pessoal da Poli, que fez o possível e o impossível para fechar a FAU. Durante anos e anos! Um movimento pesadíssimo!

Deve-se dizer que eles conseguiram envolver os alunos, o corpo discente era muito unido. Isso eu acho uma qualidade, que os pioneiros todos trouxeram. Isso mostra, inclusive, que eles estavam muito estimulados pelo trabalho, isto é, que não era um bico deles. Tudo bem que, naquela época, ganhava-se proporcionalmente melhor, em relação ao que eles podiam ganhar nos escritórios deles. Porque, na realidade, apesar de não serem muitos, eles tinham poucos trabalhos para fazer. Como hoje. Mas também naquela época.

Só havia projetos, no fundo, para aqueles arquitetos. Se você fosse aumentando as turmas, como nós acabamos fazendo, o problema ia acabar aparecendo.

Mas, em relação a eles, o que acho interessante dizer é que, muito provavelmente, esse tempo que eles gastavam com a faculdade – que não era só para dar aula, era para discutir, para fazer reuniões – eles usavam com muito gosto.

Agora, quando eu sinto, de fato, que a coisa começou a mudar, foi quando veio a outra geração. Quem é o primeiro da outra geração que começou a fazer uma mudança?

Nem digo que é o Maitrejean, um bom assistente sem dúvida. Digo que ele foi o primeiro enquanto jovem que o Abelardo colocou.

Mas o cara que entrou para dar realmente outro viés foi o Nestor²¹. Porque o Nestor entrou também recém-formado. E como recém-formado, ele foi fazer sociologia. Mas ele já tinha um outro viés.

Achavam que ele não tinha nem o direito de entrar no mesmo concurso que o Kneese de Mello²². Aquilo foi um escândalo. Todo mundo sabia que o Nestor iria ganhar.

(... a greve contra o Kneese de Mello)

Ele era da minha turma. Nós nos formamos em 1955 e ele começou a dar aula em 1956. Tanto que em 1955 fizemos um movimento contra o Kneese de Mello. Contra, porque achávamos as aulas dele muito ruins. Ele colocava uns *slides* e pronto. Vai olhando os *slides*. E nós não tínhamos paciência, então, resolvemos fazer uma greve pela aula dele. E coitado do Nestor, ele era tão colega quanto todos, porém ele já tinha algo entabulado com o Kneese de Mello. Era o Kneese de Mello que iria indicá-lo. Como ficava se ele entrasse em greve? Aí foi um negócio, não me lembro direito, mas a gente conseguiu que ele não aparecesse tanto.

Mas, para você ver o que eu estou querendo mostrar, o Kneese de Mello até para dar uma aula simples, de graduação de faculdade, não conseguia dizer alguma coisa sobre aqueles *slides*!!! Apesar de ele ser uma pessoa muito boa, um fulano generoso, um fulano que teve um papel importantíssimo. Um dos caras que mais trabalhou para a formação da profissão de arquiteto

e para a fundação do IAB. Um dos caras que teve maior peso neste trabalho. E era um fulano muito bom, o que não faz do fulano um bom professor de história. Compreende?

Tudo mudou no ano seguinte (com a entrada do Nestor). Porque se começou, de fato, a pensar o que queria dizer trabalhar em uma Faculdade de Arquitetura. Levou anos para se fazer mudanças. Mas isso é um dos aspectos, que quando as pessoas dizem – gente de meu tempo – que o nosso é que era um curso. Que é isso!!! (negando a idéia).

(...)

Urbanismo era uma disciplina no 5º ano, dada pelo professor Anhaia²³. Eu peguei exatamente o primeiro programa da FAU²⁴. E Paisagismo também era uma disciplina no último ano, Arquitetura Paisagística no 5º ano. No memorial de titulação do Lauro²⁵ isso também está escrito.

(... greve pela contratação de Oscar Niemeyer)

Nós fizemos uma greve porque a faculdade tinha se proposto contratar o Oscar Niemeyer.

(... se o que estava acontecendo no Rio e em Minas era algo presente)

Veja, o Rio, teve 10 anos antes a arquitetura moderna. Na realidade, em São Paulo aconteceu 10 anos depois. O Abelardo, aliás, vem disso. O Abelardo é carioca. Não é que ele vem diretamente do Rio para dar aula para a gente. Ele já tinha vindo do Rio para trabalhar em São Paulo, para uma firma grande. Não como funcionário, mas para fazer vários projetos e acabou ficando. E ele era um cara da arquitetura carioca, da linha carioca de pensamento.

Na realidade, os cariocas estavam muito mais adiantados. Tinham mais trabalho, e mais gente, inclusive, trabalhando nesta linha.

Quando quisemos contratar o Oscar, a reitoria deu para trás porque ele era comunista. É claro que eles não escreveram isso, mas disseram claramente.

(...)

E foi uma greve, acho que só não entrou o pessoal do Mackenzie. Inclusive parte da Poli entrou em greve com a gente. Cinco meses de greve. Então, o meu primeiro ano...

(... os primeiros professores)

Quando a faculdade se montou, ela se montou com os professores do primeiro ano. E daí eu não saberia dizer, mas acho que já tinha uma preliminar, já mais ou menos acertada, para o segundo. E o negócio foi sendo naturalmente montado, para você ver como aqueles primeiros professores foram muito rapidamente acertados. Era o pessoal que estava aí. O Corona, acho que estava no Rio e veio (para dar aula na FAU). O Hédio Duarte estava na Bahia e veio (para dar aula na FAU). E veja que eles estavam deixando lugares onde não estavam sem trabalhar, estavam bem, inclusive.

Essa greve foi em 1951²⁶, eu estava no primeiro ano da faculdade. Quando eu entrei na faculdade, um mundo tinha se aberto para mim em relação à vida que eu tinha, que era muito restrita, muito isolada, muito apressada. Não tínhamos ninguém, não conhecíamos ninguém no Brasil. Tinha a família, uns três, quatro ou cinco gatos pingados. E tínhamos uma vida muito limitada.

A minha vida teve alguns marcos e um desses marcos foi quando entrei na faculdade. (...)

Nessa tal greve, eu estava muito ligada. Primeiro, porque a turma era muito pequena, então todo mundo era muito amigo. As moças eram tratadas com um carinho excepcional, coisa que na época era diferente de agora. Era uma relação muito carinhosa mesmo, muito respeitosa. Nós

éramos nove sobre 120 (número total de alunos da FAUUSP, na época), todos se conheciam, todos se cuidavam muito. (...)

Casualmente, uma coisa que ajudava muito, no dia-a-dia, e na produção da própria greve, era que eu sabia datilografia. Quer dizer, eu tinha estudado datilografia, apesar de nunca ter trabalhado com isso. E, em uma greve, você tinha que preparar papel até não poder mais. Aquela época era assim: trabalhava-se com aquelas máquinas e depois rodava-se no estêncil. Era o negócio mais primitivo da face da Terra. Então, lá estava a Miranda o dia inteiro datilografando. Isso acabou fazendo com que eu acabasse participando muito da coisa. E, afinal de contas, quem dirigia e resolvia essa greve eram nossos colegas do último ano. Eram aqueles que você olhava para o chão pensando: eu ainda vou chegar lá (risos).

Lembro-me de ouvir desses colegas um questionamento sobre o quanto seria suficiente estar só na faculdade, na medida em que você teria pouca experiência, pouca prática de projeto e de obra. A faculdade era integral, e inclusive aos sábados, no sábado à tarde, em um determinado ano, íamos para os Senai, Senac – não me lembro qual deles – mexer com a parte elétrica, fazer parede.

Então, na realidade, a coisa era você conseguir estagiar. Só que naquela época não era como passou a ser, depois de alguns anos, que fulano faz estágio e ainda ganha alguma coisa. Você tentava conseguir que ele (o arquiteto) deixasse você entrar lá. Que, convenhamos, você perde o tempo dele, ele perde o papel, perde o material. Eu pensava: “como que eu iria conseguir estagiar?”

Aquele trabalho (refere-se ao trabalho comentado no início da entrevista, no qual o catedrático pede para que ela mude de escala) eu pus em minha pranchetinha, em meu papel canson. A cada noite, eu trabalhava um pouquinho. Lembro-me que quando chegou no fim, e dependuraram todos os trabalhos, o professor disse: “a Miranda tirou 10”. Eu pensei, agora está fácil, a hora que acabar isso daqui eu vou enrolar e vou sair procurando um estágio (risos).

Para minha grande sorte, passou uma horinha e chegou o Abelardo perguntando: “Você quer fazer estágio?” Eu não sabia nem como eu ia pedir para alguém. Foi como um presente do céu.

Lembro-me que quando entrei (no escritório do Abelardo), o Jean já estava lá. Depois quem foi para lá foi o Jorge Caron. Ele (o Abelardo) estava fazendo o Edifício Nações Unidas.

(... falando de vivência com projeto e obra quando era estudante)

Isso era uma coisa que a gente fazia muito. Dava um tempo na hora do almoço e a gente saía da FAU para ir ver as obras. Sempre tinha algum colega vendo a obra lá na (praça) Vilaboim, afinal era perto.

(... início da vida docente)

Todo mundo pensa que fui assistente do Roberto. Eu nunca fui. Trabalhei no escritório do Roberto, fui estagiária no Abelardo e estagiária no escritório Roberto Coelho Cardozo.

Depois eu até saí, mas voltei ao Abelardo. Formei-me. Fiz alguns projetos (com o irmão). Depois eu entrei na prefeitura, naquele negócio das pesquisas do padre Lebre²⁷. Ele fez o primeiro levantamento, o SAGMACS: era o escritório aqui em São Paulo que tinha o contrato com a prefeitura.

Eu já era formada a essa altura. Eu tinha feito um concurso para entrar na prefeitura. Um concurso que não valeu nada, pois o prefeito seguinte me mandou embora (risos).

Esse contrato foi o primeiro trabalho de levantamento urbanístico, pesquisa urbanística para São Paulo. O contrato tinha sido feito para uma sessão, um grupo, da prefeitura acompanhar. Com

a idéia muito criteriosa, eu entendo, de esse grupo da prefeitura participar e ir aprendendo as coisas para depois ir seguindo. E eu fazia parte desse grupo.

E, em um certo sentido, não foi bem o que eu esperava, porque eu queria entrar nos grupos de pesquisa. Eram quatro ou cinco grupos de pesquisa que tinham engenheiros em geral, havia grupos e subgrupos que iam fazer as pesquisas nas casas e nas ruas. E eu queria entrar em uma dessas pesquisas, mas não conseguia entrar porque o chefe geral era o Mario Laranjeiras de Mendonça e ele disse: *“mulher na minha equipe não.”* (risos). E engraçado que a mulher dele era médica.

Bom, daí fui falar com o fulano do Departamento de Arquitetura, que tinha me indicado e pelo jeito tinha boa impressão ao meu respeito (mais adiante na entrevista fica claro que a indicação tinha sido feita pelo engenheiro Maury de Freitas Julião). Ele disse que iria ver. Pelo jeito, ele (Maury Julião) deve ter falado com Mario Laranjeiras de Mendonça e eles encontraram algum lugar onde a mulher pudesse ficar, que não era bem o que eu queria, mas teve outras vantagens.

(... a ligação com edifício)

Eu queria muito trabalhar com edifícios. Tinha alguns projetos que eu tinha feito, três casas, acho. Uma muito pequenininha, uma mais ou menos. Eu era boa arquiteta.

Teve uma ocasião que até foi muito engraçada. Eu saí uma ocasião do Roberto porque eu queria fazer arquitetura. Eu tinha tido um convite do fulano que havia sido nosso professor. Eu não gostava dele, nem como professor nem das obras. Era o Miguel Badra Júnior²⁸. Você deve saber quem é. É aquele pessoal que fez dragagem do rio Tietê por anos. Eles fizeram várias obras de engenharia. E fazia muita construção de edifício lá na Vila Mariana. Na avenida Bernardino de Campos tinha um monte de prédio deles. E o Miguel Badra me convidou para ir trabalhar no escritório – apesar de não gostar da arquitetura que ele fazia – vi ali uma chance de trabalhar em uma obra, aprender construção, com uma firma de engenharia. Era a oportunidade de pegar este lado, que somos mais fracos e dar um jeito. E eu topei.

Eu falei com o Roberto, ele até achou um absurdo, nós estávamos muito bem. Mas expliquei que queria fazer arquitetura. (risos). Quando cheguei lá, o cara me dá um jardim, até que grande. O jardim de uma das clientes árabes deles (risos). Ele tinha me chamado por minha experiência no Roberto Cardozo. Havia duas coisas: primeiro que eu não me sentia preparada para fazer. Aliás, eu sempre demorei muito para achar que seria preparada em alguma coisa. Esse é um problema meu, que tenho até hoje. Mas, em segundo lugar, eu tinha saído do Roberto Coelho, onde eu estaria ganhando até menos que no Badra. E eu realmente precisava do dinheiro. Eu realmente precisava. Mas para mim era importante. O Roberto era quem eu respeitava muito para fazer isso (Paisagismo) e era um aprendizado para mim. Aí eu saí para fazer arquitetura de edifício e ele me põe sozinha para fazer um jardim.

Eu não sei, se eu tivesse tido a confiança... Eu nunca achei que foi um erro. Agora digo assim: *“por que não fazer aqueles jardins grandes?”*. Mas não era o que eu queria fazer. Eu queria fazer arquitetura.

Então, perguntei para o Badra: *“O que estava previsto para mim?”*. E ele disse que eram os jardins. Fui embora na mesma hora. Eu expliquei para ele. Fui muito sincera com ele.

(...)

Eu estava fazendo aquelas casas que eu falei, que meu irmão tinha pegado, porque naquela época você não pegava projeto nenhum. Você pegava (projeto e obra) para entregar as chaves. Elas estavam sendo construídas, eu estava seguindo. Eu lembro-me de uma casa que eu tomava dois ônibus para chegar lá. Era muito complicado. Minha mãe ficava preocupada de

a filha estar junto dos operários. Os operários sempre foram ótimos comigo. Até hoje, tenho uma relação de obra maravilhosa. Mas era tudo mesmo muito complicado.

Eu fiquei um tempo fazendo isso, tentando tocar essas obras. Tentando também ajudar meu pai em umas coisas que ele estava fazendo com terrenos e loteamentos. Sempre fiz (desenhos) para meu pai. Antes era meu irmão e minha mãe, depois eu e minha mãe. Eu fazia os desenhos dos levantamentos topográficos. Ele fazia topografia. E os projetos de loteamento que ele fazia para o pessoal do interior. Então, toda aquela parte de desenho, perfil de rua, gradis, loteamentos, lote por lote, aquela coisa. Por isso é que sabia normografar. Eu já tinha muita prática. Aliás, eram normógrafos muito especiais, uns normógrafos americanos que você montava a letra. Ficava muito lindo.

Quando entrei na faculdade, eu já mexia com normógrafo, tira linhas, tira linhas duplo, enfim, toda essa parte de desenho eu já tinha aprendido no fazer com meu pai. Isso me ajudou muito. E ajudou-me para arrumar os estágios com meus colegas, o fato de eu ser datilógrafa (risos).

(...)

Então, quando eu saí do Badra, fiquei nessas casas, mas nessa ocasião meu pai estava realmente com muitos problemas financeiros. Ele estava também bastante doente. E o que eu ganhava com isso era muito pouco para segurar esse esquema todo.

Eu já tinha, na realidade, (pensado na prefeitura) só que eu tinha até desistido de pensar. Quando me formei, eu tinha procurado a prefeitura para um cargo que era Comissão de Construções Escolares²⁹. Você já ouviu falar disso? Era um grupo de prefeitura de arquitetos modernos, o Tibau³⁰ era do grupo. Eram coisas ótimas. E eu tinha “encasquetado” (colocado na cabeça) que eu queria entrar lá, que queria fazer aquilo. E tinha tentado ir várias vezes lá na prefeitura falar com um cara que era o chefe da Arquitetura. Pai desse arquiteto... era o Maury Freitas Julião, o pai do Ricardo Julião³¹.

E ele (Maury Julião) era um engenheiro lá, chefe do Departamento de Arquitetura. Sei que fui várias vezes. Esperava naquela sala. Não conseguia falar com ele. E eu ia e voltava até que um dia ele me atendeu. Eu expliquei que estava formada, que tinha sido boa aluna e ele me perguntou: “Quem te mandou?”. “Ninguém” (respondi). “Volta amanhã” (foi a resposta). E assim repetia-se toda aquela conversa. “Olha, eu não entendo, você vem aqui, nem me fala qual é a recomendação que você tem” (fala do Maury). Eu não agüentei aquilo e reagi “então a gente só pode se apresentar se tiver recomendação, etc.”. Eu acho que ele gostou, então ele me disse: “Está bem, então deixa o endereço que eu vou te procurar”.

Olha, eu liguei para mais de ano e ele dizia sempre que não estava tendo (vaga), que não tinha vaga. (...) E foi quando a coisa não só já estava preenchida, mas me parece que já estava começando a declinar também. E eu não fui conseguindo nada. Fui quebrando o galho com os projetos e já não acreditava mais.

Então ele (Maury de Freitas Julião) me ligou e disse... Foi ele inclusive que falou com o Mario Laranjeiras e disse que ele tinha de me pôr na equipe do Lebre. (...) ele me disse que tinha essa coisa muito interessante. E eu já sabia alguma coisa do padre Lebre. O Anhaia ensinava para a gente sobre o padre Lebre. O Anhaia era a própria erudição. Com só um ano (de Urbanismo) a gente tinha uma coisa muito superficial, mas todas as coisas importantes o Anhaia trazia.

Por que eu queria ir para a Inglaterra? O Anhaia que havia apontado sobre as *newtowns*, algo novo naquela época. O Anhaia sabia tudo, nesse sentido ele estava sempre *up to date*.

Então ele (Maury Freitas Julião) me falou que estavam montando uma equipe da prefeitura e poderia me encaixar.

Não tinha dúvida!!! Não tinha dúvida!!!

Respondeu duas coisas. Eu estava muito feliz por entrar em algo de Urbanismo, já naquela época. E aquilo sempre foi consideradíssimo. Sempre foi um título em meu currículo, para quem sabia o que era. E, além disso, acabei ganhando bastante bem, porque a gente acabou entrando, logo depois, em um regime muito apertado, o tempo era muito curto. Eles acabaram exigindo da gente um regime de dedicação exclusiva. Mas essa dedicação exclusiva não era simplesmente que você não deveria fazer trabalho para outros. É que você trabalhava tanto que não teria como fazer outra coisa.

Eu consegui com a minha turma, umas cinco pessoas, jovens, uma delas era o Ricardo Zarattini³². Foi lá que o conheci. Ele era estudante da Poli. Ele estava se formando, estava no penúltimo ano ou coisa assim. (A equipe era formada por ...) mais dois estudantes de engenharia e três de arquitetura.

Nós fizemos o primeiro desenho, o primeiro mapa de São Paulo. Não tinha mapa, para indicar para onde ia a pesquisa de campo. Então, a gente juntou o que tinha naquela ocasião de loteamentos aprovados e montou aquele mapa. E depois, inclusive, acho que tive sorte, pois se não fiquei na pesquisa de campo, que eu queria muito, eu tive a sorte de quando se montaram aqueles gráficos de toda a pesquisa eu estive na tal Seção de Representação Gráfica, o que para um arquiteto pode ser razoável...

Eu tive muito pouca chance. Assisti a algumas reuniões com o Lebrez. Assisti a algumas outras com o grupo, com o Laranjeira. Mas eles nem achavam que eu deveria participar. Eu conseguia pegar um canto e assistir. Não conseguia participar de todas as reuniões porque eu tinha de achar um jeito de passar aquilo em gráficos. O que, de uma certa forma, a SAGMACS, a firma do Lebrez, já tinha um certo tipo de modelo, para você usar.

Então não era que se tivesse muito que inventar. Eu tinha que adaptar às nossas situações. Mas não era que eu fosse bolar um gráfico novo. Ele (o Lebrez) tinha feito algumas coisas novas para a pesquisa em São Paulo.

Eu diria que a coisa mais complicada era o tempo extremamente curto que se teve. A gente trabalhava estupidamente. Isto durou uns cinco a seis meses para mim. Na realidade, um pouco mais, uns oito meses. O que aconteceu foi que casei e fui para Porto Alegre (1958). Quando estava praticamente pronto, quem ficou em meu lugar foi o Celso Lamparelli³³. O Celso Lamparelli era ligado à SAGMACS também. Era o pessoal da frente católica.

Eu já tinha interesse por Urbanismo. E quando eu voltei de Porto Alegre já tinha terminado, mas larguei bem no finzinho, peguei praticamente tudo³⁴. O Celso acho que ficou dois meses, coisa assim.

Então, foi aí que acabei tendo uma experiência interessante dessa parte de Urbanismo. (...) Bom, você deve notar que tenho muito interesse por Urbanismo, Planejamento. Sinto-me bastante bem lidando com pessoas que trabalham com isso.

Do mesmo jeito que eu me sinto bem em uma reunião com o Botti³⁵, quando ele faz aquelas reuniões dos prédios com filas de engenheiros. E volta e meia dou palpite porque entendo do que eles estão falando.

Eu continuei a fazer alguma coisa de arquitetura. Quando voltei (de Porto Alegre), fui trabalhar de novo com o Abelardo. Depois ficamos sócios também. Nesse período eu trabalhava meio dia com o Abelardo e meio dia com o Roberto Coelho. Lá mal tinha trabalho para eles. Ganhei um concurso lá (em Porto Alegre), o primeiro concurso de projeto de praça. Eu mal e mal consegui o contrato, com o qual trabalhei muito aqui ainda.

Eles estavam querendo colocar Paisagismo na Faculdade de Arquitetura deles, que era uma faculdade também recente e com essa desculpa desse concurso, e porque eu havia conhecido

as pessoas, pois tinha procurado as pessoas lá. E ganhei o concurso e acabei conhecendo cada vez mais o Demétrio Ribeiro, a Enilda Ribeiro e o Carlos Fayet³⁶. A turma de arquitetos de Porto Alegre era uma turma de três ou quatro gatos pingados. E do ponto de vista de urbanismo, Porto Alegre era uma das áreas mais avançadas do país, eles tinham ótimos trabalhos. O Demétrio Ribeiro tinha começado a dar uns cursos de Urbanismo além (do esperado para a época).

Mas eles não tinham trabalho, nem tempo nenhum. O governo era muito pobre, o estado era muito pobre. Eles foram até muito sinceros comigo ao falarem dessa dificuldade.

Eles estavam me convidando para dar aula de Paisagismo na Faculdade de Arquitetura.

Aliás, a essa altura, aconteceu que houve uma reunião qualquer. Eu não me lembro. Era um encontro de Arquitetura e Urbanismo em que eles foram receber o Artigas e o Saia³⁷, que estavam vindo de São Paulo para participar desse encontro.

O Saia eu já conhecia, pois tinha feito um trabalho com o Nestor e o Vladimir para a comissão do Quarto Centenário³⁸. Aqueles desenhos todos do Saia, de 1954 do Ibirapuera, quem fez, aqueles desenhos, foram Nestor, eu e a Rosinha. Foi nosso primeiro trabalho.

Então eu já conhecia bastante o Saia. E o Artigas eu conhecia como professor. E eles foram superfavoráveis (que eu assumisse a disciplina de Paisagismo na FAU-UFRGS). Só que achei que não estava preparada.

(...)

Veja, o Abelardo já tinha me convidado para dar aula na FAU antes de eu casar. Eu tinha dito para ele que não estava preparada. O mesmo ocorreu quando que ele me convidou para assistente e achei que não estava preparada. Ele me convidou na mesma época que ele convidou o Jean.

(...)

Quando eu voltei, passei a trabalhar no Abelardo de novo e com o Roberto, meio período em cada um. E voltei – levei muito tempo para conseguir voltar – para a prefeitura. Era aquele processo que na realidade não podiam ter me mandado embora.

Por mais que tivesse terminado o padre Lebrez, eu precisava mais dinheiro do que era possível ganhar no esquema Roberto Coelho e Abelardo. O Abelardo era um pouquinho mais que o Roberto Coelho, mas era um esquema assim: o Abelardo recebia do cliente e passava-me uma parte. Entende? Era uma coisa que eu não sabia nem o quê, nem como, nem quanto. E o Roberto tinha uma coisa mais segura, (ganhava) por hora. Mas era muito pouco. Não é que eles ganhassem muito. Não é que eles estivessem explorando. Eu não acho isso. Então realmente não dava. A história de voltar para a prefeitura tinha um aspecto financeiro muito importante.

Voltei para o Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de São Paulo. Rua Florêncio de Abreu, 26. Lembro-me até hoje, do predinho ao lado do Mosteiro de São Bento. Eu durei alguns meses, talvez um ano, mas como mudou... não tinha nada para fazer.

Imagina!! Um Departamento de Urbanismo em uma cidade como esta. Tudo bem que nós estamos falando de 1960, mas você tem conhecimento o suficiente para saber que em 1960 tinha muita coisa para fazer, mas não tinha nada!... (silêncio). Eu já havia visto, dois anos antes, com o Lebrez, que nem sequer mapa (da cidade, o departamento) tinha. (...) Eu comecei a entrar em parafuso...

(...)

Daí calhou do Abelardo convidar-me novamente. Quando ele me convidou, pensei, comentei com meus pais, meu marido. Eles me pressionaram muito, e eu topei. E senti uma felicidade de pedir demissão, que era o que eu queria fazer havia tempo.

(...)

(... a formação na escola)

Eu tinha tido um histórico escolar muito exigente. Quando viemos para o Brasil alguém falou para meu pai que se ele queria uma boa escola, a boa escola seria o Dante Alighieri. Ninguém falou Instituto Roosevelt. Afinal (meu pai) estava perguntando para um italiano!

Ele (o pai) foi lá, no Dante, voltou e disse: *“nós não podemos pagar.”* Então deram uma bolsa para mim e para meu irmão, integral! Desde que fôssemos uma das três primeiras notas da classe. Existiam três medalhinhas: a de ouro, de prata e de bronze. Ou você tirava uma delas ou a bolsa estava perdida. Eu sabia muito bem, não podia ter outra chance.

Lembro-me que teve um ano que tirei a de bronze. (...) Quando tirei a de bronze, minha mãe, no ano seguinte dizia: *“Como é que vai ser? Você não vai mais conseguir estudar!”* Nunca mais eu tirei a de bronze. Eu tirava a de prata ou a de ouro. Então entrei superbem na faculdade e sempre fui muito boa aluna na faculdade.

(...)

Nessa época as coisas já eram decididas lá no IAB, no escritório do Artigas, quem iria entrar aonde. E eu não tinha passado por essa grelha. O Abelardo tinha acreditado, tinha sido generoso. E eu não fui uma boa assistente dele.

Eu sei que não fui, tinha meio medo de acompanhar os alunos, tinha muito receio. O Abelardo também não era uma pessoa para sentar, discutir e fazer. Eu aprendi que se faz diferente, eu não fiz isso com meus assistentes. Devo ter sido muito chata com eles. Eu sei que quando saí, eles devem ter pensado: finalmente saiu... Mas eles também tinham mais segurança.

Eu lembro que, depois de umas duas ou três aulas, perguntei para o Jean porque a gente não tinha uma palestrinha, algo mais teórico no início das aulas. Nós tínhamos duas aulas de atendimento. Aí o Jean me respondeu assim: *“quando o Abelardo sair, eu faço.”* Ele fazia isso. Não era sistemático, a cada duas ou três aulas, ele reunia os alunos e dava as aulinhas dele. E não comunicava ao Abelardo, não discutia. Eu achava isso errado. Ele fez seu espaço com os alunos. E sabe, Abelardo nunca teria negado. E teria até facilitado se tivesse percebido. (...)

(...)

Fiquei com o Abelardo até 1970. A faculdade foi mudando muito nesse tempo, no sentido que em 1964³⁹ existiu o tal fórum que estabelece as seqüências, que são os tais grupos de disciplinas.

(...)

Tudo vai se ampliando, na medida em que Composição de Arquitetura e Projeto já existiam em todos os anos e já havia, de certa forma, mais professores. Sempre foi mais privilegiada a área de Projeto.

Acho que foi nessa ocasião que Urbanismo se distribuiu em todos os anos. Não tinha professores suficientes, então, se não me engano, foi em 1970 ou em 1969⁴⁰ que eu passei a dar uma mão para uma das disciplinas de Urbanismo, cujo professor titular era o Lauro.

Aí já não era mais o catedrático, era o professor titular. Porém o professor titular dava várias aulas, pois não tinha quem desse as aulas. Então essa era uma disciplina que ele seguia muito pouco. Seguia muito pouco no sentido que raramente ele aparecia em aula.

(... a disciplina de Paisagismo)

As titulações da pós foram sendo montadas gradualmente, e cobrando, gradualmente, cada vez mais das pessoas. E começando-se a exigir que, para existir as disciplinas, seriam necessárias

determinadas condições mínimas. Então no início, durante um “X” tempo, muito curto, as pessoas podiam se inscrever diretamente para a titulação. E elas viravam titulares, apresentando um trabalho, fazendo uns exames, coisa assim. Foi o caso do Nestor, do Lauro, do Lúcio Grinover... e...
(...)

O que posso te assegurar é que isso foi vindo gradualmente. Até uma certa data você pode se inscrever para a titulação. E a gente teve esses três ou quatro (que se inscreveram). Passam-se mais dois anos, ou coisa assim – era um tempo bastante longo – você pode se inscrever para livre-docência, sem fazer nada antes (refere-se a fazer mestrado ou doutorado como é atualmente). Então você vai pegando a cada abertura um degrau mais baixo.

E em 1973, ou no final de 1972, você deveria inscrever-se para o doutorado e fazer duas disciplinas, que eles acabaram montando, lá na escola. Curtas, bastantes boas até, mas duas disciplinas curtas.

Você tinha de desenvolver uma tese, apresentar um orientador, e nós não sabíamos o que era isso! O Júlio Katinsky⁴¹ também fez nessa ocasião. O Nestor era mais ou menos orientador de todos. Ele não conseguia nem olhar para as pessoas. Também! Ele era diretor da faculdade! Além disso, foi durante uma época que ele foi retirar o Rodrigo Lefèvre⁴² lá de dentro do DOPS.

(...)

Então, você veja, foram existindo algumas pessoas como titulares que seguravam um monte de disciplinas, que era a única maneira de você ter a escola. Se a gente não conseguisse montar a escola com as diferentes disciplinas. Se você não tivesse os Lauros para responder por quatro disciplinas ou por oito. Havia pouquíssimas optativas, acho que não tinha na época. O Nestor segurando toda a parte do Departamento de História. O Lúcio segurava Desenho Industrial e Programação Visual.

Então, aos poucos, foram se formando livre-docentes, depois chegou a uma certa altura, no final de 1972, que ou você entregava o doutorado ou você estava fora.

(...)

Isso era uma condição contratual. Foi quando o Artigas foi contra todo mundo fazer. E botou fogo no inferno, pois as pessoas não queriam perder por deixar de fazer. Mas ele achava que estava todo mundo agindo de forma pró-imperialista.

Por outro lado, havia uma coisa que você deveria entender de outra maneira: seria muito difícil, a partir de uma certa altura, colocar esses fulanos, que já tinham uma certa idade. Não só isso, mas que eram os profissionais de projeto que estavam aí! Que tinham fundado a faculdade! A uma certa altura você fala para eles: “Olha, você vai fazer as disciplinas como doutorando e eu vou estar nessa banca.” Para o Nestor, por exemplo, dizer: “vou estar aí nesta banca para ver se você pode entrar ou não”. Então, na realidade, você também tem de se colocar no lugar deles.

Eu me lembro que o Abelardo... Eu disse “n” vezes para ele: “Abelardo, por favor faça.” Eu me referia para formação como livre-docente. Ele dizia que não iria se submeter a isso.

(...)

Renina, lembro-me que fez por não querer perder. Mas, a uma certa altura, ela estava louca da vida. Chamou o Benedito Lima de Toledo para ser orientador. Sabe!! E o Benedito?! Quando ela apareceu com a tese, coitado, ele me disse: “como eu poderia me meter a ser orientador da Renina?”

(...)

E é engraçado, hoje vejo as pessoas dizendo que isso foi pró-forma. Absolutamente, não foi tudo pró-forma. Aquelas teses foram, para as pessoas, na ocasião, tão difíceis quanto elas são agora. No seguinte sentido: tivemos alguns meses para fazer esse trabalho, não tivemos bolsa CNPq, não tivemos biblioteca (a biblioteca era um vigésimo do que está aí), não tínhamos orientador, não cursávamos disciplina. Não tínhamos nada disso. Então aquilo, que hoje eu não aceitaria nem para terminar a graduação, era o que era possível na ocasião.

(...)

E era muita pressão, continuava-se a dar todas as aulas, fazer aquilo e aquilo outro. E lembro-me que não tinha nem o tal regime que hoje é considerado, mínimo, o tal turno completo. Era tudo turno parcial. Ou era aquilo ou era o integral. No integral, você não podia fazer nenhum projeto fora, e naquela ocasião era controlado. Então ninguém era integral na faculdade. Acho que tinha um integral na matemática, enfim, não tinha nada a ver com as ciências aplicadas.

Então, o que aconteceu? O Roberto Coelho não quis fazer nenhuma dessas coisas, nem a titulação nem a livre-docência. E ele, meu Deus do céu, ele praticamente decidiu que não iria fazer. Ele foi perdendo espaço, quer dizer, o que houve no caso é que todas essas disciplinas foram aumentando (refere-se às disciplinas de Urbanismo, Comunicação Visual e Desenho Industrial) tiveram condições durante um certo período.

Houve até uma folga financeira, por parte da reitoria em relação à faculdade, por ter ganho uma certa maioria. Quer dizer, quando a gente conseguiu colocar um arquiteto como diretor. O Nestor foi diretor, isso deu muita força... Aquela biblioteca... O que o Nestor fez para montar aquela biblioteca, não está escrito.

(...)

Foi quando as diversas áreas foram chamando professores. O Roberto continuava perdendo. Em vez de chamar outro, ele foi perdendo. E na realidade, no começo, quando fui aluna dele, já tinha uma pessoa como assistente. E tinha como assistente a Daisy Igel, uma arquiteta formada em Harvard. Era ela que contava para a gente das aulas do Mies.

Depois da Daisy, ele conseguiu um segundo assistente, do mesmo jeito que o Abelardo. Sabel. Ele não tinha uma situação pior! Ele conseguiu outra pessoa, acho que foi o Rodolfo Almeida Fernandes, colega nosso de turma. Acho que a ordem é essa, acho que foi o Rodolfo mesmo. Ficou um bom tempo até com ele.

Foi quando começaram a pedir essas titulações. O Rodolfo, sei que foi por causa disso. A Daisy, não sei. Não sei se foi por causa do escritório dela. Ela já tinha escritório. Não estava tão ligada à FAU assim. Acho que ela desistiu. Do Rodolfo, eu sei que ele não queria entrar nessa de titulação e chamou o Antunes⁴³.

Ao invés de ele (Roberto Coelho Cardozo) tentar preencher essas vagas, que tinham ficado vazias, ficaram ele e o Antunes. Ele não queria mais ninguém. Eu sempre soube que o doutor Lauro teria insistido muitas vezes para que ele contratasse mais professores e fizesse a bendita titulação. O Lauro insistiu com o Roberto e depois insistiu com o Antunes.

Com o Antunes eu sei, porque assisti. (...) O Lauro segurou a nossa disciplina por uns tempos. Institucionalmente, a disciplina ficou porque o Lauro segurou. Não sei se íramos conseguir montar depois, caso o Lauro não tivesse segurado.

Porque durante uma ocasião não tinha ninguém (para se responsabilizar pela disciplina de Paisagismo). No período que não tinha ninguém, ele reservou um horário da aula dele de Urbanismo. Porque a gente não podia mais ter Paisagismo sem um professor responsável.

(...)

O Roberto, inclusive, não sei por quantos anos, deu uma mancada com a faculdade, pedindo licença. Durante um tempo, ele conseguiu licença com vencimentos. Parece-me que por muito mais tempo do que seria o razoável. Foi-se dando um jeito, ele estava lá na Inglaterra, de vez em quando ele voltava, ficava andando um tempinho por aí... e ficava o Antunes sozinho.

Só que nessa altura já não era fácil para se conseguir gente nova. (...) Mas ainda tinha alguma chance. Eu estava lá no Planejamento, estudando com o pessoal de Planejamento. Até foi o Gasperini⁴⁴ que falou (para o Lauro): “*põe a Miranda para ajudar o Antunes.*”

Mas antes disso, ele (o Lauro) chegou a procurar o Antunes para falar. Não sei o quanto ele (o Antunes) procurou. Mas consta que ele teria falado com um colega, o Luciano Fiaschi⁴⁵. É um cara ótimo! É o cara que até hoje mais segue a coisa do Roberto. Eu digo que não sei o quanto ele ligou, pelo seguinte: acho que ele não chegou a indicar porque o Luciano me disse que nunca quis (ser professor), de fato tinham falado com ele, mas que nunca se interessou em ser professor. E nunca aceitou (isto foi por volta de 1971).

Eu comecei a ajudar o Antunes, acho que era 1971. Foi quando insisti em falar com ele para que pegássemos mais alguém. Até porque o Roberto já tinha de uma vez desistido. Depois do período longo de licença com vencimentos, ele pegou uma licença sem vencimentos. (...) Se não me engano, em 1979 ele teve de pedir demissão, ou ele voltava e dava as benditas aulas. E daí ele já tinha de fazer o doutorado em um certo tempo, ou ele não voltaria. Foi quando ele resolveu não voltar, porque ele não queria fazer a tese. Ele não queria passar por isso.

Ficou, portanto, o Antunes só. Acho que era 1969. Antunes ficou carregando 150 alunos⁴⁶ – já havia 150 alunos por turma, há muito tempo – e não tinha a menor condição de fazer atendimento com 150 alunos. Você pode fazer as equipes que quiser. E o que ajudava, para desestimulá-lo, e também era causa de ele ter ficado sozinho, é que o Antunes, a cada vez mais, tinha mais interesse pela pintura. O Antunes morreu como um pintor. Então, aquela coisa de você se matar para atender 150 alunos, que era impossível, ainda mais quando não se queria aquela coisa.

(...)

Quando chega no final da década de 60, você tem todos os grupos de disciplina com praticamente o mesmo número de professores que se tem hoje. Talvez não seja exatamente isso, mas quase. Depois acabou, não tinha mais nem horário. E quando digo que não tinha mais nem horário. (...)

O Lauro respondia como titular. Ele cedia parte das horas dele, de Urbanismo, para ser dado Paisagismo. E era o Antunes que dava. Ele (o Lauro) podia até não fazer isso, porque ele fez não sei. Quer dizer, já perguntei uma vez isso para ele e ele disse que achava importante Paisagismo e que tinha confiança de que tudo iria dar certo. Ele era da linha inglesa de Paisagismo. Não sei...

(... voltando ao conteúdo na época em que o Roberto Cardozo lecionava)

Não era propriamente nem jardim nem praça. Eles (Roberto e Daisy) escolhiam algumas situações que pudessem discutir. Eram exercícios bastantes selecionados, nem eram tirados da realidade, eram montados mesmo, irreais. Por meio deles se podia discutir um pouco a implantação, a relação entre lote, rua e sistema. Lembro-me de um trabalho que fizemos sobre lote, rua e sistema de tráfego.

(...)

Eu cheguei a fazer um jardim de cobertura, de laje, coisa assim, mas não era essa coisa batida... tipo pegou Eckbo⁴⁷ e traz aqui. Claro que você tinha uma influência muito grande. Ele era formado na Califórnia com o professor Eckbo e havia estagiado em seu escritório. E essa

era a linha de pensamento na ocasião. E eu fiz muito isso por causa do escritório dele. Mas na faculdade, não.

O Antunes tinha mais dificuldade em selecionar exercícios. Ele fazia muito uma coisa ligada à vegetação, coloração... principalmente quando estava mais ligado à pintura. Alguém que poderia dizer melhor, e que foi aluno dele, é o Silvio. Eu sempre considerei o Antunes, do ponto de vista didático, um dos melhores que já vi na minha vida. Ele tinha uma didática impressionante.

(...)

Ele (o Antunes) vinha dizendo que não queria ninguém, já há algum tempo, sei que ele não queria escolher ninguém por aquilo ser do Roberto. Um dia ele (Roberto) voltaria. Até o dia em que o Roberto acabou pedindo demissão. Mas ele continuou sem querer ninguém e o Lauro dizia: *"Escolhe alguém, que eu vou responder"*. E *"necas"*.

(...)

Gasperini, que era da Comissão de Graduação, veio falar comigo. Perguntou se eu topava sair de onde estava, no Planejamento – porque eu estava muito bem onde estava – para dar uma mão ao Antunes. Ele (o Gasperini) até falou: *"Afim, você trabalha com paisagismo"*. E eu disse que topava e falei para o Antunes: *"Vamos convidar mais alguém."*

Eu fiquei com o Antunes, especialmente pelo fato que ele estava na faculdade há muito tempo. Como uma assistente dele, eu achava razoável. Afinal, o fulano estava lá já há alguns anos. E seria ele quem diria qual linha nós iríamos seguir, como iríamos trabalhar, quem iríamos contratar. Até que um dia pressionei, ele falou do Luciano.

(...)

Luciano era recém-formado. Só que nessa altura, na faculdade, já era normal pegar gente jovem. Isso foi complicado lá nos começos, depois não. Quando você olha o quadro da faculdade, foi de gente muito jovem. O próprio Silvio, que ficou como estagiário no começo, e o Sun. Até a Maria Angela⁴⁸ quando entrou era muito jovem também e nem era arquiteta.

O que aconteceu é que fiquei dando uma mão para ele (Antunes), acho que 1971 inteiro, e 1972 inteiro, de 1972 tenho certeza, porque o Lauro não dava sossego para nós dois. Nós tínhamos de fazer a tese. E o Antunes sempre dizia que não estava conseguindo fazer, mas que pretendia. Ele sempre colocava que iria entregar. (...) O quanto ele estava fazendo, era discutível. Eu nem sei quem teria sido o orientador dele. Não tenho a menor idéia. Eu sei que para mim era o Nestor. Mas não se tinha esta relação (que temos hoje em dia com os orientadores). Como dizia o Julinho⁴⁹, a gente não sabia nem o que era isso.

O que aconteceu foi o seguinte: no final de dezembro, entreguei a minha tese, e o Antunes não entregou. Encontramos na faculdade com o Lauro.

(o Antunes fala) *"Eu não tive condição de trabalhar."*

(o Lauro fala) *"Que condições você acha que ela teve, e ela entregou..."*

Quando chegou em março, foi a minha defesa. Fui muito bem na defesa. A minha defesa foi muito melhor que a minha tese (risos). Passa-se não sei se 15 ou 20 dias e recebo uma carta do departamento me convocando a uma reunião para que eu tomasse outras providências.

Eu fui ao departamento perguntar ao Lauro se não era algum engano. Sei lá se não podia ser um erro da secretária, enviando para mim uma carta que deveria ter sido encaminhada ao Antunes. E ele me disse: *"Erro nenhum, fui eu que mandei. Quem é a doutora aí? ... É uma questão institucional. Você é a doutora. Você é a responsável. O Antunes infelizmente perdeu a condição de ser responsável."*

(...)

E eu sei que logo depois o Antunes falou, coisa que já vinha falando sempre, que estava cada vez mais ligado com a pintura. E, na realidade, essa coisa de você se demitir não era de um dia para o outro. Ou havia uma brecha? Houve sim, depois para aqueles que não haviam entregado o doutorado, houve uma brecha para se inscrever nas disciplinas... acho que foi aí que começou o mestrado.

Então, ainda existia uma possibilidade, e alguns fizeram. Eram poucos, mas alguns fizeram. Porque naquela ocasião os Lauros e Nestores da vida, esses que viraram titulares e estavam segurando esse lado institucional, fizeram o máximo para as pessoas conseguirem. Porque era um problema para a faculdade não ter as pessoas.

(...)

O Antunes falou que não estava disposto a fazer isso. Pesou muito o fato de ele estar mais ligado à pintura. Ele disse que estava indo fazer uma exposição na Bahia (...) e que iria dedicar-se à pintura.

(... Miranda insistiu com ele, ele topou ficar algum tempo. Miranda precisava arrumar mais gente).

Só que aí a coisa estava muito difícil. Aí já não havia verba, mesmo!! As coisas tinham mudado muito do ponto de vista financeiro, do governo. E aquela faculdade, em uma determinada época, pegou uma montanha de gente. A FAU passou a ter uma relação professor/aluno muito alta. Por que eles iriam ver aquele caso particular? Eu sinto dizer, mas o Roberto nos prejudicou muito. Muito! É chato dizer, mas ele nos prejudicou muito!

Um dia o Antunes trouxe um quadro para mim e disse: *"eu não venho mais"*.

(... *alteração no conteúdo*)

Eu comecei a mudar logo. Quem veio me ajudar em um determinado instante foi o Rittes⁵⁰, antes do Silvinho e do Sun. Aliás, o Silvinho entrou via Rittes. O Silvinho encantou o Rittes. Eu não tinha certeza quanto ao Silvio, mas ele insistiu tanto e o Rittes ficou naquela situação de promessa dada. Porque o Silvinho quando quer uma coisa, ele consegue.

Acho que consegui uma vaga e o Rittes veio. Mas, na realidade, ele não era uma pessoa para a gente. Ele era uma pessoa para Desenho Industrial, coisa assim. E eu não consegui mais a vaga dele (Rittes), pois ele não saiu, foi para outro lugar (dentro da FAU).

O Silvio deve lembrar do Rittes não do Antunes. Ele deve lembrar do Antunes, mas da época em que ele esteve na faculdade, mas acho que não foi aluno do Antunes.

(... *sobre Roberto Coelho Cardozo*)

A disciplina realmente começou com o Roberto em 1952 ou 1953. Eu conheço o Roberto já não como professor, quero dizer, ele era professor. Foi muito interessante, conto isso muitas vezes.

Os alunos faziam viagens nas férias. Daquela vez, foi para as cidades de Minas. Em outra ocasião, fomos a Recife. Para Recife foi o Fracarolli⁵¹ (acompanhando os alunos). Sempre tinha ir um professor acompanhando porque teoricamente era uma viagem com os alunos da faculdade.

E, no do 3º ano da faculdade, fomos, em julho, para as cidades mineiras. E o professor que foi nos acompanhando foi o Roberto Coelho Cardozo. Ele estava curiosíssimo por conhecer as cidades mineiras, conhecer os alunos, estar com os alunos. E foi tão marcante para mim. Não me lembro em que trecho, nós estávamos de trem. Nós estávamos indo, já não me lembro de que pedaço a que pedaço. Não sei se era de Belo Horizonte a Ouro Preto.

Mas lembro ainda que ele estava em uma janela de trem, e eu também. Parece tão distante e olha que tenho péssima memória. Mas lembro dele vendo a paisagem. Aquela montanha, aquela pedra. A paisagem mineira é muito típica, é muito própria. E ele seguia colocando perguntas para mim. Perguntas como quem está fazendo você refletir: por que isso é assim? Não que se você tivesse lido algum livro você saberia a resposta, mas ele perguntava: *“por que é assim, o que você acha que aconteceu para formar isso?”*; *“por que razão tem uma erosão ali?”*. Eu pensava; *“Onde esse cara foi inventar essas coisas?”*; *“Como que passa pela cabeça dele esse tipo de questão?”*. Eu ouvi com ele, pela primeira vez naquela época, questões que hoje estão falando sobre a proteção do meio ambiente. Evidentemente eu não entendia na época. Achava aquilo tudo muito estranho. Estranho!!! Estranho!!! Muito esquisito, mas muito interessante!!! (risos).

Tanto que, no ano seguinte, eu fui pedir para trabalhar lá. Pedi para trabalhar com ele. Eu fiquei com aquele negócio na cabeça.

(...)

Eu achava ele incrível por essa maneira de pensar – uma forma de pensar que ele já vinha elaborando. E nós não tínhamos muita chance de questionar, de refletir e de nos colocarmos.

(... perceber a topografia)

Aliás, isso era uma coisa que a gente procurou fazer logo na FAU. Fazer (os alunos) relacionarem os morros com cotas de rua, coisas assim – um problema que tínhamos, inclusive, no trabalho.

Eu me lembro de a gente ter recebido um arquiteto, bem conhecido, para quem a gente ia fazer o jardim do prédio, o acesso. E ele não tinha reparado que a garagem dele estava em uma cota completamente diferente da rua. A cota estava, aproximadamente, com dois andares de diferença.

Porque, afinal, naquela época, a prefeitura não pedia cota de rua. E os arquitetos nem olhavam. No fundo, na França, a arquitetura moderna de Le Corbusier era um terreno plano. Você fica procurando o terreno plano aqui...

(...)

Eu diria até, que de um certa forma, (essa experiência com os alunos) foi um ensaio distante que você chegou a ver. Eram as caixas de areia; aquilo foi bolado pelo Sun. Mas acho que quando a gente começou, na base dos papéis e das curvas com o Rittes, a trabalhar essas formas, lembro-me que era uma coisa que me chamava a atenção e que estávamos cobrando isso de nossos alunos. E eu costumava a dizer que tínhamos de conseguir com que os alunos olhassem aquilo e vissem subir ou descer (o terreno). Eles tinham de enxergar. Mais de uma vez eu vi chegar professores de outra área que não viam nada. É porque eles não lidavam com aquilo...

(...)

Eu me lembro de outro exercício interessante, em que era dado um estacionamento no qual você tinha que colocar “X” veículos. E você tinha de sombrear com um certo número de árvores dadas. Era um jogo. No entanto, o que se queria introduzir era um trabalho com formas do terreno; um trabalho com declividade que o veículo usaria; um trabalho com sombreamentos diferentes. Então, os alunos começavam a perceber que se estamos no sul, não adiantava arborizar.

(... quando a disciplina passa do 4º para o 1º ano)

Foi um grande esforço passar para o 1º (ano). Achei fundamental passar para o 1º ano. Porque quando os alunos chegavam no 4º, eles já chegavam “colados” pelos professores de Urbanismo que Paisagismo era para plantar repolho.

(... de onde vem essa distorção, uma vez que desde a época do Roberto a disciplina não tinha esse caráter?)

Ignorância pura. Inclusive de colegas que foram alunos do Roberto e os quais poderiam perceber. Eu acho que, inclusive, os nossos colegas arquitetos, o próprio Jean, quando representante da faculdade no Crea. Eu soube pelo José Luiz Fleury⁵², não soube por ele. Já havia disciplina de Paisagismo na faculdade, quando no Crea apareceu umas das tantas discussões se Paisagismo deveria ser feito por arquiteto ou por agrônomo. O que para o Crea é um problema, pois o Crea responde pelos dois lados. Ele (Maitrejean) foi o fulano que ficou de fazer o parecer.

Eu soube depois. Foi o Fleury que me trouxe, pois ele substituiu o Jean e olhando coisas da gestão anterior ele deu com daquilo. Ele (Maitrejean) apresentou um arrazoado dando para o agrônomo. Então, sabe, você pega um fulano aberto, esclarecido. O Jean é um fulano muito inteligente.

(... características da formação das primeiras turmas)

Nós praticamente só aprendemos a fazer o projeto do edifício. De Urbanismo tivemos algumas pinceladas, muito boas, porque o Anhaia Mello era uma pessoa que conhecia muito o assunto. Ele tinha muita clareza das coisas. Mas nunca fizemos nada em Urbanismo. Nós assistíamos a aulas teóricas sobre o Urbanismo na Inglaterra, que era o que ele considerava mais adiantado.

(...)

Para você ter uma idéia, por exemplo, eu saí (da FAU) de tal forma que podia fazer com bastante facilidade um levantamento topográfico de uma coisa relativamente limitada. Eu sabia chegar na rua, pegar o teodolito e fazer. Eu não sei se a coisa hoje é tão prática. Eu fazia, não porque meu pai era topógrafo, aliás, a minha menor nota era de Topografia, ele (pai) achava uma tristeza. Mas eu podia fazer isso. Podia fazer projeto, apresentar na prefeitura. Podia fazer cálculo estrutural, podia fazer os projetos de hidráulica, elétrica, bolar minha fundação sem muito problema. Esse tipo de preparo para você dar uma resposta ao mercado, era de uma relação direta.

(... o quanto a formação da graduação deve ater-se ao mercado)

Quando começamos a achar que se deveria sair (para atender o mercado), foi um negócio muito discutido. Havia várias discussões sobre qual é o perfil de arquiteto que se queria. Eu me lembro de uma ocasião quando nos cobraram – aliás eu estava dando aula com o Jean ainda, e foi quando tivemos clareza de que não era por aí – que estávamos deixando de dar as coisas de acordo com a legislação existente, os recuos mínimos, etc. E que os alunos saíam sem saber. Mas foi daí que percebemos que ao tentar introduzir essas questões, estaríamos reduzindo o exercício a um jogo de encaixe. O exercício ficava tão amarrado, tão limitado. E começamos a fazer o contrário, daí deliberadamente.

O que sentíamos muito sobre essa questão do mercado é que, sem dúvida, o curso foi se afastando cada vez mais do projeto do mercado. Mas o projeto do mercado também foi mudando bastante. (...)

Houve até uma ocasião em que um aluno – boa cabeça, líder – colocou que para o aluno sair preparado ele deveria sair da faculdade tendo feito um projeto de cada tema e programa que poderia acontecer na vida. (espanto!!) E não é que isso foi posto como: “Veja que absurdo”.

O negócio é conseguir pensar na coisa e não ter uma experiência de tudo para que se possa repetir, ampliar ou ajeitar aquela experiência. E, de uma certa forma, diria que o grosso de nós achava que – isso era bastante dito – com três a seis meses de escritório você aprendia (o que o mercado exige).

(... preparando o aluno para o mercado de trabalho, sobre o Benedito Abbud)

Similar a isso é um problema com o Benê, que foi nosso assistente e era professor na PUC-Campinas antes. E ele era um bom professor, querido pelos alunos, uma pessoa muito agradável. E muito inteligente.

O Benê acabou saindo da escola por um outro motivo, mas isso era um problema sério que tínhamos dentro dessa linha. Ele discutia muito comigo por causa disso. E depois de alguns anos ele me disse que teria continuado a discutir (risos). Ele não mudou de idéia.

Mas quando ele entrou na FAU, era sócio da Suely Suely Suchodolski. Era ela que tinha o grosso dos trabalhos. Depois não me lembro o que aconteceu na vida particular da Suely que ela acabou viajando e fechando o escritório.

E o Benê se sentiu muito desprevenido. E como ele, por mais sócio que fosse, sentia-se em uma situação secundária, pois ela que pegava, ela que discutia... Ele se desvalorizou muito, achando que não iria conseguir. Eu lembro que a essa altura ele já era nosso assistente, e também da PUC-Campinas.

Eu conversava muito com ele, de que ele iria conseguir pegar trabalhos, etc. E acabou aparecendo uma coisa pequenininha, uma outra... Eu mesma peguei um trabalho que me foi oferecido pelo Blossfeld⁵³, aquele botânico.

Aliás, foi muito engraçado quando o Blossfeld telefonou para mim para fazer um projeto. E o Blossfeld era um fulano, “o botânico”. E já o conhecia bastante. Tinha muito respeito por ele. Mas ele sempre me deixou muito claro que plantas eram com ele. Eu tomava muito cuidado para falar com ele, também, era um cara mais de idade. (...) Mas o que ele deixou muito claro era que, em um terreno ruim, com muita declividade, tinha de fazer caminhos, etc. E que precisava de um projeto mesmo. E ele não podia fazer tudo aquilo. E ele gostaria que eu concordasse com que ele fizesse comigo a parte de plantação.

Eu pensei, pensei, e depois telefonei para ele – já estava muito envolvida em montar a disciplina, sabia que não iria ter tempo. Acho que já estava em tempo integral, não me recordo – e telefonei dizendo que iria indicar um fulano muito bom, que ficasse tranquilo, que se tivesse algum problema eu iria nas reuniões. E passei para o Benê.

Ele foi pegando cada vez mais trabalhos e passou a dedicar-se somente ao escritório, que, aliás, é um sucesso. Ele é um sujeito muito capaz, mas, vamos e venhamos, ele é também um sucesso empresarial, ele sabe fazer a coisa.

Eu gosto muito dele, mas tinha esse problema da linha (pedagógica ligada ao mercado).

(...)

Uma das mudanças que fiz de cara. Você estava me perguntando sobre as alterações. E eu disse de cara: “nesta Escola se trabalha com o espaço público”. Isso foi a mudança inicial. E foi uma discussão. Aliás, não teve muita discussão porque Silvio e Sun não discutiam isso comigo. E quem mais entrou? Bom, você sabe que Rosinha e Chacel⁵⁴ não entraram porque não quiseram. Então não precisava muito para convencê-los (refere-se a Silvio, Sun e os outros).

Mas com o Benê, a coisa foi realmente barra pesada. E principalmente quando ele já estava com o escritório dele, onde, querendo ou não, só tinha trabalho particular. Você tem alguma coisa agora pelo Brasil afora, naquela ocasião nem sei se tinha. Isso tudo é mais recente. Antes era tudo do Burle⁵⁵ e pronto. Eu e a Rosinha ainda fizemos algumas coisas juntas. Mas você pega meu currículo e o currículo dela – enorme – e vê que a grande maioria é particular também.

E o Benê dizia que os alunos estavam saindo despreparados para enfrentar a vida profissional, porque os serviços que haviam não era esse, do espaço público.

Essa linha que você fala das faculdades particulares é justamente esta. E a minha colocação para ele (Benedito) era que estávamos em uma universidade pública, então iríamos estudar o espaço público, que era o que se deveria fazer. Antes de mais nada, deveríamos dar atenção ao espaço público.

E, do ponto de vista do mercado, o fulano que souber fazer um projeto para o espaço público, faz assim (estala os dedos) com o espaço particular. Disso estou convencida até hoje. Eu não tenho a menor dúvida.

Eu até diria... não chego a dizer que o espaço público é mais difícil que o espaço particular... por ter mais situações, ter mais diversidade. Nem quero saber se ele é mais difícil. Se o fulano aprendeu a fazer o projeto, ele aprendeu a refletir, aprendeu a lidar com a hipótese, aprendeu a lidar com processos. E vai se utilizar desses processos, meu Deus do céu!

Eu acho muito tacaña essa colocação, de que tem que se adequar ao mercado. Isso é para a escola técnica.

(... planejamento da paisagem)

Um grande engano específico é achar – e isso é o que sempre foi vendido, é o que vem na história das couves e dos repolhos – é achar que paisagismo é fazer jardimzinho. Não é isso que estamos pretendendo, a gente pode até fazer, mas não é isso.

Acho, inclusive, que temos um problema seriíssimo, que nesses anos todos, não conseguimos que Paisagismo entrasse no Planejamento. Nós não conseguimos. E não temos feito os esforços necessários. As disciplinas da faculdade não facilitam isso. O grosso dos professores não está convencido disso.

O Silvio mesmo, na USP, pediu-me para mandar um trabalho (para expor na Bienal de Arquitetura). Eu perguntei se podia apresentar o trabalho da subprefeitura da Lapa, e ele me disse que não, que não daria certo, que não tinha grande interesse, que não dava bons desenhos. (...) Então não mandei.

(... não olhar o mercado presente, até porque ele se transforma, amplia-se)

Nós temos de fazer o mercado.

Tem uma coisa importante. Eu falei dos pioneiros da faculdade. Uma coisa que a gente perdeu, eu não sei bem o porquê. Isso não fez parte da vida de vocês, mas fez parte da minha. Eu vi isso acontecer. Essa gente que abriu a faculdade, e havia também outros, mas principalmente essa gente: eles abriram o mercado. Fez com que se dissesse: “precisa-se do arquiteto”. Então eu diria que com o que eles conseguiram fazer, naquela época, nós realmente tivemos muito pouco sucesso.

Porque temos uma porcentagem baixíssima (de edificações, de espaços) feita por arquitetos. O grosso não é de arquiteto. Se você ver as condições que temos agora, é muito mais difícil, mas a profissão de arquiteto é muito mais conhecida, é muito mais reconhecida. Quando eu fiz o tal concurso da prefeitura municipal de São Paulo, fiz concurso para engenheiro. Não existia nem vaga para engenheiro-arquiteto. E não conseguimos ampliar mais.

Veja, o Silvio não teve interesse em expor na Bienal (o trabalho da subprefeitura da Lapa). E sei que ele me respeita muito. Um negócio que eu teria de trabalhar para pôr sobre a Regional de Lapa: “como usar o paisagismo dentro de um plano de urbanismo”.

No entanto, para minha grande alegria, aquela moça que vende a revista da Pós, lá na FAU-Maranhão, a Lina me disse: “Não é um conhecido seu, um professor, que tem o trabalho na Pós n. 13.” (...) Era o artigo do Emmanuel⁵⁶, que eu tinha relido, inclusive, para entender.

O que não está claro? Por que as pessoas não estão percebendo? O que está hermético demais?

Nós não sabemos valorizar isso em nosso grupo, pois essa moça me disse que estavam vendendo a Pós 13, porque alguém soube no Rio Grande do Sul e tinha comprado. Escreveram para lá. Pediram para mandar a revista para o Rio Grande do Sul. E esse fulano escreveu para alguém no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro pediu a revista. E, mas não sei que outro lugar pediu também.

E o trabalho dele, de que se trata? É inserir a paisagem no planejamento. É um mercado que não abrimos. E estamos brigando pelo jardimzinho?

Não estamos nem trabalhando na universidade. O trabalho do Paulo Pellegrino⁵⁷, que eu sabia, não é isso. Não é pegar o plano diretor ou as subprefeituras, não é isso (com que o Paulo Pellegrino está trabalhando).

(O Paulo está trabalhando). É uma abordagem que ou você entra com todo o meio ambiente, toda a ecologia ou você não entra. E temos um problemão para entrar. A ecologia até é muito bom, mas aí vão entrar todos os engenheiros e todo esse povo que está cuidando de gestão ambiental.

A quantidade de arquitetos envolvidos é muito pequena. Inclusive, dificilmente o arquiteto coordena, dificilmente ele tem um papel importante. O grosso, que vi na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, é esse pessoal que brinca com química. Uma vez eu disse, quase me botaram para fora pela janela, que deveríamos começar a repensar esses EIA-RIMA⁵⁸, que estavam todos feitos errados, em que o pessoal fica brincando de quanto tem de cloro.

(... retoma-se a conversa falando da formação do Grupo de Disciplinas de Paisagismo – GDPA)

Por muitos anos fomos da disciplina de Planejamento/Paisagismo. Mesmo para a pós, tínhamos dificuldade de conseguir vaga, porque estávamos no bolo de Planejamento. E o grosso das vagas, o pessoal de Planejamento pegava para eles e nós ficávamos com o resto.

O que acontece é que, na medida em que o Roberto não se propôs a ampliar a disciplina de Paisagismo quando se montaram as seqüências das demais disciplinas (a mudança para “grupo de disciplinas” foi só uma mudança de nomes), o Paisagismo ficou dentro do que era Planejamento. E pouco aparecia na ocasião, porque a disciplina era dele, o Roberto tinha o espaço dele. As seqüências dos grupos de disciplinas foram se consolidando cada vez mais, tendo suas representações nos conselhos. À medida que iam se montando as articulações, iam se montando esses quadros decisórios.

Quando me tornei responsável, eu era responsável pelo grupo de disciplina de Planejamento. Então, eu passava o tempo e ia a reuniões com os meus colegas de Planejamento. A turma dos Lauros, dos Cândidos da vida (...)

Então, veja, até me aposentar, eu ia a todas as reuniões por uma razão muito simples – esse foi o ônus que nossa área teve em relação às demais – Paisagismo se tornou uma área despreparada. Como não houve gente antes, também não teve gente fazendo titulação. Compreende? Então, quando chamei Silvio, Sun, etc., chamei todos recém-formados. Ao passo que os outros já tinham os seus doutores.

Então os outros também conseguiam, do ponto de vista institucional, com um certo poderio, inclusive, mandar para as diversas reuniões, gente diferente. Mas Miranda ia para tudo, reunião do conselho, reunião da CPG, reunião... eu só vivia em reunião, porque eu era a única pessoa que tinha o título necessário para ir, o de doutor. Independentemente de depois eu ter tido outras pessoas para ajudar. Isso levou muito tempo. Eu lembro desse tempo porque eu só fazia isso, tentar montar essa coisa. E eu também era a única orientadora por dezenas de anos.

Então, quando você fala da visão do Urbanismo, essas coisas. Na medida em que eu estava dentro do Grupo de Disciplinas de Planejamento, senti que precisava (participar das reuniões), até para acompanhar todas essas discussões. E até para conseguir coisas que eu quisesse. E realmente era bem chato. Então, eu tinha de poder discutir com eles, tinha de conhecer o que estavam falando. Tinha de estudar, lembro-me do período em que tinha de estudar aquele negócio chato para burro. Eu não tinha aprendido nada dessas coisas na graduação. Eu ia lendo planejamento. Então, essa coisa toda, para mim, foi muito boa. Eu acho bom.

Quando a gente virou um grupo de disciplinas (de Paisagismo), eu me lembro, a gente já estava trabalhando bastante, meio isolados, mas ainda respondíamos dentro de tudo isso. Daí foi uma jogada, que não achei interessante, que o pessoal de Planejamento fez. Na verdade, que o Lauro fez.

Nós já tínhamos um número de professores suficientes para começar a pesar nas votações. Foi político! Foi político!

Até um certo momento, tínhamos tão pouca gente, tínhamos tão poucas condições, que de uma certa forma tínhamos que jogar com eles. Era difícil conseguir, por mais que eu reclamasse.

Inclusive, teve uma vez em que ele me chamou na sala dele, no departamento. E eu perguntei: “Por que está me chamando para um assunto que você vai colocar no conselho?” E ele me responde: “Porque eu já aprendi, eu quero acertar antes com você, como você vai agir. Porque eu não quero que você reclame, lá na hora.”

Eu poderia reclamar, mas na hora que ele falasse “Agora vamos votar”, eu perderia. Só que eu poderia pôr em discussão aonde ele estava querendo chegar e daí também não interessava para ele. Então foi essa coisa até depois que me aposentei, quando de repente o pessoal me disse: “Ah! nós viramos um grupo de disciplinas”.

(...)

Mas, veja, quando o Lauro soltou, era porque a gente já estava conseguindo ter gente. Gente titulada. Gente nas diferentes reuniões. Eles tinham de trabalhar conosco. De repente poderíamos votar com os outros. Então era melhor soltá-los (pensou o grupo de Planejamento), pois, na hora em que você os solta, eles (o grupo de Paisagismo) são bastantes fracos. Dentro dos diferentes grupos que ali estão.

(... quando fica presente o Desenho Urbano e o Planejamento se transforma)

Pegou uma moda. Os americanos abriram especificamente *Urban Design*. Aqui não se abriu o *Urban Design*. Agora, os americanos que começaram a fazer o *Urban Design*. Anos atrás, tinha vários artigos em revistas de *Landscape Architecture*, quer dizer, quem fazia *Urban Design*. Para o *Landscape Architecture*, americano, em geral, apesar de lhes faltar trabalho – eles têm muito, mas também têm muita gente – isso acabou por não interessar mais, porque eles se interessavam muito mais por fazer os parques, por fazer os trabalhos de manejos, etc.

Inclusive, o *Landscape* teve um período inicial, na depressão, em 1929, que lhes ajudou muito na formação – eles tiveram um apoio muito grande com os parques florestais, estaduais e nacionais, que montaram naquela época.

Tanto se xingam em nossas unidades de conservação, o pessoal só fala mal. Elas têm problemas; só que tem uma coisa, a unidade de conservação foi chupada do modelo americano. Já o modelo americano, do ponto de vista de recreação – semanal, quinzenal, mensal ou anual – funciona!!! É um país muito motorizado, no qual as pessoas estão muito acostumadas a viajar muito. É por isso que você pode dizer que eles são muito bem montados, sim senhor. Não tem luxo nenhum. Não é nada consumista. É tudo muito asséptico, mas é tudo, há dezenas de anos, cuidado.

E isso ainda veio com a depressão de 1929, o *Landscape Architecture* trabalhou muito com engenheiro florestal. Foi quando, inclusive, ampliou-se a coisa. Então, eles têm outros âmbitos lá. Agora, no começo, lá pelos anos 40 e 50, eles faziam muito *Urban Design*.

Aliás, muitos cursos de *Urban Design* saíram de cursos de *Landscape Architecture*. O próprio curso de Chicago se formou assim.

Eu não sei como está agora na FAU, mas isso eu diria que já tinha começado antes. Eu me lembro de algumas discussões em que eles falavam em planejamento setorial. Achava muito engraçado. Por que seria setorial, pegar um pedaço de cidade?! Mas para outros já era uma coisa com cara de Desenho Urbano.

Eu também diria que um bom arquiteto de edifício deveria fazer um bom desenho urbano. É que se você pegar um arquiteto de edifício americano, já não faz. Eles só fazem o edifício e pronto. Muitos de nossos também, só fazem o edifício e pronto.

(... apesar de passadas algumas horas, a conversa ainda continuou por alguns minutos. Fui embora levando comigo as imagens, os instantes. Decisões, opções, lutas, perseguições, conquistas. Dia-a-dia, passo a passo. Sem caminhos claros, sem respostas claras. O acaso brincando com nossos desejos, com nossas crenças. O querer e a curiosidade conduzindo as ações, as idéias.)

Notas

- (1) Refere-se ao arquiteto Vicente de Paulo de Carvalho Collet e Silva, formado em 1953, na primeira turma da FAUUSP.
- (2) Refere-se ao professor Roberto Coelho Cardozo, o primeiro professor de Paisagismo da FAUUSP.
- (3) Arquiteto e designer italiano nascido em 18 de novembro de 1891, formado na Politécnica de Milão em 1921. Em 1928 fundou a revista *Domus*. Lina Bo Bardi trabalhou no início de sua carreira em seu escritório em Milão na década de 1940.
- (4) Bruno Zevi nasceu em 1918. Em 1948, publicou *Saber ver a arquitetura*. A primeira edição brasileira dessa obra só se concretizou em 1978, com a editora Martins Fontes.
- (5) Professor doutor da Faculdade de Geografia da USP. Estudou e lecionou no Colégio Dante Alighieri. Ingressou na Faculdade de Geografia em 1944.
- (6) Jânio da Silva Quadros, nasceu em Campo Grande em 25 de janeiro de 1917, presidente do Brasil entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961.
- (7) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- (8) Refere-se ao professor Mário Franco, da Escola Politécnica, que lecionou para os alunos da FAUUSP.
- (9) Refere-se aos arquitetos Abelardo Riedy de Souza, Eduardo Corona, João Batista Vilanova Artigas, Luiz Ignácio de Anhaia Mello e Zenon Lotufo.
- (10) Refere-se aos arquitetos Rosa Grena Kliass e Benedito Abbud, ambos ex-presidentes da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP.
- (11) Refere-se ao professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello.
- (12) Refere-se ao professor Paulo A. Mendes da Rocha.
- (13) Refere-se ao arquiteto Mies Van der Rohe.
- (14) Refere-se à professora Renina Katz Pedreira.
- (15) Refere-se ao jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, torturado e assassinado em 25 de outubro de 1975 pelo governo militar.
- (16) Refere-se ao professor Jon Andoni Vergareche Maitrejean.
- (17) Refere-se ao professor Telemaco Hipolito de M. Vanlangendonck.
- (18) Refere-se ao professor Augusto Carlos de Vasconcelos.
- (19) Refere-se ao professor Pedro Moacyr do Amaral Cruz.
- (20) Refere-se aos professores Zenon Lotufo e Ícaro de Castro Melo.
- (21) Refere-se ao professor Nestor Goulart Reis Filho.
- (22) Refere-se ao professor Eduardo Augusto Kneese de Mello.

- (23) Refere-se ao professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello.
- (24) O primeiro programa da FAUUSP está transcrito logo depois desta entrevista. Foi retirado de BIRKHOLZ, Lauro Bastos & NOGUEIRA, Brenno Cyrino. *A FAUUSP, sua criação e funcionamento na Vila Penteados*. São Paulo: FAUUSP, 1991.
- (25) Refere-se ao professor Lauro Bastos Birkholz.
- (26) Existe uma inconsistência de datas, pois enquanto a doutora Miranda afirma que a greve se deu em seu primeiro ano de faculdade, portanto em 1951, o doutor Lauro Birkholz cita a greve como sendo no 1º semestre de 1950.
- (27) Refere-se a Joseph Lebre (1897 – 1966), dominicano, que funda em 1947 o escritório SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, que prestou serviços para a prefeitura de São Paulo entre 1956 e 1958.
- (28) Engenheiro arquiteto Miguel Badra Júnior. Tem como uma de suas obras de destaque a sede da Eaesp-FGV, na avenida 9 de Julho, em São Paulo. Publicada na revista *Acrópole*, n. 275, em outubro de 1961.
- (29) Refere-se à comissão montada a partir do Convênio Escola que *“foi um acordo firmado entre a prefeitura Municipal e o Estado, que se uniram para dar cumprimento às determinações da constituição de 1946, que obrigava União, Estado e Municípios a investirem uma porcentagem mínima dos recursos arrecadados na educação primária. O arquiteto Hélio Duarte (1906-1989) foi membro dessa Comissão desde o seu início. Os arquitetos da escola carioca, integrantes da Comissão, trazem para São Paulo o clima de discussão existente na Escola Nacional de Arquitetura, recém-desvinculada da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro”*. Retirado do texto intitulado *“Influências das linhas pedagógicas sobre o ensino de projeto”*. SILVA, Jonathas Magalhães. In: *Anais Projetar*, 2003.
- (30) Refere-se ao professor Roberto José Goulart Tibau.
- (31) Refere-se ao engenheiro Maury Freitas Julião, que foi professor da Escola Politécnica da USP e seu filho, arquiteto Ricardo Augusto Leite Julião.
- (32) Refere-se a Ricardo Zarattini Filho, banido do território nacional em 6 de setembro de 1969 na luta contra o regime militar e anistiado em 31 de agosto de 1971.
- (33) Refere-se ao professor Celso Monteiro Lamparelli.
- (34) Realmente, o contrato com a SAGMACS termina em 1958, ano em que a professora Miranda vai para Porto Alegre.
- (35) Refere-se ao arquiteto Alberto Rubens Botti.
- (36) Refere-se aos arquitetos Demétrio Ribeiro (1916 a 2003), Enilda Ribeiro e Carlos Maximiliano Fayet, todos, professores da então recém-criada, em 1952, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela fusão dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) e da Faculdade de Engenharia.
- (37) Refere-se aos arquitetos João Batista Vilanova Artigas e Luís Saia.
- (38) Luís Saia com Vilanova Artigas, Sergio Milliet e outros, fizeram parte do Conselho de Administração do Museu de Arte Moderna – MAM.
- (39) Refere-se à portaria GR n. 122, de 25 de novembro de 1963, com reflexos no 1º semestre de 1964.
- (40) É bom lembrar que nessa época (1969, 1970) alguns professores foram afastados, por questões políticas, da faculdade.
- (41) Refere-se ao professor Júlio Roberto Katinsky.
- (42) Refere-se ao professor Rodrigo Brotero Lefèvre. Militante da Ação de Libertação Nacional, foi preso em 1970, em São Paulo, passando por sucessivos interrogatórios na Oban e no DOPS. Aguardou o julgamento no prédio Tiradentes, sendo libertado em 1971. Morre em 1984, de acidente de automóvel, na Guiné-Bissau.
- (43) Refere-se ao professor Antonio Augusto Antunes Neto.
- (44) Refere-se ao professor Gian Carlo Gasperini.
- (45) Refere-se ao arquiteto Luciano Fiaschi, ex-presidente, entre 1985 e 1986, da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP, criada em 1976.
- (46) Miranda deve estar se referindo ao aumento de alunos ocorrido na FAU, passando de 30 para 40 alunos, e em especial à turma de 1964, com 67 alunos, e os 27 alunos extras conseguiram o direito de cursar a FAU por meio de uma liminar. Dados colhidos de depoimentos com os arquitetos Ricardo Guerra Florez e Michail Lieders, os quais estudaram na FAUUSP entre 1964 e 1969.
- (47) Refere-se a Garrett Eckbo, arquiteto paisagista norte-americano.
- (48) Refere-se aos professores Silvio Soares Macedo, Sun Alex e Maria Angela Faggin Pereira Leite.
- (49) Refere-se ao professor Júlio Roberto Katinsky.
- (50) Refere-se ao professor Augusto Rittes Garcia.
- (51) Deve estar se referindo ao professor Caetano Fracarolli.

- (52) Refere-se ao professor José Luiz Ferreira Fleury de Oliveira.
- (53) Refere-se ao botânico Harry Blossfeld, autor do livro *Jardinagem*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- (54) Refere-se aos arquitetos Rosa Grena Kliass e Fernando Magalhães Chacel.
- (55) Refere-se ao paisagista Roberto Burle Marx.
- (56) Refere-se a Emmanuel Antonio dos Santos, que publicou o artigo "Por que planejar com a paisagem?", *Pós, Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 13, junho de 2003.
- (57) Refere-se ao professor Paulo Renato Mesquita Pellegrino, do Grupo Disciplinas Paisagem Ambiente (GDPA), do Departamento de Projeto da FAUUSP.
- (58) EIA – Estudo de Impacto Ambiental; RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

O ENSINO DE PAISAGISMO NA FAUUSP E A FIGURA DE MIRANDA MAGNOLI

MIRANDA MAGNOLI AND THE DEVELOPMENT OF LANDSCAPE PLANNING AND DESIGN AT FAUUSP

Silvio Soares Macedo

*Professor titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: ssmduck@usp.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Este artigo trata do processo de construção teórica e metodológica da área de Paisagismo da FAUUSP pela professora Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli, no período de 1972 a 1989, no qual desenvolveu intensa atividade docente e de pesquisa, tanto na graduação como na pós-graduação, e estabeleceu com sua equipe de professores pesquisadores os pressupostos teóricos do paisagismo brasileiro – processo que resultou, em 2006, no maior grupo de ensino e pesquisa do país.

Palavras-chave: Ensino, paisagismo, universidade.

ABSTRACT

This paper focuses on the development of the concepts and the methodology for the studies of the brazilian landscape architecture and planning by professor Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli and her team between 1975-1989 at FAUUSP.

Key words: Education, landscape architecture, university.

O ENSINO DE PAISAGISMO NA FAUUSP E A FIGURA DE MIRANDA MAGNOLI

MIRANDA MAGNOLI AND THE DEVELOPMENT OF LANDSCAPE PLANNING AND DESIGN AT FAUUSP

Pode-se dizer, com certeza, que o ensino e o entendimento do Paisagismo no Brasil passa por uma ruptura radical a partir do trabalho desenvolvido por Miranda Magnoli na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), a partir dos anos 1970. Nessa década, a professora assume, primeiramente ao lado de Antonio Augusto de Azevedo Antunes e Antonio Rittes Garcia, e depois com uma equipe especialmente escolhida, a responsabilidade de ministrar a disciplina no curso de graduação da Escola. É a partir de seu trabalho e, principalmente, dos conceitos por ela desenvolvidos e aplicados nas disciplinas de sua responsabilidade, que grandes mudanças se efetivam e o Paisagismo deixa de ser uma disciplina isolada e acessória do curso de Arquitetura e Urbanismo para se tornar uma área de conhecimento consistente e matéria de peso no universo projetual da faculdade.

Até então, no Brasil em geral, e na USP em particular, a disciplina tinha seu foco na concepção de jardins e era literalmente “odiada” pela maioria dos alunos, que a consideravam extremamente cosmética; uma matéria na qual se aprendia a fazer jardins e nomes complicados de plantas, e os professores eram denominados jocosamente de jardineiros e plantadores de vasos.

A disciplina era única até então e estava, no início dos anos 1970, totalmente desprestigiada na Escola. Em 1971 o aluno podia escolher entre fazer Paisagismo ou Planejamento Urbano – disciplinas que compartilhavam o mesmo horário. A disciplina de Paisagismo era oferecida somente em semestres ímpares, sendo nos semestres pares ministradas disciplinas optativas de Paisagismo para aqueles que já haviam cursado a matéria. Geralmente, essas disciplinas eram freqüentadas por poucos alunos, os quais tinham, então, a chance de aprofundar seus conhecimentos em não mais de dois títulos de disciplinas. Foram alunos daquelas disciplinas optativas, que duraram não mais de dois anos, os paisagistas Benedito Abbud e Sun Alex, entre outros.

A matéria era, apesar dessa situação precária, tradicional na FAUUSP, tendo sido ministrada por quase duas décadas pelo paisagista norte-americano Roberto Coelho Cardozo. Este, apesar de seu papel fundamental na constituição do paisagismo moderno brasileiro e, sobretudo, paulistano, nunca se preocupou em fazer uma carreira universitária consistente, nem em implementar a disciplina no curso. Na FAUUSP, na década de 1960, foram desenvolvidas as áreas de Planejamento Urbano e Regional, de Desenho Industrial e de Programação Visual pelos professores Lauro B. Birkholz, Lucio Grinover e Élide Monzeglio, entre outros, todas devidamente apoiadas pela Escola, enquanto o Paisagismo foi gradativamente tendo seu papel minimizado a ponto de só não desaparecer de vez pela ação do professor Birkholz, que ofereceu a chance de compartilhamento de disciplinas com Planejamento Urbano, o Paisagismo ocupando o espaço de uma disciplina de Planejamento na grade curricular, agregando-se como disciplina da seqüência de disciplinas ou grupo de Planejamento Urbano e Regional.

Roberto Coelho Cardozo, como muitos outros professores arquitetos e paisagistas, até estes primeiros anos do século XXI era um profissional de prancheta que, mesmo sendo um professor de qualidade, não tinha interesse em ter vínculos estreitos com a universidade nem em criar uma equipe sólida de trabalho, que continuasse suas atividades e pensamentos na Escola. As matérias ministradas por Cardozo eram focadas, essencialmente, na formulação de jardins ou de espaços públicos ajardinados; tinham um caráter estritamente projetual e pouco se preocupava em desenvolver uma base conceitual sólida com os alunos, como em muitas das disciplinas práticas daqueles tempos. Em seus programas de ensino, apareciam projetos como o da praça Roosevelt em São Paulo, para a qual Cardozo desenvolveu uma proposta urbanístico-paisagística, jardins de estúdios e terraços de apartamentos e pequenas praças, caracterizando-se, enfim, como uma disciplina de caráter bastante complementar ao curso de arquitetura.

Nas décadas de 1950 e 1960, o trabalho do paisagista no país era basicamente centrado na construção de jardins e parques sofisticados para as elites, tanto para os palácios do Estado como para mecenas da alta sociedade, que encomendavam projetos especiais para arquitetos e paisagistas, como se encomendavam obras de arte para artistas plásticos de renome.

Naquele tempo arquitetura era considerada obra de arte pela maioria e o acesso ao trabalho de arquitetos e paisagistas era restrito a poucos, e assim poucos, muito ricos e poderosos eram os clientes, tanto do grande paisagista brasileiro da época, Roberto Burle Marx, como os de Cardozo e de seu contemporâneo Waldemar Cordeiro, os quais desenvolveram importante trabalho na capital paulistana e arredores.

Praticamente somente a cidade do Rio de Janeiro contava com uma estrutura eficiente de produção de espaços livres públicos, enquanto na capital paulista apenas no final da década de 1960, graças ao trabalho pioneiro de Rosa G. Kliass e da própria Miranda, criaram-se bases para a estruturação de um departamento de parques e jardins local, que implementou a modernização do pensamento e dos métodos de concepção de projetos paisagísticos públicos.

Nesse contexto se deu a formação de Miranda que, trabalhando tanto como arquiteta de edifício como com paisagismo, no caso com Cardozo e Kliass, sua contemporânea nos bancos escolares, acabou finalmente em 1964 ingressando na FAUUSP, como auxiliar do professor de projeto de arquitetura Abelardo de Souza, passando nos anos 1970 a lecionar exclusivamente Paisagismo.

Naquele início de década, quando Miranda se envolveu definitivamente com a disciplina, Cardozo já havia deixado a Escola e o país, indo residir na Inglaterra com a família, e seus parceiros Rittes e Antunes acabaram se retirando também da disciplina, primeiro Antunes, que se dedicou à pintura e depois Rittes, o qual se transferiu para a sequência de disciplinas de Projeto de Arquitetura.

A disciplina já passava por algumas mudanças em seus conteúdos, e em 1974, a então denominada AUP 0202 – Paisagismo: Introdução, propunha em seus procedimentos a análise de trechos de bairros paulistanos e exigia dos alunos propostas de ação sobre os espaços livres públicos e privados, em um embrião do que viria a ser feito ao final da década de 1970.

A Grande Mudança e a Formação de uma Equipe

Em 1975, a equipe de Paisagismo se limitava a Miranda e Rittes e contava com a contribuição como colaborador/monitor voluntário do recém-formado arquiteto Silvio Soares Macedo, já que Antunes havia se retirado no ano anterior.

Muitas decisões foram tomadas. A primeira delas, estrutural na inserção da disciplina no curso, foi de sua transferência do 4º ano do curso para o 1º semestre do 1º ano, na medida em que

se desejava desmistificar o entendimento corrente na Escola e apregoadado, especialmente por professores de outras disciplinas, da superficialidade do assunto e dos conteúdos da disciplina, estritamente voltado ao ensino da vegetação.

Mudar o Paisagismo para o 1º ano significava iniciar um trabalho de base, entre os alunos, sobre o papel do Paisagismo, que deveria ser visto, a partir de então, como um assunto fundamental na formação do arquiteto e urbanista e não mais como uma temática complementar. A mudança de postura foi um fato fundamental, como foi, a partir de 1976, a criação de uma equipe de professores interessados, voltada para a introdução de novos métodos de ensino estruturados na nova base conceitual adotada, alicerçada na figura espaço livre de edificação.

Entendia-se, como foi imediatamente confirmado na prática, que alunos jovens, recém-ingressantes, eram mais abertos a novas colocações e livres dos preconceitos contra a disciplina, constantemente insinuados por professores e colegas mais velhos. O aluno novo na Escola vinha, como sempre virá, pronto para receber novos conhecimentos e com pouco ou nenhum preconceito extremamente arraigado, que, caso existam, são extremamente frágeis e inconsistentes, sendo modificados com facilidade, na medida em que os novos conhecimentos sejam estruturados por bases teóricas e éticas consistentes.

O ano de 1975 foi o da mudança da disciplina para o 1º ano e esta foi um sucesso perante os alunos ingressantes, que viram na matéria assuntos importantes para sua formação como arquitetos e urbanistas e dedicaram-se, de uma maneira inusitada até então, ao Paisagismo, mostrando aos professores, ainda um tanto receosos de possíveis confrontos, bastante freqüentes no passado recente, do acerto de suas decisões e posturas.

A mudança de objetos de estudo e projeto, que passaram a ser, então, os espaços livres urbanos e a paisagem da cidade, ao invés de plantas e belos jardins, não foi uma mera estratégia de ensino dos professores, mas a reflexão do amadurecimento teórico e conceitual de Miranda que, naquela época, já acumulava uma experiência projetual de porte (era proprietária, inclusive, de um conceituado escritório de paisagismo na cidade) e uma base teórica sólida, derivada essencialmente de um intenso e autodidata processo de estudos, visando à compreensão da paisagem e do paisagismo do ponto de vista dos arquitetos e urbanistas.

Desde o final dos anos 1960, ela já tinha a percepção que existia algo de pouco consistente no entendimento corrente, que o Paisagismo seria uma matéria baseada na concepção e construção de jardins, e esse momento foi o escolhido para começar a introduzir suas novas idéias. Partia de um raciocínio lógico, abrangente, indicando que o jardim seria um dos objetos de ação dos paisagistas — naquele tempo era praticamente este o único objeto de trabalho profissional dos poucos paisagistas em ação no Brasil, como Roberto Burle Marx e a própria Miranda.

Para isso, utilizou como referências os estudos de paisagistas americanos como Halprin e Eckbo, de geógrafos nacionais como Aziz Ab'Saber, de ambientalistas em evidência como Paulo Nogueira Neto, e muitos outros autores, sempre buscando uma visão interdisciplinar e, portanto, abrangente, de modo a construir uma linha própria de entendimento teórico de sua área de conhecimento.

Nos anos 1980 manteve intenso diálogo com Milton Santos, fortalecendo seu pensamento e influenciando extremamente o desenvolvimento das teorias do colega sobre a questão da paisagem.

Buscava e encontrou uma estrutura teórica para o paisagismo nacional, livrando-o dos ícones consagrados até então e conferindo a ele uma dimensão socialmente abrangente. O primeiro passo foi a alteração do objeto de estudo, passando a ser o que Miranda denominou espaços livres de edificação e de urbanização, os quais definiram precisamente o escopo do trabalho do paisagismo, utilizando como base os conceitos de espaços livres já de certo uso, no meio dos

arquitetos, bastante influenciados pelo estudo de autores como Kevin Lynch e Gordon Cullen, que valorizavam os estudos visuais da paisagem urbana e de seus espaços livres.

Esse termo era, como ainda é, extremamente genérico para explicitar o escopo do trabalho da disciplina, e a adoção da nova denominação buscava redimir qualquer tipo de dúvidas a respeito, como de fato foi feito. O entendimento do espaço livre como elemento de projeto dos arquitetos serviu para a expansão do campo de estudo e de trabalho de muitos arquitetos que, mesmo não entendendo nada do assunto, punham-se a tratar da matéria, aproveitando-se do significado vago que a palavra, por vezes, oferece e da necessidade premente que os arquitetos brasileiros sempre sentiram de expandir seu campo de atividades.

Não foi à toa que nos anos de 1960 e 1970 foram anexadas ao currículo da FAUUSP as matérias de Desenho Industrial, Comunicação Visual, e mesmo de Paisagismo e Planejamento Urbano e Regional, de modo que, aos alunos de seu curso, era ensinado que tudo era arquitetura, do desenho de uma logomarca ao plano de uma cidade.

Miranda deslocou o foco da disciplina: este é transferido dos jardins, em especial, e das áreas verdes, em geral, para todos os espaços livres de edificação da vida cotidiana da população, como as ruas, praças, quintais, terrenos baldios, parques e até mesmo os jardins. No periurbano e no não-urbano, o foco é colocado nos espaços livres de urbanização, isto é, aqueles ainda não ocupados pelas instalações urbanas, para os quais se discutiria a conveniência ou não de ocupação urbana e se a urbanização seria proposta dentro de critérios paisagísticos e ambientais. Esses procedimentos foram baseados, primeiramente, nas idéias de McHarg e seus contemporâneos, que lançam na época novos conceitos de avaliação e de ação sobre a paisagem, em especial a de caráter regional.

As primeiras mudanças foram feitas na então única disciplina obrigatória existente, a AUP 0202, que passou a tratar da leitura e compreensão da paisagem urbana, sendo dado ênfase ao estudo de bairros da cidade, sua configuração e uso de solo e nos usos de seus espaços livres. Era clara a interface com o desenho urbano, matéria nunca claramente estudada no Brasil, a não ser por poucos autores, como Vicente Del Rio e Maria Elaine Kolsdorff, e naquele momento não existente como matéria nem nominalmente na Escola.

O espaço livre era, já na época, objeto de trabalho de inúmeros arquitetos que, mesmo não entendendo do assunto, nem de Paisagismo, aventuraram-se, como ainda o fazem, no projeto de tais espaços, como praças e parques. Na metade do século XX, os arquitetos buscavam ampliar seus horizontes de trabalho e além do edifício, aventuravam-se nos campos do Urbanismo, Design Gráfico e Industrial, Paisagismo e muitas outras áreas.

Na disciplina e em seus novos conteúdos era evidente a preocupação de Miranda com a discussão da metrópole paulistana, que era evidenciada pela escolha do local de trabalho, agora não mais pequenos trechos urbanos ou quadras, mas sim trechos extensos da cidade, especialmente situados em áreas mais afastadas, como a então longínqua zona leste, em extensos trechos indo do Brás à Penha.

Para consolidar uma disciplina estrutural na Escola e já aceita como tal há cerca de uma década, mas não implementada por falta de interesse real de seus antecessores, Miranda julgou necessária a contratação de uma equipe de pelo menos cinco novos docentes, de modo que esta se emparelhasse em número com aquelas as quais operavam as demais disciplinas obrigatórias do Departamento de Projeto da Escola. Assim foi feito, com o apoio da diretoria da FAUUSP e da chefia do departamento.

A partir da entrada da equipe de novos professores em 1976, composta pela veterana paisagista Ayako Nishikawa, que tinha larga experiência de trabalho com Roberto Coelho Cardozo e Rosa Kliass, e que, na época, tinha escritório próprio; Eleonora Seligmann, arquiteta paisagista do

Departamento de Áreas Verdes da Prefeitura Municipal de São Paulo – Depave – trabalhava em sociedade com a paisagista Vera Ilse Cruz; Sun Alex, arquiteto formado em 1974, o qual tinha sido monitor de Paisagismo durante sua graduação na Escola e trabalhava na área desde sua formatura; da bióloga Maria Angela F. Pereira Leite e de Silvio Soares Macedo, arquiteto formado na mesma turma de Sun Alex, que já desenvolvia alguns estudos sobre paisagem urbana. As condições mínimas de trabalho, para a existência do Paisagismo na FAUUSP, estavam completas.

A condição para participação na equipe era que todos estivessem envolvidos, ao menos por meio período, com a faculdade e que fizessem pesquisa – e tal condição foi aceita por todos, os quais iniciaram nos anos seguintes seus mestrados, todos orientados por Miranda, exceto a professora Maria Angela, sendo orientada por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, do curso de Geografia da USP.

Os Anos 1980 – Consolidação da Disciplina no Curso de Graduação ..

A construção da estrutura didática das disciplinas de Paisagismo foi um processo difícil, decorrente de intensas, longas e contínuas discussões, nas quais cada nova idéia era objeto de avaliação coletiva, cada conteúdo era cuidadosamente discutido e avaliavam-se as possibilidades de novos exercícios e disciplinas. As reuniões eram semanais e duravam de duas a três horas e eram conduzidas por Miranda, que direcionava todos os debates, por vezes acalorados, e a qual freqüentemente introduzia ou induzia novas idéias e temáticas, que refletiam sua inquietação constante e uma determinada disposição para não errar e buscar novos caminhos.

A década de 1980 foi um marco para todos, pois os novos alunos que chegavam vinham com uma forte disposição para o aprendizado de arquitetura; não eram mais os inconformados e contestadores dos anos 1970, mas jovens engajados na discussão de novos rumos para a arquitetura e para o país, para os quais o ato de projetar não era um libelo contra a ditadura repressiva; eram estudantes ansiosos por entender o desenho como ato de projeto, de conhecimento dos processos, fatos e da nova realidade do país como sua arquitetura, seu urbanismo e o seu paisagismo poderiam contribuir para os novos tempos.

Aos anos 1980 correspondeu também uma nova e radical organização das disciplinas, que foram reformuladas de modo a atingir de forma mais direta aos alunos e nas quais os exercícios longos e multifocados foram substituídos por um conjunto de pequenos exercícios gramaticais e, por um último, mais longo em duração e aplicado para toda a turma.

O termo exercício gramatical surge para designar um tipo de trabalho de curta duração, de não mais de duas ou três semanas, no qual o compromisso com a realidade é mínimo ou nenhum e tem-se o objetivo de, por meio de solicitações objetivas, desenvolver a compreensão do aluno sobre um aspecto específico de projeto, seja a noção de escala e dimensão de um parque, a espacialização de densidades em um território, o uso de vegetação ou a modelagem de um terreno. Sua estrutura e conceituação se opõem a um exercício tradicional de projeto no qual, na medida do possível, objetiva-se a simulação de uma ação real sobre um local existente.

Nesse tempo, já tinham sido introduzidas, no curso, três disciplinas optativas – AUP 0267 – Plantas e Projetos de Plantação, AUP 0271 – Parques: Projeto, e AUP 0265 – Paisagismo na Cidade (ainda existentes na grade da Escola em 2006), e iniciou-se ainda, de um modo embrionário, o lecionamento da AUP 0228 – Planejamento da Paisagem: Introdução, seguida da AUP 0230 – Planejamento da Paisagem: Desenho no Espaço Regional, ambas versando sobre planejamento paisagístico e ambiental, alocadas em horário noturno e quase apêndices em uma grade escolar muito congestionada. Essas novas disciplinas juntas tinham uma carga horária muito baixa, não mais de três horas/aula semanais, sendo efetivamente dadas no dobro do tempo, devido ao grande envolvimento de professores e alunos.

Essas introduziram, pela primeira vez no país, em uma escola de arquitetura, a discussão do planejamento paisagístico e ambiental e utilizaram como objeto de estudos as regiões entre Campinas e São Paulo, São José dos Campos, Jacareí e os municípios que compreendem a área de proteção ambiental da serra do Japi, todas áreas escolhidas por Miranda, com o aval da equipe. Objetivava-se introduzir aos alunos do 4º ano do curso fundamentos paisagísticos, que lhes permitisse, como arquitetos e urbanistas, distinguir quais espaços poderiam ou não ser ocupados pela urbanização em função de seus valores ambientais e paisagísticos, de modo a lhes fornecer um apoio mais amplo na vida profissional.

A implantação dessa disciplina foi bastante difícil para o corpo de professores, a maioria acostumada a estudar e projetar pequenos espaços urbanos, para os quais o domínio das grandes escalas era ainda um fato distante. Essa dificuldade era flagrante nas primeiras edições das matérias, as quais não ultrapassavam muito a fase de diagnóstico, fortemente embasadas nos métodos de levantamentos por *layers*, idealizados por Ian McHarg, que pareciam, naquela época, altamente eficientes para a equipe. No caso, mostrar aos alunos como entender a paisagem e seus elementos constituintes, como a hidrografia, a cobertura vegetal, a dimensão das manchas urbanas e seu potencial de crescimento – ações estas bastante distantes para os estudantes nas disciplinas de Planejamento, era uma vitória e marcava a presença do Paisagismo no ensino da escala do território, o qual, na faculdade, era exclusivamente apoiado em dados socioeconômicos e atributo exclusivo das disciplinas de planejamento urbano e regional.

Por outro lado, as mudanças na AUP 0220 e nas sucessoras AUP 0222 e AUP 224 (Paisagismo: Introdução e Paisagismo do Entorno das Edificações, respectivamente) foram bastante drásticas, sobretudo no tocante aos seus procedimentos didáticos, totalmente unificados. Anteriormente, cada professor era responsável, junto de seus alunos, pelo estudo de um bairro da cidade e cada uma de suas equipes deveria fazer uma ação paisagística de sua escolha sobre o setor que estava pesquisando. Percebeu-se uma grande dispersão de interesses e de foco na classe, pois cada equipe se preocupava, exclusivamente, com suas atividades, sem manifestar interesse pelo trabalho da equipe vizinha. Para o professor esse era um fato inconveniente, pois, para cada equipe, deveria oferecer um tipo de atendimento adequado ao seu objeto de estudos, que poderia ser um parque, uma praça, o redesenho de uma quadra inteira ou, até mesmo, o projeto de um pátio privado com seus jardins, sendo, portanto, muito difícil um envolvimento pleno de todos os alunos sob sua responsabilidade sobre um estudo comum.

Na FAUUSP desde os anos 1970, convencionou-se, devido a pouca disponibilidade de professores, que a cada turma de 150 alunos corresponderiam seis docentes, de modo a obter-se uma relação professor/aluno de 1:30, altíssima em relação às demais escolas do Brasil, e que praticamente inviabilizou a execução de trabalhos individuais, ao menos nas disciplinas obrigatórias. Já nas disciplinas optativas, conseguia-se manter relações menores de 1:20 e 1:15 e os trabalhos individuais se viabilizam com facilidade.

Decidiu-se, então, no início dos anos 1980, pela unificação dos trabalhos, que seriam os mesmos para todos os alunos e divididos em duas partes. A primeira se constituiu de um conjunto de exercícios gramaticais, em número de dois ou três, e depois uma etapa de trabalhos sobre um lugar real. Inicialmente o curso foi formatado em torno dos exercícios gramaticais e somente depois de alguns anos foi introduzida a segunda etapa.

O desenvolvimento dessas novas posturas foi favorecido pela chegada na equipe de Benedito Abbud, substituto de Eleonora Seligmann, que se retirou por incompatibilidade com a dinâmica de trabalho do grupo. Benê, como é conhecido por todos, era um profissional de excepcional qualidade, já proprietário de um escritório em franca expansão, fato este que levou a seu afastamento da Escola depois de poucos anos de atividades.

Abbud foi o responsável pela introdução de um dos mais importantes exercícios gramaticais desenvolvidos na época, denominado simplesmente de Vegetação que, a partir de uma maquete simples, levava os alunos ao entendimento do papel construtivo das plantas. O modelo era feito sobre uma base de isopor, sobre a qual eram criados espaços diversos somente com os volumes vegetais – árvores e arbustos – simplificados em volumes toscos, mas eficientes, sendo exigida a criação de, ao menos, três clareiras as quais viabilizariam os demais espaços, e apresentariam situações distintas ao usuário.

Outro exercício gramatical muito importante e interessante foi criado por Sun Alex, chamado pela equipe simplesmente de Areia, e destinava introduzir ao aluno a compreensão da modelagem do terreno, ao entendimento tátil das curvas de nível e a utilização da água. Esse exercício, como o anterior, foi aplicado durante toda a década e por alguns dos primeiros anos da década seguinte, e formavam uma trilogia visando introduzir ao estudante os fundamentos do projeto paisagístico. O aluno recebia uma caixa de areia, que deveria estar úmida e organizar planos de piso modelados na areia.

O terceiro exercício se destinava a mostrar ao aluno o papel das construções na configuração da paisagem urbana e teve várias formas, sendo ora feito com caixas de fósforos, representando unidades habitacionais, ora com elementos de isopor ou madeira, estruturados e articulados entre si sobre modelos de terrenos. Esse exercício demorou muitos anos para se consolidar e, lentamente, foi deixando de ter um caráter gramatical para ter uma característica típica de simulação da realidade, como qualquer exercício do curso de Arquitetura e Urbanismo, e assim permanece com algumas variações até 2006, na disciplina obrigatória AUP 0650 – Arquitetura da Paisagem.

A grande novidade do período, um marco metodológico e conceitual, foi a introdução do uso do chamado máscara de espaços livres, também conhecida como figura-fundo por muitos, e a qual visava expor ao aluno como eram e onde estavam os espaços livres urbanos.

Cada estudante deveria, como primeiro exercício do semestre, fazer sobre sua quadra de moradia uma marcação de todos os espaços livres de edificação em três pranchas – na primeira, todos os espaços livres em amarelo; na segunda, os espaços livres públicos e privados deveriam ser marcados em azul claro e azul escuro, respectivamente, e, por fim, os espaços livres visualmente acessíveis do ponto de vista do pedestre deveriam ser marcados em linhas em vermelho. Além dessas máscaras, pedia-se a avaliação de uso do espaço livre, a construção da morfologia da quadra em perspectiva isométrica e o uso do solo existente.

A aplicação desse exercício durou muitos anos e servia como introdução ao universo paisagístico a partir de sua quadra de origem, fato este que facilitava a compreensão, pelo aluno, das solicitações dos professores.

O uso das máscaras se originou de estudos desenvolvidos por Miranda para sua tese de livre-docência em 1982, intitulada Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana, decorrentes da busca intensa da professora pela compreensão da dimensão paisagística da metrópole paulistana e de seus espaços livres e para a qual foi escrito o texto “O espaço livre, objeto de trabalho”, no qual, pela primeira vez, Miranda colocou ao público e por escrito seus conceitos sobre espaços livres de edificação e urbanização.

A pesquisa, desenvolvida entre os anos de 1978 e 1982, foi realizada em grande parte com recursos próprios e envolveu dez alunos de graduação e o professor Silvio Soares Macedo, os quais colaboraram com Miranda na construção de um imenso acervo gráfico, com objetivo de ilustrar e complementar os conceitos a serem aplicados e expostos na tese.

Essa, por motivos de prazos, não apresenta em plenitude todo o conhecimento que a professora havia desenvolvido e o qual foi apresentado posteriormente em outros textos, especialmente

aquele levado ao II SEDUR – Seminário de Desenho Urbano em 1986, intitulado “O parque no desenho urbano”. Em seus anexos estão contidos os mapas síntese sobre São Paulo, especialmente concebidos para a tese e, com texto, as primeiras máscaras de espaços livres elaboradas por Miranda, que dariam origem ao exercício citado.

A tese e, principalmente, a pesquisa se prestaram ao aumento do arcabouço teórico e metodológico de Miranda que, na época, já orientava na pós-graduação da Escola a maioria dos professores da equipe, além de alunos como Benedito Abbud e Vladimir Bartalini, os quais se tornariam, mais tarde, professores de Paisagismo na FAUUSP.

Nessa década foram alunos de Miranda e de Silvio Macedo na graduação, Eugenio Queiroga e Fabio Mariz Gonçalves que, na década seguinte, seriam seus orientandos na pós-graduação e viriam a ingressar como professores de Paisagismo da Escola anos mais tarde.

Especialização

A formação de arquitetos com entendimento do que fosse Paisagismo sempre foi o foco das atividades do grupo de professores de Paisagismo na FAUUSP, mas a solicitação por professores e especialistas sobre o assunto era uma demanda concreta, já no final dos anos de 1970 e, por iniciativa de Miranda, foi montado o primeiro curso de especialização sobre a matéria, em 1981.

O curso foi dividido em duas partes: a primeira – um conjunto de grandes conferências e palestras ministradas pelos maiores expoentes em seus campos de conhecimento como Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, climatólogo, Aziz Ab' Saber, geomorfólogo, Rosa G. Kliass, paisagista e muitos outros, além das professoras Miranda e Maria Angela da área de Paisagismo da FAUUSP; a segunda parte consistiu em uma atividade de ateliê concentrada, na qual cada aluno discutiu seus trabalhos com os professores do grupo e com o professor Vladimir Bartalini (da PUC-Campinas, especialmente convidado), que viria a ser contratado como docente de Paisagismo pela faculdade.

Ao final do curso os trabalhos individuais, agrupados por temáticas, foram apresentados em seminários temáticos e muitos chegaram a ser publicados em revistas científicas.

O curso foi um sucesso e foram formados cerca de 80 especialistas, a maioria deles trabalhando com Paisagismo ainda em 2006, em docência ou projeto, e muitos foram incorporados a órgãos públicos.

A esse curso pioneiro sucederam-se muitos outros pelo Brasil, mas na FAUUSP somente um outro foi organizado em 1989 pelos professores de Paisagismo, já em um momento em que Miranda tinha se afastado em virtude de uma aposentadoria voluntária e, para todos, precoce.

O curso formatado por Miranda teve como objetivo principal o aumento do número de profissionais, formalmente, habilitados para responder a questões paisagísticas, em um momento em que a pós-graduação *stricto sensu* ainda era incipiente e a demanda por paisagistas já era expressiva.

A estrutura didática adotada, focada em um ciclo de palestras e trabalhos individuais espelhava a formação do paisagista de então, e da própria Miranda, que aprendeu o ofício e a teoria de um modo autodidata, na prática do escritório, na leitura e palestras, inclusive de alguns de seus convidados para o curso, em uma busca incessante pelo conhecimento. Naquele momento ela viu a oportunidade de trazer para muitos, de um modo sintético e processado, este conhecimento, além de pessoalmente transmitir sua larga experiência teórica acumulada.

Foi um curso informativo e interdisciplinar, como devem ser os cursos de especialização, sintético e amplo no sentido de propiciar aberturas ao pensamento. Para a equipe de professores, a

maioria já tendo trabalhado como instrutores e assessores, foi uma chance de entrar, a maioria pela primeira vez, em contato direto com autores importantes e ampliar significativamente seus conhecimentos e sua experiência didática, na medida em que não estavam mais lidando com alunos de graduação, mas com profissionais de diversas formações, muitos mais velhos que os próprios professores.

Pós-Graduação e Pesquisas – Reflexos Sobre a Graduação

Os anos 1980 foram caracterizados pela estruturação do Paisagismo no âmbito da pós-graduação da FAUUSP e decisivos na construção teórica da área na USP. Foram tempos de um só orientador, Miranda, e as disciplinas foram estruturadas por ela para colaborar nas diversas pesquisas em andamento de seus professores-alunos-orientandos. Somente na década seguinte teriam, de fato, um rebatimento direto no ensino da graduação, com a colaboração dos professores Paulo Pellegrino, que desenvolveu estudos importantes sobre planejamento a paisagem; Fabio Mariz Gonçalves e Silvio Soares Macedo, voltados aos estudos da paisagem urbana; e dos professores Maria Angela F. P. Leite, Catarina Lima e Euler Sandeville, com suas construções teóricas sobre paisagem e história do paisagismo. Nos anos 1980, os conceitos desenvolvidos pela professora em suas pesquisas tiveram um reflexo direto sobre as disciplinas de graduação, de forma que, apreendidos pelos professores do grupo em reuniões e orientações e convertidos em exercícios, textos e conteúdos de aulas, alteraram o modo de olhar a paisagem e o paisagismo dos estudantes de graduação de então, dos quais muitos, pela adoção deste novo modo de entendimento, acabaram por ingressar na área de trabalho, tanto na área de ensino e pesquisa como em escritórios de paisagismo.

Conclusão

Certas figuras no panorama do conhecimento destacam-se pela adequada percepção que tiveram, do momento histórico vivido para se desenvolver, não só de um modo pessoal, como para contribuir na formação de muitos outros, criando uma escola, um modo de pensar diferenciado e adequado às necessidades sociais emergentes. Esse é o caso de Miranda que, ao receber o encargo de responsabilizar-se pela falida disciplina de Paisagismo da FAUUSP, transformou-a em uma das muitas disciplinas de pós e graduação de um grupo de ensino e pesquisa consistente e atuante. A consolidação conceitual e metodológica do paisagismo brasileiro, por meio da mudança citada de seu objeto de referência – da vegetação para os espaços livres e da paisagem meramente visual e pitoresca para a paisagem como resultado de processos sociais e ambientais – é a grande contribuição de Miranda que, para tanto, apoiou-se em estudiosos de ponta em termos de Brasil, como Olga Cruz, Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto F. Monteiro entre outros, destacando-se o trabalho com Milton Santos, a quem acolheu em suas disciplinas de pós-graduação, em seu retorno ao Brasil, e de quem se tornou parceira intelectual nos anos 1980. Desse encontro não se tem nenhum texto escrito, exceto citações do próprio Milton em um de seus livros¹ e na memória dos alunos de pós-graduação, os quais tiveram a chance de conviver com os dois em suas aulas conjuntas.

Essas parcerias, e seus estudos e procuras constantes, resultaram na consolidação de um modo de pensar o Paisagismo, na escala do território, bem mais consistente e adequado às demandas nacionais que aquele utilizado no Paisagismo de então, baseado em textos e procedimentos de Ian McHarg, Simonds e outros paisagistas americanos contemporâneos, então uma vanguarda teórica e metodológica.

Os resultados vieram nos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, com o aprofundamento e aperfeiçoamento dos fundamentos desenvolvidos nos anos 1970 e 1980 por seus alunos, e alunos de seus alunos, e com a consolidação e expansão do programa de pós-graduação da

FAUUSP, que criou a condição para a criação da primeira área de concentração em Paisagismo do país – a área de concentração Paisagem e Ambiente, composta, em 2006, de 16 professores e da qual a própria Miranda faz parte.

Seus primeiros discípulos, como Maria Angela F. Pereira Leite, Paulo Pellegrino, Maria A. Franco, Vladimir Bartalini, Catarina Lima, Euler Sandeville Jr. e Silvio Soares Macedo já formaram inúmeros discípulos, criaram e participam de núcleos de pesquisa de renome e iniciaram a produção de textos e livros. A revista da área *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, criada ainda no tempo de docência de Miranda e por ela incentivada, no início um simples caderno reunindo alguns artigos, resultado de uma impressão fotocopiada patrocinada pelos professores, transformou-se na única revista científica do país sobre o assunto, sendo atualmente o veículo de divulgação de textos e pesquisadores do país todo.

Os resultados foram vindo aos poucos, mesmo lentos a princípio, tendo alguns fracassos naturais, sucessos, textos e seminários. A partir da atuação de Miranda, o Paisagismo no Brasil nunca mais será entendido somente como jardinagem.

Nota

(1) *Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

POR UM PAISAGISMO CRÍTICO: UMA
LEITURA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE
MIRANDA MAGNOLI PARA A AMPLIAÇÃO
DO CORPUS DISCIPLINAR DO
PAISAGISMO

TO A CRITICAL LANDSCAPE
ARCHITECTURE: A READING ABOUT THE
MIRANDA MAGNOLI'S CONTRIBUTION
TO THE INCREASING OF THE
LANDSCAPE ARCHITECTURE AREA

Eugenio Fernandes Queiroga

*Professor titular da FAU-PUC-Campinas,
professor do Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo da PUC-Campinas; professor doutor
da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: queiroga@usp.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Discorre-se e interpreta-se sobre a contribuição da arquiteta Miranda Magnoli para a ampliação do *corpus* disciplinar do Paisagismo. Discutem-se conceitos desenvolvidos e suscitados pelo trabalho de Magnoli e apresenta-se, com o caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, um exemplo do estabelecimento de relações entre campos disciplinares para o trato do espaço urbano, em disciplinas de graduação e de pós-graduação. Tem-se claro a importância da arquiteta para elevar a outro patamar o nível de interlocução entre as áreas de arquitetura, paisagismo e urbanismo.

Palavras-chave: Paisagismo crítico, paisagem, ambiente, espaço livre, espaço público.

ABSTRACT

It is discoursed and it interpreted on the contribution of architect Miranda Magnoli to extend the *corpus* of the Landscape Architecture discipline. Concepts developed for the work of Magnoli are argued and it is presented an example of the establishment of relations between knowledge areas for the treatment of the urban space, in disciplines of graduation and post-graduation, with the case of the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo of the PUC-Campinas. The importance of the architect is had clearly to raise in another platform the interlocution level between the areas of Architecture, Landscape Architecture and Urbanism.

Key words: *Critical landscape architecture, landscape, environment, open space, public space.*

POR UM PAISAGISMO CRÍTICO: UMA LEITURA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE MIRANDA MAGNOLI PARA A AMPLIAÇÃO DO CORPUS DISCIPLINAR DO PAISAGISMO

TO A CRITICAL LANDSCAPE ARCHITECTURE: A READING ABOUT THE MIRANDA MAGNOLI'S CONTRIBUTION TO THE INCREASING OF THE LANDSCAPE ARCHITECTURE AREA

Introdução

Artigo homenagem, oportunidade de refletir, retornar ao passado e retomar o futuro, aprendendo sempre sobre o pensar livre de ortodoxias de Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli. Assim, investindo-se de alguma ousadia, elabora-se uma leitura sobre pequena, mas significativa, parte da enorme contribuição de Magnoli para a área de Paisagismo. Primeiro apresentam-se questões conceituais desenvolvidas e suscitadas pelo trabalho de Miranda Magnoli, em seguida discorre-se rapidamente sobre a difusão do pensamento magnoliano no meio acadêmico e mostra-se, com o caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, um exemplo do estabelecimento de relações entre campos disciplinares para o trato do espaço urbano, em disciplinas de graduação e de pós-graduação.

É bem provável que outros artigos neste número abordem alguns temas similares, devido à importância para a área de Paisagismo. Sempre cabe um outro olhar, aqui, bastante influenciado por Milton Santos, mestre que, certa vez, Miranda Magnoli permitiu que se conhecesse bem de perto, indicando sua orientação e, posteriormente, a de Maria Adélia de Souza. Quanta gratidão a esses três importantes intelectuais brasileiros.

Arrisca-se, nas linhas abaixo, discorrer e interpretar sobre a contribuição da arquiteta Miranda Magnoli para a ampliação do *corpus* disciplinar do Paisagismo. Sua obra, pelo que conhecemos, pouca apreciação internacional obteve até o presente. Isso de forma nenhuma limita seu pensar à paisagem e ao paisagismo brasileiro, ainda que seja inegável sua afirmação de brasilidade, seu interesse pelo país, seu povo e paisagens, tão distantes de sua terra natal, a Itália.

Afirma-se, neste ensaio, com contundência, que o trabalho de Miranda Magnoli, como arquiteta, como professora, como pesquisadora, contribui para ampliar o campo disciplinar do Paisagismo. Não apenas colabora para colocar a disciplina no país em pé de igualdade para uma interlocução internacional, mas, por sua dimensão crítica, permite avançar para além das visões pragmáticas sobre as relações entre paisagem e ambiente, notadamente norte-americanas, ou para além dos que buscam restringir o Paisagismo ao projeto de espaços livres. Não se trata, evidentemente, de afirmar uma pretensiosa vanguarda, pois as contribuições ao *corpus* discipli-

nar do Paisagismo na contemporaneidade vem de vários centros do país e do planeta. O que se afirma é uma posição para o debate acadêmico e profissional, e uma posição consistente, como se pretende apresentar a seguir.

Agradece-se o privilégio do convívio mais que acadêmico com Magnoli, de forma alguma as imprecisões aqui lançadas têm outro responsável a não ser o autor deste artigo.

Ampliando o Corpus Disciplinar do Paisagismo

O objeto do Paisagismo não é o jardim. Esta afirmação, que para a área de Paisagismo já não é novidade, seguramente encontra resistências em parte expressiva dos colegas arquitetos que atuam na área do Projeto de Edificações e mesmo entre os que lidam com a cidade, no âmbito do planejamento urbano. Mas mesmo entre os arquitetos os quais atuam com Paisagismo, quantos não são os que acabam reduzindo sua práxis ao “projetar com as plantas”?

Com Magnoli, aprende-se que o objeto do Paisagismo é a paisagem e esta não se aparta do ambiente, o qual, por sua vez, é, assim como a paisagem, resultado dinâmico entre os processos sociais (econômicos, culturais e políticos) e os processos naturais (MAGNOLI, 1982).

A paisagem de Miranda Magnoli está longe de apresentar-se como uma definição pronta e acabada, mais importa a discussão conceitual — teoria e método — para o conhecimento, sempre processual, das paisagens, para a práxis propositiva, no âmbito do plano ou do projeto. A paisagem implica relações entre processos, relações sistêmicas e dialéticas, portanto, não se trata de uma abordagem restrita ao campo do entendimento sistêmico da geografia física ou da ecologia. Envolve uma dialética espacial. Nos princípios de método construídos por Miranda Magnoli para o conhecimento da paisagem, as escalas não podem ser apreendidas isoladamente, mas sim dialeticamente, trata-se, neste ponto, de posição muito similar ao esforço santosiano de compreensão do lugar diante da totalidade (SANTOS, 1996a e 2005).

A interlocução entre Miranda Magnoli e Milton Santos permitiu ao geógrafo uma maior compreensão das questões da arquitetura e, possivelmente, contribuiu em sua reflexão sobre a emotividade e o espaço, indo além das racionalidades mais habitualmente trabalhadas pela geografia crítica. Por sua vez, é provável que do diálogo entre ambos, arquiteta e geógrafo, lançou-se com muita clareza, entre o findar dos anos 1970 e início dos anos 1980, uma nova base de entendimento disciplinar na área do Paisagismo, o que se propõe aqui denominar de “Paisagismo Crítico”; do qual, sem dúvida, a tese de livre-docência de Miranda Magnoli (1982) constitui-se em marco fundante.

Magnoli, ao afirmar que a paisagem é resultado dinâmico entre processos sociais e processos naturais, adota uma perspectiva crítica, comum à geografia crítica, e já não aceita definir a paisagem simplesmente como a porção do território que a vista alcança a partir de um ponto privilegiado. Essa definição, encontrada em dicionários, mas também empregada pela geografia, pouco auxilia na compreensão dos processos que engendram a paisagem; descrever paisagens é já insuficiente para compreendê-las. Situação similar se observou para os geógrafos críticos, para os quais descrever o espaço já não bastava, era necessário compreender dialeticamente os processos que o constituíam.

A dimensão social do espaço para Milton Santos encontra paralelo na dimensão social da paisagem de Miranda Magnoli. A atenção para a dialética social que caracteriza as ciências sociais de epistemologia marxista coloca-se um passo além para ambos, o espaço (Santos) e a paisagem (Magnoli) não são apenas suporte ou cenário para o processo social. Não se trata de compreender o movimento dialético da sociedade no espaço ou na paisagem, mas de compreender a dialética do espaço (Santos), ou da paisagem (Magnoli), pois como afirmou Santos (1985), é preciso compreender o espaço enquanto instância social no mesmo nível em que são instâncias

sociais a economia, a cultura e ideologia e a política, somente assim pode-se compreender o movimento (dialético) da sociedade. Dessa maneira, compreender a paisagem é reconhecer a dialética social que se processa entre todas as instâncias sociais, não apenas entre economia (estrutura) e cultura-ideologia e política (superestrutura).

Afirmar esse paralelo entre o espaço e a paisagem não significa dizer que são a mesma coisa. O espaço – humano – apresenta-se como totalidade maior, pode-se falar em espaço global, espaço-mundo, o mesmo não se aplica à paisagem. Há processos espaciais que se realizam em redes descontínuas, formadas por pontos – localizações – específicas do planeta, inclusive em diferentes territórios. A paisagem, por sua vez, é sempre contínua. A dimensão sistêmica do espaço é, portanto, mais ampla e complexa que a da paisagem, ou melhor, das paisagens. Reafirma-se o espaço como categoria fundante da geografia e pode-se adotar como categorias internas e analíticas do espaço: o lugar, a paisagem e o território. Toda paisagem é parte do espaço total, mas nem todo espaço está contido em uma paisagem. O espaço encerra uma totalidade social e geográfica, a paisagem é um recorte, uma particularidade.

É preciso enfatizar que a paisagem proposta por Miranda Magnoli vai além da paisagem proposta pela geografia, mesmo a geografia crítica. Para a geografia a paisagem se reduz à forma percebida, o espaço para Milton Santos (1988) possui valor ativo, é vivo, pois é constituído da indissociabilidade entre um sistema de objetos e um sistema de ações. A paisagem, para a geografia, estaria no domínio do sistema de objetos, das formas, das aparências. A paisagem é “trabalho morto” na expressão empregada por Milton Santos (1996b). A paisagem de Magnoli é viva, não se coloca como mero suporte do sistema de ações. Pode-se afirmar, em uma perspectiva paisagístico-crítica que as ações são, também, parte constituinte da paisagem, a dinâmica da paisagem não apenas se transforma ao modificar-se o sistema de objetos, mas ao realizar-se o sistema de ações, a cada momento, isto é, aliás, parte mesmo da visibilidade que caracteriza intrinsecamente a paisagem. Essa visibilidade, ou, de forma mais ampla, essa dimensão perceptível é um dos elementos que torna a paisagem distinta das demais categorias internas do espaço – o lugar e o território.

A paisagem de Miranda Magnoli constitui-se, portanto, em uma grande contribuição para a área de Paisagismo. Avança-se para a construção de um Paisagismo crítico, conforme se propõe entender e denominar neste ensaio. Permite-se uma interlocução com as disciplinas sociais que também se ocupam do espaço humano. A paisagem dialeticamente compreendida abre novos caminhos não apenas para as práticas ditas científicas, mas para a práxis do projeto e do planejamento da paisagem e do ambiente em bases muito mais adequadas que as verificadas por abordagens de fundamentação epistemológica marcada pelas ciências naturais, como, por exemplo, a ecologia da paisagem.

Uma perspectiva crítica para a disciplina de Paisagismo não significa abdicar da temática ambiental, pelo contrário, compreende-se o ambiente como produto material dinâmico, decorrente das inter-relações entre os processos sociais e as relações ecossistêmicas dos elementos do suporte biofísico. Tais interações compõem, sistemicamente, cada ambiente e a biosfera. O ecúmeno – conjunto das regiões habitadas pelo homem – hoje corresponde a toda a superfície do planeta; não se pode apartar homem e natureza, trata-se, evidentemente, de uma “natureza segunda” de acordo com a acepção marxista. Igualmente não se deve isolar o homem da sociedade, o que levaria a uma abstração fictícia do homem. Dessa forma, não se aplica mais a expressão meio natural, trata-se, como afirmou Milton Santos (1996a), de um meio técnico-científico-informacional, ou, mais ainda, de um meio técnico-científico-informacional e comunicacional (QUEIROGA, 2001), mais ou menos denso e evidente nessa ou naquela paisagem, neste ou naquele lugar ou fração do território.

O empenho de Miranda Magnoli em problematizar de forma relacionada e crítica a paisagem e o ambiente, tendo como objetos mais recorrentes os ambientes urbanos brasileiros, permitiu

uma enorme ampliação do campo disciplinar do Paisagismo brasileiro. De um lado Magnoli se apoiava na experiência estadunidense do planejamento da paisagem e do ambiente, sem dúvida um dos locais onde mais cedo se constitui esse campo de estudos e práticas; por outro lado, reconhece a importância das contradições socioespaciais que não apenas impactam o ambiente, mas o constituem. Miranda Magnoli contribui desde o final dos anos 1970 para uma perspectiva crítica no trato das questões ambientais. Contrária a expressões reducionistas como “temática ambiental”, como se o ambiente fosse apenas um “capítulo inicial” de todo plano diretor, propõe que a dimensão ambiental seja integrante dos estudos e propostas espaciais, quer no âmbito do projeto de espaço livre quer no do planejamento urbano e regional, isto já no início dos anos 1980, antes da promulgação da ampla, mas nem por isso eficiente, legislação ambiental brasileira.

Outra importante discussão conceitual desenvolvida por Magnoli refere-se à noção de espaço livre. A paisagista, pensando nas várias escalas espaciais, afirma ser o espaço livre aquele livre de edificação ou de urbanização. Tem-se, assim, uma possibilidade de atuação paisagística seja nos projetos e planos urbanos, seja no âmbito do planejamento regional. Trata-se, aparentemente, de uma conceituação simples, muito operativa. Os espaços livres assim compreendidos são não apenas os jardins, parques e praças, mas todos os espaços livres urbanos – avenidas, ruas e seus passeios, orlas de rios e mares, corpos d’água como lagos e reservatórios, entre outros, quintais e pátios descobertos – e os espaços externos aos tecidos urbanos – as matas, campos cultiváveis, etc. Evidentemente, alguns desses espaços são mais comumente tratados paisagisticamente, porém o que se coloca é a potencialidade de manejar-se a paisagem, seus espaços livres, de forma mais sistêmica, compreendendo os diferentes papéis que tais espaços podem oferecer: das áreas de convívio público, às áreas de proteção ambiental, dos jardins privados ao entendimento do sistema viário como parte integrante também do sistema de espaços livres de uma cidade ou região com várias potencialidades: cênicas, ambientais e apropriações públicas diversas.

Ao Paisagismo, assim compreendendo os espaços livres, compete muito mais do que o projeto das áreas de lazer, particulares e públicas, cabe analisar e propor, também, espaços de usos múltiplos, como as ruas e suas calçadas, os reservatórios de água, seu necessário controle ambiental, mas também seu aproveitamento para fins recreacionais; o papel político e ideológico – simbólico e de representação pública – presente em tantas praças centrais brasileiras; da preservação de espaços livres e paisagens enquanto patrimônios históricos; dos graus de conservação e de apropriação humana do patrimônio ambiental das diferentes unidades de conservação do país; enfim, trata-se de um campo disciplinar bastante complexo, por mais simples que pareça ser a noção de seu principal objeto de trabalho: o espaço livre, livre de edificações ou livre de urbanização.

A ênfase na discussão do espaço livre público, seja nos cursos ou trabalhos publicados por Magnoli, é outra marca da perspectiva crítica com que a professora trata a disciplina de Paisagismo. É preciso resistir aos sabores do mercado profissional quando se constitui um campo do conhecimento acadêmico, mesmo quando tal campo apresente como finalidade principal a formação profissional para atuação prática. A ênfase no espaço livre público se constitui como uma proposta crítica à produção corrente dos espaços urbanos das grandes cidades, nas quais os empreendimentos privados que negligenciam a esfera pública são cada vez mais frequentes e aceitos por várias camadas sociais e mesmo com a anuência do poder público. Trabalhar no ensino, pesquisa e extensão, com os espaços livres públicos não se constitui em uma perspectiva nostálgica, pelo contrário, busca-se garantir a qualificação das cidades para a vida pública, com todos os conflitos, potencialidades e dinâmicas que tal esfera de vida pode propiciar. Trata-se de uma opção política, em última instância de uma ética paisagística comprometida com a cidadania, com a criação de um ambiente humano o qual não negligencia as condições ecológicas nem

a luta por uma sociedade mais justa. A paisagem de Miranda Magnoli se constitui, portanto, muito além dos jardins, mesmo quando ela está a projetar jardins privados, de residências ou *shopping centers*.

Algumas Notas Sobre a Difusão do Pensamento Magnoliano: O Caso da PUC-Campinas

Miranda Magnoli vem formando professores e pesquisadores desde os anos 1970, quando constituiu um grupo de docentes de Paisagismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. Graças a seu empenho, constituiu-se o Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente – GDPA – junto do Departamento de Projeto da FAUUSP. Hoje tal grupo conta com 11 professores, certamente o maior do país na área de Paisagismo, e constituiu-se na base da área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. As teses e dissertações produzidas na área, apenas na FAUUSP, já ultrapassavam 60, até 2003 (GALENDER, 2003), e são em número próximo os atuais orientandos de pós-graduação em Paisagem e Ambiente.

O número de ex-orientandos de Magnoli que atuam como docentes nas mais diversas escolas do país é bastante significativo, a eles se somam um número ainda maior de professores formados por ex-alunos de Miranda Magnoli, atuando majoritariamente na área de Paisagismo, mas também em Urbanismo e mesmo nas cadeiras de Projeto de Edificações. Tais trânsitos disciplinares demonstram a riqueza do pensamento magnoliano, constituindo uma disciplina crítica a qual se presta à interlocução com as demais disciplinas que tratam do espaço, notadamente do espaço urbano e regional.

Para a compreensão e proposição do espaço na escala das cidades, fica clara a interface entre as várias disciplinas que se ocupam do urbano, quer no âmbito da ciência (Geografia Urbana, Sociologia Urbana, Antropologia Urbana, Economia Urbana) quer das disciplinas propositivas (Paisagismo, Planejamento Urbano e Urbanismo). Mas se o urbano é objeto de várias disciplinas, reconhecer a paisagem como uma de suas importantes dimensões permite um diálogo mais rico entre os vários campos disciplinares; mais ainda, entre vários saberes, nem todos eruditos, como os advindos das práticas cotidianas de todos os grupos sociais que constituem o espaço e as paisagens urbanas; seja no âmbito dos métodos para sua compreensão, seja na perspectiva propositiva.

Como exemplo de um maior intercâmbio entre os campos disciplinares do Paisagismo e do Urbanismo discorre-se abaixo sobre experiência pessoal realizada desde 1990 na PUC-Campinas. Naquele ano, iniciou-se, na disciplina de graduação “Planejamento Arquitetônico I”, ministrada para os alunos do 2º ano, um ensino mais voltado ao Desenho Urbano, sem perder de vista a compreensão dos elementos que estruturam o espaço da cidade; entre os vários colegas com quem se trabalhou estavam os professores Adilson Macedo, Ari Fernandes, Clara Ant, Eulália Portela, Maria Lúcia Martins, Raquel Rolnik e Wilson Mariana. Pôde-se inserir noções importantes aprendidas com Magnoli sobre a paisagem urbana, sobre a importância dos espaços livres públicos na qualificação do desenho da cidade.

Após calorosos debates no Departamento de Planejamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, realizou-se uma mudança de nomenclatura das várias disciplinas, visando adequá-las aos conteúdos que então já se praticavam. Dessa maneira, a disciplina acima mencionada mudou seu nome para “Urbanismo II”. Já neste século, a disciplina contou sempre com a participação do Prof. Dr. Denio Benfatti. Estabeleceu-se a questão do projeto urbano como práxis central da disciplina e procura-se trabalhar desde questões da leitura do lugar, dos pressupostos do urbanismo moderno, sua crítica e as principais linhas do urbanismo contemporâneo que vem pautando projetos de requalificação e reabilitação urbana. A paisagem

urbana, seus elementos referenciais, a qualificação dos espaços públicos e da mobilidade urbana são elementos norteadores dos exercícios projetuais. Tem-se claro que o projeto urbano pode-se constituir como prática interdisciplinar em que o paisagista tem muito a dizer, não apenas sobre qual arbusto colocar nessa ou naquela jardineira.

A interface entre Paisagismo e Urbanismo na PUC-Campinas não apenas se dá no âmbito da disciplina descrita acima. A idéia, cada vez mais disseminada, de que não se pode compreender o projeto do edifício isoladamente, mas sim discutindo arquitetura e cidade, produzindo interlocuções entre os projetos de arquitetura, de paisagismo e de urbanismo vem ganhando força na FAU-PUC-Campinas, resultando, entre outros, na inserção, no penúltimo semestre do curso de graduação, da disciplina de Projeto Urbano Integrado, pensada como síntese e fechamento do conjunto de disciplinas da graduação, antecedendo a atividade acadêmica do Trabalho Final de Graduação – TFG.

Na pós-graduação, as inter-relações entre Paisagismo e Urbanismo também se verificam na PUC-Campinas. O curso de especialização Desenho e Gestão do Território Municipal – oferecido e realizado entre o final da década de 1990 e os primeiros anos da década atual – contou com uma disciplina denominada Paisagismo e Projetos Urbanos, tendo sido ministrada pelos professores Denio Benfatti, Eugenio Queiroga e Vladimir Bartalini. Novamente aqui se estabelecia claro diálogo entre os campos disciplinares do Paisagismo e do Urbanismo, entendia-se que esta era a melhor maneira de discutir a questão dos projetos urbanos contemporâneos e vários dos mais importantes projetos de espaços livres públicos urbanos contemporâneos colocavam-se também como Projetos Urbanos, haja vista, entre outras, as experiências parisiense e barceloneza realizadas a partir dos anos 1980.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas possui uma disciplina intitulada Espaços Livres Públicos Urbanos. Originalmente, essa disciplina foi oferecida pelo professor Bartalini e, mais recentemente, está sob a responsabilidade do professor Queiroga. Trata-se de uma disciplina no campo do Paisagismo na qual se procura discutir, em momentos expressivos da produção paisagística ocidental, as questões culturais que se colocavam na área do Paisagismo, resultando nos diferentes valores de sociedade, de natureza e de desenho dos espaços livres. Estabelecem-se relações entre o desenho dos espaços livres públicos urbanos e a produção da cidade e das principais idéias urbanísticas de cada período analisado.

São ainda poucos, mas cada vez em maior número, os alunos do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas interessados em pesquisar os espaços livres públicos. Procura-se, no presente, trabalhar com uma visão de espaço e paisagem ao mesmo tempo dialética e sistêmica, são claras as origens desta abordagem: Miranda Magnoli e Milton Santos.

A Paisagem Como Futuro: Considerações Finais

A paisagem é herança cultural, acumulação desigual dos tempos (SANTOS, 1996). A paisagem dialeticamente apresenta e encobre o tempo presente, o movimento da sociedade. É preciso “des-cobri-la”, este é o esforço de Miranda Magnoli, e tal não se faz sem compreender a complexidade, dialética e sistêmica da paisagem, mesmo das que se apresentam, aparentemente, mais simples à visão.

A paisagem não apenas é herança, passado, pois como categoria interna do espaço ela é também presente, abriga em seu interior parte do sistema de ações que compõem o espaço – total. A paisagem não é apenas aparência da configuração espacial, é também existência que se transforma a cada movimento da sociedade e dos fenômenos biofísicos.

As ações são portadoras de intenções de futuro, realizam-se no presente, mas são resultado de diversos interesses de futuro. O *Homem é projeto* (SARTRE, 1973), embora presente o pas-

sado como herança, suas ações realizadas a cada tempo presente, visam ao porvir, imediato ou distante, pessoal ou coletivo. Se o homem é projeto, a paisagem, criação sempre presente do homem, também o é. Ao abrigar um subsistema de ações, a paisagem, como construção humana sobre o suporte biofísico, indica projetos de futuro, já realizados e realizando-se, de forma integral ou parcial.

A paisagem se apresenta como campo fértil para o futuro, sobre ela homens, empresas e instituições constroem, no cotidiano, seus planos territoriais, sejam de dominação, sejam de solidariedades orgânicas. Não são muitos os planos que consideram dialética e sistemicamente os aspectos sociais, estéticos e ambientais da paisagem. Compete ao arquiteto e urbanista uma difícil ação de convencimento junto do Estado, à sociedade civil e aos movimentos populares, da importância da paisagem em todas suas dimensões: social, estética e ambiental.

O projeto da paisagem é manifestação cultural no espaço, seja ele elaborado por apenas um arquiteto ou por uma equipe multidisciplinar integrada a um grupo social em um processo criativo participativo. Projetar a paisagem com liberdade e com a correspondente responsabilidade é tarefa humana, paisagística, que se apresenta a cada momento, com sua carga histórico-civilizacional. Projetar a paisagem envolve também a potência do novo, seja ele um projeto de restauro ou de maior transformação ambiental, é sempre o novo que se coloca enquanto projeto. Isso Magnoli nos ensina, questiona e provoca.

Bibliografia

GALENDER, Fany. Produção em pesquisa do grupo disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) / FAUUSP (1973-2003). *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n.17, p. 123-211, 2003.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. 116 p. Tese (Livre-docência em Estruturas Ambientais Urbanas) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. 1996. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Unimarco, 1996. p. 13-18.

QUEIROGA, Eugenio. *A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Da paisagem ao espaço: Uma discussão. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. 1996. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Unimarco, 1996. p. 33-42.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. Tradução: Bento Prado Júnior. In: SARTRE, Jean-Paul; HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 115-197. (Coleção "Os pensadores — História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLV).

EM FAVOR DA PAISAGEM

FOR THE LANDSCAPE

Maria Angela Faggin Pereira Leite

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo.*

E-mail: mapleite@usp.br

DEPOIMENTOS

RESUMO

O texto trata da área do Paisagismo a partir da evolução do entendimento do papel dos espaços livres urbanos e a consolidação de uma prática profissional, alicerçada por um método próprio que se dissemina entre os praticantes deste campo de trabalho.

Situa as práticas profissional e acadêmica de Miranda Magnoli no cenário histórico brasileiro, evidenciando sua contribuição no enfrentamento da fragmentação da cidade como objeto de estudo, sobretudo no âmbito da paisagem e do ambiente. Ressalta a vanguarda de Miranda na percepção da paisagem como entidade espacial vinculada ao contexto de produção e reconhece seu desafio na consolidação de uma área de conhecimento dentro de uma perspectiva democrática e plural.

Palavras-chave: Paisagismo, prática profissional, compreensão da paisagem.

ABSTRACT

The text approaches the field of landscape architecture from the perspective of the evolution of urban open spaces role and the consolidation of a professional practice, supported by a singular method that spreads among the practitioners of this area.

The academic and professional practice of Miranda Magnoli is placed in the brazilian historical cenario, emphasizing her contribution in dealing with urban fragmentation as a research object, specially in terms of landscape and environment. Miranda's avant-gard is revealed in her perception of landscape as a spatial entity linked to the context of economic production and recognizes her challenge towards the consolidation of a knowledge field within a democratic and plural perspective.

Key words: Landscape architecture, professional practice, landscape understanding.

EM FAVOR DA PAISAGEM

FOR THE LANDSCAPE

A importância do Paisagismo na formação dos arquitetos ainda hoje não é consensual nem claramente reconhecida. Entender as ligações existentes entre a sociedade e seus lugares de vida, pressuposto essencial para tal reconhecimento, exige a consciência de que a paisagem é uma formação social, reflexo de todas as contradições e conflitos presentes no cotidiano da sociedade que a constrói.

Para Certeau (1980), as práticas cotidianas só podem ser entendidas a partir de determinações relacionais, ou seja, de modos de operação ou esquemas de ação arranjados no jogo das relações cotidianas. As relações cotidianas, por sua vez, exigem um substrato para sua manifestação, que é oferecido pela paisagem, sistema de poder o qual legitima simbolicamente a ordem existente.

Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social brasileira como área de improvisação de papéis informais ou área de potencialidade de conflitos e confrontos onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Se a paisagem urbana é suporte e resultado da vida social que a determina, é na própria estrutura de relações e processos sociais que deve ser buscado o entendimento da organização da vida cotidiana e das diferentes expectativas da sociedade em relação à cidade. E esse movimento dialético, no sentido emprestado ao termo por Certeau, o de tempos múltiplos compartilhando uma mesma cena, constitui o processo de formação da paisagem o qual, no Brasil, dá-se freqüentemente sem a superação das contradições, mas com a coexistência de padrões de vida e de consumo conflitantes.

O Paisagismo, como prática de ensino e de projeto iniciou-se no Brasil em torno da década de 50 do século XX, tendo como fonte de origem a experiência norte-americana do pós-guerra. De origem, fundamentalmente, urbana, as teorias paisagísticas californianas, que constituíram a base do ensino de Paisagismo na FAUUSP, onde a atuação didática de Miranda Magnoli foi um marco fundador, destacavam as questões sociais e econômicas emergentes do adensamento das cidades e da generalização do uso do automóvel, com mudanças importantes na relação entre espaços livres e edificados.

De acordo com Reis (2006), *“após a Segunda Guerra Mundial, com o fim do sistema colonial que havia sido implantado por países europeus na África e na Ásia, e com a liquidação dos mercados exclusivos para determinadas potências industriais, a expansão das grandes empresas exigiu a implantação de projetos de desenvolvimento urbano e regional em todos os continentes... que permitissem a circulação de mercadorias e sua distribuição em todos os quadrantes, em cada um dos países. ... No Brasil, esse processo teve impulso durante o governo Kubitschek, entre 1955 e 1960, ampliando-se nas duas décadas seguintes”*.

Em uma situação de desenvolvimento urbano acelerado e em um momento de inflexão das taxas de urbanização, era natural que surgissem, nas cidades, demandas por espaços de lazer

e circulação compatíveis com as novas características do processo de urbanização. E na escala regional, os primeiros estudos relacionados à capacidade estrutural da paisagem de responder aos desafios daquele processo. Era preciso distinguir, claramente, escala de atuação e escala de compreensão. Se, na escala da atuação, a paisagem é uma construção transtemporal, transversal, duradoura, e não unicamente um produto da disposição de objetos valorizados pelo simples fato de terem sido desenhados por especialistas, de forma análoga, na escala da compreensão, o Paisagismo é um modo de entendimento do espaço, que transcende o projeto, embora dele se utilize como forma de conhecimento da realidade. Sua finalidade última é a discussão dos benefícios que o projeto traz, não apenas para a qualidade urbana, mas para a sociedade, e sua contribuição maior está em procurar evitar a segregação social oferecendo possibilidades concretas de envolvimento das pessoas na determinação de seus lugares de vida.

A sociedade como a brasileira pauta-se pela segregação como norma de comportamento, de relacionamento e de estruturação e a crítica da paisagem deveria, necessariamente, transcender a crítica de suas formas para evidenciar o potencial que ela apresenta como indutora de certos comportamentos e relações sociais. O que se deveria buscar e manter na paisagem seria o valor concreto que a sociedade atribui aos seus lugares de vida e não valores abstratos de objetos concebidos como respostas racionais a situações ideais os quais terminam por se relacionar apenas entre si, formando, nos discursos, um conjunto perfeito, mas distante das reais necessidades do cotidiano.

Essas exigências estavam muito distantes do papel tradicionalmente atribuído aos paisagistas, o de emoldurar, com vegetação, os mais diversos tipos de intervenções urbanas, exaltando-os sem discutir os problemas gerados por exacerbado crescimento da cidade e o ônus que a total omissão quanto aos conflitos já bastante agudos decorrentes desse crescimento traziam à paisagem. Basta lembrar que em um período de aproximadamente duas décadas, 1950 e 1960, as discussões sobre o uso de vegetação nas cidades deixaram esquecidas questões importantes, como seu papel na proteção de recursos naturais – reservas florestais, mananciais e pontos de captação de água para abastecimento urbano. Ao mesmo tempo relegava-se à legislação a tarefa de regulamentar as áreas verdes obrigatórias previstas nos loteamentos ou projetos de expansão urbana, computadas sempre em conjunto com as áreas de circulação e cujos projetos de plantio, quando existiam, dificilmente passavam da proposição de massas genéricas, sem qualquer especificação de espécies.

Se até os anos 1930 a execução dos espaços não-edificados era simultânea à sua implantação ou, mais raramente, seguia desenhos genéricos previamente imaginados, aproximadamente a partir daquela década o Paisagismo adotou o projeto como método de organização espacial, incorporando à sua prática a seqüência das etapas consolidadas e difundidas pela prática da arquitetura. Projeto e paisagem se tornaram inseparáveis na busca de manter e conservar o valor concreto que a sociedade atribui aos objetos de seu cotidiano, pois a transversalidade da paisagem envolve a consideração, tanto da racionalidade de seus objetos quanto das formas de sociabilidade que eles incentivam ou desencorajam.

Além disso, as questões predominantes desse período histórico, e das quais não se podia mais fugir, eram os problemas da pobreza, da desigualdade e do excesso de população; os estudos sociológicos apontavam os grupos, e não mais os indivíduos, como a unidade básica da sociedade e essas características influenciavam, de forma marcante, os estudos e propostas no campo do Paisagismo, apontando para uma visão social do espaço público ainda por formular.

O próprio ritmo da cidade impunha grandes modificações ao cotidiano, exigindo maior agilidade no dispêndio do tempo e maior oferta de espaços para circulação de veículos e pedestres. Nas palavras de Miranda Magnoli (1981), *“a cidade adensava-se com estruturas de organização física e de serviços deficientes ou inexistentes e total descaso pelos espaços coletivos da população... As habitações multifamiliares proliferavam e adensavam-se sobre o mesmo lote urbano da antiga*

habitação unifamiliar. Verticalizavam-se, mas a verticalização se fazia sempre sobre esses lotes, unidades resultantes de um resguardado conceito de parcelamento e propriedade. Essa rígida organização da paisagem espelhava a estrutura da tradicionalista da sociedade e seu pequeno grau de domínio sobre a condução de seus processos econômicos e políticos”.

A eclosão de questão ambiental, tendo como marcos importantes as reuniões de Paris em 1968 e de Estocolmo em 1972, implicou em uma série de discussões sobre o pensar a paisagem sob a égide exclusiva da economia, especialmente quanto ao livre arbítrio dos países em tomar decisões de desenvolvimento inteiramente despreocupadas com a natureza vista, até então, como mera fornecedora de recursos para viabilizar planos de desenvolvimento urbanos e regionais. Não se tratava mais e apenas de cotejar a competência tecnológica da sociedade em alterar a natureza e a capacidade da natureza de resistir aos impactos da produção e do consumo: era preciso desnudar o conveniente mito da regeneração dos sistemas naturais e de sua resistência à atuação predatória do capitalismo; era preciso enfrentar a fragmentação do objeto de estudo da arquitetura – a cidade – em inúmeras dimensões aparentemente opostas e contraditórias, entre elas a da paisagem como registro histórico dos problemas sociais e ambientais emergentes no país e no mundo. E a isso se dispôs, prontamente, Miranda Magnoli, destacando, por meio do ensino e da pesquisa, a contribuição específica que a prática do projeto pode dar ao estudo dessas questões da paisagem.

A configuração da paisagem das cidades brasileiras naquele período – meados da década de 1970 – revelava já a desigualdade social e os conflitos entre produção e consumo, modernização e utilização de recursos, questões que, em sua essência política, revelavam a fraca participação da sociedade brasileira na construção de seu território.

Em termos de ensino, o novo, dentro desse enquadramento da questão, decorria muito mais do entendimento da paisagem como uma entidade espacial dependente da história política, econômica e cultural da sociedade, do que das tentativas tradicionais de entender sua organização sistêmica por sua divisão em unidades elementares e diferenciadas os quais privilegiavam aspectos fisiográficos em detrimento do significado social.

A década de 1980 seria particularmente reveladora, quanto à configuração da paisagem, do conflito entre o desenvolvimento econômico e a proteção ao ambiente e à qualidade de vida das populações.

O processo brasileiro de desenvolvimento naquele período, pelo próprio modelo adotado, sempre foi um importante patrocinador de impactos sobre o ambiente. A leitura dos planos nacionais de desenvolvimento elaborados pelo governo federal na década de 1970 deixava entrever como viriam a ser intensas e extensas as pressões desenvolvimentistas sobre as estruturas sociais e produtivas do país. As intenções, declaradas nesses planos, de realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país, escorregavam na constatação de que as áreas envolvendo os locais dos grandes projetos programados pelo governo não eram nem mesmo mencionadas e seu desenvolvimento não era objeto de debates, nem ao menos como condição para a sustentação desses empreendimentos. A visão integrada entre a cidade e sua região de influência parecia não ocorrer na esfera governamental, na qual os planos de desenvolvimento tinham vínculos mais fortes com aspectos econômicos do que com aspectos sociais. E nem na esfera da sociedade civil, em que as reações à destruição e à dilapidação da paisagem, quando ocorriam, eram sempre pontuais e guiadas pela comunhão momentânea dos interesses de certos grupos sociais.

Os estudos da paisagem em escala regional propostos por Miranda Magnoli representaram importante contribuição para destrinchar, no plano teórico, as causas desse descompasso. Atuar criticamente sobre essa realidade exigia enfatizar o potencial do Paisagismo para discutir e agir na raiz das relações quase sempre conflituosas entre a natureza e a sociedade, não para embelezar

a *posteriori* escolhas territoriais equivocadas, mas para verificar a *a priori* possibilidades de uso e propor alternativas de intervenção que assegurassem estabilidade ambiental ao território. E para isso era preciso ampliar a base teórica das disciplinas oferecidas no currículo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e buscar um método específico de abordagem da paisagem capaz de responder a esses desafios.

A visão do Paisagismo brasileiro como possibilidade de harmonizar a obra humana e a condição natural constituiu uma formulação parcial da atuação profissional nas décadas de 1940 e 1950, condicionada por circunstâncias políticas e econômicas que, embora jamais difundidas pela totalidade do território, influenciaram decisivamente a proposta de programas de ensino e de pesquisa em escala nacional. Para Miranda Magnoli (1994), a atividade dos paisagistas nesse período esteve inscrita em uma *“definição ideológica da Arquitetura que distingue, seleciona entre todos os produtos humanos, alguns produtos especiais, que são privilegiados na consideração, que são criados por pessoas especiais, que são usados por pessoas especiais e que são julgados e discutidos em âmbito específico e especial”*. Mesmo quando, na década de 1970, a essa visão artística do Paisagismo veio somar-se a visão ambiental, enfatizando a paisagem como sistema vivo e alterando a escala de compreensão e atuação do Paisagismo, o quadro de criação, uso e julgamento especiais pouco se modificou. A superação dessa questão passou por uma reviravolta teórica iniciada com a preocupação de Miranda em construir um sistema interpretativo que permitisse não apenas avaliar a paisagem como produto, mas compreender seu processo de produção, elegendo, como parceira nessa busca, a geografia.

As articulações específicas entre as diversas variáveis que configuram o espaço, presença importante nos estudos de geografia, encontraram correspondência na procura de interação entre as formas visíveis da paisagem e a trama parcialmente invisível da estrutura social a qual, instável e dinâmica, redefine constantemente os valores que condicionam a atuação do Paisagismo.

A paisagem, objeto de estudo do Paisagismo, é uma integridade momentânea e visualmente sensível que nos informa sobre a articulação entre aspectos tangíveis, ou não, da realidade social. O Paisagismo atua sobre essa realidade por meio da produção de objetos e sofre a atuação da realidade pela paisagem na qual esses objetos se inserem. O que é passível de generalização e síntese, portanto, são as regras de funcionamento da sociedade total e não suas articulações localizadas, as intervenções projetuais, que apenas fornecem pontos de apoio para a construção de sistemas analíticos e interpretativos cuja finalidade última é o conhecimento dessa sociedade. Sensível como visualidade, a paisagem é uma apreensão surpreendente do real que, ao ganhar visibilidade, e só então, indica-nos intervenções e formas de organização que melhor possam contribuir para concretizar as alterações desejadas pela sociedade. As transformações na paisagem são inerentes à atividade social e o conjunto dessas transformações é obra dessa coletividade e não de algumas poucas pessoas especiais.

O Paisagismo se voltava para o estudo do singular, não como forma de generalização estética, mas como forma de acesso ao conhecimento da sociedade. A tarefa do paisagista deveria, então, transcender a simples proposição de jardins destinados a realçar os edifícios para se concentrar na análise e na crítica da paisagem em si.

Ao longo dos últimos 70 anos, o que aproximou Paisagismo e Arquitetura não foi apenas a adoção, pelo primeiro, do projeto como metodologia de representação, mas, principalmente, o caráter público que ele assumiu ao tratar as praças, parques e jardins como espaços acessíveis a todos, indiscriminadamente, desenhados e construídos para receber uso coletivo e para integrar, qualificados por esse uso, o universo dos valores sociais que distingue e marca o trabalho da arquitetura. E o avanço do Paisagismo continua intrinsecamente ligado às questões contemporâneas da arquitetura.

Insistir em autonomizá-lo em relação a ela não significa apenas uma tentativa de delimitar um campo de atuação profissional que pode se confundir, no mercado de trabalho, com outros tipos de atuação sobre a paisagem, mas trai, acima de tudo, uma concepção elitista do Paisagismo, aquela mencionada por Miranda Magnoli: a do produto especial, criado por pessoas especiais e usado por pessoas especiais, minimizando o caráter público dos lugares urbanos, objeto da atividade contemporânea do Paisagismo.

O maior sintoma dessa elitização está na profusão de lugares criados sob medida para sublinhar as diferenças sociais exatamente no lugar onde elas devem ser minimizadas, o espaço de uso público, forjando identidades meramente simbólicas ao trabalhar com a ausência de referências sociais objetivas.

Enquanto a vida se torna cada vez mais privada, pela censura implícita imposta ao uso coletivo daquilo que é público, essa confusão entre projeto e paisagem revela a intenção de aglutinar objetos sem conexão e sem raízes culturais, para criar a ilusão de que a desagregação social pode ser revertida por um suposto respeito às diferenças, respeito o qual nos abriria as portas para o mito da “inclusão social”.

É o Paisagismo a serviço da negação, na esfera do consumo, daquilo que se arma na esfera da produção das cidades: a violência, a segregação, a supressão dos direitos à saúde, ao trabalho, à educação, a espoliação cotidiana a que estamos todos sujeitos, seriam redimidos por uma espécie de ideologia da diversidade, um suposto respeito à individualidade cultural de pessoas as quais, reduzidas a simples coadjuvantes da realidade urbana, seriam compensadas dessa alienação pelo prazer estético de desfrutar de um padrão de consumo idealizado. “A lógica que aí se esconde, não é outra senão a da racionalidade sabidamente perversa do mundo da reprodução material da sociedade, para o qual o reforço das particularidades é a contrapartida da globalização.” (ARANTES, 1998)

Desvendar essa lógica constituiu o desafio a que se propôs Miranda no enfrentamento das marchas e contramarchas do cotidiano intrigante e desconfortável de nossas cidades. Seu entendimento da paisagem é o da construção efetuada diariamente pelo conjunto da sociedade, construção da qual o Paisagismo toma parte, propondo alternativas de uso e de qualificação de espaços coletivos democráticos e acessíveis. Outras formas de interpretar sua tarefa não passam de tentativas de restringir a participação de todos na conformação de seu ambiente de vida.

Bibliografia

ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Arquitetura e linguagem: Investigação contínua. In: OLIVEIRA, A. C.; FECHINE Y. (Org.). *Visualidade, urbanidade e intertextualidade*. São Paulo: Hacker, 1998. p. 25-32.

MAGNOLI, Miranda. *Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP*. São Paulo: FAUUSP, 1981.

_____. Paisagem – Pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 1 e 2, p. 9-24, 1994.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: LAP/Fapesp/Via das Artes, 2006.

MIRANDA MAGNOLI, ORIENTADORA.
UM PROCESSO DIALÓGICO E
COMPREENSIVO DE CONSTRUÇÃO DO
CONHECIMENTO

MIRANDA MAGNOLI, ADVISOR.
A DIALOGICAL AND COMPREHENSIVE
PROCESS IN THE CONSTRUCTION OF
KNOWLEDGE

Catharina P. C. dos Santos Lima

*Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: ga2001@uol.com.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

A elaboração de um trabalho acadêmico pode ser um processo de aprendizagem extremamente edificante para o educando e seu educador, dependendo das bases em que se estabeleçam essas relações. Este artigo descreve três aspectos considerados por sua autora como fundamentais, para a realização deste trabalho, a partir de suas experiências como orientanda da professora Miranda Magnoli.

Palavras-chave: Educação, área de Paisagismo.

ABSTRACT

The development of an academic work can be an extremely constructive learning process for both teacher and pupil. It all depends on the basis on which this relationship is established. The present text describes three aspects considered by its author as essential for the accomplishment of such task, from the perspective of her personal experience as an adviser of professor Miranda Magnoli.

Key words: Education, landscape design field.

MIRANDA MAGNOLI, ORIENTADORA. UM PROCESSO DIALÓGICO E COMPREENSIVO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

MIRANDA MAGNOLI, ADVISOR. A DIALOGICAL AND COMPREHENSIVE PROCESS IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE

Há pouco tempo, em meio a um café, Miranda me contou que dentre as várias atividades de trabalho às quais tem se dedicado, a que lhe dá mais prazer é a de orientar. Não duvido; ao longo de cerca de 30 anos tem contribuído, no âmbito da pós-graduação, para a produção de várias pesquisas, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, e mesmo tendo se afastado formalmente do trabalho acadêmico, continua até hoje dedicando tempo e energia a essa atividade.

Muito haveria a falar sobre sua atuação na pós-graduação; porém, como ao longo desta edição encontra-se publicado um artigo de sua autoria e, por isso mesmo, mais elucidativo e abrangente, sinto-me à vontade para eleger alguns pontos, dentre vários, os quais considero fundantes para o processo de aprendizado mútuo que pode ser o da orientação de um trabalho dessa natureza. Separei, portanto, três aspectos que para mim foram os mais significativos nessa convivência e que, como uma base indelével, têm norteado meu cotidiano de orientação.

Abrindo o Diálogo

Todos aqueles que passaram pelo processo de elaboração de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado, sabem que a produção de um trabalho científico é um caminho tortuoso envolvendo desde os momentos prazerosos das revelações e conexões inauditas à angústia das edições e enquadramentos; dos *insights* fantásticos e motivantes à pressão dos prazos; da abertura fascinante do campo à sensação de incompletude. Nesse caminho, o papel do orientador pode ser fundamental para justamente lidar com os aspectos dialéticos inerentes a esse processo; a um só tempo propiciar os movimentos contraditórios de abertura e recorte; mostrar a complexidade do campo provocando, por outro lado, a contribuição disciplinar; perseguir o rigor acadêmico objetivo, abrindo-se à subjetividade das intuições; permitir o vôo alto, mas apontar a base segura de pouso; fornecer a matriz teórica e permitir a expressão criativa e autônoma; permitir o mergulho solitário no objeto, mas também estimular a interlocução com vários sujeitos; educar e ser educado, dentro de uma perspectiva dialógica em que a construção do conhecimento se realiza como um processo no qual contribuem muitas mãos e colaborações de diversos níveis, embora responda pela autoria uma só pessoa. Para o orientando, esse pode ser um processo mais ou menos doloroso, na medida direta de suas competências e habilidades pessoais, mas igualmente do crédito e envolvimento de seu orientador.

A relação educador-educando, que, por princípio, deveria pautar-se por uma abertura ética à cognoscibilidade, pode ser, inversamente, uma experiência limitadora, impositiva, um exercício nefasto de “educação bancária”, tão criticado por Paulo Freire, para quem o educando não pode ser tratado como um simples receptáculo para depósito de informações. Mesmo no âmbito da pós-graduação, em que o caráter da atividade de pesquisa sugere uma experiência libertária e exploratória, não é incomum a filiação estanque a uma linha de pensamento sacramentada pelo orientador, uma espécie de “carimbo” desse último, uma comunicação vertical que se estabelece nos “atendimentos” e está longe do desejo daquele educador, para *“quem ensinar não é transferir conhecimento, mas, criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”*¹

Nesse sentido, o da construção mais permeável, rizomática e aberta do conhecimento, da educação de duas vias, é que, em meu entender, insere-se o trabalho de orientação da professora Miranda, a qual, inclusive, nunca escondeu o quanto aprendeu com seus orientandos e de como estes estimulam e alimentam, até hoje, sua imaginação.

Penso que essa preocupação em constituir um corpo de conhecimento na área de Paisagismo dentro de uma perspectiva crítica e dialógica, além, é claro, de seu entusiasmo pelo debate e até por uma característica peculiar de sua personalidade (não por acaso sua “oralidade” tem sido muito mais expressiva do que sua produção literária) fizeram com que a professora ampliasse sua contribuição para além de seus orientandos oficiais, mantendo-se não apenas aberta a contribuições informais com outros alunos, mas também incorporando sistematicamente, no desenvolvimento de muitas disciplinas, uma preocupação contínua em abrir o universo das pesquisas individuais, para a discussão e trocas entre as várias percepções e abordagens do trabalho científico em sala de aula, isso significa que solicita aos alunos de uma maneira geral para que apresentem e discutam seus mestrados e doutorados em andamento, como parte do método de trabalho da disciplina, criando uma atmosfera, ora mais descontraída, mas por vezes densa, intensa e controvertida, porém sempre de cooperação. Esse exercício que nega a autoridade e abre-se para a alteridade, encontra em Vygotsky fundamentação pedagógica. Para esse estudioso da educação, muito se ganha nessa interlocução. Vygotsky *“chamou de ‘zona de desenvolvimento proximal’ a distância entre aquilo que o indivíduo é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ele realiza em colaboração com os outros elementos do seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial)”*, apostando nessa forma dialógica de aprender².

É bem verdade que nem todos os orientadores originais dessas pesquisas se sentem confortáveis com o que pode ser sentido como uma ingerência sobre seus trabalhos e há também, nesse aspecto, um limiar tênue, por vezes difícil de delimitar por ser um prática aberta; entretanto, aqui temos uma clássica questão de conteúdo e forma; a maneira pela qual esse trabalho tem sido conduzido em vários momentos de reflexão conjunta, na qual é criada uma atmosfera para contribuições coletivas, extrapola totalmente a esfera da individualidade, inserindo-se, eticamente, no espectro mais amplo da formação crítica de um corpo de conhecimento na área de Paisagismo. Quem tenha, porventura, participado abertamente dessa experiência, sabe que riscos e contratempos não apenas fazem parte do processo de formação acadêmica, mas que os ganhos advindos da contribuição de outros olhares sobre seu trabalho suplantam esse desconforto inicial.

Lembro-me de uma ocasião, particularmente especial, na qual vários alunos que cursavam uma disciplina de pós-graduação ministrada pela professora tiveram o prazer nervoso de partilhar suas pesquisas (não importando o estágio em que se encontravam, pois não se tratava de “mostrar serviço”, mas de abrir para uma colaboração especial e inesquecível) com o professor Milton Santos, levado à FAU por Miranda. Dispensável recordar que não foi uma contribuição qualquer; tratava-se de um intelectual brilhante, matriz científica de muitos trabalhos instigantes

e que se prontificou a analisar pesquisas muitas vezes em fase embrionária (em meu caso específico, extremamente *naïve*) com o maior respeito e atenção. Lembro-me que Miranda forneceu ao professor uma espécie de “mala do saber” com livros de alguns dos principais autores de Paisagismo para ele se familiarizar com o estado da arte de nossa área. Duas semanas depois (quando já havia lido praticamente tudo), o professor Milton Santos retribuiu a gentileza, com uma aula inesquecível na qual reinterpreta criticamente axiomas e postulados, clarificando com sua base teórica todo um campo nebuloso de conceitos fundamentais para nossa área, como, por exemplo, o de natureza e instigando a outras percepções sobre ambiente e paisagem.

Outro momento muito rico foi o da criação de um grupo de trabalho constituído por Miranda e orientandos no final dos anos 1980; esse grupo se reunia periodicamente, na sala do grupo de disciplinas Paisagem e Ambiente, com o propósito de discutir as pesquisas em andamento de cada um de seus componentes. Tínhamos aí mais uma oportunidade de superar dificuldades práticas e consolidar bases conceituais e metodológicas, ora por afinidade ora por contraste; o debate evidenciava, portanto, posições antitéticas, mas era justamente nesses “conflitos” intelectuais que residia a riqueza da dinâmica a contribuir para o crescimento do grupo.

Essa disposição para a troca de idéias motivou-me a criar com os alunos que oriento um grupo de estudos para o debate de inquietações identificadas como semelhantes em suas dissertações e teses. Tem sido um trabalho permeado de muitas dúvidas quanto à sua condução, porém extremamente gratificante como processo de aprendizagem para todos. Um caminho mais aberto é mais trabalhoso e imprevisível e talvez até com ganhos maiores para o processo do que para os produtos, mas significa a disponibilidade para o exercício crítico que transcende a relação orientador-orientando e a contribuição pontual das bancas de exame. Como escreveu Paulo Freire: *“... tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente... o sujeito que se abre ao mundo com seu gesto à relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.”*³

A Base Compreensiva de Trabalho – 1

Assistimos, na atualidade, a um amplo debate sobre os aspectos perniciosos da excessiva especialização das chamadas ciências parcelares. Encontra-se em xeque a visão reducionista que pretere conexões importantes, inclusive para a clarificação de seu próprio campo. *“É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado.”*⁴

A linearidade de uma visão excessivamente racional, que se pretende objetiva e analítica — e a qual ganha fôlego com o surgimento da Revolução Industrial e da ciência moderna — tem sido posta em xeque desde a contribuição fundamental da física quântica na primeira metade do século XX e mais recentemente com o paradigma ambiental postulado de forma abrangente e sistêmica, dentro de perspectivas que incluem a dimensão humana das questões antes vistas apenas como “ecológicas”. Assim, a questão ambiental problematizada de forma transversal, perpassando de forma indistinta as várias esferas do conhecimento, revolucionou a visão de mundo, chacoalhando redutos científicos, demandando correlações inéditas e novas relações epistemológicas para os que não quisessem incorrer em um anacronismo; como argumenta Leff, *“o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento. A partir daí, abre-se o caminho que seguimos para delinear, compreender, internalizar e finalmente dar seu lugar — seu nome próprio — à complexidade ambiental”*⁵.

Essa percepção sobre a complexidade ambiental, o entendimento de que processos locais se relacionam com a totalidade pede uma nova visão dos corpos de conhecimento, transversal, interconectada.

A consciência dessa problemática impele-nos aos caminhos interdisciplinares como métodos de enfrentamento da fragmentação das ciências. A entrada em outras *epistemes*, a transferência de métodos, o reaprender a ver o mundo.

Vale lembrar, entretanto, que a arquitetura jamais compreendeu uma definição estreita de seu campo; em muitas instâncias é denominada ciência social aplicada, e não raro no âmbito de seus cursos de graduação circunscreve-se em universos tão distintos quanto departamentos de artes, departamentos de tecnologia e faculdades de ciências humanas. Em sua essência, portanto, já sugere conexões vitais entre arte, ciência e técnica.

Por sua vez, o campo do Paisagismo é, por sua própria natureza, interdisciplinar. Desde sempre foi preciso entender os ciclos biológicos e as vicissitudes dos reinos vegetal e animal, lidar tecnicamente com materiais inertes, captar as demandas do cliente (seja um indivíduo, grupo social e até a sociedade como um todo), para dar respostas esteticamente satisfatórias que preencham expectativas em projetos, e compreendem ainda custos e planejamento de execução e manutenção. A paisagem, como síntese formal e estética das relações entre a sociedade e seu meio biofísico, sugere um campo abrangente de trabalho. Esse campo tem se complexificado na medida da evolução das sociedades e da própria expansão do quadro de variáveis (cada vez mais diversificadas) que adentram sua *episteme*.

A consciência dessa problemática foi desde sempre uma constante no trabalho acadêmico da professora Miranda. Coube a ela ampliar o campo do Paisagismo na FAUUSP (trazendo também a contribuição do grupo de Planejamento) em uma perspectiva urbana e ambiental, consolidando o caráter interdisciplinar desse campo. Assim é que **área verde** se transforma em **espaço livre**; **jardim** em **paisagem**; **base física** em **suporte ecológico** e, por sua vez, **ecologia** em **ambiente**; o que era especializado ou compartimentalizado ganha em escopo e complexidade, abrindo um campo fantástico de investigação interdisciplinar o qual foi se revelando, sobretudo, por meio das pesquisas que orientou.

É preciso ressaltar, entretanto, que nunca houve por parte de Miranda a intenção de minimizar a importância das áreas verdes, dos jardins, ou dos processos biofísicos. Ao contrário; lembro-me de, em uma certa ocasião, em um fórum de paisagismo, depois de assistir a uma ampla discussão sobre a complexidade do ambiente urbano e de como as escolas de arquitetura deveriam pensar os grandes temas e as grandes escalas, Miranda me perguntou por que os professores de Paisagismo não gostavam dos jardins, já que teria sido lá “onde tudo começou!” Essa ironia fina revelava uma preocupação em não deixar que o discurso se sofisticasse de forma preconceituosa, preterindo a pequena e doméstica escala, a esfera privada ou o projeto de plantio como algo menor diante das novas realidades.

Voltando à internalização da complexidade nas docência e pesquisa da área de Paisagismo, cabe a pergunta que talvez resuma parte de nossa inquietação epistemológica desde o final do século XX: como atuar na formação de um ser plural capaz de entender a totalidade, sem que vire um generalista superficial? e, por outro lado, como delimitar recortes teóricos e empíricos para aprofundar temáticas sem reduzir e até perder o contexto de inserção?

Nesse sentido, a orientação de Miranda tem sido muito segura ao insistir na contribuição disciplinar do arquiteto (*lato sensu*) dentro do campo nebuloso da interdisciplinaridade. Reiteradamente corrige, na condução das pesquisas, os deslizos e desvios de rota provocados pelo encantamento que acomete seus orientandos quando adentram campos tão distintos quanto os da geografia, da filosofia, da antropologia, da botânica, da arte, entre tantos.

É preciso acrescentar, também, que a professora tem orientado, mais recentemente, “não-arquitetos” os quais trabalham o campo do paisagismo. São trabalhos em andamento que terão, provavelmente, a chance de suscitar provocações inversas.

Dessa forma, Miranda não apenas consolidou posturas e bases para o desenvolvimento desse debate como prossegue inquieta na busca pela afirmação plural da área dentro de uma procura de delineamento das competências específicas.

A Base Compreensiva de Trabalho – 2

Compreender é uma palavra ambígua; tem ao mesmo tempo as conotações de abranger e entender. No que diz respeito à formação do educando, e dos papéis do educador nesse processo, é, a meu ver, um vocábulo extremamente apropriado. Sugere expandir, abrir frentes, abraçar variadas perspectivas, percebendo as potencialidades, mas também as limitações e a maturidade do educando no enfrentamento conceitual e metodológico proposto. A prática pedagógica progressista e libertária formulada por Paulo Freire, em sua luta contra o modelo pragmático de educador, ensina a construção do conhecimento a partir da troca de saberes, experiências, vivências, e a generosidade para acolher, compreender, aceitar. Nada disso pode ser feito sem uma boa dose de afetividade, conceito temido nos círculos acadêmicos, científicos, pela possibilidade de contaminar, confundir a objetividade dos processos e produtos. Finalizo este texto, fazendo esta provocação, mas para não correr riscos faço minhas as palavras de Paulo Freire:

“E o que dizer, mas sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes a coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem... significa, de fato que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e afetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e ‘cinzento’ me ponha nas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético do meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor querer bem que tenha por ele... é preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança... como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma prática fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos e os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual.”⁶

Em tempo, quando cheguei por aqui e nada entendi... foi a professora quem me guiou da “curiosidade ingênua” à “curiosidade epistemológica”, no sentido freireano mais legítimo, criando essa base compreensiva de trabalho para que, por meio da paisagem, eu pudesse ver o mundo.

Notas

- (1) FREIRE, Paulo, 2004.
- (2) VYGOTSKY, Lev S. apud REGO, Teresa Cristina, 2006.
- (3) FREIRE, Paulo, 2004.
- (4) LEFF, Enrique, 2000.
- (5) Idem
- (6) Freire, Paulo, 2004.

Bibliografia

FREIRE, Paulo. *A pedagogia da autonomia*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Uma educação dialética. In: *Coleção Memória da Pedagogia*, São Paulo, n. 2, 2006.

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI:
CONTRIBUIÇÃO FUNDAMENTAL PARA
UMA TEORIA E AÇÃO DO ARQUITETO
NA PAISAGEM BRASILEIRA. UMA
APROXIMAÇÃO DE SEUS ESCRITOS

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI:
FUNDAMENTAL CONTRIBUTION FOR
ARCHITECT'S THEORY AND ACTION
ON BRAZILIAN LANDSCAPE. AN
APPROACH ON HER WRITTEN WORKS

Euler Sandeville Júnior

*Professor doutor da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: projetos@ambiente.arq.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Apresenta a produção escrita de Miranda Martinelli Magnoli, a partir de um levantamento ainda parcial de seus textos. Objetiva favorecer a compreensão da extensão e pioneirismo de sua contribuição teórica ao campo específico paisagem e ambiente e à atuação do arquiteto e urbanista na paisagem brasileira. Aborda sua contribuição fundadora de um programa conseqüente de ensino e pesquisa, enraizado em uma discussão da cultura contemporânea e da base ética, sensível e técnica para o projeto e planejamento do espaço, conforme está registrado em seus trabalhos.

Palavras-chave: Ensino e pesquisa, arquitetura da paisagem, paisagismo, arquitetura e urbanismo, Miranda Martinelli Magnoli.

ABSTRACT

It is an approach to Miranda Martinelli Magnoli written work, based on a preliminary survey of her work. It is expected to offer a comprehension of the extension and avant-garde of her theoretical contribution to the segment of environment and landscape and to the performance of architects and urban planner on the brazilian landscape, as well as her founding contribution to sequential program of teaching and research rooted in discussions of contemporary culture, ethical, sensitive and technical issues for project and planning of spaces, according to what is written on her works.

Key words: Teaching and research, landscape architecture, landscape design, architecture and urban planning, Miranda Martinelli Magnoli.

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI: CONTRIBUIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UMA TEORIA E AÇÃO DO ARQUITETO NA PAISAGEM BRASILEIRA. UMA APROXIMAÇÃO DE SEUS ESCRITOS

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI: FUNDAMENTAL CONTRIBUTION FOR ARCHITECT'S THEORY AND ACTION ON BRAZILIAN LANDSCAPE. AN APPROACH ON HER WRITTEN WORKS

Apresentação: Um Todo a Partir de Três Fragmentos

fragmento 1:

"Serão estas colocações mesmo que embrionárias válidas? apoiadas corretamente em teorias próprias para tais objetos? qual o nível e grau de contribuição que várias áreas do conhecimento podem nos subsidiar? quais os métodos que podemos perceber como encaminhamentos essenciais? quais os procedimentos cuja viabilidade parece pelo menos promissora? e, a par de indagações, cujo rol se pode facilmente alongar, fica patente que é cada vez maior o volume de pessoas que, das mais variadas formações, se inquieta à procura de novas formas de especulação, novas explicações, e, em nosso caso muito especialmente novas formas de ensino e pesquisa."
MAGNOLI (1986) 1994a, p.16

fragmento 2:

"O meu conceito de arquitetura está na união e colaboração das artes, de modo que cada coisa esteja subordinada às outras e com essas em plena harmonia e, quando uso essa palavra, esse será o significado, não um mais restrito. É uma concepção ampla, porque abraça o inteiro ambiente da vida humana: não podemos nos subtrair da arquitetura enquanto somos parte da civilização, pois que representa o conjunto de modificações sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas. Nem podemos confiar nossos interesses a uma elite de homens preparados, pedindo a eles que investiguem, descubram e criem o ambiente destinado a nos hospedar, para depois nos admirarmos perante a obra pronta, apreendendo-a como coisa acabada. Isso cabe a nós mesmos; a cada um de nós cabe empenhar-se no controle e na proteção da orientação justa da paisagem terrestre, cada um com seu espírito e suas mãos, na parte que lhe cabe, para evitar que deixemos a nossos filhos um tesouro menor do que aquele que nos foi deixado por nossos pais" (MORRIS, Willian, conferência no London Institution, 1881¹).

fragmento 3:

“Conceito de paisagem urbana e organização de um quadro de referência para compreender a paisagem urbana e com ela operar, lidando com a interação entre o sítio físico e as ações da sociedade, foi tarefa inicial a que nos dedicamos. O sítio partiu da análise das bases naturais, geologia e clima com todos os significados; as ações consideravam os grandes organismos da estrutura metropolitana e toda a organização do fato arquitetônico-urbanístico. Permitiria compor operativamente a paisagem em sua representação e articular os componentes; a compreensão da paisagem e a atuação sobre os espaços livres de edificação passavam a ser os aspectos-chave do ensino. Aprofundar e ampliar o todo e as partes em seus aspectos de interação foi sendo um processo de aperfeiçoamento contínuo. Fazia parte do processo o grau de controle da comunidade sobre a condução dos processos econômicos e políticos envolvidos nas decisões em diferentes etapas.” MAGNOLI, 2004, p. 4.

Para a apresentação da produção escrita de Miranda Martinelli Magnoli², utilizarei, inicialmente, três extratos, os quais acredito permitirem introduzir uma compreensão dos fundamentos do programa de trabalho a que se propôs. Escrever sobre sua produção textual é uma oportunidade especial, pela possibilidade de percorrê-la como um conjunto. Mas também é especial por sua proximidade e influência em minha carreira (como na dos colegas reunidos nesta publicação), da amiga, professora, orientadora, referência fundamental no meio acadêmico, na área de paisagem e ambiente. Área cuja existência no ambiente acadêmico se deve à sua contribuição tenaz e pioneira.

Contribuição a qual, é necessário reconhecer, transcende a área específica, na medida em que se dedicou a pensar, questionar, especular o papel social do arquiteto³ e uma atuação contemporânea e conseqüente desse profissional, consolidação ainda por se fazer. Mais do que a uma área — Paisagem e Ambiente —, sua contribuição deve ser aquilatada pelo desafio constante que lança ao arquiteto para uma participação relevante na transformação do *meio ambiente humano* (expressão recorrente em seus escritos na década de 1980). Isso implica repensar a forma como esse profissional tem se colocado no mercado, a partir da produção de objetos em escritórios. Não é apenas no “paisagismo”, o que já não seria pouco, mas na construção do hábitat humano, desse meio ambiente, a questão que, como arquiteto e urbanista, ela pretende ver avançar.

Pareceria óbvio supor que toda arquitetura, seja do edifício, seja da cidade, daria-se em uma inserção e transformação da paisagem. Por essa razão, opôs, em vários momentos de seu trabalho, a definição proposta por William Morris em 1881⁴ (reproduzido no fragmento 2 no início do artigo) ao modo como o movimento moderno lidou, com dificuldade, com o espaço urbano, e muitas vezes de modo reducionista. A questão colocada é: a construção desse ambiente humano deve perseguir algo mais do “*jogo dos volumes sob a luz*”⁵ e as funções da Carta de Atenas. É necessário dar conta de uma complexidade antevista por Morris no trecho citado no início do artigo: a arquitetura se referindo ao inteiro ambiente da vida humana, e a paisagem como uma herança na qual desenhamos nossas vidas e responsabilidades.

Esse entendimento da arquitetura coloca a paisagem em pauta, não apenas como ambiência ou fundo, e não apenas como entorno transformado por uma arquitetura de edifício. O modo como Miranda entendeu a paisagem ultrapassou os limites e limitações da pura visualidade e da relação *gestáltica* figura-fundo, a qual reforça a paisagem como cenário⁶. Essa cenarização da idéia de paisagem dificulta o avanço nessa discussão. Ao contrário, sua reflexão estabeleceu bases conceituais e empíricas para a superação desse reducionismo. A partir desse conceito da arquitetura como o projeto do “ambiente humano”, procura pensar o que seja paisagem e ambiente, sobre os quais o arquiteto reconhecidamente atua, e deve estar capacitado a atuar. A natureza e compreensão do contexto no qual se insere o objeto projetado — arquitetura e urbanismo — viria a estabelecer a necessidade de enfoques e interfaces inovadores para a

atuação do arquiteto, tal como no terceiro fragmento que abriu este artigo, no qual Miranda demandava a constituição de um quadro de referência que articulasse diversos aspectos do ensino e pesquisa.

“Quadro de referência para compreender e operar...”. Nesse sentido, há de reconhecer-se que sua contribuição é fundamentalmente teórica⁷, embora uma teoria⁸ e inteligência comprometida com a ação concreta e com a especificidade dessa ação na sociedade dentro de um campo profissional. Em sua formulação, esse quadro deveria ser capaz de articular as bases naturais e ações sociais, a partir da problemática dos espaços livres, colocando a questão metodológica da interdependência de escalas em um processo contínuo de interações. A esse quadro de referência⁹ se fez corresponder uma área de referência para essas especulações: a região paulistana, criando interfaces entre investigações de detalhe e totalizações territoriais diversas¹⁰.

Podemos resumir o que foi apresentado até o momento, com as três citações iniciais a textos de Miranda. Sintetizam, a meu ver, um imenso e complexo programa de trabalho:

1. da primeira citação (MAGNOLI, 1994a, p. 16) tiramos uma inquietação permanente com as certezas que ancoram o processo de conhecimento;
2. da segunda (MAGNOLI, 1987a, p. 01, de W. Morris¹¹) tiramos a natureza do objeto a ser investigado: coletivo, de uma duração que nos transcende ao mesmo tempo em que nos apresenta uma base concreta para a vida,
3. da terceira (MAGNOLI, 2004, p. 4) o método: a necessidade de uma teoria comprometida com a ação, articulando campos de saber e escalas de abordagem.

Foi assim que, ávido de aprender e confrontar minhas inquietações perante a paisagem, a sensibilidade, a arte, a arquitetura, conheci-a em uma disciplina do programa de pós-graduação que oferecia com o professor Milton Santos em 1986. Sua contribuição, procurando escalas territoriais nacionais e processos em escala global, servia de parâmetro para a conceituação das pesquisas em curso. Não me deixou margem a dúvidas: estava ali um caminho suficientemente inclusivo das questões humanas, do entendimento do ambiente, e de discussão da cultura, que abria campos ao invés de fechá-los, desafiando ao invés de anular. As pesquisas tratavam do espaço público, da paisagem, do lugar, do regional, portanto, de vários recortes dotados de sentido, tanto como unidades quanto como conjunto. Em uma época em que esse esforço coletivo de pesquisa não se colocava como fundamental, nem com tanta clareza como hoje, ela havia constituído um grupo de pesquisa o qual permitia investigar e testar essas hipóteses, de modo que os fragmentos eram coerentes no quadro de uma indagação maior que a aflição.

Quadro cuja perspectiva jamais seria de resposta (“Serão estas colocações mesmo que embrionárias válidas?...”), condenado a permanecer aberto em um contínuo refazer para permanecer coerente. Hoje, transcende-a por meio daqueles que ajudou a formar¹² e os quais encontram possibilidades de aprofundamento exatamente na redefinição contínua e diversa desse quadro inicial. Os fundamentos desse processo, suas razões, sua finalidade social e os produtos de pesquisas que expressam sob sua orientação essas buscas, estão registrados em seus escritos.

Produção Escrita

Os escritos de Miranda se oferecem de um modo disperso e nada sistemático, originados frequentemente da necessidade de apresentar a área específica, sua fundamentação, as pesquisas realizadas, como nos números iniciais da revista *Paisagem e Ambiente* e nos *Enepeas*¹³. De fato, diversamente de outros intelectuais, sua contribuição fundamental não se dá a partir de suas publicações e trabalhos escritos. Jamais se ocupou de ordenar suas questões em um livro ou uma coletânea própria. Os esforços por institucionalizar e consolidar uma área pioneira e sob contextos muitas vezes adversos, a partir de um pensamento ancorado na pesquisa e formação

de pesquisadores que multiplicassem essas bases de investigação e formação, absorveram sua produção como uma contribuição muito mais direta, pessoal. Traduz-se na orientação de seus alunos de graduação e de pós-graduação, formação de professores e pesquisadores, estabelecendo um trabalho coletivo ao qual cabe, a partir de sua formulação da problemática a ser enfrentada (expressa em Magnoli, 1994a, 1987a, 1994c, entre outros), a responsabilidade de aprofundar e estabelecer um corpo de conhecimentos. Corpo ainda em potência, diante de uma enorme dívida social.

Nesse sentido, a contribuição de Miranda Magnoli não pode ser aquilatada apenas pelos padrões de uma **produtividade** acadêmica tal como se instituiu hoje, aferida a partir do empréstimo a um campo totalmente diverso: o quantitativo da produção de objetos. Em nosso caso, essa transposição dos padrões da produção e prestação de serviços para o ambiente acadêmico, consolidado em *papers* e captação de verbas de pesquisa, pode estar mostrando o caráter absolutamente espetacular e subordinado com que se reveste o meio acadêmico contemporâneo. Mas deveria ser diverso, sim, não por ser puro ou autônomo da sociedade em que existe¹⁴, mas porque, se no ambiente acadêmico demandamos uma base material (cada vez mais precária, aquela à qual temos acesso) e podemos produzir também objetos, a nossa razão não é a transformação da matéria, mas a formação de pessoas que deveriam ser capazes de contribuir às necessidades de outras, seja como indivíduos, seja como sociedade.

A contribuição de Miranda Martinelli é pessoal, dá-se no reconhecimento, incentivo, questionamento constante e muitas vezes tenso e extenuante de seus alunos e interlocutores, sob um compromisso ético. Contribuição que expressa generosidade, abrindo espaços, e expressa urgência discernindo prioridades e relevâncias, por meio de uma inquietação para a superação das condições dadas. É disso que se trata quando lemos em muitos de seus trabalhos a relação de pesquisas em desenvolvimento ou concluídas. Devemos observar que muitos de seus textos apresentam com enorme clareza e insistência em conjunto de temas os quais estabelecem tanto bases conceituais de investigação quanto vão estabelecendo uma relação entre prioridades de pesquisa e escalas de entendimento, decorrentes de uma compreensão e indagação teórica da natureza e das dinâmicas do espaço.

É possível observar uma evolução temática e conceitual nesse conjunto de trabalhos, para os quais definimos uma ordenação cronológico-temática. A relação aqui reunida não pretende ser completa, mas um primeiro indício para uma pesquisa mais acurada.

1956-1965

1956 – Conjunto residencial Três Marias, projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 30, p. 62-4, maio 1956.

1957 – Residência em Boaçava, construção de Dante A. O. Martinelli, eng. *Acrópole*, n. 229, p. 20-1, nov. 1957. Descreve sucintamente intenções de projeto.

1959 – Residência no Morumbi, projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli e Rosa G. Kliass. *Habitat*, n. 54, p. 23-7, maio/jun. 1959.

1961 – Praça Pública em Presidente Venceslau¹⁵. *Habitat*, n. 65, p. 3, 1961.

1962 – Internacional Golf Club. Paisagismo: Miranda Martinelli Magnoli, Arquitetura: Abelardo de Souza. Descreve sucintamente intenções de projeto.

1963a – Clube da Cidade de São Paulo: construção de Severo Villares S.A. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 73, p. 13-7, set. 1963.

1963b – Residência no Alto de Pinheiros, paisagismo de Rosa G. Kliass e Miranda Martinelli Magnoli. *Acrópole*, n. 294, p. 184-6, maio 1963.

1964a – Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 76, p. 57-64, mar./abr. 1964.

1964b – Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 77, p. 47-54, maio/jun. 1964.

1964c – Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 78, p. 46-90, jul./ago. 1964.

1964d – Clube de campo em Piracicaba, SP. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 75, p. 19-20, dez. 1964.

1964e – Internacional Golf Club, projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 70, p. 20-4, dez. 1964.

1964f – Jardim residencial em São Paulo. *Habitat*, n. 80, p. 44-50, nov./dez. 1964.

1964g – Lynce Estância Clube, Atibaia. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 76, p. 18-23, mar./abr. 1964.

1964h – Nova decoração para o Hotel da Bahia. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 80, p. 28-33, nov./dez. 1964.

1965a – Aproveitamento da Foz de Chopin, São Paulo. Projeto de Abelardo de Souza, arq. paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 81, p. 15-20, jan./fev. 1965.

1965b – Arquitetura de exterior de grandes áreas. *Habitat*, n. 81, p. 33-6, jan./fev. 1965.

As primeiras publicações que relacionamos, entre 1956 e 1965, estão muito próximas da forma própria de pensar e de apresentar de Roberto Coelho Cardozo e de sua divulgação em revistas especializadas, condicionadas, na verdade, pelas limitadas possibilidades desse mercado editorial. Há um conjunto de projetos publicados por Miranda nessas revistas, muito próximos dessa produção de Cardozo. Refletem também um momento de organização e afirmação otimista da categoria na década de 1950, estabelecendo veículos próprios, inseridos em debates culturais mais amplos dos quais participavam os arquitetos, ao mesmo tempo em que respondiam a uma necessidade de mercado de dar visibilidade à arquitetura produzida. Trata-se de um modelo editorial que pode ser rastreado ainda hoje, embora com significação totalmente diversa. Permite entrever também um início da atividade profissional de Miranda sob influência de Roberto Cardozo¹⁶.

Mesmo assim, talvez ainda não se colocasse no primeiro momento para Miranda, a necessidade de estabelecer-se uma reflexão mais abrangente sobre a produção dos projetos, o que viria a ser estimulado pelo amadurecimento de sua inserção nesse mercado e pelos rebatimentos dessa experiência na formação de outros, por intermédio do ensino de graduação, da pesquisa e depois do ensino de pós-graduação. Uma hipótese nossa.

Os textos em geral não são assinados, correspondendo ao modelo editorial das revistas, mas podem expressar seu consentimento. Muitos textos são de trabalhos em co-autoria com Rosa Kliass, com quem trabalhou ao se formarem (1955), e muitos com o arquiteto Abelardo de Souza. Nessa fase, podemos chamar inicial de sua atuação profissional, com muitos projetos realizados, já havia ganho premiações e era assistente da cadeira de Composição de Arquitetura da FAU (segundo MAGNOLI, 1964, 76, p. 57). A grande maioria dos textos dessas publicações, cuja autoria pode ser do editorial com base em informações apresentadas pelos autores dos projetos, apenas descreve sucintamente intenções do partido. Não são textos de apresentação de idéias¹⁷, e o que está em foco são os projetos. Nesse sentido, fornecem um material documental para estudo das formas de representação e de conceitos espaciais nos projetos em publicações, bem como para o papel do paisagismo naquele momento. A paisagem, entretanto, não comparece como objeto nos trabalhos aqui relacionados.

Nessa linha de trabalhos, identificamos apenas um artigo mais recente, publicado na revista *Obra*, n. 94, o que nos permitiu concentrar como período foco 1954-1965. O artigo da *Obra* é assinado por Miranda, marcando, portanto, sua autoria e intencionalidade no texto. Ainda ao contrário dos anteriores, não apresenta o projeto, apenas traz um texto com um arrazoado sobre o projeto referido. Pela afinidade do tratamento, incluímos nesta série seu artigo sobre

Arquitetura de Exterior de Grandes Áreas (MAGNOLI, 1965), no qual demanda a necessidade de planejamento no país e foca o planejamento de rodovias, no qual nos parece que a paisagem ainda comparece fundamentalmente como visualidade.

1969-1970

1969a — Áreas Verdes de Recreação. Rosa G. Kliass e Miranda Martinelli Magnoli. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1969.

1969b — KLIASS, Rosa Grená e MAGNOLI, Miranda Martinelli. Áreas verdes de recreação. São Paulo, *Acrópole*, n. 361, p. 34-8, maio 1969.

1970 — GEGRAN. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado — PMDI, versão final*. São Paulo, GEGRAN, 1970.

Uma inflexão parece ocorrer em seus trabalhos na mudança da década de 1960 para 1970, com uma notável aproximação das questões de planejamento, favorecendo uma atitude mais crítica e reflexiva e gradualmente mais comprometida com a paisagem do que com o projeto na escala do lote. A aproximação das perspectivas de planejamento — na mudança da década de 1960 para 1970 em nossa interpretação (iniciadas com sua participação em SAGMACS, 1957) — abria-lhe uma necessidade maior de conceituação da ação do arquiteto no espaço. Nesse momento, em contraposição parcial ao fechamento político representado pelo regime militar, enorme expectativa era colocada sobre a possibilidade de planejamento, em especial em São Paulo (PUB, 1968, PMDI; 1970). Embora essas expectativas não tenham se verificado, por muitas razões, seguramente contribuíram para colocar uma demanda ao arquiteto de outras escalas de enfrentamento do espaço e de outras interfaces disciplinares e institucionais. Não são muitos os textos a expressarem essa sua inserção profissional no planejamento, mas apresentam um comprometimento muito maior na defesa de idéias e posições, em relação ao que ocorre nos relacionados no item anterior. Conseguimos identificar Kliass e Magnoli 1969a, 1969b (estes referentes a trabalho elaborado em 1968), e o PMDI e, na década atual, no trabalho desenvolvido para a Operação Urbana Águas Espraiadas e no Plano da Subprefeitura da Lapa, os quais não pudemos agregar a este artigo¹⁸.

É de enorme importância o trabalho de planejamento de áreas verdes de recreação (KLIASS e MAGNOLI 1969a, 1969b), desenvolvido com Rosa Kliass para a prefeitura municipal de São Paulo. Ainda que uma série de proposições metodológicas possa hoje ser questionada, e a variável ambiental, incluindo a dimensão de ecologia urbana, não fosse possível de pensar-se naquele momento e contexto, algumas contribuições desse trabalho precisam ser destacadas. Primeiro, em consonância com o pensamento da época, a ação no espaço fundada em um método de análise e diagnóstico, do qual decorria a racionalidade proposta. Em que pesem objeções que são possíveis, decorridas algumas décadas da elaboração do trabalho, a metodologia adotada revelava enorme atenção à problemática dos espaços livres no âmbito municipal, e viabilizava com consistência, dentro daqueles parâmetros, o enfrentamento efetivo da questão. Baseado em um pensamento de hierarquização funcional, dava-se, entretanto, atenção à escala do local, possibilitada pelos estudos de campo. Todos os elementos que constituiriam o referido sistema eram desenvolvidos em diretrizes gerais que apontavam, no conjunto do trabalho (a meu entender), para ações subseqüentes de gestão e projeto. Sua maior contribuição, entretanto, está em ter sido um dos únicos, senão o único, plano elaborado para um enfrentamento conseqüente pelo poder público do espaço livre urbano.

Sua participação no PMDI, com o artista plástico e paisagista Waldemar Cordeiro, possibilitou a introdução pioneira no planejamento paulistano das questões de paisagem, embora com pouco debate efetivo nas diretrizes do plano. O texto Aspectos paisagísticos que integra o plano (páginas 105 a 116, e não vem assinado) oferece uma rica e competente análise do sítio

e da urbanização, que para os autores “*expressa um ideário cultural partilhado pela população*” (p. 107). Propõe-se o conceito de ambiente como “*o que melhor se ajusta a uma apreciação integrada dos aspectos de paisagem natural e paisagem artificial, sendo esta última caracterizada não apenas por suas componentes plásticas ou visuais*” (p. 107). Essa citação permite ver o grau de compreensão da paisagem que já se buscava, considerando-a na integração da natureza com o trabalho e, portanto, cultura, mais do que visualidade ou forma. Esse trecho é bastante aderente tanto a idéias que depois encontramos em textos de Miranda (Integração do suporte com a sociedade; Magnoli, 1982) quanto de Cordeiro (a paisagem como informação e, portanto, cultura; particularmente, em artigos de Cordeiro de 1964, 1965 e 1970¹⁹). O texto de análise da paisagem metropolitana dava ainda grande atenção às escalas e centralidades. A análise ali apresentada ainda hoje traz questões conceituais e práticas sobre o ambiente e a paisagem metropolitana, escala então difícil de ser pensada, e que, agregada ao trabalho anteriormente mencionado sobre as áreas de lazer e recreação, indicaria um rico programa de investigação e ação a ser formulado, como de fato ocorreu, em sua atuação acadêmica a partir da década de 1970.

Seria interessante incluir nesse percurso o plano desenvolvido sob principal responsabilidade de Miranda para a subprefeitura da Lapa (2004). Não nos foi possível, entretanto, uma análise desses documentos para a elaboração deste artigo. Tendo acompanhado em parte esse processo, posso asseverar que questões então embrionárias no final da década de 1960, submetidas a um amplo projeto de investigação a partir da década de 1970, estariam possibilitando no Plano da Lapa a visão de síntese da paisagem e sua integração em processos de planejamento, o que na década de 1970 ainda era impossível de obter-se. A oportunidade, entretanto, de pensar integralmente a partir de um amadurecimento metodológico os aspectos envolvidos no processo de planejamento espacial, ainda hoje não é garantia de sua implementação.

1972-1987; 1981-2004

teses e memoriais

1972 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Contribuição ao estudo dos espaços de uso público nos grandes aglomerados urbanos. São Paulo, Tese de doutoramento, FAUUSP, 1972.

1982 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. São Paulo, Tese de livre-docência, FAUUSP, 1982.

1985 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Memorial. Concurso à função de professor adjunto. São Paulo: FAUUSP, 1985.

1987b – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Memorial de titulação. São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.

artigos

1981 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e Pesquisa*, FAUUSP, 1981.

1986a – MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho Urbano. In: *Desenho Urbano. Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Brasília: UNB, 1986, p. 111-120.

1986b – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Paisagem pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*. São Paulo, FAUUSP, 1986.

1987a – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, espaço, paisagem. *Paisagem e Ambiente – Ensaios II*. São Paulo: São Paulo: FAUUSP – GDPA, 1987 (1994, 2. ed.).

1987c – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Recursos Humanos e Meio Ambiente. *Paisagem e Ambiente – Ensaios II*. São Paulo: FAUUSP – GDPA, 1987 (1994, 2. ed.)

1987d – MAGNOLI, Miranda Martinelli. *A universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.

1988 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Formação de recursos humanos e meio ambiente. *Sinopses*, n. 11, São Paulo: FAUUSP, 1988, p. 71-76. Trata-se do mesmo artigo publicado em 1987 na *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios II*.

1990 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Relato Grupo I. Interdisciplinaridade na pesquisa em arquitetura e urbanismo. *Anais do Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: FAUUSP, 1990, p. 233-243.

1995 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. *Anais do II Enepea – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, 1995. São Paulo: Universidade São Marcos, 1996, p. 13-18.

1996 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Formação de quadros para o ensino e pesquisa. São Carlos. *Caderno de resumos do III ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, São Carlos, 25 a 28 de outubro de 1996.

1997 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. O renascimento de uma paisagem. *Obra, Planejamento e Construção*, São Paulo, ano 9, n. 94, p. 12, 1997.

2000 – MAGNOLI, Miranda Martinelli; MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo: Ensino e pesquisa em pós-graduação. *Revista do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP*. São Paulo: FAUUSP, dez. 2000.

2004 – MAGNOLI, Miranda Martinelli. Pesquisas em paisagem e ambiente. Belo Horizonte – MG, *Anais do VII Enepea – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, 9 a 12 de junho de 2004.

Correspondendo a esse movimento que apontamos na passagem da década de 1960/70 na atuação de Miranda (a partir de seus textos, pelo menos), parece haver também em torno a 1972-1974 uma outra dimensão de amadurecimento de suas preocupações, percepções e vínculos, que prepararia a maior parte da contribuição pela qual a reconhecemos atualmente. Penso que essas experiências fundamentais com outras escalas e questões disciplinares, ainda dependentes da sociologia, da economia e da geografia, prepararam-lhe o campo conceitual e de debates os quais se definiria a seguir, na década de 1970, em que poderia convergir toda uma experiência pessoal, a uma nova fase definida por sua participação crescente no ensino. A atividade acadêmica no período subsequente lhe possibilitou um rico laboratório de investigação dessas condições da cultura, da paisagem, da racionalização do plano e do projeto²⁰.

É nítida a partir daí a ênfase na formação e na pesquisa, absorvendo toda sua preocupação e sua motivação. É necessário reconhecer, nesse âmbito, duas frentes diversas para sua produção textual. Uma primeira dimensão decorre de sua atividade acadêmica ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980, constituindo-se de documentos apresentados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo para titulação, decorrentes de pesquisas e atividades acadêmicas (MAGNOLI, 1972, 1982, 1985, 1987a). Não nos foi possível, no momento, levantar eventuais relatórios de pesquisas, o que seguramente trará contribuições as quais ficaram olvidadas pela pouca difusão a qual essa produção tradicionalmente tem recebido. Uma segunda dimensão dessa produção é encontrada a partir dos anos 1980 em suas publicações em revistas acadêmicas (MAGNOLI, 1981, 1994a, 1994b, 1994c, 1987b) e decorrentes de sua participação em seminários, estes sobretudo a partir dos anos 1990 (MAGNOLI, 1994a, 1990, 1996a, 1996b, 2004).

Miranda inicia seu doutorado com um capítulo no qual coloca a extensão do conhecimento ecológico, derivando daí para a problemática urbana e, tomando McHarg como referência fundamental, tece críticas contundentes ao autor²¹, considerando suas postulações primárias

(“a parcialidade e unicidade de argumentação é flagrante”, MAGNOLI, 1972, p. 11)²². Visto a distância o capítulo fornece um interessante registro da incorporação pioneira que faz da vertente “bioecológica” na Faculdade de Arquitetura, e dos impasses que isso representava.

A comunicação, temática comum a Waldemar Cordeiro, também comparecia na crítica a McHargh, ao observar que revelava “total desprezo pelas abordagens analíticas das teorias da percepção e dos conhecimentos da psicologia” (MAGNOLI, 1972, p. 11, veja-se também o último parágrafo na página 37). Esse aspecto ganhava relevância entre os arquitetos a partir dos anos 1960, como exemplificam os trabalhos de Kevin Lynch, Christopher Alexander, Amos Rapoport, Yi Fu Tuan, Vittorio Gregotti²³.

De certa forma, ao postular a relevância dos conhecimentos ecossistêmicos, questiona seu determinismo sobre os processos de urbanização e, ao criticar as bases do planejamento urbano corrente, demanda que “maiores conhecimentos apoiados em uma metodologia científica deverão apoiar o processo criativo” (MAGNOLI, 1972, p. 43). Consideramos essa posição de grande impacto na constituição da área Paisagem e Ambiente e em sua estratégia de ensino subsequente, no contexto do Departamento de Projeto da FAU. Basicamente, convém destacar a importância dada aos procedimentos e métodos racionais os quais aproximam a sequência Paisagem e Ambiente de uma fundamentação sistêmica e uma metodologia racional de intervenção. Essa abordagem decorre de enfrentar escalas de planejamento, embora voltada mais para o enfrentamento do desenho do espaço do que das políticas públicas que deveriam orientá-lo²⁴. Ao mesmo tempo, há um entendimento do projeto como uma atividade racional, ou seja, não apenas criação artística, mas decorrente de procedimentos sistemáticos perante a análise e proposição do espaço. O “desígnio” não decorre, assim, apenas de um desenho de autor, o qual revela o caminho a si mesmo, mas de embates sistemáticos com conceitos e o programa que fazem o desenho decorrer também de um método passível de ser sistematizado e investigado.

O Conceito de Paisagem: Sistema, Forma e Cultura – Uma Discussão a Ser Aprofundada

Deve-se observar que o termo paisagem não é utilizado em seu doutorado; entretanto, em sua tese de livre-docência (MAGNOLI, 1982), concluída portanto uma década depois, o capítulo 1 é destinado a “Aspectos da paisagem”, cuja preocupação central é definir um quadro histórico das questões as quais mais diretamente parecem interessar aos arquitetos. Outro aspecto importante é o de a definição de paisagem não ser buscada em um corte apenas contemporâneo, o que esbarra na não-incorporação de um modo eficaz dessa temática nos programas de história, decorrentes da departamentalização da reforma universitária. Sua ênfase na necessidade de uma perspectiva histórica, que entende, deveria ser subsidiada pelo departamento correspondente, leva-a a estabelecer alguns desses percursos. Embora o texto trabalhe com a abordagem histórica com algumas dificuldades, é da maior importância o reconhecimento que é fundamental para a paisagem e o projeto. Embora esse aspecto não tenha sido prioritário, e claramente subordinado às urgências do presente dado pela escala metropolitana atual, parece a mim que uma teoria da paisagem sem um subsídio histórico correria um risco de naturalização e objetivação metodológica descolada da complexidade representada por esse campo. O aspecto é percebido em seus trabalhos, mas não é desenvolvido pela urgência das prioridades adotadas²⁵.

A mudança de enfoque, nessa fase, ainda mantendo como foco os espaços livres, pode ser percebida pelos títulos desses trabalhos: “Contribuição ao estudo dos **espaços de uso público** nos grandes aglomerados urbanos” (1972) e “Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da **paisagem** metropolitana” (1982); ênfase nossa. É notável a segurança, a complexidade e desenvoltura lograda na reflexão teórica no tempo decorrido entre esses dois trabalhos. O capítulo 2 – “O espaço livre, objeto de trabalho” subdividiu-se em duas partes, sendo a primeira “Intervenção e presença do homem na paisagem”, na qual postula que “A morfologia

da paisagem é resultante da interação entre a lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológico e climático) e a lógica própria dos processos sociais e culturais (antrópico)" (MAGNOLI, 1982, p. 47). Tal definição²⁶ passou a ser adotada desde então em muitos dos trabalhos da área, com algumas nuances. Basicamente, estabelece uma polarização para a qual busca a síntese, entre natureza e sociedade, de cuja interação decorreria a paisagem, ou a fisionomia, como definem os geógrafos. Observa: "A lógica própria dos processos do homem se apresenta por expressões físicas (parcelamentos, escavações, plantações, construções, edificações etc.) em expressões físicas que apresentam a lógica dos processos do suporte (geologia e clima, solo, relevo, vegetação e sol, água e ventos)" (MAGNOLI, 1982, p. 48).

Essa lógica que define a configuração da paisagem, também define o meio ambiente, de modo que passa a haver uma notável convergência desses dois conceitos²⁷. Em um artigo de 1987, Ambiente, espaço, paisagem (MAGNOLI, 1994b), resumiria essa idéia: "Entendo o meio ambiente humano como o resultado das interações das sociedades humanas com o suporte, a base física e biológica que as envolve, contribuindo este suporte, esta base, de diferentes maneiras para sua subsistência biológica e espiritual. Este suporte, base física e biológica, já tem uma história de interações: desde o aparecimento do homem é objeto da ação do homem, alterando essa base. Daí, poderá se sintetizar a concepção de ambiente como a interação da sociedade com suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada 'natural' ou construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conFORMAções, conFIGURAções, carregadas da interação social com suporte temos denominado PAISAGENS." (MAGNOLI, 1994b, p. 60). As sobreposições decorrem de reconhecer esses problemas como culturais e o espaço como social. Assim, a definição de paisagem oferecida é tanto forma, aparência, quanto expressão de interações entre sociedade e natureza. Paisagem e ambiente não podem, nesse sentido, ser plenamente, cabalmente distintos, mas decorrem imbricados. Seguramente isso representa uma dificuldade para uma sistematização e explanação lógica (questão ainda pouco estudada pelos pesquisadores da área), por outro lado, é exatamente decorrência de um reconhecimento indispensável de operações de síntese que estariam na natureza desses fenômenos.

Sua incorporação pioneira da ecologia ocorre no quadro dessa discussão, que é conceitual. Como observamos, já ocorre enfaticamente em sua tese de doutoramento (MAGNOLI, 1972, capítulo 1), acompanhada de uma crítica também contundente sobre seu rebatimento direto nas questões a serem enfrentadas pela arquitetura, como em sua crítica naquele trabalho a uma certa transposição que considera inconsistente em Ian McHargh. No artigo Ambiente, espaço e paisagem (MAGNOLI, 1994b), pondera sobre o papel da ecologia para o pensamento e ação contemporâneos no ambiente. Estabelecendo uma relação entre as transformações decorrentes da Revolução Industrial e suas conseqüências sobre os ecossistemas, entende que a ecologia "se faz indispensável em uma série de questões fundamentais e urgentes na sociedade" (MAGNOLI, 1994b, p. 63). Mas ressalva que "ecologia e meio ambiente humano não se confundem, não são sinônimos": "A mediação entre um subsistema e o sistema global (o todo e a parte) não se pode explicar somente com os conceitos, métodos e instrumentos da biologia. Essa mediação é social" (MAGNOLI, 1994b, p. 63). Razão pela qual já criticava a exclusão do homem por uma visão ecossistêmica aplicada ao território, como uma ação regressiva, tocando em uma questão ainda central naquele momento: "Esse tipo de preservacionismo, adotado de forma ampla, antes de mais nada congela a brecha entre desenvolvimento e subdesenvolvimento" (MAGNOLI, 1994b, p. 63)²⁸. Daí a necessidade de análises sobre as vinculações entre "sistemas ecológicos" e "sistemas sociais".

Retomando a questão de sua concepção operativa da paisagem, em nosso entender, a questão cultural, embora reconhecida e mencionada, comparece de forma coadjuvante em sua conceitualização de paisagem, pois a questão central se coloca entre estruturas sociais e processos naturais. Na prática, sua atenção às escalas²⁹, entretanto, aproxima-a das escalas do cotidiano, essenciais

a qualquer abordagem projetual do espaço livre e abre campo, então, para uma investigação de aspectos culturais: “São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão. São esses os lugares que ele se apercebe, em que ele se identifica, em que ele exerce sua socialização” e, em função disso, reconhece uma pauta que está hoje na ordem do dia: “E, é também nelas [as paisagens no cotidiano] e por intermédio delas que se poderá facilitar o avanço da autonomia dos grupos sociais na decisão e controle dos processos de desenvolvimento” (MAGNOLI, 1994b, p. 64).

Embora entenda que os aspectos culturais não foram determinantes de sua conceituação de paisagem (mesmo identificados), foram determinantes de todo seu programa de investigação. Em parte, por conta de uma visão humanista que concebe o espaço para o homem e, portanto, percebe muito cedo a importância do cotidiano. Em parte, porque toda sua reflexão e programa derivavam de uma discussão da sociedade que era, sim, cultural, advindo daí as prioridades e questões a serem enfrentadas, ficando particularmente explicitado em Magnoli, 1994a.

Os artigos publicados nos Enepeas referem-se a conferências para as quais foi convidada a proferir nesses encontros, mostrando um reconhecimento por sua contribuição pioneira e contínua nessa área de ensino. Os textos demonstram a necessidade de uma compreensão política da pesquisa para atuação no espaço público, procurando articular um número bastante grande de questões. Suas conferências são, assim, convites à reflexão. A temática recorrente refere-se à necessidade de apresentar, a convite das comissões organizadoras, a constituição da área de pesquisa na FAUUSP, oportunidade em que ensaia diversos arranjos temáticos e conceituais para relacionar as pesquisas e suas contribuições. Na mesma direção vão os artigos publicados nas revistas da FAUUSP (MAGNOLI, 1981, 1994a, 1994b, 1994c, 1987b, 1996b, 2004), embora nem todos apresentem as pesquisas a que seu programa deu origem, ainda assim se concentram na explicitação problematizante desse programa de trabalho. Em todos esses casos vão sendo implicados conceitos sobre paisagem, interações disciplinares, interações escalares para entendimento e intervenção, em quadros que interpretam o papel dos espaços livres, em especial de uso público, e as condições sociais, políticas, institucionais e culturais nas quais se deve traçar um programa de investigação como base para uma ação transformadora.

Particularmente feliz, nesse sentido, parece-me o artigo Paisagem, Pesquisa sobre o Desenho do Espaço (MAGNOLI, 1994a). É como se nesse artigo não só apresentasse seu programa de pesquisa e pesquisadores implicados, mas como se fosse este mesmo o modelo para vários outros que se seguiram sobre esse tema³⁰, aprofundando aqui e ali pontos aí lançados, atualizando questões, agregando novas pesquisas e problemáticas as quais se vão assim definindo. Para além de ser ou não um artigo fundador no sentido acima, devemos chamar a atenção para um dos aspectos que mais me marcou nos escritos de Miranda (além da proposição que faz a partir de William Morris), encontrado neste artigo, no trecho que elegi para finalizar este trabalho.

Qual a Paisagem que Sentimos?

Este meu artigo sobre a produção textual de Miranda Magnoli é um primeiro passo, em que se testam pistas e hipóteses para aprofundamento. Deve-se notar que não foi possível consultar o acervo pessoal de Miranda nem relatórios de pesquisa, o que, aliado a depoimentos seus (o que não era possível para esta publicação, que deveria ser realizada sem seu conhecimento prévio), e de pessoas as quais com ela conviveram esses percursos trariam uma compreensão mais segura e inclusiva. Sobretudo, pelo debate desse texto com a professora, poderá apreender-se melhor a complexidade de sua produção e das idéias que a mobilizaram. Ainda assim, era necessária uma primeira sistematização, mesmo embrionária, a qual possibilitasse um desenvolvimento que permanece por realizar.

Por ora, foi-nos possível apresentar essa primeira aproximação, ainda muito preliminar. Assim, meu trabalho aqui poderia, quiçá, ter o papel de despertar a necessidade de uma resposta na

forma de organização e revisão de seus escritos pela própria autora, destacando as relevâncias, as revisões, as afirmações, as complementações de lacunas. O que não impede de encontrarmos em seu trabalho outras tantas contribuições, e a leitura a qual formulo aqui seguramente não está isenta do modo como apreendi e interessei-me por sua produção. É que o processo de dúvida sistemática imposta pode nos permitir entrever, quando ainda não formulado; pode nos estimular a perceber, quando ainda não sabido. Apesar de não estar em minha possibilidade, neste momento, uma problematização mais aprofundada de seus escritos, foi intenção contribuir para que isso possa ocorrer, ao levantar um percurso para uma organização que faça sentido no conjunto. Tal foi a razão de minha escolha de tratar de seus textos nesta publicação, imaginando poder homenageá-la reconhecendo sua contribuição em um dos pontos em que Miranda é mais rigorosa consigo mesma, sua escritura. Como, imagino, tenha sido possível ao leitor perceber, registram idéias, conceitos, inquietações e problematizações os quais marcam algumas gerações de pesquisadores.

Não seria coerente, e não apenas por ser uma primeira aproximação, terminar um artigo sobre os escritos de Miranda Martinelli Magnoli com uma conclusão. Ainda mais para alguém que tão insistentemente se colocou a dúvida como mais segura que as certezas aparentes: *“Serão estas colocações mesmo que embrionárias válidas?”*. O que me levou, no início deste artigo, a ponderar que sua produção deve permanecer aberta, em um contínuo refazer para permanecer coerente.

Quais questões devemos colocar daqui para frente? Como avaliar as transformações no longo tempo de três décadas e meia decorridas desde que se implantou esse programa de pesquisa, nas quais as condições políticas, os ideários, as incertezas, as formas de sociabilidade, as relações entre o lugar e o global, o sentido da “condição humana”, a própria idéia de natureza, o uso do tempo livre, cambiaram de forma tão radical e tão difícil de ser avaliada, por quem ainda se encontra imerso no rebuliço de transformações? Como construir uma perspectiva de investigação em um mundo de tão intensas transformações, de modo a contribuir para construir essa herança humana e natural que recebemos e devemos deixar a nossos filhos? Quais bandeiras são dignas de serem levantadas em um mundo governado por ambições e intrigas como forma natural de poder e de inteligência? Quais questões devem nortear a construção de problemas que mereçam a plenitude do sentido e da urgência humana, de algo que possa merecer então o nome de investigação? Qual a dimensão humana, e quais são as formas de lidar com as heranças recebidas, que representam uma contribuição efetiva a essas gerações que por tão curto período se encontram em um longo presente? Qual a dimensão humana e as formas de lidar com as heranças que transformamos, necessárias à paisagem contemporânea? O que aprender hoje, de um pequeno trecho como esse:

“A análise em 1974 do que deveriam ser os conteúdos de ensino, nos levou a uma revisão dos fundamentos em que se baseava a disciplina até então. E, a procura de um novo enquadramento teórico se colocou como essencial: as mudanças fundamentais nas diretrizes mundiais após a segunda guerra, os rearranjos nas relações entre os povos, o progresso do conhecimento científico, as possibilidades tecnológicas, transformavam as bases materiais da vida em escala e tempo antes inconcebível. Essas mudanças agiam de forma complexa, em todos os níveis, em articulações e combinações que levavam questões consideradas periféricas a uma posição central: novos territórios seriam ocupados para utilização de recursos ou para garantia de poder futuro sobre os recursos, novas tecnologias de comunicação contribuíram fortemente para alterar, mais do que as distancias ente os espaços, os tempos entre as idéias e os espaços. Os padrões de comportamento se alteravam; as noções de grupo e de comunidade estimulavam o deslocamento

da preocupação com o indivíduo para os problemas com a natureza: a harmonização dessas relações teria como requisito o desafio da relação do homem com o homem, a aceitação dos conflitos inerentes a essa relação de grupos, comunidades, sociedades; o respeito ao homem sem coisificá-lo, sem reduzi-lo a uma categoria da economia. Esta deveria ser meio, ao invés de finalidade. Os objetivos de desenvolvimento seriam questionados. Essa era a paisagem do homem que sentíamos. Essa paisagem nos encontrava totalmente a descoberto, exigindo estudos, reflexões, co-participação de aptidões, contribuições multi e interdisciplinares muitas e urgentes.” MAGNOLI, 1994a, p. 19.

Notas

- (1) Citado por Magnoli (1987a:01), no italiano, a partir de verbete de Leonardo Benevolo na *Enciclopedia del Novecento*, v. I (1976) e em português em Magnoli, 1994a (entre outros).
- (2) Neste artigo, mantendo a referência bibliográfica habitual pelo sobrenome, permitirei-me referir-me à professora apenas por Miranda, como usualmente fazemos.
- (3) Ao nos referirmos ao arquiteto, temos sempre em mente o arquiteto e urbanista como é formado esse profissional no Brasil, em sua atuação em projeto, planejamento e — um campo ainda pouco percebido entre nós — gestão do espaço em suas várias escalas e possibilidades temáticas.
- (4) Referindo-se a William Morris: “O movimento que se denominou Arquitetura Moderna se iniciou com essa definição que ficou famosa. Esse entendimento do conceito de arquitetura enfoca a capacidade de transformação legitimando uma multiplicidade de formas e níveis de intervenção, de caracteres muito diferentes” MAGNOLI, 2004, p. 2.
- (5) “A definição mais freqüente [de arquitetura] veiculada para e por Le Corbusier foi: ‘Arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico das formas sob a luz’, 1920. A expressão arquitetura é, até hoje, predominantemente usada para se referir ao edifício; é assim constatável na maioria dos textos e nas referências mais habituais.” MAGNOLI, 2004, p. 2. Nesse artigo, Miranda opunha de modo muito oportuno essa definição clássica àquela de William Morris.
- (6) SANDEVILLE JR., 1999, 2006, no prelo, SANDEVILLE JR. e HIJIOKA, 2006, inédito.
- (7) Para Stroeter (1986:24) “as tentativas de definição de arquitetura freqüentemente incluem o que seria a essência de uma teoria”. Já vimos a relevância dessa abordagem, quando Miranda deriva de um extrato de William Morris elevado à condição de definição todo um programa de trabalho, de largo alcance e contribuição. As dificuldades para uma formulação teórica na área da arquitetura e urbanismo, na qual se insere o enfoque de paisagem e ambiente proposto, são bem conhecidas (HUNT, 1999, p. 6; AMARAL, 1996). “But landscape architecture, spreading itself across a wonderfully wide range of human territories, seems doomed to loose its sense of coherence(s), of shared energies. One cause of this — or is it an effect? — is the failure to attend to any conceptual concerns. The dread of what is called ‘theory’, at least in United States, is striking (there are, of course, no theories in the scientific sense of that term in landscape architecture; but even the old meaning of theory as contemplation seems to provoke alarm)”. Hunt (XXX:6) reconhece não haver, na arquitetura da paisagem, uma teoria no sentido científico do termo. Também Miranda observa essa dificuldade: “É também importante lembrar, para melhor compreender os primeiros 20 anos da disciplina em São Paulo, o viés americano profundamente integrado e bastante difuso do learning by doing. Uma menor propensão à teorização que, mesmo quando introduzida, logo sucumbe ao aprofundamento dos aspectos aplicativos. A maior parte das contribuições é, predominantemente, uma coleta de experiências de projetos raramente elaboradas enquanto teoria”, MAGNOLI e MACEDO, 2000, p. 133. De fato, em arquitetura, a teoria é a construção de um pensamento que possa transformar a realidade, para que seja operante, o que não implica, em nossa opinião, na demissão teórica (DEMO, 2004, p. 25). Daí a preocupação constante de Miranda em superar a dicotomia tão estereotipada entre teoria e prática, entre quem sabe e quem faz, arraigada no empirismo utilitário estadunidense apontado acima e no pragmatismo lúdico da cultura brasileira.
- (8) Em português, a palavra teoria (CUNHA, 1982, p. 764) significa conhecimento especulativo, meramente racional, conjunto de princípios fundamentais de uma arte ou ciência, noções, princípios. O que seria muito diferente de teorema, proposição que para ser admitida ou se tornar evidente necessita de demonstração.
- (9) Quadro de referência era o que se buscava, portanto o horizonte era teórico. No caminho dessa teoria, uma das dificuldades primeiras está em que claramente se constituiu, no século passado, um campo de atuação profissional e de investigação — paisagem e ambiente. Cumpria dar conta desse campo emergente. E aqui, por mais que se queiram manter exemplos de relação com a arquitetura do edifício, as questões ultrapassam em muito a relação do edifício com a paisagem ou mesmo uma arquitetura urbana, ao exigir a contribuição de conceitos que não estavam até então inseridos no pensamento arquitetônico tradicional, e eram e são ainda vistos como uma outra coisa, não raro complementar. Entre essas dimensões a serem entendidas e exploradas estava a noção recorrente nos escritos dos anos 1980 de *Meio Ambiente Humano*, reconhecendo e trazendo em uma perspectiva crítica (no que foi pioneira) a contribuição da ecologia, claramente distinguindo a problemática a ser enfrentada do objeto e dos meios daquela ciência. Outra dificuldade é que estamos ainda muito longe de conceitos. Não me refiro a definições, tão caras à constituição de um corpo de conhecimento científico, por duvidar delas em nosso caso. O que

me parece ser uma das razões porque as definições as quais foram sendo tentadas rapidamente vão mostrando sua limitação. Entendo ser um campo de interfaces disciplinares e interdisciplinares o que nos ocupa, dificultando a adoção e a construção de conceitos. Penso que nos movemos ainda longe destes, em uma conceituação desse campo e de suas práticas. Dentre todos, o termo paisagem evidencia de modo notável essas dificuldades (SANDEVILLE JR, 2006, no prelo).

- (10) Entendida aqui como a macrometrópole (ou depois, como se preferiu em certos meios técnicos, metrópole expandida, termo que, entretanto, julgo mais problemático), chegando a escalas pontuais de bairro e de rua tanto quanto escalas regionais.
- (11) Seguramente, a referência que faz a William Morris é também uma apropriação de um fragmento desse autor, içado à condição de fundamento de um programa de ação, como fica claro em sua utilização na abertura de seu memorial para concurso de professor titular: *“É por esta definição de arquitetura que pautei minha atividade profissional. Essa atividade incorpora, solidária e integralmente, participação em planos e projetos e a contribuição como educadora na Universidade de São Paulo. Por essa definição ampla, abrangente de arquitetura e, por essa compreensão agregada, acrescida, maior, de atividade profissional, sou levada a me exigir um contínuo questionamento para distinguir e optar entre o que é valioso e relevante para os propósitos de formação humana, dentro do campo específico da arquitetura.”* MAGNOLI, 1987a, p. 1.
- (12) Para uma apreciação das pesquisas que orientou veja o artigo de Fany Galender, nesta publicação. Considere-se que esses pesquisadores são, em sua maioria, professores e muitos hoje são também orientadores.
- (13) Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo (em 2006 está se realizando em São Paulo o VIII Enepea).
- (14) Seus jogos de poder internamente à instituição universitária, refletindo freqüentemente disputas políticas abertas na sociedade, não permitem ingenuidades quanto a isso nem ao novato.
- (15) Onde Abelardo de Souza construiu também escola e a rodoviária.
- (16) *“De 1956 a 1965, trabalho com Abelardo de Souza em projetos de edifícios, e com Roberto Coelho Cardozo, até 1960 em paisagismo”.* MAGNOLI, 1987, p. 4. É interessante sua visão do período que Miranda define como indo de 1956 a 1967, portanto bastante próximo do que aqui reconhecemos: *“O período da Faculdade, de 1951 a 1955 representa na minha limitada e então temerosa percepção do mundo, um lampejo no clarão que cada um procura em seus instrumentos de compreensão da vida-processo, movimento, tempo. (...) De 1956 a 1967 a diversidade de atuações em facetas da arquitetura me apoiaram para uma formação ampla, abrangente. Do desafio que está nas generalidades, ao se pretender abarcar essas abrangências, decorre o intenso trabalhar, refletir, assumir responsabilidades, na profissão e no todo da vida. E daí, só posso lamentar minhas próprias limitações e, para estas, me exigir comportamentos mais rigorosos e densos”.* MAGNOLI, 1987, p. 4.
- (17) Também os de Cardozo não o são, no geral, mas se pode confrontar com os de Waldemar Cordeiro, que a par de apresentações de projeto, ocupou-se de publicar textos os quais defendiam proposições sobre o projeto e o planejamento paisagístico (SANDEVILLE JR., 1993).
- (18) Esses trabalhos, entretanto, são analisados no artigo de Vladimir Bartolini, que integra a presente edição da *Paisagem e Ambiente – Ensaios*.
- (19) CORDEIRO, Waldemar. Conceituação do paisagismo enquanto comunicação e arte. In: Waldemar Cordeiro, *uma aventura da razão*. São Paulo: MAC-USP, 1986. CORDEIRO, Waldemar. Uma nova variável para o modelo de organização territorial: A evolução dos meios eletrônicos de comunicação. In: Waldemar Cordeiro, *uma aventura da razão*. São Paulo: MAC-USP, 1986, p. 161-165.
- (20) Assim resume Miranda as transformações: *“A evolução do ensino de paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP se processara de 1952 a 1972 de uma forma estática, centrada nos aspectos do espaço residual das edificações ou da malha viária; a prática técnica com seu mercado de trabalho era o elemento fundamental que alimentava o ensino das Faculdades. Apesar das transformações pelas quais passava a Universidade, as cidades, o país, a organização mundial, os conflitos dessa prática não abalaram estruturalmente o edifício de ensino. O próprio laboratório básico, a cidade de São Paulo, se transformava intensamente nesse período, estabelecia sua função metropolitana e se articulava para a reorganização especial no âmbito do país, materializada, territorial, urbanística e arquitetonicamente pela implantação de Brasília. Reprodução ampliada do que se fizera nos primeiros anos de ensino era o que se podia notar no ensino do paisagismo, apesar desses vinte específicos anos de enormes e profundas transformações. Mudança incidental ocorreu em 1973 com alterações institucionais na área de paisagismo devido ao esvaziamento docente decorrente nos últimos anos: já tinha deixado de existir face às crises diversas. (...) Os procedimentos didáticos dos primeiros vinte anos de FAU deveriam ser revistos, não era simplesmente o número de estudantes que exigia revisão, era também a constatação que não era aqueles conteúdos e métodos que nos serviam. Sempre se falara nos processos, na formação de consciência crítica como objeto e meta em geral; era, porém bastante questionável em que medida essa perspectiva vinha sendo realmente atingida ou em que medida os conteúdos e métodos em voga tinham possibilidades ou mesmo diretrizes para atingi-las.”* (MAGNOLI, 1994a, p. 18).
- (21) *“Ora, a partir de um enfoque do qual trouxemos um apanhado rudimentar das noções biológicas e físicas em que se pretende somente a percepção do mundo e da evolução como um processo criativo, McHargh tira conclusões no*

- plano das reações adaptativas que não podem ser, de forma alguma, rebatidas com o determinismo primário que se lhes quer auferir, com o alheamento total de conceituações sócio-econômicas.” MAGNOLI, 1972, p. 11. Essa crítica pode surpreender, dada a importância desse autor, inclusive para métodos de trabalho no grupo Paisagem e Ambiente da FAU. Entendo que não se trata de não-reconhecimento do autor, mas de algumas de suas transposições, que considera biologizantes ou sem uma relação mais atenta entre fundamentação e argumentação.
- (22) A seguir, apresenta alguns capítulos sucintos sobre funções ambientais da vegetação em relação a ruídos, poluição, microclima, água, baseados em dados de estudos técnicos disponíveis. Discute, então, a precariedade de estudos sobre qualidade de vida no meio ambiente urbano e a carência de espaços livres públicos no processo de urbanização, questionando o papel do planejador urbano: “A afirmação da importância da análise dos valores do ambiente, entendidos especificamente como valores de comunicação, apesar de manterem uma análise de tipo funcional, deslocam bastante as diretrizes do interesse que é uma característica da atividade do planejador: a importância de um elemento espacial não depende simplesmente de sua localização, de sua função específica e de sua relação com a infra-estrutura e outras zonas de funções diversas, mas também de um elemento típico do contexto cultural, que conceituamos como ‘possibilidades de comunicação’, com os estímulos, os símbolos e valores estéticos próprios. Fica muito ampliado o conceito de valor intrínseco que se atribui a uma implantação espacial: à definição locacional e funcional crescem-se, não como simples somatória, suas possibilidades de percepção e comunicação”. MAGNOLI, 1972, p. 36.
 - (23) LYNCH, K. *A imagem da cidade* (1960). São Paulo: Martins Fontes, 1982. ALEXANDER, Christopher. *Un language de patrones*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. RAPOPORT, A. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, Colección Arquitectura, Perspectiva, 1978. TUAN, Y. F. *Espazo e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. GREGOTTI, V. *Nuevos caminos de la arquitectura italiana*. Barcelona: Editorial Blumme, 1969.
 - (24) Só recentemente esses últimos aspectos começam a ser vistos em sua especificidade, em relação à configuração e estruturação do espaço, embora sempre se tenha entendido a paisagem como interação entre natureza e sociedade.
 - (25) Para uma revisão dos estudos históricos na área Paisagem e Ambiente, veja-se SANDEVILLE JR., 2004.
 - (26) Ainda que essa seja a diretriz geral de uma definição da paisagem estabelecida no grupo Paisagem e Ambiente, mais do que uma definição parece-me que buscava um programa de investigação na qual fosse operativo para o arquiteto, daí sua ênfase no suporte e nos processos sociais, como essenciais à forma, sobre a qual atua o arquiteto. Particularmente, devedor absoluto desses avanços no contexto do ensino então corrente de arquitetura, que ainda formulava com dificuldade e estranhamento, até muito recentemente, a questão ambiental, sinto que escapa a essa definição uma dimensão estética e existencial, vivencial, a ser incluída (SANDEVILLE JR., 2006, no prelo). No entanto, tem o enorme mérito de afastar uma paisagem meramente descritiva de formas e funções, ao entendê-la como um fato social que ocorre em um espaço natural transformado pelo trabalho (entendo assim o princípio postulado), sem o qual seria impossível colocar essa dimensão mais subjetiva do processo de conhecimento, bem como a cultura como uma instância definidora da paisagem. O que significa dizer que sua integração das questões sociais em grandes planos e em múltiplas escalas põe em evidência a cultura, abrindo a possibilidade de aprofundamentos posteriores.
 - (27) “A expressão ‘paisagem’ nesses anos, passava a manifestar-se com significados amplos, complexos, porém bastante vagos, indistintos, incompletos; premissas comuns eram a ‘natureza’ e a censura à ação do homem. A percepção das mudanças naturais – de tempos biológicos – e também aquelas rápidas, extensas e difusas do trabalho do homem – de tempos históricos – levantava novamente a relação homem-natureza. Seria esta relação com todos os apelos e juízos – imprecisos, indefinidos – que seria associada à palavra ‘paisagem’.” (MAGNOLI; MACEDO, 2000, p. 132-133)
 - (28) No momento exato em que essa crítica se fazia contundente nos meios preservacionistas, estabelecendo uma discussão da exclusão de sociedades tradicionais das áreas de preservação.
 - (29) No mesmo trecho que estamos citando a seguir, fragmentado para nossa exposição: “As transformações se dão por FORMAS no espaço, criando paisagens que assumem consistência, significado, quando compreendidas as inter-relações mais abrangentes. Estas conduzem a implicações de desenho (diseño, projeto), sem o que os tratamentos paisagísticos não passarão de irônicos cosméticos. São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão” (MAGNOLI, 1994b, p. 64). Nos trabalhos de Miranda, a paisagem se aproxima da escala do cotidiano tanto quanto em outros momentos é vista em escalas regionais e, subsidiariamente, globais. Não há nisso qualquer contradição. Ao contrário, enorme coerência decorre da percepção das interações entre escalas de compreensão e ação que perpassa todo seu projeto de pesquisa e, portanto, a formação de seus orientados, e que entendo, caminha na direção de superar as postulações de natureza hierárquica a qual geralmente definem o reconhecimento dessas interações. Confira-se também a nota 26.
 - (30) Embora devamos identificar um anterior, de 1981.

Bibliografia

AMARAL, Aracy. Três palavras. In: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CUNHA, A. G. de. *Dicionário etimológico. Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante. Saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

GEGRAN. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI, versão final*. São Paulo: GEGGAN, 1970.

HUNT, Dixon. Preface. In: WEILACHER, Udo. *Between landscape architecture and land art*. Basel: Berlim: Boston: Birkhäuser, 1999.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Áreas verdes de recreação*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1969a.

_____. *Áreas verdes de recreação. Acrópole*, São Paulo, n. 361, p. 34-8, maio 1969b.

MAGNOLI, Miranda Martinelli; MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo: Ensino e pesquisa em pós-graduação. *Revista do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP*, São Paulo: FAUUSP, n. 8, dez. 2000.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. *A universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987b.

_____. Ambiente, espaço, paisagem. *Paisagem e Ambiente – Ensaios I*. 2 ed. São Paulo: FAUUSP, 1994b.

_____. Aproveitamento da Foz de Chopin, São Paulo. Projeto de Abelardo de Souza, arq. e paisagismo de Miranda Martinelli Magnoli. *Habitat*, n. 81, p. 15-20, jan./fev. 1965.

_____. Arquitetura de exteriores. *Habitat*, n. 76, p. 57-64, mar./abr. 1964.

_____. *Contribuição ao estudo dos espaços de uso público nos grandes aglomerados urbanos*. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e pesquisa*, São Paulo: FAUUSP, 1981.

_____. Formação de quadros para o ensino e pesquisa. In: III ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 1996, São Carlos. *Cadernos de resumos...* São Carlos: EESC, 25 a 28 de outubro de 1996b.

_____. *Memorial de titulação*. São Paulo: FAUUSP, 1987a.

_____. *Memorial. Concurso à função de professor adjunto*. São Paulo: FAUUSP, 1985.

_____. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. In: II ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade São Marcos, 1996a, p. 13-18.

_____. Paisagem pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente – Ensaios I*. 2 ed. São Paulo: FAUUSP, n. 1, 1994a.

_____. Pesquisas em paisagem e ambiente. In: VII ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 2004, Belo Horizonte-MG, *Anais...* Belo Horizonte. 9 a 12 de junho de 2004.

_____. Recursos Humanos e Meio Ambiente. *Paisagem e Ambiente – Ensaios II*. 2. ed. São Paulo: FAUUSP, (1987) 1994c.

_____. Relato Grupo I. Interdisciplinaridade na pesquisa em arquitetura e urbanismo. In: SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1990, São Paulo, *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 1990, p. 233-243.

SANDEVILLE JR., Euler. *A herança da paisagem*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *As sombras da floresta. Vegetação, paisagem e cultura no Brasil*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; HIJIOKA, Akemi. *Flores da cerejeira e da paineira (paisagens)*. Inédito (submetido à aprovação ao VIII ENEPEA, 2006).

_____. Paisagem. Paisagem e Ambiente – *Ensaio*: São Paulo: FAUUSP, n. 20, p. 47-60, 2005.

_____. Por uma história, e por um projeto de diálogo sobre as histórias. In: VII ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. 2004, Belo Horizonte-MG, *Anais...* Belo Horizonte, 9 a 12 de junho de 2004.

STROETER, J. R. *Arquitetura & teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

A ARQUITETA MIRANDA MARTINELLI
MAGNOLI

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI,
ARCHITECT

Fábio Mariz Gonçalves

*Professor doutor da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: fabiomgoncalves@uol.com.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Apresenta-se Miranda Martinelli Magnolli como arquiteta consciente da importância da formação e das competências do arquiteto para o enfrentamento das questões do projeto da paisagem e do espaço livre. Sempre atenta ao papel fundamental do desenho no processo de criação, não descuida dos compromissos técnicos e formais do projeto. Por fim, salienta-se que a profissional e a professora guardam coerência e complementaridade, manifestadas nas ricas discussões que conduz e em sua inabalável postura ética.

Palavras-chave: Arquitetura, projeto, exercício profissional, desenho.

ABSTRACT

Miranda Martinelli Magnolli can be introduced as an architect who is aware of the architect's education and proficiency importance while confronting issues such as landscape and open space projects. Always committed to the fundamental role of design in the creative process, she does not disregard the project's technical and formal rules. Finally, we stress that the architect and the teacher share the same coherency and complementarity as a professional, expressed through the fruitful discussions she has and her steadfast ethical behavior.

Key words: Architecture, project, professional works, drawing.

A ARQUITETA MIRANDA MARTINELLI MAGNOLLI

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI, ARCHITECT

A Arquiteta

Nesta oportunidade quero falar sobre um aspecto fundamental da professora Miranda: seu lado profissional, ela enquanto arquiteta.

Fui seu aluno na graduação, desde o primeiro semestre. Fiz as disciplinas obrigatórias, as optativas e acabei estreitando os laços com a professora, aos poucos ficamos amigos. Nessas disciplinas aprendi o que era importante para ela, entendi que o desenho enquanto instrumento de reflexão e de expressão é, com certeza, uma de suas maiores preocupações.

Lembro de ouvi-la contar, mais de uma vez, uma história segundo a qual ela teria recebido um elogio do professor Artigas, de quem era fã. Ele havia comentado que ela desenhava muito bem, ao que um colega teria arrematado *“ela tem boa mão”* e o professor corrigido, *“o desenho não se faz na mão e sim na cabeça, para desenhar tem que ter cabeça”*.

Ela, por concordar com a afirmação do mestre, busca nas várias acepções da palavra *desenho* o pleno exercício da profissão do arquiteto. Nas disciplinas gastávamos horas discutindo sobre os desenhos, corrigindo-os. Quando falávamos demais, ela arrematava *“quero ver desenhos”*, perguntava: *“vocês já encontraram o desenho que dê conta de todas suas expectativas?”*. Nos seminários, para nosso desespero, era comum perguntar a um colega o que o desenho do outro lhe dizia.

Essa preocupação estabelecia que o desenho era o território e a obrigação do arquiteto. Assim, não erro ao garantir que o desenho e a arquitetura entraram em sua vida muito antes da paisagem e do paisagismo. Por toda uma vida dedicada à consolidação do paisagismo, enquanto atribuição do arquiteto ela nunca deixou de chamar-se arquiteta, nunca viu outra razão para esta posição se não o de entender que apenas o arquiteto é instrumentado para enfrentar com o desenho a organização do espaço e do território.

Talvez por respeito às várias condicionantes as quais pesam sobre o desenho, ela nunca fez parecer que o desenho é uma coisa banal ou simples. Embora desenhasse muito bem, ela sabe que o bom desenho nasce do suor, da investigação, depois da especulação de várias alternativas e de seu debate.

Não se apresentava como aqueles arquitetos de outras gerações os quais querem fazer parecer que o desenho veio como uma inspiração divina e fácil. Não é das que acredita no desenho inquestionável, na liberdade de criação, mas sim no permanente questionar e na responsabilidade do traço.

Mesmo como pesquisadora a arquiteta prevalece. Em todas as oportunidades de discussão acerca dos temas de pesquisa na pós-graduação várias vezes notei como o fim maior era o projeto, suas possibilidades e aperfeiçoamento. Ela sempre preferiu os temas os quais abram oportunidades

de crítica e propostas de projeto. Raramente a vi dedicar-se às paisagens mais consolidadas, aos estudos mais teóricos, às reflexões mais distantes das possibilidades de intervenção concreta e transformadora do projeto.

Depois de formado, trabalhei em seu escritório por poucos meses. Nesse tempo pude verificar com que cuidado verificava a espessura de cada traço, o alinhamento de cada chamada normografada, a escolha de cada cor para as legendas. Seu preciosismo e exigência só encontravam limites no prazo e na capacidade da equipe. Os desenhos tinham de ficar informativos, perfeitos e, sobretudo, bonitos.

Lembro de vê-la desenhando cada uma das mais de dez opções para um simples desenho de piso externo. Todas as versões coloridas e completas, como se pretendesse apresentar para o cliente.

Anos mais tarde, já com meu escritório, algumas vezes fomos contratados para “passar para o CAD” alguns desenhos seus. Os desenhos, vindos por fax, limitados na altura pelo equipamento, impressionavam pela qualidade do traçado e pelo domínio das variáveis. Detalhes completos e rigorosos de soleiras, bancos e floreiras, estabelecendo cada componente e seus papéis.

Poucos anos depois contratou um profissional para redesenhar no CAD os desenhos que fazia. Incomodada com esta mediação, pediu ao meu sócio, Luis Mauro Freire, para ensiná-la a desenhar no computador. Quantos arquitetos de sua geração tiveram a paciência e disposição para aprender a desenhar no CAD? Lembro de alguns destes desenhos, os quais pudemos ver na tela, apresentavam alguns problemas de execução como *layers* e linhas sobrepostas, mas quando plotados mantinham o frescor e a qualidade de um desenho à mão – pois como já foi dito, o desenho se faz na cabeça e não com o instrumento.

A Profissional

Em 2000 a Empresa Municipal de Urbanização – Emurb – contratou os arquitetos Alberto Botti e Miranda Magnoli para desenvolverem o projeto da Operação Urbana Água Espreada.

Ambos entenderam que era mais eficiente constituírem uma equipe, externa ao escritório Botti e Rubin, para desenvolver o projeto. Então, convidaram-me, meu sócio Luis Mauro e a arquiteta Ana Maria Antunes Coelho para trabalharmos com eles na proposta.

Foi um trabalho conjunto articulado entre nós¹ e a equipe da Emurb. Desenvolvemos uma ampla discussão sobre todo o material que a Emurb já tinha desenvolvido sobre esse tema. Discutimos com a Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla – e com os demais órgãos municipais de planejamento o papel e o desenho da avenida dentro do sistema viário da metrópole.

Tanto Miranda como Botti, nessa ocasião, não agiam como coordenadores da equipe. Embora assumissem as responsabilidades diante da Emurb, colocavam-se tão abertos ao debate e à discussão que deixavam cada membro da equipe à vontade para se manifestar. Foi surpreendente ver dois arquitetos amigos, com tanta experiência e responsabilidade, colocarem-se tão intensa e abertamente em um projeto.

Era notável o prazer da construção coletiva de uma proposta que não era vista como produto de autoria individual. Ninguém tinha a exata idéia do produto final, as respostas estavam todas para serem descobertas, estávamos em um território novo, em um mundo novo, como forma e conteúdo. Muitas vezes, questiona-se, na graduação, a pedagogia do “aprender fazendo”, da repetição do ato do projeto como estratégia didática. No projeto da Água Espreada pude comprovar que toda a equipe aprendeu muito ao fazer o projeto em equipe.

Miranda participou de todos os aspectos do processo, em parte por responsabilidade, em parte por rigor e exigência e, em parte, por simples entusiasmo.

Esteve nas visitas a campo nas quais vistoriamos todas as praças, canteiros e espaços livres existentes em toda a área. Estava conosco nas visitas à Americanópolis, nas favelas e vielas mais estreitas e precárias da região.

Participou de todas as reuniões da equipe, externas e internas. Nas reuniões com a Sempla, com a Emurb, com a Associação Defenda São Paulo e com cada agente envolvido.

Acompanhou cada desenho. Verificou cada plotagem. Questionava a espessura dos traços, a definição das legendas, a especificação das cores e a organização das linhas de chamada. Cobrava que cada membro estivesse entendendo e concordando com cada aspecto do projeto. Era a arquiteta, a coordenadora e, mesmo com os prazos apertados, a professora que explica e ensina cada aspecto da profissão.

O mais impressionante era perceber que as decisões coletivas eram debatidas e questionadas por todos até construirmos um consenso, uma idéia comum. Depois de encontrada a resposta, o desenho coletivo era defendido por todos, especialmente por Miranda e por Botti, como se fossem apenas deles. Muitas vezes tivemos de fazer equipes inteiras da Sempla e da CET reverem suas expectativas e idéias. Nessas ocasiões não seriam outros os debatedores, eram eles os quais, com habilidade e autoridade, argumentavam, questionando as bases e os conceitos que fundamentavam velhas práticas e regras.

Não é a todo o momento que se faz um projeto de operação urbana. Não é de modo arrogante que se faz um projeto de tão grande envergadura, e desmontam-se resistências e oposições. Acredito que ao fim dos trabalhos Emurb, Sempla e SPTrans estavam convertidas ao projeto, e suas equipes, mais do que atendidas, sentiam-se co-autoras das propostas.

Com esse trabalho acabamos construindo consensos, revendo e, muitas vezes, incorporando tudo o que já estava proposto para a avenida e seu entorno.

O projeto assumia compromissos sociais e ambientais os quais foram defendidos com convicção em todos os momentos. Em complexas negociações, como as que foram necessárias ao longo do processo, é fundamental ter clareza de princípios, assumir clara postura ética acerca da hierarquia das questões.

No que se refere à postura ética do profissional, ficou claro a todos da equipe que nem Miranda nem Botti transigiram. Botti defendia o acesso livre e democrático às informações para todos os profissionais do setor. Miranda reivindicava a conquista de espaços livres verdadeiramente acessíveis, democráticos e comprometidos com as questões ambientais. Em nenhum momento as condicionantes viárias ou econômicas prevaleceram sobre as demais.

O projeto foi entregue à Emurb com a minuta do projeto de lei e todas as diretrizes de mudanças de usos e dos parâmetros de edificação. O perímetro da operação urbana foi completamente revisto, muitas das diretrizes e das propostas acabaram sendo alteradas. O desenho proposto para avenida foi parcialmente mantido e aproveitado.

Posso atestar, por minha experiência, que a professora, a pesquisadora e a arquiteta guardam entre si coerência e compromissos que comparecem na prática projetual, na prática profissional de quem indaga, investiga e responde aos compromissos éticos da paisagem.

Nota

- (1) A equipe foi constituída pelos arquitetos coordenadores: Alberto Botti e Miranda Martinelli Magnoli; arquitetos seniores: Ana Maria Antunes Coelho, Fábio Mariz Gonçalves, Luis Mauro Freire; arquitetos: Ana Maria Alvarez G. Peral, Ângela Sbrogio de Almeida, Carla Patrícia Nóbrega, Fernanda Augusta C. A. Pereira, Luis Oliveira Ramos, Simoni Waldman Saidon; estagiária: Renata Machado Franhani; consultores: Lucimar Melo – habitação social, Manoel A. C. Botelho – drenagem, Michel Sola – sistema viário, Millenio Serv. Tec. – Valores imobiliários; serviço administrativo: Elzeli Maria de A. Carneiro, Renata Fialho; desenhos de apresentação: arquiteto Ricardo Flores.

DA CONCEPÇÃO PTOLOMAICA DO
MUNDO À PERCEPÇÃO DA PAISAGEM
DO MUNDO.

... E MIRANDA FEZ ESCOLA...

FROM A PTOLOMAIC CONCEPTION OF
THE WORLD TOWARD A LANDSCAPE
PERCEPTION OF THE WORLD.

... AND MIRANDA BUILT A METHOD
OF TEACHING LANDSCAPE
ARCHITECTURE...

Emmanuel Antonio dos Santos

Professor doutor da UNIVAP, ITA.

E-mail: emmanuel_santos@uol.com.br

DEPOIMENTOS

RESUMO

A modificação na percepção da paisagem, desde a instância planetária até a dimensão local do entorno imediato, cobra necessariamente, no mundo contemporâneo, para além de uma mudança foco, a percepção em múltiplas e diversas escalas, procedimento a que se costuma denominar de interação escalar.

No âmbito mais estrito e paradoxalmente mais abrangente da percepção e do trabalho com a paisagem na pesquisa acadêmica e na docência, nesse novo contexto, destaca-se o trabalho desenvolvido pela professora Miranda Magnoli. Figura de proa e catalisadora dos esforços em constituir no GDPA, desde meados dos anos de 1970 com um pequeno grupo de professores, as linhas de pesquisa e ensino mais avançadas do paisagismo no Brasil. Essas pesquisas viriam mudar as então concepções reducionistas, de paisagem entendida tão-somente como o jardim e do ambiente como o estudo do equilíbrio das espécies.

Palavras-chave: Paisagem, ensino, pesquisa.

ABSTRACT

The distinguished perception of the landscape from the planetary dimension through the local one, charges in the contemporary world more than a focuses changing point of view the perception in multi and diverse, what we usually call scale interaction.

In the more strict sense and as a paradox more wide way of perception and works with the landscape, both in academic research and on teaching, in this new context is due to the remarkable job developed by professor Miranda Magnoli, strong and wide efforts on funding in the GDPA group, since the 1970, with a small group of teachers the most avant guard research lines on landscape in Brazil. These researches came out to change the so on reductionisms views and understanding of landscape as mostly the gardening and the environment as the study of the species.

Key words: Landscape, teaching, research.

DA CONCEPÇÃO PTOLOMAICA DO MUNDO À PERCEPÇÃO DA PAISAGEM DO MUNDO. ... E MIRANDA FEZ ESCOLA...

FROM A PTOLOMAIC CONCEPTION OF THE WORLD TOWARD A LANDSCAPE PERCEPTION OF THE WORLD. ... AND MIRANDA BUILT A METHOD OF TEACHING LANDSCAPE ARCHITECTURE...

A concepção ptolomaica de universo, onde os movimentos dos planetas se organizavam em uma mecânica celeste tomando como centro o planeta Terra, foi aceita durante 14 séculos até ser desmentida pelas teorias de Copérnico e Galileu.

Baseado nas idéias de Hiparco, Ptolomeu adotou o sistema geocêntrico, que situa a Terra no centro do universo e, girando em torno dela, Mercúrio, Vênus, a Lua, o Sol, Marte, Júpiter, Saturno e as estrelas. Todos esses astros descreveriam, em suas órbitas, círculos perfeitos, conforme ensinavam Platão e Aristóteles. Essa concepção foi adotada pelos teólogos medievais, os quais rejeitavam qualquer teoria que não colocasse a Terra em lugar privilegiado.

Personalidade das mais célebres da época do imperador Marco Aurélio, Ptolomeu foi o último dos grandes sábios gregos e procurou sintetizar o trabalho de seus predecessores. Por meio de suas obras de astronomia, matemática, geometria, física e geografia, a civilização medieval teve profícuo contato com a ciência grega. Em sua obra *Geographike hyphegesis – Introdução à geografia* Ptolomeu apresenta as idéias que a Ásia se estendia muito mais a leste, levando Colombo a acreditar ser possível alcançar este continente, se viajasse sempre para oeste, e da existência de um continente ao sul do oceano Índico, afinal confirmada em 1775, quando o capitão James Cook retornou de sua viagem pelo hemisfério sul.

Seu tratado geográfico, apesar do reconhecimento como documento histórico e de constituir-se em obra seminal, apresenta, no entanto, algumas falhas, como contradições entre mapas e textos, e omite informações sobre clima, habitantes e aspectos naturais das terras que descreve.

“Ptolomeu criou as bases desse mapa em Alexandria, por isso os detalhes do Mediterrâneo Oriental são mais próximos da realidade. Há somente três continentes, Europa, Ásia e África; a linha do Equador foi assinalada. As cabeças em torno do mapa representam os grandes ventos.”¹

Desde sempre, no entanto, antes mesmo do esforço de síntese empreendido por Ptolomeu, a busca pela compreensão do universo e de sua estruturação, assim como da constituição de suas partes e particularidades componentes, foi e tem sido preocupação da humanidade. O desejo de explicar e representar os “lugares que habitamos”, suas configurações e sua organização, é próprio da curiosidade e da capacidade de engendramento que nos caracteriza como espécie.



Mapa-múndi desenhado em 1482 a partir das tabelas do tratado Introdução à geografia, de Cláudio Ptolomeu, escrito em 150/170

Fonte: School of Mathematics and Statistics, History of Mathematics, site: greciantiga.org.map

Precisamos, a nós é imprescindível, que nos façamos perceber e entender sempre em correlações, isto é, ser em relação a outrem e ser em relação a algum lugar. Daí a urgência em apreender onde e como estamos, e quais os elementos que nos são caros, imprescindíveis e necessários, tanto para a sobrevivência material quanto espiritual.

Os aspectos relacionados às bases naturais, nas quais a vida se assenta e desenvolve-se, onde se processam os intrincados modos e meios de existência criando e recriando as configurações de nossas formações socioespaciais, vêm sendo, a cada nova investida da humanidade, reprocessados em profundas transformações em que se pode identificar a preponderância histórica, hoje cada vez mais frágil, dos elementos construídos. Mudanças de enfoque em prol de uma apropriação das bases naturais, ainda que desigual em sua acessibilidade e ganhos, em que a cautela para com a sua esgotabilidade inicia a preponderar, já são perceptíveis. Vozes e ecos de uma preocupação com a extinção da espécie, ecos e vozes de uma preocupação estética espiritual, ecos da percepção de um planeta finito na imensidão do universo, ptolomaico ou não.

O geocentrismo há muito não explica mais o universo, a geografia ptolomaica, por sua vez, também não mais dá conta em descrever e explicar a terra em suas múltiplas e diversas configurações. Os avanços e descobertas oriundas das grandes navegações, empreitada corajosa, lúcida e necessária da Idade Média, permitiu desvelar formações espaciais em que a natureza exuberante e por vezes inóspita do novo mundo abriu imensas possibilidades, modificando a compreensão das fronteiras do mundo. A Revolução Industrial, por sua vez, impôs o domínio, que pareceu, então, definitivo e irreversível do até então denominado “mundo natural”, pondo em destaque a preponderância da produção em um modelo de acumulação a todo e qualquer custo, mesmo que esses não fossem como não são ainda hoje, de todo conhecidos, pondo em cheque a sobrevivência da espécie.

Nesse cenário, tanto a compreensão como a configuração dos espaços de assentamento humano foram gradativa e muitas vezes velozmente se caracterizando como preponderantemente urbanos, tanto no sentido do senso comum de sinônimo de construído, processado, quanto em seu sentido mais abrangente, como o lugar da urbanidade do modo de vida citadino, civilizado, domesticado e, em alguns casos, cordato.

Seja qual for a acepção a adotar-se e enfatizar-se, importa sobretudo que, de uma maneira geral, os espaços de assentamento humano, a cidade, como lugar de produção e reprodução configuram-se como o ambiente construído, no qual se encobre e perdem-se partes do natu-

ral, partes das paisagens, empobrecendo o olhar, empobrecendo vivências e a fruição estética ambiental.

“O declínio de muitas cidades antigas é agora creditado tanto às forças geológicas quanto as sociais: à sedimentação e salinização dos solos; aos repetidos terremotos, deslizamentos e afundamentos; ao esgotamento de recursos. Na construção e manutenção de cidades, os seres humanos assumiram um papel dominante como agentes geológicos. A topografia das cidades é constantemente modificada. Colinas são niveladas, baixios aterrados, cursos d'água degradados.”²

Nesse último caso, de modo equivocado e prematuro, é muito comum pensar, ingenuamente, que cabe ao paisagista, ao arquiteto paisagista, o desenho mitigador, o qual é, no mais das vezes, revelador, no sentido de velar de novo por dissimulação, das condições adversas existentes, seja quanto a conforto ambiental em seu sentido mais amplo, quanto a estética, ou mesmo ecológico, como se as condições adversas fossem preexistentes e não como de fato o são, fruto da apropriação humana para a produção do ambiente construído.

“Os problemas ambientais dizem respeito as formas pelas quais o homem produz seu lugar no espaço como objetivo de garantir suas condições de sobrevivência. Ao produzir o espaço urbano, a sociedade se apropria da natureza e a transforma, e os produtos resultantes dessa transformação tornam-se problemas, demonstrando as contradições desse processo de produção. O entendimento da questão passa, portanto, pela compreensão da complexidade do processo de apropriação, produção e consumo do espaço, que é um processo de produção e reprodução das relações sócio-espaciais e, apesar de a cidade ser o produto da forma de apropriação da natureza pela sociedade, quando se trata de analisar o padrão de urbanização em geral, a natureza está oculta, pois é geralmente vista como a antítese da atividade produtiva humana.”³

O âmbito e a complexidade da compreensão de mundo advindos de pós-revoluções científicas em fins da Idade Média, e mais profundamente pós-Revolução Industrial, dos avanços dos pós-guerras, da complexidade da sociedade em rede de informações cada vez mais abrangente, da visibilidade do planeta como território sem fronteiras que as viagens ao cosmos permitiram, provocam, por sua vez, uma profunda modificação na percepção da paisagem do mundo.

Essa modificação na percepção da paisagem, desde a instância planetária até a dimensão local do entorno imediato, cobra necessariamente, no mundo contemporâneo, para além de uma de mudança de foco, a percepção em múltiplas e diversas escalas, procedimento a que se costuma denominar de interação escalar.

No âmbito mais estrito e paradoxalmente mais abrangente da percepção e do trabalho com a paisagem na pesquisa acadêmica e na docência, nesse novo contexto, fui conduzido pela professora Miranda Magnoli, figura de proa e catalisadora dos esforços em constituir no GDPA, desde meados dos anos de 1970 com um pequeno grupo de professores, as linhas de pesquisa e ensino mais avançadas do paisagismo no Brasil, essas pesquisas viriam mudar as então concepções reducionistas, de paisagem entendida tão-somente como o jardim e do ambiente como o estudo do equilíbrio das espécies.

Desse modo posso dizer que a professora Miranda funda a compreensão da paisagem e do ambiente em múltiplas e diversas dimensões, possível somente porque, para produzir conhecimento consistente, responsável e questionador, como cabe ao docente que ensina aprendendo e aprende ensinando em constante troca e reciprocidade, ela parte do questionamento da concepção ptolomaica de mundo para perseguir e atingir uma percepção da paisagem do mundo, não descartando *a priori* hipóteses, formas e maneiras de entender o ambiente e paisagem, alertando sempre que a paisagem e a atividade de paisagismo se constituem em diversas e múltiplas escalas, desde o paisagismo na escala do entorno imediato e da seleção dos elementos vegetais para a composição dos jardins, até os processos de construção humana dos ambientes de vivência com seus diversos níveis de impactos.

Amplia-se assim, a partir do GDPA, sempre com Miranda à frente, a idéia de paisagem e ambiente como instâncias mais do que associadas e indissolúveis, imbricadas, interdependentes e as quais requerem mais do que paradigmas próprios, procedimentos mais adequados ao seu entendimento e para a intervenção em seus processos constituintes e de apropriação. É da preocupação com a apropriação franca que se desenvolvem pesquisas e trabalhos relativos aos espaços públicos livres coletivos urbanos, dimensão de compreensão do espaço urbano de uso público na qual se coloca a tarefa de estudar, entender e projetar, mais do que as áreas verdes de embelezamento e “respiro”, os espaços para o exercício da cidadania plena, bela sim, contanto que para todos e com todos.

A inserção da área de paisagem e ambiente no âmbito da graduação e da pós-graduação na FAUUSP, campo privilegiado de ensino e pesquisas, vai com o tempo, especialmente pós anos 1980 em diante, como decorrência desse caráter “fundante” o qual Miranda imprime em suas atividades, consolidando a paisagem como dimensão de projeto dos espaços de vivência e da apreensão dos processos de construção do ambiente, tanto no desenvolvimento das atividades de ateliê como na elaboração conceitual, na crítica ao projeto urbano único e irremediável.

Para além da orientação e acompanhamentos formais próprios dos processos da graduação e da pós-graduação, sua influência se refere, sobretudo, aos inúmeros exemplos de dedicação docente, de acolhida generosa, de retidão e firmeza ética, de compromisso com a investigação não se furtando à dúvida, na humildade e curiosidade em aprender juntos e descobrir o novo onde esse parece não mais possível, a inquietação e o não-conformismo com a injustiça socioambiental.

Os esforços em firmar um campo disciplinar do Paisagismo no Brasil, por meio da pesquisa e do ensino, formando docentes, difundindo conceitos, idéias e procedimentos, refletem-se em sua indubitável contribuição para com a formação da consciência e da apreensão da paisagem e do ambiente como dimensões possíveis de um mundo mais justo e mais equilibrado em termos socioambientais.

Não posso deixar de expressar que não tenho dúvidas ser um privilégio privarmos da convivência com Miranda Magnoli, mais do que orientadora, amiga acolhedora, sempre presente com quem compartilhei perceber a paisagem. Creio ser assim, na docência e na pesquisa sem apriorismos, que se faz escola.

Notas

- (1) www.wikipedia.com.br consulta sobre Ptolomeu em que se pode acessar o mapa utilizado e os esquemas de movimento celeste proposto por Ptolomeu e aceito pela Igreja durante toda a Idade Média.
- (2) Curso de extensão em Planejamento Ambiental de áreas urbanas, Prof. Dr. Generoso De Angilis Neto, apud SANTOS, Maria Gercina.
- (3) PEREIRA, G. A natureza (dos) nos fatos urbanos: Produção do espaço e degradação ambiental. In: *Desenvolvimento e meio ambiente: Cidade e ambiente urbano*. Curitiba, PR, Eds. UFPR, 2001, n. 3.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE
MIRANDA MAGNOLI NAS EXPERIÊNCIAS
DE PESQUISA SOBRE ARQUITETURA DA
PAISAGEM NA FAU-UFRJ

THE IMPORTANCE OF PROF. MIRANDA
MAGNOLI'S WORK IN THE RESEARCH
EXPERIENCES IN LANDSCAPE
ARCHITECTURE DESIGN DEVELOPED IN
FAU-UFRJ

Vera Regina Tângari

*Professora doutora da Faculdade de Arquitetura da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

E-mail: vtangari@uol.com.br

DEPOIMENTOS

RESUMO

O objetivo deste artigo é relacionar a importância dos conceitos emanados do trabalho da professora Miranda Martinelli Magnoli para a formação de um corpo de pesquisa sobre arquitetura da paisagem, a partir de 2000, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da FAU-UFRJ. Utilizando como referência as dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas e em produção pelo ProArq, pretende-se salientar o peso da reflexão crítica, profunda e sistemática que a professora Magnoli impõe ao seu trabalho, como professora e pesquisadora da pós-graduação da FAUUSP, na qual a autora desenvolveu sua tese de doutorado e seus principais reflexos nas atividades didáticas na graduação e na pós-graduação da FAU-UFRJ.

Palavras-chave: Ensino, pesquisa, espaços livres.

ABSTRACT

This article aims to relate the importance of the ideas and concepts generated by Prof. Miranda Martinelli Magnoli and used in the composition of a research field about landscape architecture design, since 2000, in the Graduate Program in Architecture-PROARQ of the School of Architecture and Urbanism-FAU of the Federal University of Rio de Janeiro-UFRJ. Taking as examples several Master and Doctorate dissertations and thesis of PROARQ, the purpose is to point out the role played by the critical, deep and systematic discussion applied by Prof. Magnoli in her work, in the Graduate Program of the School of Architecture and Urbanism-FAU of the University of São Paulo-USP, where the author developed her Doctorate thesis, focusing on the main consequences in the teaching activities in the undergraduate and graduate classes in the FAU-UFRJ.

Key words: Education, research, open space.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE MIRANDA MAGNOLI NAS EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA SOBRE ARQUITETURA DA PAISAGEM NA FAU-UFRJ

THE IMPORTANCE OF PROF. MIRANDA MAGNOLI'S WORK IN THE RESEARCH EXPERIENCES IN LANDSCAPE ARCHITECTURE DESIGN DEVELOPED IN FAU-UFRJ

Antecedentes

O primeiro contato que tive com o trabalho da professora Miranda Martinelli Magnoli foi quando, ao iniciar o curso de doutorado na FAUUSP em setembro de 1994, tendo o professor Silvio Soares Macedo como orientador, li os artigos publicados por esses dois professores no III Seminário sobre Desenho Urbano – SEDUR, realizado em 1986¹.

Nessa ocasião, eu havia ingressado recentemente no quadro de docentes da FAU-UFRJ e, com os professores Mario Ceniquel e Lucia Costa, estávamos reestruturando as disciplinas de Paisagismo na graduação da FAU-UFRJ.

De todas as idéias e conceitos estudados nessas primeiras leituras, as referências sobre “espaços livres de edificação” e “espaços livres de urbanização” tiveram grande impacto naquele momento sobre a definição do campo teórico disciplinar sobre o qual se constituiria minha experiência como professora e pesquisadora da FAU-UFRJ.

No desenvolvimento do projeto de pesquisa para o doutorado, a leitura da tese de livre-docência da professora Miranda defendida também na FAUUSP², completou esse arcabouço conceitual que, devido à minha experiência com a disciplina de Desenho Urbano no mestrado e na prática profissional³, refletem de uma forma mais completa a linha a qual busco seguir em meu próprio trabalho.

O contato com a professora Magnoli intensificou-se após cursar sua disciplina: A Paisagem no Desenho do Cotidiano, cujos apontamentos se transformaram em uma importante introdução à revisão histórica sobre o conceito de espaços livres de edificação e urbanização nas cidades ocidentais, tornando-se referencial sobre pesquisas posteriores que desenvolvi no doutorado, refletidas na monografia desenvolvida para sua disciplina e em artigo publicado na revista *Paisagem e Ambiente*⁴.

Finalmente a presença da professora Miranda em minhas bancas de qualificação, em 1998, e de defesa final de tese de doutorado, em 2000⁵, refletiu não apenas sua importância para a consolidação de minha base de pesquisa, desenvolvida na FAUUSP, como também a influência de seu pensamento e análise crítica nos conceitos que eu viria a adotar dali para frente, na graduação e na pós-graduação da FAU-UFRJ.

Os Conceitos e Idéias Sobre os Espaços Livres Aplicados na FAU-UFRJ

Após a defesa de tese de doutoramento, a aplicação dos conceitos emanados das discussões e reflexões acima descritos se rebateu nas atividades que exerço na pós-graduação e na graduação da FAU-UFRJ, a partir de orientações de dissertações de mestrado e, mais recentemente, de doutorado e por meio de disciplinas de Projeto de Arquitetura e Projeto Paisagístico.

A Experiência na Pós-Graduação

Criada a partir da reformulação do Programa de Mestrado em Arquitetura – PROARQ, coordenada pelo Prof. Dr. Vicente Del Rio, a linha de pesquisa intitulada Arquitetura e Lugar, desenvolvida dentro da antiga área de concentração em Teoria e Projeto, contou com a colaboração de demais docentes da FAU-UFRJ, entre eles, o Prof. Dr. Mario Ceniquel, o Prof. Dr. Paulo Afonso e a Profa. Dra. Cristiane Duarte.

Essa linha busca aprofundar a integração entre campos de pesquisa relacionados ao ensino e pesquisa em arquitetura, principalmente desenho urbano e paisagem urbana, e uma de suas características é o aprofundamento da conceituação sobre os sistemas de espaços livres urbanos, analisados sob o viés da análise morfológica da paisagem e seus desdobramentos. Os resultados têm gerado publicações, participação e organização de seminários e congressos e de atividades didáticas especiais, tais como oficinas de ensino e seminários.

Dentro dessa linha, a disciplina Arquitetura da Paisagem, desenvolvida desde 2001, reflete sobre a avaliação crítica da produção da paisagem na escala urbana, considerando o acelerado processo de transformação das cidades brasileiras. São discutidos os agentes de transformação da paisagem, dentro de uma perspectiva histórica, os padrões de morfologia da paisagem e de apropriação dos espaços públicos normalmente encontrados nos espaços livres das cidades brasileiras e a influência das formas de parcelamento e da legislação urbanística em sua configuração.

Essa disciplina tem gerado a publicação de artigos elaborados por alunos da pós-graduação que utilizaram os métodos de análise propostos para a disciplina aplicados aos espaços urbanos, objeto de suas pesquisas⁶.

Entretanto, a melhor avaliação dessa produção e das influências dos conceitos sobre espaços livres oriundos do trabalho da professora Magnoli deve ser feita pelas dissertações elaboradas sob minha orientação, dentre as quais se destacam:

a) Dissertações defendidas:

LONDON, Marcos Z. "A circulação de idéias urbanísticas no meio profissional e acadêmico e sua influência nas obras de Donald Alfred Agache e Atílio Corrêa Lima". Defendida em 27/3/2002. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2002.

ANDRADE, Rubens. "Antonio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém". Defendida em 30/1/2003. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2003.

SANTUCCI, Jane. "As promenades do Rio de Janeiro: O papel do Passeio Público, Praça Paris e Aterro do Flamengo na história da paisagem carioca". Defendida em 29/1/2003. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2003.

EPPINGHAUS, Annie Goldberg. "Influência do projeto no processo de apropriação dos espaços públicos em áreas residenciais: O caso da Barra da Tijuca". Defendida em 28/4/2004. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2004.

SANTOS, Eloísa. "O paisagismo de Burle Marx e a moderna arquitetura brasileira". Defendida em 28/4/2004. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2004.

ABREU, Luciano Muniz. "Territórios turísticos e o desenho da paisagem urbana litorânea no nordeste brasileiro: Uma análise de projetos de urbanização financiados no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil-PRODETUR/NE". Defendida em 27/4/2005. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2005.

MAMBRINI, Natalia. "Evolução ambiental na Barra da Tijuca: O sistema de espaços livres no entorno da Lagoa da Tijuca". Defendida em 27/4/2005. Rio de Janeiro. PROARQ/FAU/UFRJ, 2005.

b) Dissertações em andamento:

AMORIM, Flavia. "Os condomínios fechados na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e os condomínios fechados do Bairro Belvedere III, em Belo Horizonte: Um estudo comparativo". PROARQ/FAU/UFRJ. Iniciada em 2005.

BRAGA, Flavia T. "A produção da paisagem dos espaços livres residenciais na Barra da Tijuca e Região Oceânica de Niterói: Um estudo comparativo de casos". PROARQ/FAU/UFRJ. Iniciada em 2006.

A Experiência na Graduação

Na graduação, o caráter interdisciplinar desenvolvido nas disciplinas de Paisagismo baseia-se na integração às temáticas gerais selecionadas para os ateliês de Projeto de Arquitetura e de Paisagismo, aproximando métodos, mas resguardando enfoques e objetos de intervenção.

Mais especificamente, a disciplina Paisagismo II pretende discutir, em seu conteúdo, questões relacionadas com o projeto e a análise da paisagem urbana, com ênfase nos seguintes temas: morfologia da paisagem urbana; morfologia dos espaços livres urbanos, e linhas projetuais contemporâneas. Foi desenvolvida em conjunto com as professoras Márcia Menneh, doutora pela FAUUSP, e Ivete Farah, docente da FAUFRJ.

Busca-se, como objetivos específicos, a discussão integrada entre o volume edificado e o não-edificado, nos quais se destacam questões paisagísticas, ambientais e urbanísticas envolvidas nessa integração, desde o parcelamento do solo ao tratamento específico dos espaços livres.

Finalmente, em duas outras atividades didáticas da graduação, fazem-se presentes os conceitos sobre espaços livres de edificação: na orientação de graduandos para a elaboração, em tema livre, dos Trabalhos Finais de Graduação (TFG), e no desenvolvimento de oficinas didáticas especiais.

Em 2001, foi realizada a I Oficina Arquitetura da Paisagem, com o tema "Revitalização Paisagística e Funcional dos Pátios Internos do Palácio Universitário, no Campus da Praia Vermelha – UFRJ", sendo uma atividade de extensão conjunta promovida pelo Instituto de Economia e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo⁷.

Em 2005, foi realizada a II Oficina Arquitetura da Paisagem, sobre a metodologia do Projeto Orla do Ministério do Meio Ambiente aplicada à Ilha do Fundão, na Cidade Universitária da UFRJ, sendo também uma atividade de extensão conjunta promovida pelo Escritório Técnico da Universidade-ETU e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo⁸.

Reflexões e Desdobramentos

A partir de uma proposta formulada pela FAUUSP de projeto de pesquisa integrado, coordenado pelo professor Silvio Macedo, estruturou-se na FAU-UFRJ um trabalho de avaliação sistêmica do sistema de espaços livres públicos da cidade do Rio de Janeiro.

Essa análise deverá ser feita sobre recortes específicos do território, entendidos como componentes de um outro sistema ainda maior, no que se refere à escala territorial ou à complexidade das dinâmicas socioeconômicas encontradas localmente.

Como estudo-piloto, pretende-se aplicar a pesquisa, inicialmente, aos principais espaços livres e áreas verdes existentes na região de São Cristóvão, a partir de uma parceria com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, onde, como modelo teórico, objetiva-se focar a inserção hierárquica no tecido urbano, conforme a escala de abrangência, os atributos (físicos e psicológicos), os tipos, a origem histórica e os modelos de projeto.

Após a conclusão desse estudo-piloto, pretende-se aplicar a análise para outras regiões da cidade, com intuito de montar uma base de análise confiável que poderá auxiliar o planejamento estratégico do sistema de espaços livres na escala da cidade, tendo sempre como premissa a importância da reflexão crítica e prospectiva sobre o sistema de espaços livres públicos urbanos, preconizados pela professora Magnoli.

Notas

- (1) Ver MAGNOLI, Miranda. O parque no desenho urbano. MACEDO, Silvio. Espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: TURKIENICZ, Benamy e MALTA, Maurício. *Anais do II SEDUR*. São Paulo, CNPq/Finep/Pini, 1986.
- (2) Ver MAGNOLI, Miranda M. *Espaços livres e urbanização – Uma introdução aos aspectos da paisagem metropolitana*. Tese de livre-docência, São Paulo, FAUUSP, 1982.
- (3) Meu curso de mestrado em planejamento urbano foi realizado na University of Michigan, tendo como área de concentração Urban Design, e, como dissertação, o trabalho intitulado “Barra da corda: Uma comunidade rural no Brasil”. A partir de 1986, as minhas experiências profissionais estiveram relacionadas a estudos e projetos de paisagismo e urbanização e a projetos na área de desenho urbano, destacando-se, a partir de 1993, o conjunto de trabalhos realizados: no escopo do Projeto RioCidade para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, para os bairros: Méier, eixo da avenida Suburbana (Benfica a Pilares), Irajá, eixo da avenida Santa Cruz (Bangu a Campo Grande) e área portuária (Saúde, Gamboa, Santo Cristo); e no escopo da SP-Trans, para a Prefeitura Municipal de São Paulo, tais como o corredor avenida Ibirapuera e o corredor Tiradentes.
- (4) A monografia intitulada “Os espaços livres urbanos e o processo de urbanização: O caso do Méier”, apresentada em fevereiro de 1995, deu origem a dois artigos publicados na Revista *Paisagem Ambiente – Ensaios*: TÂNGARI, Vera Regina. Da avenida Central ao Rio Cidade, o Rio de Janeiro constrói e reconstrói a sua imagem. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 9, p. 151-176, 1998 e TÂNGARI, Vera Regina. Paisagem urbana na zona norte do Rio – O caso do Méier. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 8, p. 47-66, 1996.
- (5) TÂNGARI, Vera. *Um outro lado do Rio*. Tese de doutorado, São Paulo, FAUUSP, 1999.
- (6) SANTANA, Ethel P.; TÂNGARI, Vera Regina. Espaço arquitetônico x Apropriação: Estudo de Caso no Centro do Rio de Janeiro-Largo da Carioca e Rua Uruguaiana. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 17, p. 43-68, 2003; ANDRADE, Rubens e TÂNGARI, Vera Regina. A Praça da República e seus aspectos morfológicos no Desenho da Paisagem de Belém. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 16, p. 43-68, 2003; POPPE, Marcia e TÂNGARI, Vera Regina. O centro de comércio e serviços Downtown na Barra da Tijuca: Entre a cidade existente e a fragmentação do espaço urbano. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Ensino e Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil – UFMG: Belo Horizonte, 2004*. CD-ROM.
- (7) Ver FAU-UFRJ. *Revista Academia*, vol. 4. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2003.
- (8) Ver TÂNGARI, Vera; SCHLEE Mônica Bahia e ANDRADE, Rubens de. *Anais do I Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades – Águas Urbanas*. CD-ROM. FAU-UFRJ, 2005.

Bibliografia

MACEDO, Silvio S. *Paisagem urbana – Introduzindo questões*. 1997. Trabalho apresentado ao I Encontro Mineiro para Conservação da Natureza – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, set./1997.

_____. *Paisagem, urbanização e litoral – Do éden à cidade*. 1993. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: TURKIENICZ, Benamy; MALTA, Maurício. *Anais do II SEDUR*. São Paulo: CNPq/Finep/Pini, 1986.

MACEDO, Silvio Macedo; CENIQUEL. O paisagismo no Brasil – Introduzindo a questão. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 4, 1992.

MAGNOLI, Miranda. O parque no desenho urbano. In: TURKIENICZ, Benamy; MALTA, Maurício. *Anais do II SEDUR*. São Paulo: CNPq/Finep/Pini, 1986.

_____. *Espaços livres e urbanização – Uma introdução aos aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MENNEH, Marcia. *Morfologia da paisagem verticalizada: Conflitos e padrões urbanísticos*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TÂNGARI, Vera. *Os projetos de espaços públicos no Rio de Janeiro e a visão da mídia*. 1998. Trabalho programado (Memorial de qualificação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Paisagem uma zona norte do Rio: O caso do Méier. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 8, 1996.

_____. *Um outro lado do Rio*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

A ARTE DE BEM VIVER A PAISAGEM EM
SEU TEMPO: MIRANDA MARTINELLI
MAGNOLI E O ENSINO DE
ARQUITETURA NO BRASIL

THE ART OF THE COMPREHENSION OF
THE LANDSCAPE: MIRANDA MARTINELLI
MAGNOLI AND THE ARCHITECTURE'S
EDUCATION IN BRAZIL

Paulo Chiesa

*Professor doutor do curso de Arquitetura e Urbanismo
e do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: chiesa@ufpr.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

O artigo aborda a contribuição da arquiteta Miranda Martinelli Magnoli para o estudo, o ensino e a prática de arquitetura no Brasil. Para isso, resgatam-se fragmentos de textos de sua autoria e investiga-se o rebatimento de suas idéias sobre o ambiente e a paisagem em três pesquisas por ela orientadas, que concluíram com a defesa de teses de doutorado na FAUUSP. Busca-se enfatizar, por esse tipo de análise, o aporte original dessa intelectual para compreender a dimensão cultural das paisagens, para além da noção corrente de paisagem como expressão singular de uma porção do ambiente ou, ainda, da paisagem como os espaços e lugares não-edificados residentes na arquitetura, nas cidades e no território.

Palavras-chave: Miranda Magnoli, ensino de arquitetura, cultura, paisagem e ambiente.

ABSTRACT

This article emphasizes the contribution of architect and professor Miranda Martinelli Magnoli to the study, teaching and practice of architecture in Brazil. With broad and ethical approach to landscape as cultural fact, her professional and, specially, academic work has always reflected the vigorous defense of public spaces as means to improve existing cities and its living conditions with social justice and dignity. In order to illustrate Magnoli's ideas and her influence in teaching, planning and design, fragments of her writing and three doctoral dissertations, concluded under her supervision at FAUUSP, are analyzed and compared.

Key words: Miranda Magnoli, education in architecture, culture, landscape and environment.

A ARTE DE BEM VIVER A PAISAGEM EM SEU TEMPO: MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI E O ENSINO DE ARQUITETURA NO BRASIL

THE ART OF THE COMPREHENSION OF THE LANDSCAPE: MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI AND THE ARCHITECTURE'S EDUCATION IN BRAZIL

Breves Palavras Iniciais

O tempo e o espaço são elementos fundamentais em nossas vidas. A arquitetura sintetiza o tempo no espaço, por meio da arte e da técnica de intervir e construir edifícios, cidades e paisagens. Os conceitos de ambiente e paisagem, tal qual os manejamos atualmente, eram até pouco tempo desconhecidos nos cursos de arquitetura do Brasil; muito embora a moderna arquitetura brasileira tenha raízes na Semana de Arte Moderna de 1922 e tenha sido também motivada pelo resgate de aspectos da cultura e das paisagens nacionais¹. Sabemos superficialmente quem foi Burle Marx e o significado de sua obra para o paisagismo contemporâneo. Reconhecemos a contribuição de seu legado para a valorização do desenho dos espaços livres, assim como para o estudo e uso da flora local em jardins nos vazios da arquitetura e da cidade. Porém, ainda há muito a descobrir sobre outros indivíduos, arquitetos ou não, que contribuíram na construção e consolidação de um espaço para a paisagem entre os saberes e práticas dos arquitetos e urbanistas.

O ensino de paisagismo nas escolas de arquitetura do Brasil foi sistematizado como área de conhecimento e grupo de disciplinas integradas ao ensino de arquitetura e urbanismo entre as décadas 1950 e 1980 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Simultaneamente, mudanças sociais e políticas transformaram radicalmente as formas de viver e ocupar o território. Os domínios do conhecimento humano evoluíram, expondo a complexa relação entre a diversidade de espécies e comunidades com seus ecossistemas. Novos e inusitados enfoques científicos integradores emergiram. Nesse contexto, é importante saber um pouco mais sobre a trajetória dos conceitos de ambiente e da paisagem no âmbito das escolas e comunidades de arquitetos brasileiros².

Mesmo com o prejuízo que pode advir da omissão de muitos outros batalhadores neste artigo, cabe aqui focar a contribuição da arquiteta ítalo-paulista, doutora Miranda Martinelli Magnoli, para este processo. O presente trabalho nada mais é do que um croqui de uma das personagens fundamentais para a edificação dessa área de conhecimentos. Sem pretender pintar um quadro fiel à sua personalidade, polêmica e combativa, desde já reconheço e antecipo meus limites. Caberá complementá-lo a várias mãos e debates, buscando resgatar a memória e situar essa homenagem no domínio atemporal que a amizade e o respeito reservam àqueles os quais a conhecem e tiveram oportunidade de compartilhar suas idéias, lutas e ensinamentos.

Perfil Preliminar: A Personagem

Miranda Magnoli é uma figura de seu tempo, inserida em uma sociedade em que *“a cidade densamente construída é o lugar por excelência do espaço livre contemporâneo. É a esse espaço que cabe requalificar a cidade existente”* (MAGNOLI, 1996, p. 13). Ela se questiona permanentemente e pergunta a todos: qual cidade e qual espaço são esses; como se projeta, usa-se e valoriza esses lugares? A noção clara da natureza, caráter e função dos espaços livres na história das civilizações, com um sólido conhecimento do que pensa e diz, é o que lhe permite jamais desvincular a intervenção humana em relação aos processos modeladores do território³. Está lançado o desafio de compreender paisagem como um fato social, como a própria cultura que precede e humaniza a espécie.

A trajetória pessoal e profissional da arquiteta Miranda Magnoli contribuiu para que, no Brasil, e especialmente a partir da FAUUSP, fosse sistematizado um conceito peculiar sobre a paisagem no contexto do ensino de arquitetura e urbanismo. A noção de paisagem defendida por Miranda Magnoli, portanto, emerge do homem e sua cultura, tendo como conteúdo e continente os processos sociais e sua interação dinâmica com o ambiente natural e humano, em um viés histórico e dialético⁴. Esse particular enquadramento das questões do ambiente e da paisagem resulta, por sua vez, da constante invocação da natureza relacionada às permanentes transformações científicas e tecnológicas imersas em conflitos sociais e territoriais, sem perder a perspectiva estética inerente à sua formação de arquiteta. A defesa de valores estéticos, nesse caso, articula-se a um claro posicionamento político e ético do que é essencial para a sociedade, em cada tempo e lugar⁵.

O território da arquitetura, a partir de suas idéias e postura profissional, alarga-se — ao invés de espremer-se entre as tendências de especialização verificadas na consolidação do campo profissional de arquitetura. Trata-se de um mercado de trabalho que se desenvolveu, nas últimas cinco décadas, sob profunda divisão social do trabalho com forte impacto sobre as tradicionais atividades de projeto (o desenho dos edifícios, dos objetos e interiores, da cidade e da paisagem). *“As possibilidades de reformulação das cidades, por renovação de setores urbanos estão, na profissão, com os arquitetos que trabalham com o urbanismo, o planejamento, a edificação. Nós, arquitetos que lidamos com a paisagem, temos problemas muito sérios com a forma de compreensão e atuação da maioria daqueles arquitetos.”* (MAGNOLI, 1996, p. 17) Ou, ainda, que se consolidou recentemente em outras regiões do Brasil, sob os impactos provocados pela acelerada evolução dos meios técnicos e a acirrada concentração de renda em nossa sociedade. Os processos de urbanização e de metropolização da sociedade brasileira, com suas repercussões socioespaciais no território e na paisagem, são o cadinho cultural da reflexão sensível e inovadora de Miranda Magnoli.

Não poderia deixar de registrar que não deve ter sido simples — muito menos fácil — para uma arquiteta se afirmar na atividade profissional autônoma, ou como docente e pesquisadora de uma das mais importantes instituições de ensino do Brasil. Tendo em vista tanto o fato de o mercado de trabalho ser dominado pelos homens, assim como pelo nível complexo e exigente das tarefas e cargos que coube a ela desempenhar, *“... por outro lado, também temos uma lacuna muito séria relacionada aos demais agentes de produção do espaço público, diretamente correlacionados com nosso projeto [...] não temos sido capazes de lidar corretamente com a participação de outras formações [...] de transformar nossas associações em instituições que, pela excelência do seu caráter científico, angariassem os créditos para aceitar, qualificar e conferir os papéis e dimensões adequadas a todas as diferentes contribuições”* (MAGNOLI, 1996, p. 17). O caráter combativo de sua personalidade, sem dúvida, advém de suas origens e do pleno exercício do livre arbítrio nas condições adversas os quais marcam a sociedade brasileira contemporânea e, mais especificamente, o terreno e os caminhos por onde essa arquiteta transitou.

Já a faceta polêmica da arquiteta resulta de um posicionamento muitas vezes solitário — e por isso radical — diante de um somatório de situações e acontecimentos, dos quais muito pouco participei. No entanto, se tivesse de intuir sobre as origens de sua postura exigente com relação ao trabalho, colegas e alunos, diria que emerge e nutre-se de uma perspectiva humana invejável. É fruto da indignação diante da desigualdade de condições de vida presente em nossa realidade, *“uma concepção já clara em países que não querem aceitar a violência de milhões vivendo na pior miséria, em cidades mais conscientes dos benefícios decorrentes de um país mais justo, de um país com divisões mais tênues, de segregações menos indignas”* (MAGNOLI, 1996, p. 13).

Essa postura expressa uma atitude até certo ponto estoica, que se fundamenta em relações estabelecidas com outros sujeitos, com suas idéias e histórias. Reflete também rigor intelectual e uma árdua disciplina aplicada em problematizar e verter seus conhecimentos para uma práxis coerente com o programa o qual defende — em síntese, o direito à autonomia e à liberdade individual diante de qualquer tipo de preconceito e opressão, *“como clarificar as mentes na medida em que as classes médias euforicamente perseguem o consumismo, apesar de um quadro em que a pobreza é imensa, em que é contínuo o agravamento da distribuição de renda. Talvez esta seja a única desigualdade aceita com cada vez mais crescente naturalidade ou, pelo menos, com cada vez menos indignação”* (MAGNOLI, 1996, p. 16).

Ou seja, Miranda Magnoli é fruto de condições objetivas e subjetivas historicamente datadas em um contexto tumultuado da conjuntura política e social da sociedade paulista e nacional. Uma figura de seu tempo, que no espaço o qual lhe coube desempenhou suas funções cultivando um profundo sentimento de respeito pelo ser humano e sua cultura, cerzindo o conceito de paisagem e ambiente a partir dos tênues fios os quais conformam o tecido democrático de uma sociedade excludente, injusta com seu povo e desrespeitosa com o ambiente social e natural. Todavia, alguém que sabe bem perceber, sonhar e viver a paisagem em seu tempo⁶.

Aspectos da Relação Profissional Acadêmica

Seria difícil continuar nessa linha de argumentação, devido aos problemas de manter isenção ao descrever uma personalidade tão viva e complexa a qual, com maior ou menor intensidade, é referência para muitos arquitetos, urbanistas e paisagistas. Por isso, é necessário estabelecer mediações, à maneira dos antropólogos no exercício etnográfico. Se questionado, a partir de agora, sobre quem é Miranda Magnoli, responderia: não sei e nunca precisei de explicações para ser seu orientando, amigo e parceiro. Porém, é impossível deixar de reconhecer sua dedicação e profissionalismo na construção de novos professores e pesquisadores, a exemplo do que se relata a seguir.

Fui seu orientando no programa de pós-graduação da FAUUSP de 1997 até 2001, quando iniciei e concluí meu doutorado nesta instituição. De lá para cá, apesar da distância de 400 quilômetros, dedico-me a alimentar essa amizade e relação profissional; é verdade que bem menos do que desejaria. Uma nova etapa desse relacionamento nasceu a partir do convite para participar de banca de doutoramento de outro orientando seu, o arquiteto Emmanuel Antonio dos Santos (2002). Tal fato ocorreu apenas alguns meses após a conclusão de meu próprio trabalho. Destaco essa deferência não apenas como um voto de confiança ou de escolha balizada pela relação pessoal. Mas como investimento na formação de um jovem ou recente doutor, uma prática saudável e ao mesmo tempo desafiadora diante da responsabilidade de compartilhar desse momento com outros doutores experientes, correspondendo às exigências postas pelo tema, pelo trabalho e pela banca julgadora. No ano seguinte, ministrei palestra sobre a paisagem e o planejamento urbano de Curitiba em curso de extensão organizado pelo Instituto Superior de Estudos Avançados da USP, por sua indicação. Nesse mesmo período dividi com Eugenio Queiroga módulo de sua disciplina na pós-graduação, abordando aspectos da paisagem em transformação na região metropolitana de Curitiba (2003). Finalmente, compareci à banca de defesa de doutorado do arquiteto Sun Alex (2004), também orientando seu.

O sentido de citar a participação nessas situações da vida acadêmica é apoiar a estratégia que dá seqüência a esse texto. Por um lado, revela, como dito antes, o investimento deliberado na formação continuada de professores e pesquisadores. Por outro aspecto, deve-se registrar que esse tipo de prática produz ganhos qualitativos para recém-doutores, à medida que: a) permite acesso em primeira mão às pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado – um verdadeiro privilégio, se bem aproveitado, porque nem sempre esses trabalhos são publicados; b) obriga-os a estruturar suas argüições, elaborar critérios e questões reforçando o campo de discussões críticas sobre saberes referentes ao ambiente e à paisagem; c) exercita a postura e técnica discursiva dos participantes, agrega-lhes autoconfiança e desenvolve o espírito construtivo diante de impasses e defeitos os quais geralmente ocorrem na conclusão de trabalhos desenvolvidos com diferentes empenhos e limitações pelos próprios candidatos; d) finalmente, mantém os ex-orientadores e seus orientados próximos e ligados ao debate vivo do núcleo original de formação, promovendo encontros com outros colegas docentes e abrindo perspectivas para participação em outras atividades, tais como novas bancas, seminários, pesquisas, etc.

Enfim, estimular a participação de recém-doutores em bancas de defesa e outras atividades acadêmicas correlatas significa apoiar o processo de formação permanente desses docentes e, como diria Jorge O. Caron, contribuir para “*aprender a ensinar*” (MAGNOLI, 1996, p. 2). Ao mesmo tempo, representa a valorização de um comportamento coletivo diante da carreira acadêmica, em momentos cruciais da cultura de uma escola de arquitetura⁷. Devido ao caráter de ritual de passagem com que se entende esse momento do cotidiano acadêmico, por meio dele se renova o pertencimento à escola e seu programa de formação; além de incitar o espírito crítico e promover a troca de saberes. É importante destacar o investimento pedagógico realizado pela arquiteta Miranda Magnoli – uma aposta consciente na profissionalização do ensino e da pesquisa em arquitetura⁸.

Aspectos da Construção e Transmissão de Saberes

Tendo exposto a dimensão formativa que envolve as bancas de doutorado, cabe destilar dessas experiências o debatido sobre a paisagem e o ambiente a partir das três pesquisas de doutoramento aqui citadas. A análise proposta inclui também a tese realizada por este autor, uma vez que ela foi integralmente discutida e orientada pela arquiteta Magnoli. Seria mais interessante realizar essa reflexão em conjunto com os demais colegas, Emmanuel e Sun. Porém, na impossibilidade de isso ocorrer, resta ter participado de suas bancas e o fato de refletir que talvez essas questões não viessem à luz de outra forma. Nenhum desses três trabalhos foi publicado, nem ainda resultaram em artigos contemplando o todo ou suas partes⁹.

A aposta a qual se faz é que eles expressam um programa de questões coerentes entre si e que, apesar de refletirem as opções de cada pesquisador, enfeixam um conjunto de temas e problemas sintonizados com a orientação de Miranda Magnoli. Com isso não se está minimizando o esforço criativo e individual de nenhum dos colegas ou da própria. Muito pelo contrário, está fora de questão que as teses refletem a opinião de seus autores. O importante agora é estabelecer a ponte entre essas pesquisas (temas, objetivos, enfoques, resultados) e a maneira original, sistêmica e integrada de Miranda Magnoli compreender a arquitetura, a cidade e a paisagem no ambiente e cultura de nossa época, “*na realidade, pretendia-se criar condições para um novo arcabouço conceitual em que nosso tempo e nosso espaço eram fundamentais*” (MAGNOLI, 2004, p. 1). A tabela a seguir foi construída com o objetivo de sintetizar as principais questões investigadas nessas teses e permitir uma visão comparada da temática geral e específica de cada uma delas. Ainda que corra o risco de simplificar e reduzir aspectos complexos das opções e dos enfoques metodológicos empregados pelos pesquisadores, ela pode ser útil para expor os conceitos os quais permitem navegar entre e pelas reflexões desses autores, e fundeá-los no pensamento de Miranda Magnoli.

Tabela esquemática das pesquisas de CHIESA, P.; SANTOS, E. A. dos; ALEX, Sun

Autores	CHIESA, P.	SANTOS, E. A. dos	ALEX, Sun
Título	O desenho como desígnio: por uma ética do risco	As paisagens do plano e os planos da paisagem: da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem	Convívio e exclusão no espaço público: questões de projeto de praça
Temática geral	A tradição de ensino de arquitetura no Brasil e a contribuição da escola de arquitetura e dos arquitetos para a modernização da cidade de Curitiba	A questão ambiental e social relacionada ao planejamento urbano e à prática de elaborar planos diretores para as cidades	O projeto de praças como lugares de convívio social cotidiano e articulação do tecido urbano
Temática específica	Arquitetura como: arte e técnica; e a complexa integração dos conhecimentos sobre os edifícios, as cidades e as paisagens	A incorporação dos conceitos de ambiente e paisagem na prática de planejamento e nos processos de elaboração de planos diretores	O paisagismo moderno e os novos desenhos e usos do espaço público como antídotos da vida urbana e sua tradição democrática
Enfoque metodológico	Estudo do processo de transmissão cultural realizado pela escola e pelo professor na construção de disciplinas acadêmicas; a paisagem incorporada ao ensino de arquitetura e do processo de urbanização de Curitiba	Estudo dos diversos planos históricos e culturais da paisagem e sua incorporação conceitual e metodológica nos processos de planejamento e de elaboração do plano diretor	Estudo dos projetos de praças na tradição do paisagismo europeu e dos EUA, adotados como marco referencial para a avaliação pós-ocupação de projetos de praças recentes do Brasil
Conceitos e categorias de análise	Cultura; educação; ensino; disciplinas acadêmicas; ambiente; paisagem; cidade; metrópole; desenho; ensino de projeto integrado	Cultura; ambiente; paisagem; território; processo de urbanização; planejamento urbano; plano diretor; integração disciplinar; métodos e escalas da paisagem	Cultura; paisagem; espaços livres públicos; praças; identidade; diversidade; usos e práticas sociais; inclusão e exclusão social; categorias e escalas de projeto; desenho
Referências contextuais	O planejamento urbano e a escola de Curitiba/PR	O plano diretor de São José dos Campos/SP	Seis praças do centro de São Paulo/SP
Conclusões	Sustenta que o ensino de arquitetura deve ser considerado como um trabalho social específico e exigente, tanto ético quanto profissional. Defende a idéia que a escola deve estruturar e planejar o processo de ensino e aprendizagem a partir da realidade física e social do ambiente onde ela se insere. Defende ainda que se aprende arquitetura desenhando-a, e, portanto, o processo de desenho sintetiza o método específico da disciplina Arquitetura.	Entende que a efetiva e concreta incorporação dos elementos do meio natural e com relativo grau de natureza no processo de pensar o planejamento urbano e de promover a urbanização pode contribuir para obter um meio urbano mais equilibrado, mais justo e diversificado no uso dos recursos da natureza dos/nos espaços, com paisagens mais integradas e integradoras e de maior qualidade de desenho dos espaços, especialmente aqueles de uso público.	Conclui que nas seis praças estudadas do centro de São Paulo há: a) desvinculação entre as praças e os entornos; b) ausência de manutenção e adaptações sistemáticas; c) domínio do urbanismo rodoviário e da engenharia de tráfego; d) ênfase no <i>design</i> ou na jardinagem em detrimento do convívio social; e) influência do paisagismo dos EUA a partir dos anos 1960.
Local e ano de defesa	FAUUSP: 2001	FAUUSP: 2002	FAUUSP: 2004

Fonte: Teses de doutorado dos autores citados. Curitiba, 2006

A confecção desse e de qualquer quadro esquemático contém grande dose de arbitrariedade. Contudo, como foi dito, ele pode ser útil enquanto “mapa de navegação” para viajar entre as três pesquisas realizadas, aparentemente, sem conexão entre si. Esse roteiro abstrato carece de um diário de bordo ou de “portulanos”, como definiu Alberto Cordiviola: “... não é difícil admitir que cada tipo de viagem possui suas ferramentas adequadas [...] os portulanos, herdeiros dos ‘périplos’ gregos e romanos, deram todo o conhecimento da crescente navegação do segundo milênio enquanto a cartografia descrevia o paraíso e o inferno e os perigos da vida terrena” (CORDIVIOLA, 2005, p. 25)¹⁰.

O primeiro aspecto comum a elas é o desdobramento dos temas de cada pesquisador em torno dos problemas atinentes à paisagem e ao ambiente. Por outro lado, ainda que as temáticas de pesquisa partam de trajetórias pessoais e interesses específicos desses pesquisadores, como dito, elas fazem parte de um programa o qual configura uma linha de pesquisas. Por isso, quando vistas em conjunto, traduzem as preocupações de uma área de conhecimento em construção no domínio da paisagem e do ambiente argüido por arquitetos. Como se sabe, não é simples nem fácil delimitar um tema de pesquisa. Uma tese de doutoramento, não raro, dá continuidade a uma dissertação de mestrado. Quando, e se isso ocorre, novas questões são identificadas e aprofundadas em níveis e escalas distintos. Porém, das três, apenas a segunda pesquisa possui essa característica. As demais possuem, evidentemente, traços de trabalhos e preocupações anteriores de seus autores, mas não foi o essencial para a escolha e recorte dos temas abordados.

Pesquisa 01

No primeiro trabalho as transformações na paisagem de Curitiba constituem a chave para descrever e compreender a incidência de um consistente processo de urbanização que tomou forma e conteúdo na história recente do Paraná moderno, a partir da segunda metade do século passado. Esse processo de mudança tem um componente singular – o planejamento urbano – apontado como responsável pelo êxito dessa cidade em conduzir e monitorar seu processo de urbanização. No entanto, essa explicação só encontra sentido se vinculada a fatores situados em outras escalas temporais, espaciais e culturais. É a história do desenvolvimento econômico e social do território paranaense que explica o intenso deslocamento de pessoas e capitais a concentrarem-se em Curitiba. Por outro lado, foi a presença e a continuidade de instituições e pessoas (com saberes específicos) as quais qualificaram e conduziram esses processos de modernização. Emerge desse fato a participação destacada de arquitetos e urbanistas, quer seja pela escola de arquitetura (CAUUFPR) quer seja por órgãos públicos de planejamento e projeto urbano (IPPUC). No intervalo das últimas duas décadas do século, a urbanização do território já se verifica em escala regional e metropolitana – exigindo considerar também relações escalares mais amplas e sistêmicas dos espaços urbanizados com a base natural, com o processo histórico, as populações e atividades econômicas e sociais que se desenvolvem na periferia e nas regiões vizinhas de Curitiba. O CAUUFPR e o IPPUC se distanciam e cada qual gesta “doutrinas” e modos de investigar, perceber e atuar a partir e no espaço – tendo no desenho/projeto o método de estudo, reflexão e síntese do discurso e linguagem da arquitetura e do urbanismo local. O trabalho problematiza também a contribuição de diferentes tradições e seus saberes na composição de um novo modo de sentir, perceber e fruir o ambiente urbano. A identidade da população curitibana com sua cidade se fez por meio do processo de transformação e modernização dos espaços e serviços públicos: o transporte; o sistema viário; o patrimônio natural e edificado preservado; os equipamentos sociais; os espaços livres vegetados ou não; a consciência ecológica difundida em um contexto de apropriação e modificação das formas de usar e apropriar-se do território; etc. Essa dimensão da cultura urbana local, tendo na paisagem e no ambiente novos significados e valores, é o que permite compreender a particularidade dessa experiência. O resultado final deste trabalho reflete como se ensina

arquitetura, levando-se em conta tais questões na estruturação de disciplinas acadêmicas de projeto integrando o edifício, a cidade e a paisagem, *“discutir o ensino caracterizando o processo de desenho como síntese do método específico da disciplina”* (MAGNOLI, 2004, p. 12). O desenho é a outra face do olhar, conclui a pesquisa. E, *“... se esse olhar é fruto de um raciocínio crítico e criativo, quanto mais largo o campo de análise e reflexão do arquiteto sobre o território, melhores serão as possibilidades de identificar as condições e relações que contribuem na sua formação e desenvolvimento”* (CHIESA, 2001, p. 114).

Pesquisa 02

Nessa outra pesquisa, a história da ocupação e da recente experiência de planejamento urbano da cidade de São José dos Campos constituiu o próprio cotidiano do pesquisador, o qual baseou sua intervenção como coordenador das atividades do plano diretor em sua dissertação de mestrado, *“... analisam-se experiências concretas, pouco usuais na prática do arquiteto que trabalha com a paisagem e o ambiente [...] a tese expõe a reflexão à luz dessa experiência concreta: o Estado, o poder local, o município no território, são aspectos que fazem parte das questões sociedade, cidadania, participação, gestão e se manifesta no Plano”* (MAGNOLI, 2004, p. 12). O argumento central se assenta sobre duas premissas: a questão social e a ambiental se entrecruzam no processo de planejamento, expressas pelo desejo de mudança da sociedade naquele momento; e o processo de elaboração dos planos diretores pode e deve incorporar a paisagem como conteúdo operacional para a adequada formulação de estratégias, prescrições e projetos capazes de qualificar e conduzir o processo de desenvolvimento urbano do município. Ocorre que essa paisagem precisa ser investigada, percebida, analisada e diagnosticada. A paisagem, portanto, possui caráter histórico, social e ambiental, exigindo instrumentos teóricos e metodológicos apropriados, os quais contemplem e operem com diferentes camadas do tempo e sobre distintas escalas de abrangência e níveis de aprofundamento das informações buscadas, obtidas e produzidas. Resulta disso a ênfase depositada sobre *“os planos da paisagem e as paisagens do plano”*, com os quais técnicos e população precisam conhecer e lidar. Novamente o conceito de ambiente e paisagem cobra do autor um entendimento amplo, integrado e integrador das relações entre o todo e as partes desse processo analítico e dessa realidade em transformação, *“... se a parte contém o todo, pode-se então dizer que o inverso também é verdadeiro, portanto, quando se pensa que ao organizar-se a totalidade de uma dada paisagem está-se fazendo-o com independência e com isenção em relação às questões referentes. Às suas partes e/ou particularidades, incorre-se em um equívoco de origem. Nesse sentido, entende-se que o todo organizado é formado pela articulação de um conjunto de partes e/ou particularidades que se organiza em estreita correspondência com a totalidade”* (SANTOS, 2002, p. 25-26). O propósito é compreender como se trabalha com as diferentes camadas da história e da cultura, articuladas entre si – de modo a promover a consideração da paisagem e do ambiente como valores na construção de uma idéia de plano diretor, tão atento ao social como ao natural, *“...de alguma maneira geral não é possível estabelecer um todo organizado, sem pensar simultaneamente na organização das partes e/ou particularidades, acreditando-se que só é possível atingir organizações consistentes de totalidades e particularidades quando essas dizem respeito às questões de urbanização, ao se adotar uma abordagem em que a aproximação do objeto se faça em um movimento pendular. Isto é, fazendo o trânsito o tempo todo do geral para o particular e dialeticamente retornando do particular para o geral, num continuum que pelas suas peculiaridades intrínsecas pressupõe se colocar as questões em relação ao todo e ao particular sempre e necessariamente de modo simultâneo”* (SANTOS, 2002, p. 26). A contribuição dessa pesquisa, nesse sentido, está em responder se partimos do geral para a particular ou, o inverso disso, na abordagem das escalas referenciais do sítio, do urbano e da região. Segundo o autor, para se enfrentar os planos da paisagem

em uma totalidade integrada e integradora, “... essa aproximação e afastamento passam a ser movimentos dotado de um mesmo e único olhar, pois que a aproximação é realizada sob o pano de fundo do que se percebeu durante o afastamento, do mesmo modo que o afastamento traz consigo os elementos de aproximação” (SANTOS, 2002, p. 26). Como diria Magnoli, simultaneamente estamos indo e vindo, em um movimento pendular, entre essas diferentes escalas de estudo e abordagem da realidade.

Pesquisa 03

A terceira pesquisa estuda o projeto de praças como lugares de convívio social cotidiano e articulação do tecido urbano a partir das mudanças no tempo e forma de apropriação desse espaço, “... tratada como entidade paisagística, a praça contemporânea ganhou relevância ambiental com o domínio do pensamento higienista sobre o desenho da cidade industrial e com a valorização do verde na implantação da arquitetura moderna. Com o desenvolvimento das disciplinas de paisagismo e planejamento urbano, a praça passou também a ser vista como equipamento recreativo e elemento integrante do sistema de espaços livres da cidade, abrandando assim as distinções nítidas entre outras formas de uso do espaço público, como jardins e parques” (ALEX, 2004, p. 11). Ao problematizar essa tendência, o autor resgata a praça e seu caráter público e societário no modo de vida urbano. Local do mercado, abrigo de festividades e cerimônias, de celebrações, de encontros e desencontros, fatos sociais que lhe exigiram um alto nível de síntese por intermédio do projeto, do desenho e do detalhamento de seus elementos construtivos. Os diferentes níveis históricos e simbólicos desse espaço articulador da vida social nas cidades não escapam ao autor. Para cada povo, uma praça, cada praça em seu espaço, tempo e cultura. A relação das praças com seu entorno, e com os modos de vivenciá-los em cada sociedade e cultura, imprimem mudanças no desenho, na forma, na articulação do programa com seu entorno, valores e hábitos sociais, bem como na presença e ausência de elementos que lhes conferem escala urbana e humana, “... é hipótese desse trabalho que os projetos de praças, ao enfatizar o ‘recreacionismo’ e o ‘verdismo’ preconizados pelo paisagismo moderno, esvaziaram sua função primordial de articulação do tecido urbano” (ALEX, 2004, p. 11). Para verificar a validade de suas hipóteses, o autor estudou e analisou a genealogia e trajetória de praças emblemáticas, bem como de releituras a partir de movimentos filosóficos e urbanísticos que informaram as políticas públicas e o desenho dos espaços de uso público ao longo de séculos, até chegarem ao Brasil. Verificou também como os saberes advindos dessas praças comparecem no programa e desenho de outros tipos de espaços livres, tais como parques, tecidos urbanizados, *shopping centers*, etc., diante de novas formas de uso e consumo que caracterizam as sociedades urbanas atuais. Revelaram-se as mudanças entre cada continente, época e sociedade. Por fim, identificou distintas fases no processo de incorporação dessa tradição aos movimentos culturais e sociais os quais influíram na condução do processo de urbanização nos EUA — o parque fora da cidade ou ainda o fenômeno suburbano — informando o moderno paisagismo norte-americano, referente para a construção de saberes disciplinares presentes hoje em dia em nossa área. Não fugindo aos propósitos de avaliar o que está ocorrendo com esse tipo de espaço na atualidade e no Brasil, o autor produziu extenso trabalho de pesquisa sobre seis praças, seus projetos originais e suas reformas atuais, localizadas na área central da metrópole paulista: Largo do Arouche; Dom José Gaspar/1944; Franklin Roosevelt/1970; Liberdade/1975; Santa Cecília/1983; e Júlio Prestes/1999. Foi por meio de sucessivos desenhos em diferentes escalas, densamente elaborados e utilizados junto do texto, que o autor estabeleceu sua crítica, “... em São Paulo, há várias praças que, apesar dessa denominação e do tratamento paisagístico, acentuaram a fragmentação do espaço urbano, tornando-se uma barreira para as travessias ou um local ameaçador, evitado pela população” (ALEX, 2004, p. 11), e apresentou alternativas de projeto permitindo restabelecer, de novo, o papel central da praça em relação à arquitetura e à paisagem, “propõe alternativas para ampliar seu espaço de convívio social por meio de desenhos mais convidativos e adaptáveis

que privilegiem o acesso, a integração com o entorno e a articulação com o tecido urbano [...] o pressuposto é de que o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso, o que depende de um desenho 'interno' coerente e de um desenho 'externo' — as ruas e o tráfego da área — adequado. A articulação com o tecido urbano, isto é, a conexão entre espaços urbanos variados, da praça e do entorno, é uma das suas funções originais e essenciais" (ALEX, 2004, p. 105). As conclusões da pesquisa não precisam ser relatadas, porque saltam pela qualidade e força dos desenhos elaborados pelo autor e suas imagens de referência, "... a maioria das praças modernas encontra-se em situações tão deploráveis que podem ser consideradas anti-sociais ou mesmo 'anti-praças'. A pesquisa sustenta a tese de que os projetos inspirados no paisagismo moderno preocupam-se apenas com o uso, sem levar em conta o acesso e a integração com o entorno e que, ao enfatizar a ruptura estética, reforçaram a fragmentação do tecido urbano" (ALEX, 2004, p. 105). Dessa maneira, a tese adquire o caráter de manifesto contra a maneira displicente com que se assumem valores contraditórios às formas de vida da população usuária desses espaços. Ao mesmo tempo, alerta as autoridades e arquitetos sobre a responsabilidade de elaborar um bom desenho. O povo lastima a privatização que os exclui de seus autênticos espaços democráticos. A sociedade perde, porque maus projetos inibem ou impedem a sociabilidade. E, com isso, a democracia imposta é a definida pelos projetistas e por aqueles com o poder de tomar decisões sobre o destino desses espaços — quase sempre desinformados sobre o que, de fato, são e para que servem as praças em nossas vidas.

Quid Tum?¹¹

Espera-se ter evidenciado com esse ensaio a contribuição da arquiteta Miranda Magnoli à área de estudos do ambiente e da paisagem, bem como o rebatimento de suas idéias nas três pesquisas apresentadas. Cabe ao próprio leitor estabelecer outras relações entre elas, verificando sua atualidade e utilidade para continuar o programa de investigação aqui esboçado. E agora, o que fazemos? Agradecer sua presença entre nós. Rer seus textos e questioná-los à luz de nossas próprias preocupações. Interpretar o mundo que se gesta hoje com base nas questões as quais, tão apropriadamente, essa arquiteta soube articular ao seu modo de perceber, valorizar, refletir e intervir para compreender e modificar seus desdobramentos futuros. A arte de bem viver a paisagem em nosso tempo assume outros significados se tivermos aprendido suas lições. Entre elas, a que ainda há muito para se fazer juntos — se sabemos aonde ir.

Notas

- (1) Maria Angela F. P. Leite, em sua tese de doutorado, sistematizou esses avanços: "A paisagem é resultado do equilíbrio entre múltiplas forças e processos temporais e espaciais. Em certa medida, a paisagem é um reflexo da visão social do sistema produtivo e suas formas transformam-se ou desaparecem sempre que as teorias, filosofias e necessidades que as criaram não são mais reais ou auto-evidentes. A percepção do tempo, do espaço e da natureza muda com a evolução cultural, o que exige a procura de novas formas de organização do território que melhor expressem o universo contemporâneo, formas que capturem o conhecimento, as crenças, os propósitos e os valores da sociedade." (LEITE, 1994, p. 7) Por outro lado, vale aqui a observação de Alberto Cordiviola: "... conceitos com alto teor de síntese constituem instrumentos poderosos para o domínio da relação do homem com a sociedade e com a natureza não humana [...] estes conceitos passam a ser operadores culturais, ao serviço da estrutura de poder dessa mesma cultura. Não podemos modelar noções cuja explicação desconhecemos. Noções como irreversibilidade, simultaneidade, futuro e tantas outras relacionados ao conceito de tempo estão prenhes de intenções e poderes" (CORDIVIOLA, 2005, p. 294).
- (2) Miranda Magnoli identifica quatro períodos na trajetória do ensino de Paisagismo na FAUUSP, entre 1952 e 1981: a) Em 1948, a criação da FAUUSP incluiu em sua programação didática a área de conhecimento referente à paisagem, resultando na criação da disciplina de Arquitetura Paisagística pelo jovem paisagista americano Roberto Coelho Cardozo, em 1952; b) A disciplina, desde 1952, seria parte do programa de planejamento territorial e a prática profissional era o elemento fundamental que alimentava o ensino das faculdades. O ensino de arquitetura se centrava, então, no estudo do edifício, enquadrado em um ambiente urbano que já iniciava seu adensamento caótico. Quando, em 1962, a FAUUSP passou por completa reformulação didática, o ensino de Paisagismo se

manteve na sequência de Planejamento. A partir de 1969 a disciplina passou a ser conduzida pelo arquiteto Antonio Augusto de Azevedo Antunes, com a colaboração de Daisy Igel (1954-57) e de Rodolfo Almeida Fernandes (1957-67); c) O período de 1970 a 1973, época tumultuada por intensas agitações e crises, culminou com a inserção da disciplina na área de Projeto da FAUUSP. Em 1973, Miranda Magnoli passou a integrar a equipe do professor Antunes que se retirou em 1974; d) O próximo período até 1981 foi de reformulação dos programas didáticos, contextualizando o ensino de Paisagismo com as questões emergentes dos vários movimentos sociais e ecológicos. Em fins de 1976 a disciplina possuía seis docentes em sua equipe e, em 1978, a FAUUSP iniciou Programa de Pesquisas – do qual a área participaria ativamente. Após 1974, novo enquadramento teórico e metodológico permitiu adaptar o ensino a um número crescente de alunos, incorporar o debate sobre a problemática dos povos do Terceiro Mundo, focar os estudos sobre os espaços livres públicos de uso coletivo e aprofundar o conhecimento sobre os problemas da paisagem (MAGNOLI, 1981, p. 56-76).

Um novo período pode ser compreendido a partir desse último até o presente, caracterizado pela sistematização e aperfeiçoamento do ensino na graduação – fortemente influenciado pelos resultados das pesquisas realizadas na pós-graduação –, cujo elenco e resumo do acervo de 1973 a 2003 foi tema de artigo publicado por Fany Cutcher Galender no número 17 da Revista Paisagem Ambiente: Ensaios. Magnoli, em artigo ainda inédito, traçou um esboço preliminar a respeito das experiências de pesquisa em Paisagem e Ambiente realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP pelo Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente, no período 1973-2004. ... *“a produção científica relatada limita-se à esfera da pós – sentido restrito, dissertações e teses. São aproximadamente 60 trabalhos; guardam o caráter acadêmico que institucionalizou esse nível de ensino superior na USP; a FAUUSP organizou o programa de pós-graduação a partir de uma única área de concentração: Estruturas Ambientais Urbanas; as pesquisas foram elaboradas com os parâmetros decorrentes desta condição de programa sem áreas específicas. A seleção de temas e as abordagens foram sempre opções espontâneas dos pós-graduandos. O objetivo prioritário em nossa área, durante o período em referência, foi realimentar as disciplinas de graduação, criando e elaborando matéria crítica para o ensino visto se considerar que vários eram os aspectos a atualizar, a reexaminar e ponderar em relação à época em que a disciplina havia se implantado, na década de 1950. Na realidade pretendíamos criar condições para um novo arcabouço conceitual em que nosso espaço e nosso tempo eram fundamentais”* (MAGNOLI, 2004, p. 1).

- (3) A expressão *“sólido conhecimento do que pensa e diz”* refere-se ao sentimento que se tem quando se está diante de alguém que torna uma simples conversa ou uma aula algo denso e instigante. O encontro ou o diálogo com essas pessoas fica marcado na memória, ensina e faz-nos refletir sobre muitos aspectos de nossas próprias vidas – fornecendo referenciais importantes, verdadeiras trocas culturais. É importante refletir sobre esse tema abordado na sociologia da educação por Pierre Bourdieu a partir da diferença entre *herança cultural* e *repertório*. Segundo Pierre Bourdieu, herança cultural é a bagagem trazida do convívio familiar, grupal ou social (tudo aquilo que nos precede e informa-nos), enquanto o repertório de cada um de nós, mestres e alunos, processa-se permanentemente a partir tanto de experiências advindas do sistema escolar formal quanto do exercício profissional e de nosso cotidiano. Nesse sentido, Miranda Magnoli responde tanto à sua origem latina e mediterrânea transladada ao Brasil e articulada a formação familiar, escolar e acadêmica recebida, quanto às experiências construídas em torno a seus interesses pessoais e profissionais. Todos esses elementos estão imbricados em um sistema de valores referentes à natureza e o papel dos espaços livres públicos para as sociedades, no passado e na atualidade.
- (4) O antropólogo José Marcio Barros nos incita a refletir sobre cultura não em seu sentido exclusivo, *“... como sinônimo de sofisticação e de educação, de inteligência e hábitos de consumo – uma visão que mais discrimina do que explica”*. Para ele, a cultura entendida sob uma perspectiva inclusiva pressupõe que *“não existe ser humano sem cultura. É a cultura que humaniza o homem e permite a vida coletiva. Cultura, portanto, refere-se à maneira de viver total de um grupo, sociedade ou pessoa [...] a cultura está dentro e fora dos indivíduos [...] todas as formas culturais se equivalem enquanto diferentes modos de sentir, de celebrar, de pensar e de atuar sobre o mundo”* (BARROS, 2003, p. 3). É de observar-se que os arquitetos se referem ao espaço enquanto uma entidade concreta e palpável, capaz de ser medido, manipulado e configurado. A maioria das pessoas percebe o espaço a partir de referentes simbólicos gerados a partir das formas de seu uso, apropriação e representação. Ou seja, a partir de suas práticas sociais. As representações se desenvolvem tanto no plano concreto como no imaginário. De modo simplificado e operativo, poderíamos compreender cultura como tudo que nos permite unir essas duas dimensões do espaço: o concreto e o simbólico. Ambas são interdependentes, integradas entre si. Nunca uma existe sem a outra, porque ambas são construções humanas. Como são os edifícios, a cidade e a paisagem.
- (5) A perspectiva deste artigo se mantém fiel à visão da arquiteta Magnoli, para quem o *“espaço pretérito é o espaço vazio [...] e, arquitetura é paisagem”*. Por isso cabe referir-se ao ensino de arquitetura em sua integridade, tal qual nos esclarece o arquiteto português João de Sousa Morais: *“... toda atitude de construir no meio físico natural. Incide, portanto, sobre um conjunto muito alargado de técnicas e ciências afectas a outros profissionais de participação imprescindível, mas o arquitecto é aquele que vê, pensa e concebe como um todo [...] a arte de composição e construção dos edifícios para a comunidade, os diferentes usos de vida [...] ressaltam as regras identificáveis na Composição Arquitectónica [...] as codificações dos valores disciplinares da Arquitectura, que inicialmente é, inerente ao próprio processo construtivo, vai ganhando esporadicamente corpus teórico, só se autonomizando quando o acto projectual precede a realidade, representando-a virtualmente [...] os valores referidos, embora privilegiem o*

- edifício e a cidade, vão também caracterizar permanências físicas, permitem-nos entender modelos, regras e modos de intervenção no espaço e no tempo. A identificação do sentido de um lugar ultrapassa, assim, largamente a identidade do edifício ou dos edifícios, sendo marcado pelo suporte físico alargado com todo o seu complexo sistema de valores” (MORAIS, 1995, p. 10-11, In: CHIESA; MENNA, 2005, p. 6).
- (6) Dialogando com as idéias do paisagista francês Michel Corajoud (século XIX), “... o jardim não é feito para compensar as lacunas da cidade, nem para, simplesmente por ele, introduzir a natureza na cidade. O jardim na cidade é um fragmento de sonho, e não um enclave necessário para trazer o ar para o cidadão”; Miranda Magnoli agrega: “... também já não nos basta a compreensão da importância do espaço físico no modo de se estabelecerem as relações sociais: já avançamos na observação, na análise, de espaços em que, ao invés do – fragmento de sonho – de Corajoud, a organização dos espaços leva aos habitantes um cotidiano condicionador da reprodução de comportamentos tais que se reafirma a estrutura da formação social urbana existente” (MAGNOLI, 1996, p. 14).
 - (7) A escola é, para Jean Claude Forquin, “um mundo social, que tem suas características próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e transgressão, seu regime próprio de produção e gestão de símbolos” – esta é a cultura da escola. Ela não deve ser confundida com a cultura escolar, “que se pode definir como o conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normatizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas” (In: CHIESA, 2001, p. 3).
 - (8) “Às mudanças com que, no país, de uma forma ou de outra, deveremos necessariamente nos deparar, cabe um lugar de destaque à pesquisa e aos núcleos de caráter científico; a elas caberá o avanço em um estágio mais complexo de produção do conhecimento; elas serão um fórum privilegiado para promover o debate e a difusão do trabalho coletivo, agregado em diversas Instituições e formações. Deveremos nos propor passos mais largos, de maior fôlego, em nossas pesquisas, em nossas reuniões, em nossa vontade de criar estímulos para atividades coletivas intermediárias de troca, de difusão, utilizando formas alternativas de comunicação.” (MAGNOLI, 1996, p. 17)
 - (9) Pelo menos até a elaboração deste artigo. Tem-se conhecimento que o arquiteto Emmanuel Antonio dos Santos possui artigo no prelo, cujo conteúdo aborda aspectos importantes de sua pesquisa de doutorado. E também Sun Alex prepara edição de sua tese no formato de um livro. Já a pesquisa de Paulo Chiesa resultou na estruturação de subárea no âmbito da linha de pesquisas Cultura, Saberes e Escola do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR (PPGE/UFPR). Até o presente foram defendidas três dissertações de mestrado. Outras duas dissertações de mestrado e uma tese de doutoramento estão em curso – todas elas investigando o ensino superior de arquitetura e de artes (dança e música) a partir da realidade acadêmica paranaense e catarinense.
 - (10) “...Um portulano é um livro de viagem: um relato de um percurso pela descrição detalhada e precisa de todos os elementos que possam interessar para alguém que pretenda uma viagem igual ou semelhante. É provável que os navegantes cristãos tivessem conhecimento da cartografia árabe, mas a eventual posse desses mapas, assim como os valiosos portulanos, eram segredos guardados a sete chaves pelos pilotos. James Clavell, faz uma vívida descrição deste segredo no seu romance *Xogum*”. (CORDIVIOLA, 2005, p. 25)
 - (11) *Quid Tum?* É título de livro de Carlos Antônio Leite Brandão, pesquisa de extrema importância que resgata a figura de Leon Batista Alberti desde uma perspectiva filosófica, humana e cultural, enraizado nos problemas e conflitos de seu espaço-tempo. BRANDÃO, C. A. L. *Quid Tum? O combate da arte na obra de Leon Batista Alberti*. O termo significa, segundo o Vocabulário do Latim, de Ab Campanini i Carboni: “*Quid novi? Che novità? Quid consilii? Che consiglio, disegno piano, partito, intenzione [...] Che allora = che questo, cos’è questo?*”

Bibliografia

- ALEX, Sun. *Convívio e exclusão no espaço público: Questões de projeto de praças*. 2004. 271 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BARROS, José Marcio. *Cultura, cidadania e desenvolvimento*. In: *Curso Cultura, Cidadania e Desenvolvimento*. Minis-trado no 12º Festival de Inverno da UFPR. Antonina: 2003. 14 p. (xerox)
- CHIESA, Paulo. *O desenho como desígnio: Por uma ética do risco*. 2001. 186 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CHIESA, Paulo; MENNA, Cláudio. *Sistemas de espaços livres em Curitiba: Tradição, posturas e práticas locais*. Curitiba: Programa Municipal Universidade da Cidade – IPPUC/UFPR, 2005. 34 p. (artigo inédito).
- CORDIVIOLA, Alberto. *Bahia – Tempo, cidade, arquitetura*. 2005. 343 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: As bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GALENDER, Fany Cutcher. Produção em pesquisa do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) FAUUSP (1973 – julho 2003). *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n.17, p. 123-211, 2003.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução: Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1994.

MAGNOLI, Miranda Martineli. Experiência de Ensino de Paisagismo para Arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e Pesquisa – Textos apresentados no IX CLEFA – Conferência Latino Americana de Escuelas y Facultades de Arquitectura, México*, 1981. São Paulo: FAUUSP, 1981. p. 56- 76.

MAGNOLI, Miranda Martineli. *Memorial*. (Concurso para professor titular do Departamento de Projeto). 1987. 92 p. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1987.

_____. *Espaços livres e urbanização*. Apostila da Disciplina Aspectos da Paisagem Metropolitana – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1983. 76 p.

_____. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. In: II ENCONTRO DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 1994, São Paulo, *Anais...* São Paulo: Unimarco Editora: 1996. p. 13-18.

_____. Palestra de abertura de Miranda Martinelli Magnoli. In: III ENCONTRO DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 1996, São Carlos/SP. *Anais*, São Carlos, 07 p. (xerox)

_____. Pesquisas em paisagem e ambiente. São Paulo, 2004. 15 p. (xerox – texto inédito).

MORAIS, João Sousa. *Metodologia de projecto em arquitectura: Organização espacial na Costa Vicentina*. Lisboa: Editoria Estampa, 1995.

SANTOS, Emmanuel Antonio dos. *As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem*. 2002. 206 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FAZER
ENSINAR
SABER ENSINAR FAZER

DOING
TEACHING
KNOWING TEACHING DOING

Vladimir Bartalini

*Professor doutor da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: bartalini@usp.br*

DEPOIMENTOS

RESUMO

Além do pioneirismo na implementação e consolidação do ensino e pesquisa em Paisagismo no âmbito universitário, Miranda Martinelli Magnoli também se destaca por sua atuação profissional.

Pode-se reconhecer a professora nos trabalhos profissionais, ao mesmo tempo em que se percebem os reflexos das questões atinentes ao trabalho profissional na atuação da professora.

O texto explora a indissociabilidade desses aspectos em sua carreira.

Palavras-chave: Profissão e ensino, projeto de paisagismo, ensino de paisagismo.

ABSTRACT

Miranda Martinelli Magnoli is not only a pioneer in the implementation and development of Landscape Architecture in the academic realm; she is an outstanding professional in Landscape Design, too.

We can recognize the professor in her professional works, as well as the consideration of professional issues in her performance as a professor.

The text explores the indissoluble links between these two aspects of her career.

Key words: *Profession and teaching, landscape design, the teaching of landscape architecture.*

FAZER
ENSINAR
SABER ENSINAR FAZER

DOING
TEACHING
KNOWING TEACHING DOING

Distinguir, ou aproximar, os significados de professor e profissional é tarefa para etimólogos. O leigo se perderia na profusão de acidentes que povoam a evolução das línguas e hesitaria em associar o *professum* que está na origem de *professor*, *professoris*, o que faz profissão ou declaração pública de uma crença ou idéia, com o *professum* de onde proveio *profissio*, *profissionis*, a arte, o ofício, o modo de viver. Em se tratando da professora ou da profissional Miranda Martinelli Magnoli, esta dúvida não se coloca. É desnecessário e até inadequado insistir na discriminação, porque nela essas vertentes não se opõem. As águas são indivisas, nascem da mesma fonte e fluem juntas.

Não se trata do caso, comum nas chamadas profissões liberais, em que a experiência ganha no “mercado de trabalho”, na prática do ofício, trazida sem mediações para a academia. Arriscaria mesmo dizer que se dá o contrário, se isto não implicasse valorizar uma coisa em detrimento da outra. A profissional Miranda precedeu, cronologicamente, a professora, mas a simbiose entre as duas não permite uma separação simplista, ainda que sua atuação no ensino e na pesquisa seja, no geral, mais amplamente reconhecida.

As figuras se embaralham e a ordem se inverte também na memória pessoal. Primeiro veio a professora, uma professora não de Paisagismo, mas da FAUUSP, do Departamento de Projeto, em um momento em que este passava por crise grave. No curso da faculdade, toda lembrança se limitou simplesmente a isso, pois não se criaram as condições propícias para o trato direto entre o estudante e a docente.

Recém-ingresso, já como arquiteto, no então Departamento de Parques e Jardins, deu-se o contato, ainda que remoto, por meio de textos e desenhos, com a profissional a qual participara do primeiro plano específico de áreas verdes para São Paulo e da elaboração de mais de uma dezena de projetos executivos de praças e parques públicos¹.

Passados já cinco anos de sua formulação, o plano e os projetos ainda eram parâmetros para todos os que estavam no Departamento de Parques. E, apesar do pouco tempo transcorrido, plasmara-se também naquele ambiente de trabalho, além da referência profissional, uma personagem, quase um mito para os que a conheceram mais de perto: intransigente nos princípios, alheia aos elogios ligeiros, avessa à autopromoção. Ressenti-me, então, da impossibilidade do encontro, na Escola, com a professora a qual, embora tão próxima, não tive a oportunidade de ter.

O momento favorável para recuperar o que já dava por perdido aconteceu no mestrado, quando a procurei como orientadora. Não é o caso, agora, de relatar a experiência, mas apenas de ressaltar uma passagem, ainda na primeira entrevista, que ilustra a inseparabilidade entre a professora e a profissional, ou a rápida conversão de uma em outra.

Querendo escapar, um pouco que fosse, das limitações próprias ao exercício do projeto de paisagismo em uma empresa de urbanização, imaginei um tema de pesquisa que julgava, então, à altura dos interesses acadêmicos e digno da atenção da professora. Na verdade era vago, abstrato, pretensioso. E seu trabalho na empresa? Fale dele. De meu trabalho? Será que vale a pena? É uma atividade menor, secundária. Paisagismo em espaço público é coisa complementar, só entra quando tudo já está definido, as construções, o sistema viário... Pois justamente por isso seria um bom tema. Como assim? Um muro das lamentações? Uma dissertação sem valor prático ou teórico? Nada disso, você deve pensar nos novos projetos; exponha as falhas do processo e ajude a criar melhores condições!

As contingências profissionais se tornaram, surpreendentemente, razão suficiente, se não condição necessária, para desencadear o trabalho acadêmico.

Pouco tempo depois, em meados dos anos 1980, pude acompanhá-la no projeto de transformação de uma pedreira desativada em um parque público². Emergia, então, a professora, com preocupações e propostas incomuns no cotidiano dos escritórios, como a de estudar a viabilidade da reprodução, em viveiros, das plantas ruderais presentes no terreno, para usá-las como forração. Era a pesquisa andando ao lado do projeto, com o que se atenderia, ao mesmo tempo, a conveniências ecológicas e à economia nos serviços de manutenção do parque.

Conquanto integralmente empenhada na vida acadêmica, a professora Miranda sempre soube enxergar o valor e as possibilidades do fazer profissional, o que talvez explique sua postura bastante crítica em relação a este fazer, seu inconformismo, o inesperado questionamento das unanimidades. Não se contenta com efeitos fáceis, com meias respostas. Os desafios profissionais não a desanimam, ao contrário, impulsionam-na, e, se eles não existem, ela os inventa, recorrendo à professora. Nem as novas tecnologias de projeto a intimidam, mesmo formada na tradição do desenho à mão, pois as utiliza ela própria e cerca-se de quem está atualizado.

Quando decidiu encerrar suas atividades no curso de graduação da FAUUSP, sem abdicar da presença marcante na pós-graduação, teve mais possibilidade de dedicar-se ao exercício profissional. Certamente haveria muito a dizer quanto aos trabalhos dos quais participou desde então. Atenho-me a dois recentes, que as circunstâncias permitiram conhecer mais de perto, fazendo chegar a mim testemunhos isentos sobre a contribuição da profissional e professora. Refiro-me ao projeto Água Espreada³, de 2000, e ao Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Lapa⁴, de 2003.

O Plano da Lapa, como os das demais subprefeituras, foi publicado de forma condensada, na Série Documentos, pela Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura do Município de São Paulo. Mesmo na versão resumida desse trabalho profissional insinua-se a presença da professora da disciplina de Paisagismo, nos moldes em que era oferecida nos anos 1980. Logo após reconhecerem e analisarem as características do espaço em torno de seus locais de moradia, os estudantes eram instados a tomar contato com a paisagem de São Paulo, detectando e representando as feições típicas dos diferentes quadrantes da cidade. Produzia-se coletivamente um mosaico em que transpareciam os padrões e as especificidades da paisagem urbana, um material precioso em informações as quais, ao mesmo tempo, propiciava o estudo analítico e convidava irresistivelmente à formulação da síntese, típica do olhar paisagístico. Uma síntese rica, inclusiva, em que compareciam os variáveis usos do solo, as disparidades sociais, as transformações em curso, as distintas configurações do ambiente construído em suas relações com o suporte físico. Uma carta hipsométrica do município, na escala 1:10.000, era a base sobre

a qual se faziam as ilações que o material coletado suscitava, enfatizando a indissociabilidade entre o fato urbano e a fisiografia. Assim se ensinava como deveria ser o estudo da paisagem e do ambiente. Assim foi feito no Plano da Lapa.

Consultando o material que a equipe técnica preparou para subsidiar o plano, bem como o relatório correspondente ao Quadro Situacional e o Relatório Propositivo, as marcas ficam ainda mais evidentes⁵. Revelam-se nas associações entre os fatores geológicos, morfológicos e os problemas sociais de ocupação dos morros, nos comentários críticos ao tratamento setorizado da questão das águas, que leva os administradores a apelarem para a “canalização em geral” dos córregos para fugirem ao “desgaste político”, na preocupação em diferenciar “superfície permeável” de “capacidade de infiltração” das águas. Notam-se nas advertências contra os lugares-comuns, como o que associa qualidade do espaço à mera existência de vegetação: *“Este vínculo, mal divulgado, leva a que o simples fato de se colocar vegetação seja visto como forma de requalificação. A qualificação ou requalificação dos espaços de uso público, com ou sem ‘verde’, só existirá se bem projetada: adequada na proposta de implantação e na gestão.”*⁶

Sente-se ainda a professora na ênfase dada às calçadas, por serem o espaço “mais cotidiano” e aos espaços livres públicos em geral, considerando-os sempre com o crivo dos “interesses de convívio da população”⁷.

Percebe-se sua mão no levantamento minucioso da situação existente, não se deixando iludir pelas aparências: *“Este elenco (de áreas verdes) pode passar a impressão de uma região aquinhoadada de praças. Não é válida, na medida em que os espaços são em geral sobras do sistema viário estrutural (...), não passam de grandes rotatórias úteis para arborização mas sem condições de acessibilidade e uso para convívio e lazer”*⁸; na atenção dada às especificidades dos lugares; na recusa às generalizações simplificadoras: as propostas são aderentes às realidades paisagísticas presentes nas planícies, nos morros e vales, nos espigões do território da subprefeitura.

Para não alongar em demasia a lista, só mais duas particularidades do Plano da Lapa, que certamente têm a ver com a professora: a demarcação cuidadosa dos perímetros em que se deve dar a “garantia de fruição de paisagem” e, de modo mais característico ainda, a utilização da carta hipsométrica como ferramenta para análise e proposições.

O Projeto Água Espraiada se refere à operação urbana decorrente da abertura da avenida ao longo daquele córrego. Os técnicos da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb já vinham, há algum tempo, dedicando-se ao assunto e estudavam meios de exercer um necessário controle sobre os empreendimentos que viessem a ocorrer na região, visando garantir coerência, qualidade urbanística, preservação ou criação de valores paisagísticos e ambientais, enfim, estabelecer uma idéia ou finalidade de conjunto para intervenções as quais se dariam de modo isolado.

Havia dificuldade em traduzir com clareza, pelas posturas urbanísticas, essas intenções. A participação de Miranda Martinelli Magnoli na equipe, contratada pela Emurb para desenvolver o projeto da Operação Urbana Água Espraiada, foi decisiva para dar nitidez ao que estava nebuloso⁹. Mas sua entrada não foi a de um *deus ex-machina*. Primeiro ouviu bastante todos os que estavam envolvidos com o projeto na empresa e tudo o que já lhes viera ao pensamento. Não trouxe resposta pronta, formulou-a com base no levantamento da situação encontrada entre os técnicos da empresa, e no conhecimento adquirido, não no estudo indireto da área da operação urbana, mas no palmilhar minucioso do terreno.

Tinha, no entanto, princípios firmes que lhe davam o norte, os mesmos que ensinava aos alunos, ao lançar mão do método de enxergar o vazio, de projetar a partir do espaço livre; ao focar o conjunto, a paisagem, sem esquecer que ela deve, em escalas apropriadas, acolher o individual e o coletivo; ao priorizar o público.

Tudo isso é registrado nas pranchas do projeto, ganha forma e a possibilidade de materializar-se no espaço. A seqüência de espaços públicos, ou de acesso público, proposta ao longo do córrego exemplifica sua capacidade de fazer as particularidades, as injunções normalmente vistas como entraves, trabalharem em prol de uma idéia mais geral, de conjunto. Os fragmentos de propriedades privadas remanescentes junto da avenida foram alinhavados em uma faixa *non aedificandi* contínua, com um claro sentido ambiental e frutivo, e acessível ao público, embora constituída, em parte, por terrenos privados.

Os aspectos paisagísticos em sentido estrito, que um pragmatismo tacanho e insensível à dimensão pública da paisagem despreza como supérfluo, estão também contemplados no projeto, por meio de posturas gerais. Elas prevêm o espaço necessário à arborização, controlam gabaritos de altura e criam, ou preservam, aberturas visuais. Justamente por seu caráter geral, essas posturas admitem e pressupõem a diversidade das soluções arquitetônicas, e não obrigam a execução do plano em um único lance, antes respondem à condição mais realista de sua implantação no decorrer do tempo.

Mudanças de orientação ocorridas na empresa levaram ao arquivamento do projeto elaborado em 2000 e à contratação de um novo, com outros profissionais, em vigor atualmente. Mas as contribuições contidas nas propostas do anterior não foram esquecidas pelos técnicos, e informam novos projetos, como a adoção da “contrapartida urbanística”, em vez da “contrapartida financeira”, por parte dos empreendedores que vierem a aderir a uma operação urbana. O ensinamento, não de mão única, mas resultante do fazer conjunto, foi absorvido, propagado e poderá materializar-se em diferentes formas na paisagem. É a realização do professor e do profissional.

Durante anos, na sala do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente da FAUUSP, estiveram guardadas pastas com projetos elaborados por Miranda Martinelli Magnoli que nós, então ocupados com dissertações e teses, nem abríamos para consultar. Ela, discreta em relação ao seu trabalho profissional, não induzia abertamente a que o fizéssemos, deixava-os lá, à espera, no aguardo paciente de nosso amadurecimento, que só um professor sabe suportar.

Notas

- (1) O Plano de Áreas Verdes de Recreação, de 1967, foi elaborado em conjunto com a arquiteta Rosa Grena Kliass e teve a colaboração da arquiteta Maddalena Re.
- (2) Projeto de paisagismo do Parque Pedreira São João, em Itapevi-SP, para Rino Levi Arquitetos Associados, 1985. O projeto, que contou também com a participação de Maria Angela Faggin Pereira Leite, não foi executado.
- (3) Para a elaboração do projeto da Operação Urbana Água Espraiada, a Empresa Municipal de Urbanização – Emurb contratou, em um primeiro momento, Botti e Rubin Arquitetos, em consórcio com o escritório Ambiente & Paisagem, este sob a responsabilidade de Miranda Martinelli Magnoli. Da equipe coordenada por ela faziam parte os arquitetos Ana Maria Antunes Coelho, Fábio Mariz Gonçalves e Luis Mauro Freire.
- (4) O Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Lapa teve como autores, além da arquiteta Miranda Martinelli Magnoli, o arquiteto Lúcio Gomes Machado (coordenador) e a arquiteta Nilza Maria Toledo Antenor. Contou ainda com a colaboração dos arquitetos Fernando Falcon, Luís Ramos, Patrícia Zandonardi, Renata Salvias e Giovanna Della Guardia, e do estagiário Roberto Eidji da Silva Bezerra.
- (5) O acesso a esse material foi possível graças à colaboração da arquiteta Nilza Maria Toledo Antunes, atual diretora de Planos Urbanos da Secretaria Municipal de Planejamento da PMSP, e da arquiteta Caroline de Figueiredo Bertoldi Silveira.
- (6) Quadro Situacional – Diagnóstico de Situação da Subprefeitura Lapa, p. 77.
- (7) Idem, p. 78.
- (8) Idem, p. 78.
- (9) Devo à feliz proximidade com o arquiteto Vlado Bartolini, gerente de Operações Urbanas da Emurb, a possibilidade de conhecer a trajetória desse projeto e recolher seu depoimento pessoal a respeito da contribuição de Miranda Martinelli Magnoli.

EM BUSCA DE “OUTROS” ESPAÇOS
LIVRES DE EDIFICAÇÃO

LOOKIN FOR “OTHERS” OPEN SPACES

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: mmemm@uol.com.br*

FUNDAMENTOS

RESUMO

Reflete-se sobre os espaços livres de edificação em face de sua distribuição e configuração no urbano, em sua condição de elemento integrador de convívio. Selecionam-se a cooperação, o auxílio mútuo e a mobilidade, como aspectos básicos da vida do homem desde os primeiros agrupamentos pré-históricos; valoriza-se a relação que se estabelece com o entorno, na dinâmica das transformações do ambiente e do próprio homem nessa evolução cultural. Privilegiam-se as condições de sociabilidade nas interações dos espaços e dos tempos; o avanço das liberdades e direitos em conexão com as territorialidades; diversidades em relações de interdependência e complementaridade são adotadas como atributos próprios dos espaços culturais, sociais e ecológicos. Selecionaram-se algumas situações, absolutamente não-assumidas como modelos, à reflexão-referência para espaços livres nas cidades, nas redes de cidades, nas regiões urbanizadas. Estudos a respeito do povo brasileiro, cadinho da mescla de três raças e de múltiplas formações socioculturais, são indispensáveis para entendimento da paisagem brasileira e reinterpretações do legado europeu.

Palavras-chave: Sociabilidade, diversidade, singularidade, interação, complementaridade, focalidades.

ABSTRACT

The paper is a meditation about open spaces in relation to the figure and the arrangement in the urban space; the focus is on their wholeness condition for the conviviality. As basic aspects of the human life, since the first groups of early history, we selected the co-operation, the mutual help and the mobility. The relation with the environment is put in relevance bearing in mind the human and environmental changes in the context of culture as a dynamic phenomenon. In the interaction of time and space are privileged the sociability conditions; also, liberties and rights, connected with the territories. The interdependency and complementary relations in wide varieties of habitats are emphasized as quality expressions of cultural, social and ecological spaces. The fact that we selected some examples for reference and reflection on open spaces in towns, in network cities, and in urbanized regions can't be seen as proposal for patterns. To understand the Brazilian landscape and to suggest another approach to new readings of the European inheritance, studies on the Brazilian people as melting pot of the different ethnic groups and their various and diversified socio-cultural development are essential. KEY-WORDS: sociability, diversity, peculiarity, interaction, complementary relation, focus.

Key words: Sociability, diversity, singularity, interation, open space, focus.

EM BUSCA DE “OUTROS” ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO¹

LOOKING FOR “OTHERS” OPEN SPACES

Algumas palavras iniciais retomam o tema. Apesar de um programa inovador, há 30 anos, para a disciplina, era muito modesto o alcance que pretendíamos em relação aos espaços livres de edificação: inseriam-se em conceito de paisagem, enquanto dimensão operativa. A paisagem, como manifestação do ambiente, totalidade de natureza e cultura, ainda não se apresentava, em geral e para nós também, com clareza. Para dar início às atividades era importante que o “espaço livre de edificação” fosse visto, considerado, antes de mais nada; percebido em sua existência; deixasse de ser “vazio”, e a expressão era, e ainda é, muito significativa da recusa em vê-lo. A consistência que lhe atribuíamos era de espaço de apropriação pública, democrática; o mais democrático dos espaços urbanos, atuando como elemento integrador – com implicações nada desprezíveis – em relação à urbanização; esta, incorporada, vinculada aos aspectos das bases naturais da paisagem.

Nossos estudos e exemplos limitavam-se a São Paulo, assim como se limitava a São Paulo e à FAU da USP o alcance de nosso ensino².

O tema “espaços livres de edificação” foi abordado, no final da década de 1970, como *“todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende, diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; também diz respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos. Por esse entendimento de espaço livre (todo solo e toda água que não estão cobertos por edifícios) o vínculo do espaço é fundamentalmente de localização em relação aos edifícios, isto é, para com as pessoas que os ocupam, em circulação ou em permanência. O enfoque de espaço livre enquanto objeto de desenho, só é relevante desde que analisado em face das atividades e necessidades do homem urbano”*³.

O aspecto prioritário, para nós – na época, era relacional: entre o espaço edificado e o espaço não-edificado. Nesta relação se privilegiava a interdependência, a complementaridade: integravam-se – edificações e espaços livres – por estes atributos. A característica de continuidade dos espaços livres, a condição “ligante”⁴ dos espaços livres de edificações associada aos atributos indicava implicações na urbanização, conferindo-lhe peculiaridades – distintas e por vezes múltiplas – nas diferentes escalas. Na continuidade relacionavam-se ao sítio – enquanto bases naturais da paisagem e acervo das intervenções antrópicas acumuladas. A análise das condições de apropriação dos espaços livres no todo e nas partes do intra-urbano, permitiria uma leitura inicial do caráter democrático da organização social urbana. Distribuição e CONFIGURAÇÃO da distribuição desses espaços livres, diante das oportunidades de acessibilidade e características de potencial para apropriação, em diferentes níveis escalares, questionava o modelo de urbanização. São Paulo, enquanto estudo de caso, procurando superar o intra-urbano, recebia abordagem metropolitana, apoiando-se em experiências de projetos e planos; era, então, importante a participação no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado⁵.

O retorno ao tema, de nossa parte, é muito limitado; alguns aspectos foram confirmados e avançados no “caminhar”: porém, muitas são as ressalvas desse processo; cobram estudos, pesquisas. Como, neste milênio, levando em conta lacunas, fragmentação e setorização do pensamento e das mentes, analisar essas paisagens? ⁶.

Trazem-se considerações, abertas à associação e interpretação de cada um, a partir de alguns aspectos: **uma seleção**; problemas da atualidade instigam “**pontes**”, de múltiplas leituras; **em busca... no legado europeu** é a procura de consistência para o que havíamos enfatizado como “ligante”, como aglutinador; contextos e tramas é meio na “liga”; **em busca ... da gênese do mundo moderno**, é uma procura entre as grandes navegações e a Europa do Renascimento que funda o mundo moderno; **em busca... de caminhos plurais** é um intervalo; desdobramentos a serem explorados; **região urbanizada** reúne dúvidas em algumas relações mais complexas nas quais as “metrópoles” se inserem na atualidade no território; podem se entrever trilhas? ... para repensar o que citávamos, há 30 anos, como “*espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos*”.

Uma seleção – cooperação, convivência, diferenças; mobilidade, entorno; os grupos se relacionam com seu meio.

É bibliografia comum, entre os arquitetos, o texto de Benévolo⁷ para o desenho da cidade; elege a cidade como fio condutor de uma narração histórica; em rápida síntese indica a modificação superficial do ambiente natural para criar algum ambiente construído – refúgios em grutas, proteções de peles sobre estruturas muito precárias e elementares de troncos de madeira, assentamentos primitivos, povoados neolíticos mais elaborados, já com o uso de algumas técnicas, transformações maiores do entorno, das atividades, mediante trabalho com certo grau de organização; conduz-nos até o que ficou conhecido como “revolução urbana”.

No fenômeno da cidade é histórica a formação das “civilizações fluviais” do Velho Mundo: floresceram ao longo do rio Amarelo (civilização chinesa), do Indo (civilização pré-indiana), do Eufrates e Tigre (Suméria, Babilônia, Assíria), do Nilo (civilização egípcia). Cidades se estabeleceram em planícies férteis aluviais, facilmente irrigadas e muito produtivas, em seu entorno próximo. As civilizações “filhas do mar” da Fenícia, Grécia e Roma, floresceram em torno do Mediterrâneo; tiveram de ampliar muito os espaços de produção para obter alimentos e excedentes; a cidade emerge como centro de um empenho humano de contínuos e múltiplos esforços de aprendizados para providenciar as fontes de energia de que depende: alimentos, vestimentas, abrigos; desde a origem das cidades, a apropriação e distribuição dos produtos advindos das artes do fazer e do saber – material, artístico, intelectual, existencial, envolvendo sentimentos e prazeres do mundo – consideram-se definidas por organizações sociais que estabeleceram poderes sobre a vida e a morte de larga parte dos povos.

Cooperação, Auxílio Mútuo; Convivência, Sociabilidade; Tolerância, Conflito – Diferenças

Elaborando sobre os propósitos e fins do desenvolvimento humano, Mumford⁸ nos alerta: “*escuteu-se o fato de que um dos principais sustentáculos da vida dentro da espécie não é tanto a luta quanto a cooperação*”. Aponta-nos “*o papel da cooperação e do auxílio mútuo, a que Pedro Kropotkin iria dar o máximo realce*”; mostra que os darwinistas tinham desprezado o auxílio mútuo como fator de evolução, com realce excessivo para a luta pela existência. O mundo industrial se regozijava com o apoio de uma teoria científica que se somaria à idéia de Malthus: atos de egoísmo se justificariam por uma lei fundamental da natureza: o segredo da sobrevivência era dos mais fortes, dos superiores. Não se pode negar a existência da luta e da agressão selvagem no mundo da natureza; porém, foi exagerada, enfatizada, a importância desses fatores, aceitos como explicação satisfatória do curso da vida. Feuerbach não poderia ser aceito; seriam intensas

as investidas contra sua filosofia pela reconciliação⁹; as chances de amalgamar um grupo de homens de diferentes idéias, posições e formações estavam fora de cogitação.

Da gruta aos primeiros povoados, a caça encoraja as relações entre os indivíduos; não só no momento da captura e da morte dos animais, mas também quando do consumo; a caça dos grandes mamíferos herbívoros é fator importante na evolução da espécie *Homo*, de sua tecnologia, de seu caráter social. A faculdade de cooperação foi importante para a sobrevivência: da coleta às lides com as plantas e os animais, os aprendizados para alimentação, habitação, técnicas, são variados e múltiplos; diversificam-se papéis nos primeiros acampamentos; enquanto os machos caçavam e as fêmeas colhiam grãos e raízes, as velhas e as grávidas tratavam dos descendentes: evolui e progride a organização “social”. Transmissão, memória, oralidade, capacidades para passar de uma geração para outra as técnicas, seus modos e características fazem da espécie humana a condição de única e original. O fogo, como elemento lúdico, encantamento e magia, é divertimento que estimula o desenvolvimento social: a reunião à volta encoraja a articulação da linguagem; alargam-se os acampamentos, principalmente em consequência da domesticação do fogo. Transformam-se as maneiras de viver e as relações entre os indivíduos, com a passagem da caça à guarda dos rebanhos: um povo que vive da caça, concede a máxima importância à existência de homens jovens e vigorosos; mas um povo cuja alimentação assenta em atividades como a guarda dos rebanhos e à criação de gado atribui também um papel na produção às crianças, aos velhos e a outros indivíduos com menos preparo físico. Diferentes seres, na cultura da terra; cria-se maior estabilidade com as instalações comunais: agrupam-se em um lugar, no espaço de pequenas aldeias.

O homem desafia dificuldades, temores, expectativas; relaciona-se com os outros, com seu meio; especula necessidades, regozija-se com prazeres. São os homens, em conjunto, em grupos, em “sociedade” que desenvolvem aptidões, capacidades, experiências; alargam conhecimentos, pensamentos, sentimentos; estão a construir sistemas culturais.

Mobilidades, Deslocamentos; Pausas, Paradas

O homem, pelos diferentes recursos e abrigos que obtém da natureza, vulnerável às mudanças sazonais, é um nômade com alguma parada; obrigado a deslocar-se, em busca de água e alimento, é próprio da condição do coletor e caçador a acessibilidade, à procura de espaços os quais lhe dariam subsistência em parte do ano; ele depende de sua mobilidade para encontrar outro meio favorável; ao reconhecer as diferentes disponibilidades de recursos em espaços da natureza, precisa fazer uso sábio do tempo; em cada espaço, ele participa temporariamente; provavelmente aprendendo a relação entre a produção e as estações. As pausas, mais frequentes e mais difusas, revelam-se pelos primeiros acampamentos, muito rústicos, à borda de rios e lagos – que a história localizou: esses ambientes propiciam o suprimento de água, alimentos e diferentes materiais. É levado a entender melhor o espaço em que se move, a reconhecê-lo, a avaliá-lo e no processo, cria relações com o território; outras técnicas, novas percepções do espaço, do tempo; novas experiências, idéias, imagens, pensamentos e emoções.

A vida adquire diversos ritmos espaciais com a mobilidade, os deslocamentos e as pausas desse homem, nômade-sedentário; em pausas mais longas, ao tornar-se mais sedentário, ele “inventa” sua maior transformação em relação ao meio: adquire o conhecimento e a faculdade de organização do processo biótico; cria a artificialização da paisagem; altera o contexto de sua relação ecológica. Um determinado lugar se “liga” mais com a comunidade; conhece mais os lugares; escolhe, faz opções; pertencer a um lugar começa a ter significado para a comunidade; estabelece um núcleo em que habita, armazena, processa seus bens; o espaço do entorno é apropriado por usos que trocam a natureza existente pela natureza a qual ele metamorfoseia de acordo com novas técnicas; distâncias e mobilidades relacionam-se com o núcleo e com o crescer de seu grupo.

Desde os casos clássicos das civilizações fluviais no “Velho Mundo” e Roma, como o essencial do Ocidente atual, agrupado com o oceano Atlântico¹⁰, é o primado da circulação que se revela; com este, as trocas, os choques de vizinhanças, as negociações, as diferenças dos lugares, as recriações dos lugares, as mudanças de ambiente; o grupo humano se recria e recreia-se nas mudanças de tempos e espaços. O movimento, diálogo constante da fusão espaço-tempo¹¹, ilumina vitalidades: tudo é pleno, não há o vazio; o espaço vazio é pleno de vida: neste, o coletivo, em suas muitas diferenças, coopera, convive, conflita, tolera-se. Além, o vazio não é imaterial e desprovido de significação. Preenhe de significado e valor, neste vazio¹² o coletivo humano é posto perante a relação interpessoal na diferença de cada um e de cada um dos grupos, na diferença da variedade de espaços. Experiência histórica múltipla, de rica pluralidade de manifestações: algumas similares, outras contrastantes, ainda algumas outras convergentes e inúmeras, contraditórias.

Pela mobilidade, o homem enriquece a vida, nos contatos com os lugares e com as comunidades; pela pausa, uma peculiar maior sedentariedade em algum período, identifica-se, ele e a comunidade em um espaço, transformado – ora mais, ora menos; a relação consciente dos seres humanos com o meio que os abriga é irrefutável, não pode ser evitada, impedida: é “fatal”; com toda diversidade de culturas da multiplicidade de cada um dos grupos sociais. O ritmo espacial da vida ilumina interior e exterior; do ser, do ente, do espaço; da sensação de si no mundo; percepção, sentidos, idéias, imagens, pensamentos, emoções, prazer, significados, valores formam o contexto ambiental, em uma peculiar visão de realidade, no modo como cada sociedade constrói o Stonehenge que imagina, articula seu mundo simbólico: o espaço da existência.

O sentido de lugar (“topos”), ligação com o meio, sentimento, emoção, afetividade, percepção, atitudes e valores do meio ambiente, cunhados por Tuan como “topofilia”¹³, pouco fez parte da formação dos arquitetos, até as últimas décadas do século XX¹⁴. Claro está que este tema se insere em pensamento que relaciona-se as humanidades, ciências sociais, ciências naturais, espaço e morfologia, os processos, métodos e procedimentos de construção e gestão (produção, desempenho, expectativas) do “fazer arquitetônico” em seus diferentes níveis escalares e nas diversidades culturais nas quais estão envolvidos. Formulação teórica a desenvolver em que os aspectos da relação entre o homem, os grupos humanos, as sociedades com o espaço são um dos fulcros da questão; o outro fulcro diz respeito à natureza, na medida em que tem seu próprio sentido, caráter e significado.

Do conhecimento das cidades, do fenômeno urbano, sintetizei a seleção de três aspectos (cooperação, mobilidade e entorno) que nos pareceram urdidos, tecidos entre si – embarçados como uma rede – à busca de um maior sentido de associação comprometida. Nessa busca não há um objetivo de meio e fim, não há intenção finalista; limitamo-nos a iluminar alguns atributos de uma realidade de leitura concebida como movimento incessante, em uma certa perspectiva – que se pensa em termos históricos – e apreende os fenômenos como processos, em permanência e continuidade, mas também em modificação e variação.

Nessa ótica da busca, a relação entre a sociedade, a natureza e seu espaço pode compor uma teia de outros fundamentos a sugerir outras abordagens do processo universal de apropriação do espaço natural e de construção do espaço social pelas diferentes sociedades e suas culturas, em seus espaços próprios, ao longo da história. A relação entre o real e o simbólico (objetivo-subjetivo) tem se apresentado como verdadeiro desafio do conhecimento, já que a natureza se torna objeto de revalorização e ressignificação; é principalmente por via da natureza, pelas leituras da questão socioambiental hoje questionadas, inquirem-se, formas de apreensão do mundo da vida; são outras, são diferentes formas as quais estavam obscurecidas.

Selecionamos a sociabilidade (cooperação, conflitos; multiplicidade das diferenças) construída pelo grupo humano, inserida nas ações e decisões das sociedades, em que mobilidades e terri-

torialidades (inscrição das sociedades na natureza) se conjugaram na apropriação dos recursos da natureza, por meio de faturas diversas, no tempo e no espaço; a idéia de fatura, inerente à ação do homem, não dissocia forma e conteúdo: “as formas são emissoras de significados”¹⁵.

“Pontes”

A “ponte” – *“Leve e poderosa, a ponte lança-se sobre o rio. Ela não liga apenas duas margens já existentes. É a passagem da ponte que faz ressaltar as margens como margens. É a ponte que as opõe espacialmente uma à outra. É pela ponte que a segunda margem se destaca face à primeira. As margens não seguem o rio como orlas indiferentes de terra firme... A ponte une o rio, as margens e as regiões numa vizinhança mútua. A ponte reúne, à volta do rio, a terra como região.”*¹⁶

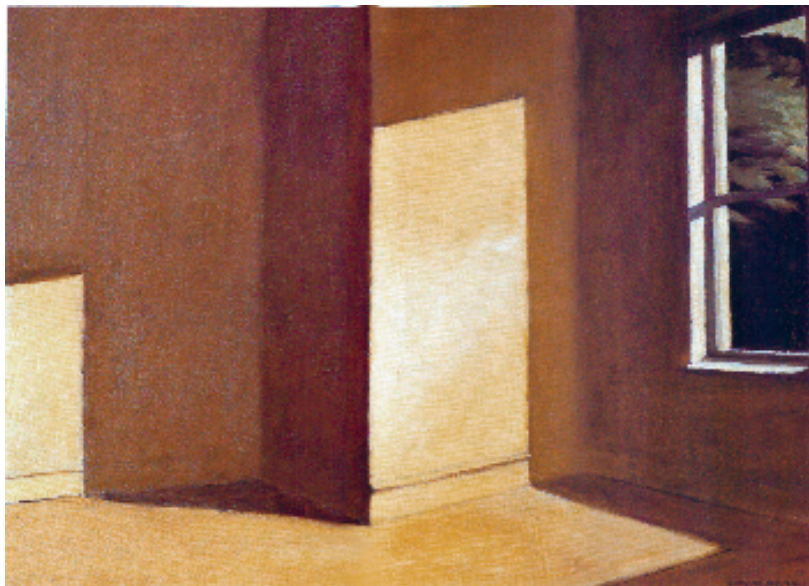
A ponte se introduz modificando a paisagem; congrega, unifica, transforma o conjunto de relações; traz novos sentidos; altera, flexibiliza limites e limiares. O pensamento da racionalidade científica e econômica, modelo para o mundo construído, vem sendo discutido; as supremacias dessa racionalidade soçobram, desmoronam, ante a evidência da pobreza, desigualdade social e degradação ambiental. O dilema da transição procura a ponte a lançar; são múltiplos os projetos dessa ponte; é forte a tensão entre as alternativas; algumas destas é possível que nos conduzam à mesma espoliação da natureza, à mesma exploração do trabalho pela oferta esperta de desejos; pela simulação das diversidades, das diferenças, nas generalizações homogeneizantes que a difusão “universal” de imagens globalizadas facilita. Às sutilezas do desenredar algumas propostas, às dificuldades de revisar, reestruturar o universo do conhecimento, de idéias compartimentadas em que nos desenvolvemos, é necessário um sério e agudo discernimento para, reconhecer, antes de mais nada; superar o estranhamento permitir-se reconfigurar “o rio, as margens e as regiões em vizinhança mútua”.

A “veduta” – Nas artes plásticas, com a representação da cidade e dos campos de *A imagem de um bom governo* (Ambrogio Lorenzetti, 1337-1340), a paisagem se incorpora à arte renascentista; posteriormente, o aparecimento da janela, interior ao quadro, como “veduta”, abre o espaço interno para o exterior; a janela é o meio pelo qual se associa o país à paisagem¹⁷. Pela janela se isola e integra-se, segrega-se e congrega-se o exterior e o interior; as imagens interior- exterior se conectam; é a laicização e unificação: “*extraí o mundo profano da cena sagrada*”, no dizer de Alain Roger. Ainda virá a ampliar-se assumindo as dimensões de todo o quadro; aí, quando se inverte a relação da cena e da janela, é a visão panorâmica que domina, espetacular muitas vezes: “*entrou por uma pequena porta, ou, melhor dizendo, pela pequena janela*”¹⁸.

No percurso da pintura de paisagem, o mar e a montanha, lugares de desejo e prazer, serão culturalmente criados, na representação da paisagem ocidental da arte do século XVIII; confirmando modelos de visão de cada época, é novamente a paisagem que ocupará a cena das primeiras grandes fotografias de 1850. A paisagem é lida conforme o tempo, o lugar e a sociedade em que se dá essa leitura; porém, é da natureza do homem criar referências, não meramente objetivas, ao pensar, imaginar, sentir, significar e dar valor às coisas do mundo; por esse processo, não só subjetivo e objetivo se entrelaçam, mas também se iluminam as diferenças, as diversidades culturais e valores da subjetividade.

O percurso do Renascimento (este umbilicalmente associado aos descobrimentos do Novo Mundo¹⁹) ao modernismo (expressão da modernidade, fenômeno societário e cultural o qual nas artes plásticas se manifestou de formas singulares e locais) traz o sol (de Galileu e de Giordano Bruno) de volta, nos Estados Unidos do século XX, agora sim pela janela – interior ao quadro – como “veduta” que incorpora a natureza; agora é naquele Novo Mundo que, no início, não foi tão cobiçado como o Novo Mundo da Espanha e Portugal.

Sol num quarto vazio é imagem pintada em 1963 por Hopper ²⁰. Intuição, sensibilidade da natureza, fonte de riqueza, suporte de formas culturais de significados?



Quarto Vazio
Crédito: Acervo
da Autora

A “crítica” – A pintura do pensamento, a crítica, o desafio da dúvida, a contradição, o dardo ao valioso são parte dos aspectos os quais Otavio Paz alinha sobre a obra de Marcel Duchamp²¹ que ele considera único como artista. Os quadros de Duchamp não são imagens; são a reflexão sobre a imagem.

A sua busca é a de substituir a “pintura-pintura” pela “pintura-idéia”; procura negar a pintura que ele chama “olfativa” (odor de terebentina) e “retiniana” (puramente visual); a negação é sua obra. Em sua obra de muito poucas obras mostra que todas as artes, sem excluir as dos olhos, nascem e terminam em uma zona invisível. “*À lucidez do instinto opôs o instinto da lucidez: o invisível não é obscuro nem misterioso, é transparente...*”

A crítica ao gosto a partir dos *ready-made*, enquanto objetos anônimos que o gesto gratuito do artista, pelo único fato de escolhê-los, converte em obra de arte, faz-nos refletir para a contradição, como essência desse gesto o qual dissolve a noção de obra, a idéia de valor. O interesse do autor não é plástico, mas sim crítico ou filosófico. A crítica é ativa, como “*um pontapé contra a obra de arte sentada em seu pedestal de adjetivos*”.

Na esfera dos significados, a atitude moderna diante da natureza faz Duchamp escolher um objeto manufaturado e inscrever seu nome. “*Para chineses, gregos, maias ou egípcios a natureza era uma totalidade vivente, um ser criador.*”²² Para os antigos, a natureza era uma deusa, sua energia vital associava o nascimento dos deuses ao nascer do próprio universo; enamoravam-se, povoando a terra de semideuses, gigantes e monstros, e sua morte representava o fim e ressurreição do tempo. O ato de Duchamp em um objeto manufaturado, expõe a técnica como natureza do homem moderno: os objetos são fabricados pelo homem; não nascem, vêm da esterilidade da técnica e sua morte é a da lixeira ou da refundição, reciclagem. Ao inscrever seu nome, nega e desafia a operação artística da época em um jogo filosófico de humor.

Criador do mito da crítica, Duchamp é “*intensamente humano e a contradição é o que distingue os homens dos anjos, dos animais e das máquinas*”²³; mina a autoridade da razão pela ironia da afirmação; não sendo um irracionalista, aplica à razão uma crítica racional pelo humor delirante e raciocinado. Seu atrevimento de liberdade não é um saber, mas a procura do que está depois do saber; a liberdade é a meta; provisória, condicional, ambígua, indefinida²⁴.

Esse texto, baseado no encontro de um intérprete e crítico da qualidade de Octávio Paz com um audacioso renovador como Duchamp, é de um peculiar fascínio: visão, negação, mutações do espírito moderno da primeira metade do século XX²⁵. A singularidade de análise, de idéias, de contradição, de rigor de Duchamp deve encontrar-se com sua paixão pelo imprevisível, pelos duplos jogos do visível e invisível, de objetos-metáforas e meditações-reflexões sobre a metáfora: pluralidade de significados, criação e meditação sobre a pintura, transmutações do ser humano são parte de seu método de investigação interior.

Paz, ao observar os 23 anos que medeiam a obra *Grande vidro* e o começo da *Conjugação*, além de indicar-nos alguma ponte, – ou, pareceram-me muitas, as pontes – corrige a impressão que se passou: Duchamp teria renunciado à pintura; sua obra se converte na negação daquilo que há mais de dois séculos chamamos pintura. ...*“moderna, a arte de Duchamp faz a crítica da modernidade”*.

O “outro” – ... *“cada um experimenta-se no mundo interativo; o sonho está preso nas redes da organização social... a banalidade do viver que se repete... situações que amedrontam, que causam temor... o mundo que trazemos dentro de nós é o mundo da possibilidade, não apenas do que foi mas, do que pode ser. Vivemos submersos na ilusão de que somos sujeitos nesse processo social, não nos damos conta de que estamos limitados por mecanismos sociais que suprimem nossas diferenças. A supressão das diferenças não nega apenas o espaço da alteridade, nega a possibilidade de os indivíduos perceberem que convivem com o outro, não estando imunes à sua presença – ele age sobre nós, influencia nossas ações. Esse outro que, no limite, é o outro de nós mesmos”*²⁶.

A ponte entre o mundo do sonho e o mundo da vida cotidiana; o sonho como modalidade de interpretação, do ver a vida, na região metropolitana de São Paulo²⁷. As “pontes” são muitas: na mediação entre o interior e o exterior, no embate com o estranho, no esforço e dificuldade para romper uma sociabilidade que surge rotineira e limitadora, na percepção da riqueza que o contato diário com o “outro” pode proporcionar à sua vida. *“Cada sonhador elabora o sonho e re-elabora ao interpretá-lo através de um estilo cognitivo próprio, de acordo com sua cultura, grau de socialização, etc.”*²⁸ Cada sonhador estabelece uma ponte entre as incoerências as quais experimenta no mundo interativo; no sonho, as defesas da racionalidade e vigília são recolhidas. Neste trabalho, os autores, utilizando instrumentos teóricos e interpretativos da sociologia da vida cotidiana, mostram que o morador de São Paulo sente-se desprotegido, descobre a cidade como uma arquitetura de medos, labirinto de pequenas e sutis violências, enche as ruas de inimigos sem fisionomia: denúncia crítica dos desencontros profundos, das contradições da metrópole e do mundo racionalizado, organizado.

Enxergo em cada tema – poderiam ser outros – conexões, pontes; são rumos de cada um, na leitura da livre reflexão e opinião; as conexões trazidas são até excessivas; podem prejudicar que cada um faça “suas” pontes.

Em Busca ... no Legado Europeu

Selecionada a sociabilidade (cooperação, conflitos; diversidade das diferenças) construída pelo grupo humano, inserida nas ações e decisões das sociedades, em que mobilidades e territorialidades (inscrição das sociedades na natureza) se conjugaram na apropriação dos recursos da natureza, é reconhecida a criação de cidades como uma das características da cultura européia. É no legado ocidental da origem das cidades²⁹, que procuramos situar, entender, a convergência de relações do caráter gregário, inscrito nas cidades, nos múltiplos níveis espaciais interior-exterior; das relações com a natureza nos entornos das cidades – contatos interior-exterior do casco urbano – e das relações com os caminhos, as rotas – redes – dos deslocamentos mais amplos.

Convergências, centralidades, focalidades, desconcentrações, cidades pequenas³⁰, maiores, relações do trabalho no campo e cidade, multifocalidades de cidades ampliadas, interação com a região próxima – como uma relação cultural que liga o indivíduo às formas circundantes, fazendo-as *falar* aos sentidos³¹ – são as reflexões destacadas a partir da idéia de cidade, interpretada como sede de intensas relações humanas.

É da permanência, da continuidade da civilização européia, conservar, transmitir o modo de viver urbano; porém, também as modificações e variações estiveram no processo de urbanização do legado ocidental em práticas e produções que se apresentam extremamente diversificadas, múltiplas no tempo e no espaço; tornam as generalizações perigosas, exigem a análise dos casos concretos, com os critérios adequados às temáticas que se pretende observar.

Introduz-se a expressão “contexto” com a intenção de qualificar a condição “ligante”, interdependente e complementar. Por essa acepção, a idéia de cidade, privilegiando contextos, parece muito rica enquanto leitura de tramas, malhas, espaços, ações, lugares, configurações: valoriza-se o caráter gregário, as possibilidades e oportunidades de encontros e contatos:

- nas cidades pequenas – unifocalidade (Siena) e sistema de espaços; a rede de cidades pequenas (Toscana);
- na cidade ampliada – multifocalidade (*rioni* na Roma de Sisto V); descentralização – desconcentração;
- e entre a cidade e o território procura-se refletir sobre como os momentos em que o indivíduo reúne objeto e sujeito se manifestam no “desenho” em procura de relação, da “região urbanizada” da época (Roma no entorno).

No legado europeu, pela abordagem que se privilegiou, são alguns marcos da evolução da idéia de cidadania, que nos levam a – de início – usar como referência, Siena enquanto cidade-república; seguem-se algumas poucas observações (só devido à presença sempre constante, histórica) sobre a *ágora*; trago a Roma de Sisto V em leitura que entendo, criação deliberada (de certa forma antecipando um sistema) de focos de relações no urbano; algumas reflexões sobre a cidade e seu entorno (entendido para os espaços da época como a cidade em sua região) concluem essa busca de referências no legado ocidental até o período do Novo Mundo.

É um dos quadros possíveis, entre muitos outros; aquele em que melhor me religo, entendo-me, com a opção de Bohigas, em final do século XX – ao reformular parte do casco tradicional de Barcelona – de abrir mão de espaços edificadas particulares para transformá-los em espaços públicos e dar-lhes um especial significado para o conjunto da coletividade³². É um quadro em que se busca – ainda e novamente – como iluminar os espaços de convívio em vista do quanto ainda se mantém intensa a valorização da “paisagem de objetos” (monumento no cenário), do quanto ainda persiste a “invisibilidade” dos “vazios”. Nas relações entre o edificado e o não-edificado, ainda não se permite o casamento.

Unifocalidade

É pelo fato da obtenção de algum nível de liberdades, ou melhor, de uma certa independência e de um poder mais permeável a todas as camadas do sistema social que sou conduzida às cidades-república da Toscana e à Piazza del Campo de Siena (unifocalidade).

O ressurgimento do comércio e das cidades no Ocidente, entre os séculos XI e XIV, é parte de um processo para o qual concorrem múltiplos fatores que virão alterar o sistema feudal; fluxo contínuo em contatos mais constantes e cada vez mais intensos de produtos e especiarias do Oriente, crescimento demográfico, aumento da produção nos campos com inovações tecnológicas, produção artesanal, entrepostos e feiras de comércio, conjugam-se para a criação, na

Europa, de um novo estilo de vida. A influência das cidades passa a prevalecer sobre os campos; as primeiras casas bancárias e outros novos negócios participam das mudanças; supera-se a economia de subsistência e de simples trocas naturais; cria-se uma dinâmica no comércio, alteram-se formas de trabalho, outras atuações se exigem das corporações de ofícios; a nova camada de “burgueses”, os mercadores enriquecidos, caracterizam-se pelo poder político, prestígio social e maior riqueza material.

Desde o século XI as comunidades do norte da Itália vinham se transformando; com a organização das comunas, uma boa parte da classe proprietária de terras já morava nas cidades; nestas, procura-se o direito de administrarem-se a si mesmas, assegurando a vida econômica, a defesa externa, a prosperidade material: é a recompensa de liberdades, algum nível de liberdades, uma certa independência. A maturação das comunas, no século XII, completa a integração dos nobres na vida urbana; não cortaram suas ligações com o campo, mas sua base passa a ser a cidade e até certo ponto imprimem à vida da cidade sua própria imagem. Daniel Waley frisou essa *“fundamental interpenetração e interdependência entre cidade e campo, entre o burgo e o feudo... uma série de implicações sociais e políticas... a ‘urbanização do feudalismo’... os próprios camponeses vieram viver dentro das muralhas ... muitos camponeses se mudaram para as cidades sem deixar de ser camponeses”*³³.

Surge, nas cidades-república³⁴, em nível desconhecido em qualquer outro lugar, o aumento das forças populares; fortalecido, o poder se faz cada vez mais permeável a todas as camadas do sistema social. A cidade italiana se tornou, em grande medida, um microcosmo de toda a sociedade; os camponeses são, em grande medida, urbanos; as distâncias entre o campo – lugar do trabalho agrícola – e a cidade são percorridas diariamente pelo campesinato “urbanizado”. A permeabilidade do poder faz uso de um quadro espacial em que tudo se discute no cotidiano do espaço público; nos passeios (*passeggiata*) diários, o encontro carrega a vivência do trabalho, das festas, dos carnavais, do teatro; a opinião pública comenta tudo, dos conflitos ferozes entre as famílias abastadas às lealdades que constroem entre si e entre cidades visando ao poder maior, do papado ou dos impérios dominantes. Pode-se quase ler, as “redes” que uniam, na Toscana, algumas das cidades, distantes entre si, como resultados dos arranjos de interesses entre “lealdades”; a rede de relações que estende laços transespaciais entre Siena, Arezzo, Pisa, Pistoia corresponde às tradições de preponderância das famílias Ghibellini; a outra rede une Bologna, Florença, Lucca, Montepulciano, Orvieto às tradições dos Guelf.

As camadas mais pobres da população, mesmo participantes, tinham menos chances que as demais, mesmo com a permeabilidade citada; porém, não deixa de chamar a atenção o fato de, em Florença – 1378, os artesãos das corporações menores assumirem o controle da cidade por cerca de quatro anos, pela primeira vez na história. É circunstancial esse período em que a vida social e a vida espacial têm um feliz encontro; as condições oferecidas pelas cidades testemunham uma *“clara manifestação do paradigma da urbanidade”*, nas palavras de Frederico de Holanda³⁵. Sem dúvida, a ordem espacial não leva à democracia ou à tirania. Concorro, porém, com Holanda, a *“ordem espacial das sociedades pode satisfazer melhor uma ou outra, e a democracia – tanto quanto a tirania – tem de necessariamente pagar um preço adicional para sua implementação deparar com padrões espaciais contraditórios a seus desígnios”*.

Em características mais gerais, destaco que o espaço público comum de Siena é complexo na diversidade e, ainda assim, unitário; distribuído em toda a cidade e interagente com os edifícios particulares e públicos em seus eventuais espaços interiores de pátios e jardins, de balcões, janelas e portas, apesar da predominância da fachada “fechada”, muito construída; não são necessários “panos de vidro” para a interação; a irregularidade da malha de vias se organiza de tal forma, que é fácil situar-se, ter idéia do bairro ou da cidade. A unidade do conjunto contrasta com a cidade antiga grega, na qual os espaços públicos e privados formam zonas contíguas e separadas; em Siena, as ruas não são iguais em dimensões, mantêm uma certa

gradação contínua entre principais e secundárias; as praças, em toda a enorme diversidade de dimensões e formas, algumas vezes até somente ampliações, conservam estreito relacionamento entre rua, praça, edifícios; estes, com vários andares, são regulados por estatutos da comuna (provenientes ainda do *Quattrocento* – século XV) em que o compromisso público-privado é definido por legislação a estipular os aspectos espaciais do contato entre os interesses comuns e particulares³⁶.

Nessa acepção de cidade, a *piazza* ocupa lugar privilegiado como foco de convívio; em Siena, distinguem-se três principais espaços públicos, próximos no espaço: a Praça da Catedral (Duo-mo), a Praça do Mercado e a Praça do Campo (Piazza del Campo): uma única centralidade – um foco em três manifestações. A Piazza del Campo, monocêntrica, é a própria unifocalidade, nucleando os espaços livres das instituições públicas e os espaços públicos; singular, própria àquela cultura única, na pequena escala do assentamento, próprio daquela sociedade, preservando a escala humana, em relações concretas entre homens com rosto e alma reconhecíveis e respeitáveis, um a um em sua diversidade e autonomia³⁷.

Um foco, uma manifestação espacial de convergência, já estava inscrita na ágora, no fórum. O que não estava inscrito era o algum *“nível de liberdades, ou melhor, uma certa independência e o poder mais permeável a todas as camadas do sistema social”*, que, de certa forma, viria a manifestar-se na vivência das cidades, na interação cidade-campo, em outra relação com o território, na manifestação artística na qual artistas sieneses de primeira grandeza como Simone Martini, os irmãos Pietro e Ambrogio Lorenzetti, introduzem a paisagem, da cidade e dos campos, que viria a incorporar-se definitivamente à pintura renascentista.

Em uma Ática inteiramente desflorestada no século V aC.³⁸, pobre de recursos físicos, as pólis, cidades independentes gregas, centram sua estratégia de abastecimento na garantia das rotas marítimas; dependem de uma *“economia de escravos”*³⁹: uma pletera de cidades autônomas espalhadas na região do Mediterrâneo, dependendo dos grãos da região do mar Negro. A noção de cidadania, entre os gregos, nas pólis, nunca ultrapassa o quadro de cada cidade, a tal ponto, que o cidadão (*polités*), era o homem (alguns homens) com direitos apenas em sua cidade. O pequeno de cada lugar, o clima e o cenário, sem dúvida, favorecem características culturais comuns, dialetos, regozijo com a vida pública, pleno sabor da vida urbana na praça do mercado; pessoas podiam se conhecer pessoalmente; as diferenças notáveis transparecem na valorização da luta enquanto elemento central da educação dos meninos gregos que se prolonga no associar a divergência e a luta como próprio a essa sociedade de escravos baratos, de unidades políticas independentes (cidade-Estado). Rivalidades territoriais, disputas por territórios entre cidades vizinhas, conflitos de fronteiras, barreiras de acesso a outras regiões, portos e mercados, lutas pelo abastecimento estão inseridos na *“autonomia”* e democracia relativa, contidas na grande volatilidade de situações por que passam as múltiplas cidades-Estado. O racionalismo do pensamento grego acolhe o distanciamento étnico, cultural, religioso da heterogeneidade social, das facções em conflito no interior de cada cidade, dos diferentes regimes políticos, das relações entre a oligarquia e a democracia.

Contextos

Os *“espaços livres de edificação”* aparecem desde os primeiros assentamentos humanos; muito cedo adquirem o papel de *“contextos”*⁴⁰ *“... a menor expressão escalar de um espaço livre de edificações, de um contexto corresponde a um conjunto de edificações”*⁴¹ – um conjunto de edifícios que contém, envolve um espaço aberto, constitui um contexto; ou também, lemos o contexto para um espaço delimitado por edifícios. A qualidade dos contextos urbanos depende sempre da relação de complementaridade entre as duas condições de edificado e de não-edificado; quanto mais se dá essa correspondência recíproca melhor é a interação entre eles, entre as duas

condições de edificado e não-edificado: é da razão de cada um dos dois ser imprescindível a razão para estarem juntos; cada um se explica na medida do outro, na interdependência.

As praças se formam onde confluem duas ou mais ruas ou, onde dois ou mais contextos se entrecruzam. Por esse motivo as praças são contextos em geral mais complexos que aqueles que as formam, entrecruzando-se. As praças também estão formadas por edifícios os quais envolvem um espaço aberto, ou de um espaço aberto rodeado por edificações; sua qualidade depende, de um lado, do nível de correspondência entre “o cheio e o vazio”; por outro lado, da energia das atividades humanas que contenham ou que as atravessem. São, então, as praças, coletoras e geradoras, simultaneamente, no sentido de recolherem energia das ruas (e dos edifícios) que a elas convergem e ao mesmo tempo distribuem às ruas (e aos edifícios) que nelas nascem. Nessa acepção, as cidades são tramas de diferentes contextos. A diversidade é intrínseca às relações, desde o início do tempo do humano, diverso nos diferentes espaços naturais em variedades de apropriações criadas. A condição “ligante” adquire atributos; qualifica-se na diversidade, na complementaridade, na interação espaço – vida social – existência humana.

Desde o pequeno núcleo de povoamento, à cidade pequena, às cidades ampliadas com bairros, setores de bairros, zonas, às maiores cidades se têm desde o conjunto de edifícios – articulando-se pelos espaços entre eles ⁴²; são espaços concretos com formas ⁴³; formas-apropriação, diversas e múltiplas, no cotidiano e no eventual de cidades, tramas de contextos. Trama – configuração ue se conecta ao entorno próximo e a outras cidades – tramas nas quais, para a convergência das sociabilidades da cidadania, usamos a expressão foco (nem sempre e da mesma categoria da expressão centralidade; muito freqüentemente se sobrepõem no espaço; deslizar a sobreposição é específico da singularidade de cada situação).

O papel da cidade, *civitas* ⁴⁴ remete ao cidadão, à cidadania: é próprio da “casa da sociedade”; atribui significado aos espaços livres de edificação lidos como contextos, na medida das relações que carregam com a sociedade – urbanidade (esta considerada um valor caro, desejado pela sociedade democrática) e o continente, espaço que acolhe ⁴⁵ o conteúdo. A dinâmica dos processos ⁴⁶ de interação entre tempo e espaço (os processos ficam impregnados de culturas), na escala própria, resulta em formas ⁴⁷, em configurações.

A leitura do passado, a seleção que vai se remexer, o que se vai em busca nas heranças, é sempre em procura das questões do hoje vivido, com as aflições e reflexões do presente; não é uma busca fácil, em particular, se em procura do melhor entendimento do que ficou fortuna, do que reformular, revisar, rever, talvez ampliar ou do que procurar identificar para que não se repita similar. A adoção dos dois extremos é mais simples: fortuna ou descarte. E, no caso mais feliz, da posse do bem, não é sua manifestação mais aparente, a fisionomia do passado, a ser simplesmente imitada. Muitos imitaram Duchamp; sem efeito!

Multifocalidades, descentralização e desconcentração (com os entendimentos acima colocados), é a leitura atual da trama de contextos que, no passado, originaram-se na Roma de Sisto V.

A reconstrução da cidade, iniciada por volta de 1500, após o período das ocupações e queda da Roma Imperial, pertence ao Renascimento; no caso, inserida no poder mantidos pelos papas. Durante um século e meio passa a ser o centro da criação artística e do urbanismo; este, por obra de Sisto V. De 1585 a 1590, visando às peregrinações e procissões, usa sua autoridade, do poder de ordenar e construir, subordinando à sua vontade, praticamente única, ignorando vontades coletivas ⁴⁸, para traçar as primeiras linhas de uma rede fundamental de deslocamentos, de mobilidade.

Mantendo quase intacta a Roma medieval, o existente reúne, em um programa unitário, fragmentos de conexões executadas em períodos anteriores: a grande difusão do patrimônio antigo, mantido, confere a fisionomia à cidade. Liga o Vaticano com Castel S. Angelo; pelo eixo deste, com a ponte

S. Angelo, chega ao centro de negócios, às organizações mercantis da época; cria um conjunto de percursos: as vias deveriam unir as sete basílicas principais e os templos sagrados que os fiéis visitariam em um único dia de peregrinação. Sisto V percorreu a pé, muitas vezes encontrando no caminho, no *fazer*, as situações mais próprias para o que queria fazer convergir, avaliando percursos, distâncias, visuais, entornos, ambientes; aliviando colinas mais fortes, preenchendo vales, incorporando e aperfeiçoando o já feito; afeiçoa espaços para os peregrinos, reformula e cria aquedutos, dispõe grandes espaços com fontes nos cruzamentos das vias de conexão, observando e valorizando visuais para direções de interesse: constrói o “urbanismo de Sisto V”.

Uma das tarefas a que se propõe e executa consiste em levar a água até os pontos mais altos da cidade, de modo a facilitar a ocupação das zonas de colina (de melhor clima) que haviam sido abandonadas com a destruição dos aquedutos romanos (construídos entre 222 e 235 dC). A execução do aqueduto foi bastante trabalhosa; o respeito à topografia levou à dupla solução de arcos elevados e parte do aqueduto sob o solo. Em 1589 havia conseguido chegar a 26 fontes públicas, dispostas, com os obeliscos, naqueles grandes espaços de cruzamentos das vias da mobilidade: esses são os lugares onde depois surgiram as praças de maior interesse, de maior centralidade⁴⁹.

Sisto V age como se elaborasse um plano diretor com um determinado tema em mente, como se pretendesse transformar Roma em “*um único templo sagrado*”⁵⁰ simultaneamente centralizado e descentralizado, cidade e território, ao mesmo tempo associação de várias “*cidades*” menores (para a época, com seus meios de locomoção e distâncias) com seus comportamentos e lugares próprios, convergentes para espaços, (muito rústicos, de início) os quais, no conjunto, convertem-se em um sistema de praças⁵¹; o tempo, pela continuidade e permanência das apropriações, virá revelar o sistema.

O tempo mostrou, em Roma, que Sisto V deu forma urbanística à descentralização e à desconcentração (*rioni*– bairros do intraurbano): a convergência é assumida; dela fazem parte a diversidade, a variedade, o lugar de cada lugar em uma topologia plural como plural se reconhece a realidade. Na enorme diversidade de espaços, de situação patrimonial, de papéis múltiplos, fica indicado o princípio de multifocalidade, atributo essencial para uma cidade grande com urbanidade, com sociabilidade.

Centros ou focos de provável interação social – oportunidade para recuperar relações sociais em situações espaciais, cuidadosamente procuradas na coordenação que mantêm entre si. Cidade-cidadania, presente no tecido do “*território urbano*”, privilegiado por uma trama de nós de uma rede – o mais igualitária possível em urbanidade – com a descentralização (em *rioni* – bairros) de focos de decisão e desconcentração de atividades: focos sociais e nós espaciais.

Multifocalidade (em rede – não em árvore) em toda cidade grande parece necessidade latente na governabilidade com participação; a falta de um *locus* de centralidade própria, real, com identidade, com significado coletivo, desenraiza mais facilmente o cidadão; facilita o uso do bairro como dormitório; o desconhecimento do outro propicia generalizações de desconfiança ao invés de estímulo à vida em contato; participar, influir nos destinos coletivos exige um processo longo de amadurecimento da cooperação e solidariedade, dos conflitos e desajustes com obstáculos, impedimentos, dificuldades, relutâncias a ultrapassar, para a convivência, o respeito e, quiçá, chegar à valorização das diferenças que a multiplicidade e diversidade de relações traz à tona.

O urbano está assentado em sua região; com esta interação, pela relação cultural que liga o indivíduo ao circundante. Essa relação que *fala* aos sentidos é aquela a qual Alain Roger denominou

raison paysagère. De certa forma me refiro ao poder do lugar no pensamento, ao sentimento do sonho, lembrando do paisagista francês Michel Corajoud, o qual se referia ao jardim na cidade como “um fragmento de sonho”⁵². Frederico de Holanda observa que na avaliação da forma da cidade não se pode ignorar a poderosa identidade visual da paisagem urbana⁵³. Identidade visual parece-me só um dos passos, mas ...

Norberg-Schulz em texto completado em 1976⁵⁴, e Berque, em conferência no ano de 2000, valem-se de Roma para situar uma particular relação da paisagem com o ser. Ambos não deixam de advertir que, além de um problema ontológico, é também um problema técnico, político, ético, etc.; mas consideram que, de *per si*, estes aspectos não trazem respostas à dimensão existencial, por mais que possam facilitar ou impedir a realização de certas estruturas existenciais. Na expressão de Berque, mais ao fundo, o que se coloca é a questão do ser na paisagem urbana. E não é o ser em geral, mas o ser na Terra, e o ser em um certo lugar. Lugar, sempre singular, na medida de não existir o mesmo lugar duas vezes. Ambos lidam com o “lugar” (*place*) enquanto parte integrante da existência, como “caráter do meio”, “atmosfera”.

Schulz deixa clara a continuidade de sua busca; estava no trabalho anterior sobre as relações do espaço, da arquitetura com a existência humana e o que chamou de “fenomenologia da arquitetura”, embutindo sua materialidade na busca desse espaço. A singularidade também é claramente presente em sua leitura longa e cuidadosa de Roma; o entorno é integrado ao “casco” em múltiplas relações abrangentes; é muito clara em sua procura para a formulação de apoios ao processo de projeto.

Berque tece reflexões que se inserem na análise da cultura em sua dimensão espacial; a tradição dos estudos morfológicos como simples realidade externa já fora superada na década de 1990 do século XX⁵⁵. A dimensão espacial da cultura, no final dos anos 1970 do século XX volta a ser objeto de estudo de várias áreas e diferentes abordagens; Augustin Berque, na transição dos anos 1980-1990, sobressai-se entre os estudiosos franceses que interpretavam a relação da paisagem com o meio. Com essa abordagem – caráter cultural – mais avançada e valorizada, mostra-se um pouco ácido a respeito de N. Schulz.

A leitura de Roma de Norberg-Schulz não é aquela que cria cidades; aquela da magnificência dos lugares públicos ou da difusão de rotas territoriais para o abastecimento ampliado, a partir de um vasto território de conquistas terrestre e marítimas, em torno do Mediterrâneo. A Roma Imperial das estradas, aquedutos, acampamentos fortificados, de uma certa limitada cidadania esparsa pelos lugares conquistados, instalando uma civilização, por vezes à sua imagem, ou sua imagem deformada, não explicam o caráter da cidade. Pelo contrário até; a singularidade que lhe confere expressão estaria contida no acolhimento, no *enclosed space*, o qual, apesar das monumentalidades, das relíquias, da Antiguidade ou do Barroco consegue acontecer; apesar da grandiosidade que lhe é peculiar, o que destaca schulz é uma forte presença do lugar, integrada e integrante do indivíduo.

Estaria, desde as ruas, cada uma como um pequeno universo, um mundo completo, acolhedor, “fechado” (no sentido *enclosed*); com esta idéia básica em mente, vai montando todo um quadro dos diferentes espaços das ruas, praças, e entorno rural em que integra as edificações, os espaços livres, os espaços adjacentes e mais distantes do entorno da cidade. Volumes, massas, formas, aberturas, cores, insolação, odores, sons, luzes, céus, esculturas, equipamentos e o qualquer do cotidiano das pessoas em apropriações, movimentos de uma vida muito pulsante, são trazidos para a integração básica do acolher, do receber; do calor no e entre os lugares. Constata que seu caráter não reside em uma ordem abstrata, em um sistema geométrico compreensivo, em uma leitura a qual, no urbano de Roma, dificilmente se consegue observar, do *cardo* e *decumanus*, criação romana tão evidente em muitas das demais cidades que ela criou ou imitaram-na. Isto não determina sua aparência; a presença da Antiguidade é muito diferente daquela grega; não

simplesmente por não ser tão “clássica” (como caberia para assim entendê-la), mas principalmente porque, à diferença da cidade grega – a qual se distingue pelas massas dispostas como únicas, individuais no cenário – o edificado romano foi concebido como um todo integrado, com espaços contidos, articulando e articulados pelas massas edificadas.

Há uma qualidade enfatizada – o “hospedar” – que acontece desde a rua à praça; como um “interior” urbano onde a vida tem lugar. Não é a pequena escala que confere esta qualidade do estar interior, de “interioridade”; não é a intimidade das pequenas escalas de algumas cidades nórdicas; esse estar envolvido, aconchegado, recebido, acontece apesar da grandiosidade e de uma certa monumentalidade que a própria história de sua arquitetura lhe conferiu. Norberg-Schulz também identifica uma certa “simplicidade rústica” a trazer um senso de naturalidade similar à do entorno, da “campagna”, que é de natureza conforme; um ritmo controlado de massas articuladas em desenhos em que orografia, vegetação, águas, texturas, cores, ventos, sol, luz, águas se movimentam na conexão de um todo. Como se a natureza em sua manifestação na paisagem da região houvera sido incorporada, tomada e levada, carregada para o interior urbano fazendo um todo, um contexto de componentes interagentes.

O autor faz um relato contínuo e minucioso da paisagem do espaço integrado pela história em um conjunto único e singular; revela um desenho estruturado como um todo pelos atributos dos “fechamentos”, (das massas) que conferem caráter ao espaço.

Baseia-se em Heidegger para entender e explicar a imagem, o significado, a identidade que ele denomina *genius loci* ... “*estar na terra significa estar sob o céu*”, nas palavras do filósofo. Fica muito patente, em todo seu livro, a preocupação em contribuir para a investigação na arquitetura de maneira muito empenhada no processo de projeto; em como progredir para a criação de lugares que sirvam às complexidades e contradições da vida contemporânea ... existencialmente enraizada em nossa vida cotidiana no mundo ⁵⁶.

Berque⁵⁷ também se apóia em Heidegger e como Norberg-Schulz lida com *urbi et orbi*, símbolo de *mundus*. É para mim difícil perceber quanto da mediação cultural de apoio filosófico e histórico, que seria maior no pensamento de Berque, não está contido na leitura espacial de N. Schulz da paisagem enquanto marca e matriz da cultura. A preocupação de cultura como força para o futuro ultrapassando o horizonte do passado que seria um aspecto inovador em sua reflexão, eu creio ler nas análises que N. Schulz faz em relação à arquitetura que lhe é contemporânea com o pensamento da época. A atualidade na qual Berque está inserido valoriza o ecúmeno e a singularidade dos lugares e procura apreender como – a forma dá o ser à coisa – o ser humano dá forma à forma; portanto dá seu “ser” à cidade; o próprio ser humano em sua relação criativa em uma realidade que não é inerente às coisas, mas à nossa relação com as coisas. Também é muito atual (claro, nem sempre difusa como desejaríamos) que finalize com a recomendação de cidades eticamente mais justas, em paisagens mais harmoniosas e ecologicamente mais duráveis.

Em Busca ...da Gênese do Mundo Moderno – Ruptura, Contradições

A descoberta das Américas é o testemunho do processo que durante quatro séculos trouxe novas maneiras de ver o mundo e novas atitudes perante este; perceber o mundo por novos modos, romper modelos, alterar poderes, construir atitudes, comportamentos, conhecimentos, ciências e técnicas; a ligação das diferentes áreas do saber da época está expressa no encontro do Novo Mundo; é um novo mundo o qual se descobre na geografia do planeta, é um novo mundo que por uma intensa e profunda mudança cultural produz essa descoberta.

É a riqueza, é a abundância, é a ambição de mais riqueza, de maior poder; é a ambição do conhecimento, da experiência, da capacidade, do orgulho da criação, da curiosidade pelo distante, pelo desconhecido, pelo exótico; é a ambição do desafio sobre os riscos, da superação

do perigoso, da vitória da razão, do desafio do controle sobre a natureza, o tempo, o espaço, o trabalho; é, simultaneamente, a realização de fantasias, sonhos, invenções, descobertas, conquista de liberdade, de autonomia do espírito.

Um processo de intensas modificações simultâneas trazem aos homens novas visões de mundo; maior liberdade de consciência altera as atitudes, os comportamentos, com relação a seu próprio destino, à sociedade, à natureza, ao próprio campo do sagrado; as coisas do mundo são percebidas por uma nova inteligência. O humanismo do Renascimento⁵⁸, pela crítica, inova raízes na concepção de uma nova cultura, novo código de valores e de comportamentos; confere-se mais valor às mudanças, modificações, variações que à permanência e continuidade; o aqui e agora, mundo concreto dos seres humanos em luta entre si e com a natureza, leva a um maior controle sobre o próprio destino – agir sobre o mundo para transformá-lo de acordo com seus interesses e vontades. Gesta-se o antropocentrismo, em atitudes e valores que exaltam o indivíduo, os feitos históricos, a vontade e a capacidade de ação do homem, sua liberdade de atuação e de participação na vida das cidades. É a vitória da razão abstrata, do controle do tempo, do espaço, do trabalho e do domínio da natureza.

Entretanto, ao extinguir a multiplicidade do real, ao criar um padrão único, monolítico, intransigente, enquadrando toda sociedade e cultura, não ficou como conquista assegurada, o respeito à individualidade e à originalidade de pensamento. A busca de inspiração para o comportamento, baseado na determinação da vontade, no desejo de conquistas, no anseio do novo, contraditoriamente, fez brotar uma autonomia de espírito e anseio de liberdade que teve de permanecer como um “ideal” quando o indivíduo procurou transferir o saber para suas próprias condições de existência⁵⁹.

As navegações portuguesas e espanholas que atingem o continente americano e o Oriente rompem o monopólio turco-italiano de especiarias; com as novas rotas, aliviam o estrangulamento do capitalismo comercial.

Durante os últimos séculos da Idade Média tudo confluía para Veneza: as rotas comerciais, por mar, entre Atlântico e Mediterrâneo completam as rotas, entre terras, nos séculos XIV e XV; mar Báltico e mar do Norte se conectam com as bordas oceânicas do sul da Inglaterra, oeste da França, Portugal, os litorais leste da Espanha, França meridional, a Itália do Tirreno e aquela do Adriático, encontrando-se em Veneza. A mudança da paisagem urbana de Veneza durante o século XVI revela o poder e os novos valores culturais da elite de uma das mais importantes cidades européias do período⁶⁰.

Um amplo território de grande parte da Europa havia sido interligado por rotas de comércio, de trocas, de informações, de interesses; alteram-se os poderes políticos; o prestígio social e o poder político dos mercadores enriquecidos se manifesta, principalmente, em regiões da Itália e Flandres: estas, com cada vez maior foco nas cidades, polarizam o comércio europeu.

A produção nas regiões do entorno próximo havia garantido a segurança alimentar pelas práticas produtivas de integração entre a agricultura⁶¹, a criação de animais (pecuária, em geral) e o extrativismo (caça, coleta, pesca); a cadeia, produção e rejeito, mantinha-se com aperfeiçoamento de tecnologias e aumento da produtividade, facilitando o crescimento demográfico. O processo de produção, a circulação e a acumulação de excedentes durante longo período trouxe o aumento do comércio, das liberdades; maior riqueza e abundância com grande intensidade de trocas, intercâmbios, negócios. A ampliação cria centros comerciais, novas capitais econômicas; Sevilha, Lisboa e Londres despontam com as grandes transformações; o impulso do comércio debate-se com a morosidade da oferta dos produtos orientais e os preços do monopólio, ainda italiano; o impulso fica ameaçado com a escassez do metal para as moedas. Falta ouro na Europa Central e cada vez mais as mercadorias precisavam ser barateadas. O arrocho das energias do capitalismo comercial, aliviado pelas navegações ibéricas e portuguesas na transição dos séculos XV e XVI, é parte dos aspectos da grande transformação do Renascimento.

O centro de gravidade, no começo da Idade Moderna, situa-se em Lisboa; Portugal vive a epopéia das conquistas marítimas; é a primeira potência no contexto europeu do século XVI.

Um longo processo anterior de mudança nas relações com os servos, de outros arrendamentos, de outros intercâmbios de excedentes, de estabelecimento e enriquecimento das cidades, depara-se também com fortes tensões sociais em muitas das cidades, especialmente naquelas mais industrializadas; são novas agremiações, organizações e movimentos; o proletário de então, pelo fato de ser “cidadão”, é um privilegiado, pelo menos enquanto as cidades conseguirem preservar parte de suas independências; as cidades – motores em movimento, na expressão de Braudel⁶², são as responsáveis pelo surto desenvolvimentista da Europa; a liberdade é palavra-chave; são liberdades urbanas, em cidades, em outros modos de vida, em distintos modos de produzir, de usar e avaliar o espaço urbano. Será preciso muito tempo para que se defina o conceito de liberdade do indivíduo com o sentido atual. Direitos de cidadania é uma concessão parcimoniosa.

A civilização européia, fruto urbano, amadurecido em múltiplas e pequenas cidades privilegiadas e originais vai se tornar “territorial”, nacional. Uma nova ordem social carrega um vasto deslocamento na geografia das liberdades; as estruturas do Estado “modernizando-se” impõem limites àquela liberdade de escolha do indivíduo; surgem novos e outros deveres do indivíduo para com a sociedade, outro respeito pelos privilegiados e pelos privilégios; novos interesses do todo e diferentes condicionamentos; a idéia dos pobres e mendigos da Igreja mescla-se e embaralha-se com os mendigos, pobres, e “inúteis” da sociedade.

Um excedente importante passa a vir das terras longínquas, do mundo novo.

É a riqueza na Europa; na Espanha, o afluxo brutal de grande quantidade de metais amoedáveis da América traz uma enorme elevação dos preços da economia em geral; repercutirá em toda a Europa Ocidental; os metais preciosos da América aceleram a economia de mercado e estendem instrumentos de crédito, modificam regulamentações dos grupos econômicos e sociais. Abalam ainda mais a cultura que, já muito perturbada, continua a transformar-se; comportamentos, atitudes, pensamentos são convulsionados; poucas são as permanências; nestas, é essencial conceber o pensamento europeu em diálogo com o cristianismo, seja candente ou violenta a discussão⁶³. O aprofundamento desse entendimento, com as muitas contradições, ambigüidades, controvérsias de interpretação, valores emaranhados, parciais, filtrados é que permite ver a criação do padrão “culto”, a discriminação do “estrangeiro” pelo europeu, do “bárbaro”, a hierarquização de culturas, servindo para legitimizar a repartição do mundo feita com a criação do mundo colonial. Na forma de conceber o conhecimento, na forma de perceber o outro, as novas terras não representam outros povos; serão conquistas a fazer parte da “civilização européia”; evangelizados, pelo diálogo com o cristianismo; é a qualificação do “outro”, “o exótico” feito a partir da cultura que o examina; esta é que se consideraria positiva.

Colombo, em 1492, Vasco da Gama – completando 80 anos de esforços portugueses, e Fernão de Magalhães na primeira viagem de volta ao mundo (1519-1521), levam o sistema comercial à extensão do globo terrestre. Com as grandes navegações, a totalidade do mundo conhecido se relaciona: é a “globalização” do século XVI.

A empresa das grandes navegações... É ousada cosmografia, ambição, riqueza, abundância, domínio, poder, iniciativa, liberdade, autonomia, audácia, criação, aventura da humanidade?

O mundo moderno se funda no Renascimento, na construção cultural do homem e da sociedade; individualismo, ambição ilimitada de riqueza e abundância, racionalismo, controles do tempo, espaço, trabalho; domínio da natureza, vaidade e cobiça; mas também audácia, superação, desafio para além de si, fascínio pela criação e pela liberdade.

Essa singela procura de visibilidade do elo entre as grandes navegações e a Europa renascentista é uma das leituras sobre múltiplas possíveis; principalmente porque é da característica do Renascimento a rica variedade de suas manifestações. É um fenômeno múltiplo para o qual procurei compreender as opções eleitas e adotadas, em face dos pensamentos e interesses predominantes, pelas sociedades que balizam nosso histórico.



*A história é duna*⁶⁴

Crédito: Acervo da autora

Em Busca de ... Caminhos Plurais – Como que me Permitindo uma Parábase⁶⁵

O recente Ciclo de Debates sobre a Metrópole: Continuidades e Descontinuidades alertou: *"a ausência de melhor definição entre o que se entende hoje como questão metropolitana no país revela-se, sobretudo, na ausência de um debate sobre o projeto do território nacional que desejamos ter"*⁶⁶.

A lacuna detectada nesse evento recente indica preocupações quanto às implicações entre o território e a metrópole; talvez devêssemos nos debruçar na centralidade do conceito de território para com as diferentes modalidades de apropriação... e... muitos outros temas. Destaco somente dois aspectos os quais, bastante imbricados, creio participariam direta e/ou indiretamente nesse debate levantado pelo ciclo, são a favelização e a agroindústria.

No *Atlas do Brasil*, de Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello (São Paulo, Edusp, 2005), mapa baseado em dados do IBGE revela a difusão contemporânea das favelas por todas as regiões e em muitos dos estados do país. Praticamente onde existe alguma cidade há favelas: acompanham as manchas de urbanização. Para além da generalização, mostra que a maioria absoluta dos residentes em favelas encontram-se em cinco regiões metropolitanas do Sul e Sudeste: Porto Alegre e Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte.

Há significativas diferenças de renda no interior das favelas; parte delas é constituída por famílias classificadas nas informações censitárias, como de classe média. Porém, de modo geral, esses moradores são pobres. A localização do terreno explica a presença de residentes em favelas de indivíduos que possuem renda suficiente para adquirir um terreno e construir uma casa em um loteamento popular. As favelas surgem, principalmente, nas áreas próximas a centros comerciais e bairros residenciais de elite: facilitam-se as chances de acesso a empregos. *"Residir na favela é uma estratégia econômica, que resulta do cálculo racional: as más condições de moradia são a contrapartida da proximidade das fontes de emprego e renda"*⁶⁷.

Às periferias das grandes cidades, de favelas ou de conjuntos habitacionais em desagregação, cabe a afirmação de Porto-Gonçalves de *"retrato de um habitat que não incorporou efetiva-*

mente o habitante como cidadão”⁶⁸ à forma em que temos associado urbanidade, civilidade, democracia. O crescimento dessas populações não tem sido acompanhado pelo crescimento da cidadania. As condições de vida dessas populações questionam o discurso habitual de segregação ou... será que não caberia perguntar: é realmente população urbana?⁶⁹ As localizações que facilitam emprego e renda são, em geral, antes de mais nada, aquelas nas quais a natureza é madrasta: sujeitas a desmoronamentos de encostas e inundações freqüentes e intensas. Desliza-se o conceito de urbano para a idéia de “assentado” em lugar próximo, ou não muito com cara de urbano⁷⁰.

A incorporação dos migrantes tem se debruçado na marginalização social, exploração econômica, desemprego e inacessibilidade aos serviços públicos, visto as políticas do Estado e os mecanismos econômicos se mostrarem incapazes de satisfazer as necessidades básicas mínimas das maiorias. Por esse viés, não se levantam as possibilidades, as outras alternativas de outras políticas que pudessem garantir, na região, os meios de subsistência, considerando que sair de seus territórios, de seus lugares, significa a perda de suas raízes culturais, a destruição de seus recursos naturais, o abandono de suas práticas culturais de uso dos recursos.

Além, a diferença de custos para garantir o abastecimento de água, o saneamento básico, a coleta de lixo entre as situações de concentração de milhões de habitantes e as mesmas populações distribuídas em redes de cidades mais espaçadas é muito grande. São justamente as áreas de população mais pobre que fica seriamente prejudicada sob aspectos claramente de saúde pública. A concentração populacional que leva o “casco” urbano à expansão muito grande altera os ciclos biogeoquímicos, aumenta a “pegada ecológica”⁷¹, mostrando que o impacto ambiental de demanda de matéria e energia ultrapassa em muito a escala local ou o sítio urbano. Porto-Gonçalves, ao compilar alguns dados de diferentes cidades, traz grave denúncia às formas de ocupação e consumo. A urbanização das populações, geografia das localizações e as peculiaridades de diversificação das concentrações, em mais esse aspecto de saúde pública desigual e natureza madrasta para alguns muitos, continua a manter a hierarquia dos povos, dos espaços, discriminando o “estrangeiro” em seu país, o outro “bárbaro” à maneira que a Europa do Renascimento nos legou.

O processo predatório acompanha-nos desde a América portuguesa com as monoculturas da cana, do café e agora da soja, apresenta-se por um fato novo: é a dimensão desse processo. Desde a década de 1980 o Centro-Oeste foi sendo rápida e extensivamente ocupado pela soja a qual se transformou em principal produto de exportação. Trata-se da ocupação da área de cerrados; não é supérfluo lembrar que, além de representar, nos altiplanos centrais, aproximadamente metade da área total do gigantesco conjunto de terras altas de mediana altitude (600 a 1.100 metros) (conhecido por planalto brasileiro), é um dos mais ricos ecossistemas do país. Inadequado manejo do solo, a retirada das matas ciliares e o uso intensivo de agrotóxicos são aspectos suficientes para alertar sobre a intensificação dos processos erosivos, o empobrecimento dos solos, a diminuição intensa da diversidade biológica. A homogeneização das práticas agrícolas modernas, com a opção por cultivares fortemente dependentes de insumos químicos, conduz a um problema ambiental de grandes proporções, na gravidade e na extensão⁷².

O grande sertão e as veredas se complementavam em sistemas de uso da terra que combinava a agricultura nas áreas onde a água era mais fácil, na superfície, deixando o gado para as chapadas e encostas compartilhando o espaço com a coleta de frutos, resinas e madeira. Rompeu-se a complementaridade entre a chapada e o fundo de vale; entre a agricultura, a pecuária e o extrativismo.

A opção da agropecuária de grandes capitais com crescente mecanização das atividades agrícolas criou os complexos agroindustriais. A divulgação da economia de exportação lhe confere uma importância a qual deveria ser significativa para o desenvolvimento do país, na amplitude em

que o processo se realiza; porém, o paradoxo dos desertos demográficos não é estranho para ninguém; os mais modernos complexos industriais são os que menos criam empregos; a agricultura de ponta produz o avesso do ambiente propício ao dinamismo econômico; a simplificação do quadro econômico aprofunda a desigualdade dentro do país; acelera-se e exacerba-se com o crescimento do desemprego e da pobreza diante da eliminação de diferentes oportunidades de trabalho. O “agribusiness” e a agricultura familiar representam os dois aspectos da agropecuária. Enquanto a opção por complexos agroindustriais da economia de exportação com grandes capitais atraídos para algumas poucas culturas, exclui enorme contingente de trabalhadores rurais, a agricultura familiar ocupa 14 milhões de trabalhadores e produz “67% do feijão, 84% da mandioca, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e grande parte das frutas e hortaliças” (Folha de S. Paulo, A3, 14/07/06).

É um trabalho coletivo, de muitos, a ser elaborado e debatido, aquele “desenho” de hoje, que se reconheça em Guimarães Rosa na riqueza de leitura do ambiente de nosso grande escritor. No ecológico das chapadas e vales do cerrado, no grande sertão e nas veredas o ambiente vai além; certo, o ecológico não é o ambiental, não o esgota; vai além das relações políticas, sociais, econômicas e culturais; leva-nos à procura, especialmente, “... dessa vinculação do Homem à Terra – da configuração do lugar à condição humana – é que emana a universalidade que procuramos”⁷³. Esse tesouro, na compreensão de Rosa, devo ao texto do professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro.

Região urbanizada, metrópole, megalópole, macrometrópole, urbanização dispersa, megacidade, rede de cidades, são alguns dos termos em voga para o mais comentado processo de urbanização do século XX.

O conceito de “região urbanizada” para Lamparelli “é mais equânime ao referenciar problemas dentro de uma porção mais ampla de território, que coexiste como processo de urbanização estendida e diminui a importância atribuída às fronteiras políticas e institucionais entre os municípios”⁷⁴.

O impasse semântico, nos últimos 30 anos, teve de defrontar-se com a manutenção dos processos vitais os quais estruturam o ambiente de vida do homem, pois, na ilusão que seríamos libertos da natureza, acabamos nos colocando na condição de aprisionados pela natureza; aquela imagem do planeta que já tem quase 40 anos é de reflexões, entendimentos, posições diversas, complexas, contraditórias; porém são muito poucos aqueles que conseguem se manter alheios⁷⁵.

Há 30 anos, como colocado no início deste texto, o aspecto que víamos como prioritário era relacional. A volta ao tema se faz com essa permanência; continua sendo levado pela relationalidade espacial que mistura, embaralha, imbrica escalas; pelas escalas do espaço e claro, aquelas do tempo; e por estas, mudas de sentido, com as metamorfoses dos contextos; dos significados atribuídos pelos diversos grupos sociais ao mundo real em todas suas manifestações. Procurávamos, ainda na década de 1980, entender melhor a incorporação da dimensão espacial da cultura; novos aportes, nos quais muitos autores repensam o conceito de cultura e a diversidade cultural, os significados, representações e formas simbólicas ao longo da história, mantêm e tonificam nossa preocupação em compreender o sentido que os homens conferem a suas vidas na Terra. Seria a mesma procura entendida em Berque e Holanda para cidades eticamente mais justas, paisagens mais harmoniosas e mais duráveis ecologicamente, no primeiro, e as dimensões ecológica, ética, estética, no segundo?⁷⁶

Nessa simultaneidade do texto solicitado pelo colega Silvio Macedo, das antigas preocupações com a paisagem metropolitana, da volta recente em uma nova participação sobre o tema em disciplina, de novas abordagens por orientandos recentes, da proximidade que tenho com a Curitiba a qual, preventivamente, enfrenta o desafio da metropolização, deparei-me com o seminário de meu querido e antigo colega, também meu orientador na época em que “grandes aglomerados urbanos” era a expressão a qual me recobria dos impasses semânticos, eludindo

as questões conceituais implícitas. Refiro-me ao 1º Seminário Internacional sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano, em 21 e 23 de março de 2006, na FAUUSP, com a publicação de trabalho de autoria do professor Nestor Goulart Reis⁷⁷. Em pauta, o processo de urbanização de São Paulo, o mais amplo do país sob o aspecto territorial, populacional e econômico; destacadas as áreas metropolitanas e suas faixas envoltórias: além da área metropolitana de São Paulo incluíram-se Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, reunindo cerca de 30 milhões de habitantes⁷⁸.

A importância do fenômeno, do evento – contando com a participação de estudiosos internacionais – e do professor pesquisador de longa investigação sobre o tema, e a apresentação de trabalho de equipe de professores doutores, estudantes de pós-graduação em diferentes níveis, leva-nos a reunir algumas contribuições de terceiros sobre a urbanização no mundo, em geral e sobre a urbanização brasileira.

Urbanização, em geral – Porto-Gonçalves⁷⁹ em capítulo “O mito da urbanização no mundo”, observa que, ainda em 2000, 53% da população do planeta vivem em áreas rurais; para melhor clareza, informa: *“apesar da franca hegemonia da ideologia urbano-industrializadora, não é nos países industrializados que se encontra a maior parte da população urbana mundial”*. Aponta para o fato de, apesar do aumento da população urbana, a taxa de crescimento anual estar caindo (com exceção da América do Norte); também, é muito maior o crescimento nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Muitas podem ser as explicações para as diferenças; porém, não deixam de ser muito sérias as observações: *“de cada 10 habitantes em cidades no mundo, 7 estão na Ásia, na África e na América Latina e Caribe e somente 3 na Europa, EUA e Japão”*. Acrescenta – o que nos parece dado realmente importante: *“dos quase 3 bilhões de urbanos (2,923 bilhões) cerca de 924 milhões estão em favelas; ... dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e Oceania, segundo a ONU”*. E mais *“a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos – Canadá, EUA, Japão e Europa”*.

Urbanização brasileira – Taxas de urbanização de 81,2% ou de 70% ou de 57%!⁸⁰. Esses números tão díspares indicam, no mínimo, controvérsias; José Eli da Veiga afirma: *“o Brasil é menos urbano do que se calcula”*; o texto mostra que a leitura da população urbana brasileira fica prejudicada por uma regra peculiar e única no mundo; por esta regra, independente das características do município, toda sede municipal (cidade) e de distrito (vila) é considerada urbana. Acrescenta algumas verdadeiras ficções⁸¹, pelas quais a população urbana brasileira teria atingido, no ano 2000, o índice de 81,2%. Porém, deixando de lado esse tipo de anomalia, aponta: do total de 5.507 sedes de municípios, havia 1.176 com menos de 2.000 hab, 3.887 com menos de 10.000 hab e 4.642 com menos de 20.000 hab. É o mesmo estatuto legal utilizado em situações tão díspares! Diante dessas contradições, desde os anos 1950, em muitos estudos, consideram-se urbanos aqueles 4.024 municípios com menos de 20.000 hab em 2000. Por esse critério a taxa de urbanização seria de 70%.

A regra em vigor é o Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938 (ainda período do Estado Novo): determinando *“a sede do município tem a categoria de cidade”*⁸². Veiga organiza critérios segundo os quais apenas 57% da população fariam parte da rede urbana: 34% em 12 aglomerações metropolitanas, 13% em 37 aglomerações não-metropolitanas, 10% em 77 centros urbanos não-pertencentes a aglomerações (455 municípios totalizando os 57% da população); para outros 567 municípios nos quais vivem 13% da população brasileira é discutível a identificação; porém, 4.485 municípios (30% da população) são rurais, sem dúvida: sua economia é fundamentalmente alicerçada na utilização direta dos recursos naturais⁸³.

O critério utilizado por Veiga combina o tamanho populacional do município com a densidade demográfica e a localização. Ao distinguir como urbanos, de início, os habitantes das 12 aglo-

merações metropolitanas, das 37 aglomerações e dos 77 centros urbanos, pode dedicar-se ao exame dos demais; são 5.052 municípios, no ano 2000, que considerou em situação ambivalente. Adotou o critério de densidade demográfica; a evolução da densidade demográfica revela que nos municípios de mais de 100.000 hab a densidade média é superior a 80 hab/km²; entre 75 e 100.000 hab ela é de menos de 20 hab/km²; no entorno dos 50.000 hab (50 a 75.000 hab e 20 a 50.000 hab) a densidade cai para 10 hab/km². Pela combinação tamanho populacional – densidade – localização, passa a considerar:

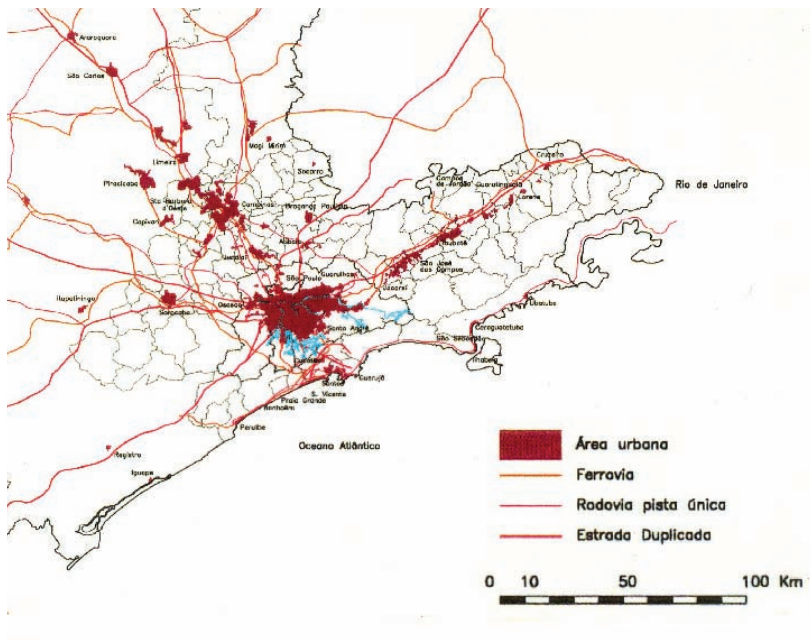
- de pequeno porte os municípios com, simultaneamente, menos de 50.000 hab e menos de 80 hab/km²;
- de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo tendo menos de 50.000 habitantes.

Os critérios, ao procurar sair da arbitrariedade, organizam uma combinação, no entender do professor J. E. da Veiga, adequada para indicação do grau de modificação antrópica do meio. Essa leitura da expressão “*modificação antrópica do meio*” pode confundir a aparência de “natural” com as modificações reais (nada mais antrópico que o cerrado coberto de soja!); porém, não é este o sentido em que é usado pelo autor; refere-se à apropriação dos “vazios” nos quais se valoriza o aspecto de “naturança” (no falar de Emmanuel dos Santos); o autor não tem essa miopia da visibilidade, esta visão “*retiniana*” – diria Duchamp – ela é bem comum, sim, entre os arquitetos⁸⁴. Mas, é importante considerar o aspecto que ele denuncia do rural visto como resíduo, com rápido desaparecimento. Pelo contrário, conforme destaca o professor Juarez Brandão Lopes, desde o prefácio, a tendência de parte substancial da população rural é para o crescimento e não para a diminuição. Outra questão levantada na publicação diz respeito à “*confusão entre o rural (noção espacial) e a atividade agropecuária*”. Esse é aspecto importante que afeta diretamente as questões socioambientais: refere-se ao desenvolvimento rural no contexto das políticas da configuração territorial brasileira.

Em “*Urbanização dispersa*” são, de início, indicadas duas escalas de observação; uma, de “*áreas metropolitanas*”, visualizada pelas fotografias de satélite⁸⁵, mostra “*uma dispersão crescente de núcleos ou pólos, entremeados de vazios, com redução de densidades de ocupação, no todo ou em partes importantes formando o que alguns autores chamam de nebulosa urbana*”. A outra escala selecionada, a “*segunda refere-se às que os arquitetos chamam de tecido urbano, ou seja, a escala na qual se definem as relações físicas e jurídicas entre espaços públicos e espaços privados, em que se definem as ruas e praças, as quadras e lotes, a propriedade (ou posse) do espaço urbano, sua produção material, bem como sua apropriação, uso e transformação*”⁸⁶.

Qual o significado da expressão “vazios” da escala maior? Como as diferentes escalas espaciais que vão desde esses “vazios” citados e o “vazio”(?) da escala da rua se comportam entre si e entre os espaços construídos? Qual o significado da leitura como “*nebulosa urbana*” sem identificar os espaços de fato urbanizados? E as conexões entre os diferentes núcleos urbanos e as interdependências entre os espaços “urbanizados” e os “vazios”? Com quais critérios de análise avaliar as diferentes questões que se levantam nessa multiplicidade de reações? Espaços de muito baixa ocupação com modos de vida urbanos não exigiriam outro critério de análise? Seriam os tecidos urbanos a categoria de análise adequada? Sem dúvida, a riqueza do texto do professor Nestor Reis deve ser cuidadosamente considerada; porém, a importância do espaço não-edificado ressalta sempre, para o bem e para o mal: para o passeio e para a violência: é por ele que cotidianamente se tece a trama urbana e regional.

Procurando simplificar minhas questões, relembro alguns aspectos que são de sentimento comum em relação à urbanização; de início, alguns daqueles percebidos como problemas, na vida e no espaço: ambientes urbanos precários, pobreza, favelização, solapamento de encostas, inundações, saneamento básico, destinação de resíduos, lixo urbano; gastos e desgastes em trânsito,



A Nebulosa Urbana
Crédito: Acervo da autora



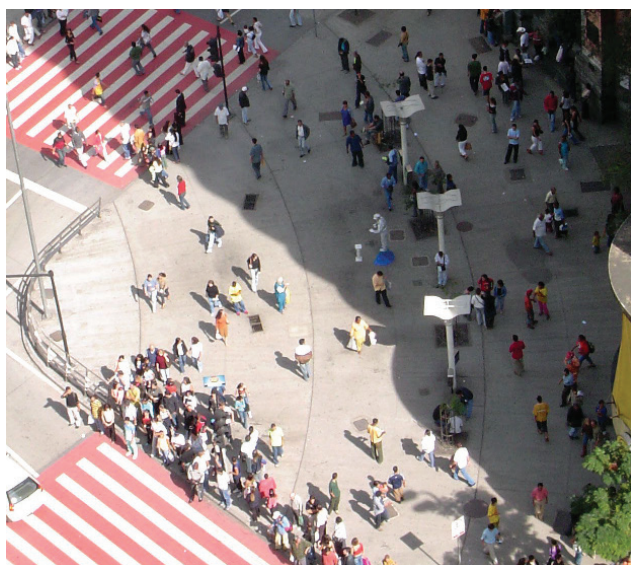
Os núcleos urbanos, urbanização espaçosa no município de Jundiaí próximo à Serra do Japi/SP
Crédito: Josefina Capitani

congestionamentos, automóvel, transporte coletivo; a mídia e o consumo, com sua estranha ideologia de realização; os poucos empregos e os problemas de trabalho; a forma padronizada da concepção de recreação.

Retomando as colocações de Veiga, nota-se que a arbitrariedade com a qual se tem feito a delimitação do urbano e do rural leva a sérias distorções ⁸⁷ na leitura de nossa visão socioeconômica. Com isso e por isso, ficam inteiramente inadequadas as políticas públicas dirigidas à população rural; partem da realidade urbana e são simplesmente “extrapoladas” para um rural visto, sem mais, como população a lidar sempre e unicamente com as atividades primárias. Surgem novas configurações espaciais decorrentes de processos profundos de mudança nas atividades econômicas que, na última década, atingem também o Brasil. É uma reestruturação produtiva, em mudanças das atividades econômicas ocorridas nos últimos decênios em todo o mundo, na esteira da abertura comercial e da exacerbação competitiva mundial.



Urbanização em Icoaracy
(Belém) – uso de orla
Crédito: Silvio Soares Macedo



Belo Horizonte – A escala de rua
Crédito: Acervo Quapá

Fora dos limites urbanos, à procura de lugares “menos artificializados pela ação do homem”, à procura “de ecossistemas” (na expressão de Veiga), surge um claro aumento de atividades de desconcentração espacial, com terceirização de atividades industriais e de serviços produtivos de novas características tecnológicas e organizacionais. Colocadas como onipresentes em espaços essencialmente rurais, chamo a atenção ser necessário observar essa presença também em espaços do interior da chamada “região urbanizada, macrometrópole, ou etc.” de São Paulo, especialmente no que se refere aos serviços produtivos.

As transformações da tecnologia digital, ao gerar mudanças na produção, nas comunicações e nos transportes, provocam a reestruturação produtiva, segundo o autor e vários outros que o acompanham na observação. Desconcentração espacial, processos de mudanças favoráveis e políticas públicas adequadas, são o cerne dos programas que Veiga enfatiza para 30% da população com tendência de crescimento e não de diminuição ou desaparecimento, como a leitura distorcida do urbano e do rural leva a crer, acoplada à observação opaca que estamos fazendo a respeito das mudanças.

De minha parte, facilita-me insistir que se examine mais e reflita-se sobre os espaços sempre “invisíveis”, os espaços “vazios” entre os diferentes, variados núcleos urbanos da megalópole.

Parte da dificuldade, apontada por Veiga, decorre da dicotomia que se criou entre a cidade e o campo; porém, a *“ruralidade não é mais sinônimo de atraso”*⁸⁸, conforme a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) resolveu assumir. A dinamização econômica de áreas rurais tem sido cada vez maior pela captação das rendas urbanas em estadias curtas, prolongadas e/ou definitivas de aposentados e famílias, inclusive em nosso país; participa, e muito, da economia local a procura e valorização de *“amenidades”*, especialmente onde se impediu a degradação dos patrimônios cultural e natural, por parte de um turismo diversificado de férias, shows, esportes, congressos, festivais, lazeres cada vez mais variados; é freqüente a incorporação de atividades terciárias nas comunidades rurais; surge a organização conjunta da agricultura e indústria; interessante levar em conta que com a revalorização do *“ambiente natural”* vários serviços de menor escala e exigências de maior espontaneidade, mais simples, facilitam a inserção de habilitações mais comuns, oportunizando trabalho para qualificações diversas; diminuindo e talvez até eliminando, a clivagem entre trabalhadores qualificados e não-qualificados.

Associa-se o território com a valorização de suas características de lugar, com a produção dos bens – sistemas produtivos – na procura do desenvolvimento. Pela expressão *“recomposição dos territórios”* alude-se a novas formas institucionais de coordenação e gestão, superando, pela articulação, as estruturas locais, fechadas em si mesmas, que se limitam a *“barganhar e mendigar”* junto das hierarquias institucionalizadas. A cooperação intercomunidades ou *“inter-comunalidade”* corresponde, no Brasil, às articulações intermunicipais microrregionais, como já se encontram em muitas situações brasileiras sob as expressões associações, consórcios, pactos, etc. Considera que o *“sistema produtivo local e o trunfo ambiental”*⁸⁹ são dois fatores decisivos – estratégicos – alcançada a coesão e a organização necessárias e suficientes para formulação e adoção de um plano local.

A crescente pluriatividade, bem como o dinamismo (chama a atenção que não o tamanho do empreendimento que pesa e sim sua dinâmica) o qual Veiga aponta para a economia familiar nas áreas rurais, volto a insistir, nota-se também nos espaços *“vazios”* da *“urbanização dispersa”*, mesmo em situações que não contam com qualquer apoio dos órgãos públicos. O autor sugere estratégias que articulem economias locais sustentáveis, tirando partido do patrimônio natural e cultural em apropriações, usos e transformações, de modo a incluir e valorizar desejos, expectativas, aspirações, valores. Essas populações *“rurais”* residem na sede, contando com acesso à água, eletricidade, correio, escola primária (como aliás nas cidades-república italianas; e assim se manteve na Itália, onde se deu início ao modo de viver urbano).

Dessa maneira ficam mais claras as interdependências das zonas urbanas, intermediárias e rurais: é um entrelaçamento criativo que *“abre”* e recompõem os territórios, cria configurações espaciais, na observação da interferência dos problemas de cada uma das zonas sobre a outra; voltam à tona contextos de complementaridade, emergem, na mobilização de programas conjuntos, à procura de ações cooperadas.

Funde-se o urbano e o regional entremeado pelo *“rural”* focalizando no local, empregos, coesão social e oportunidades de melhoria de vida. A identificação e qualificação das questões espaciais, a valorização da paisagem, aparecem com mais clareza, ficam evidentes, na trama do econômico, na medida em que a condição de concorrência está fortalecida. As parcerias (cooperação) de diferentes atores sociais, privados, públicos, locais, regionais, nacionais passam a ser necessárias e bem-vindas; diversificadas, podem operar mudanças significativas na paisagem socioeconômica territorial.

Os processos de dinamismo de municípios *“atraentes”* (em sua expressão) que, apesar de rurais, tiveram crescimento de população acima da média nacional, ao contrário da idéia persistente de êxodo rural, levam a perceber *“ilhas”* de prosperidade que Veiga procura multiplicar e criar

“arquipélagos” de desenvolvimento. Sua hipótese de trabalho (de pesquisas de projeto em curso) parte de algumas idéias nas quais a reestruturação produtiva é a matriz dos processos benéficos; é maior a facilidade de ocorrência do processo ou, em outras palavras, o desenvolvimento se privilegia, fica facilitado, em áreas que já apresentam determinadas características favoráveis de sua população (traços culturais, nível educacional) ou um meio físico pouco artificializado; considera-se importante o papel da ação de políticas públicas (educação, difusão de modernos meios de transporte e comunicações); como meio básico, vista como área-chave da política pública é o incentivo à criação de cooperativas, associações, “redes sociais”⁹⁰.

A configuração territorial que instiga a sinergia já havia sido apontada por Jacobs, 2001, ao mostrar a diversificação das economias locais como interessante para o desenvolvimento, comparando com a especialização induzida pelas mesmas; coloca-se ênfase nas habilitações que geram aptidões ou competências as quais decorrem da expansão das habilitações. Novamente fica enfatizada a importância da interação em diversidade, complementaridade, interdependência; redes de organizações coletivas levam a mudanças do nível de solidariedade e conseqüente participação e reivindicação do aumento do custeio público de serviços sociais; reforça-se mais a complementaridade e melhor se debate o conflito.

Chama a atenção a multiplicidade de maneiras de os processos de desenvolvimento se apresentarem em diferentes lugares; em particular, o professor Juarez B. Lopes aponta a importância para que as diversas ações públicas se situem em um único contexto consistente e sinérgico de desenvolvimento no qual, mutuamente, sejam reforçadas as políticas e processos espontâneos de mudança.

As interdependências e complementaridades são atributos que voltam a se fazer notar em todas as escalas; é o contexto e a trama que interagem, em circularidade dinâmica na escala do entorno do local, da comunidade, do bairro, dos setores, das cidades, das regiões urbanizadas. As intervenções que se produzem são inscritas (por formas) no espaço; pontuais, agem por reconfigurações plurais, na medida em que rearticulam fluxos, conexões entre lugares; criam-se dinâmicas socioeconômicas, sujeitas à reciprocidade e à sinergia que valoriza as diversidades. É de nossa atividade a participação para, como propõe Berque, venha a ser “*cidades ecologicamente duráveis, belas e eticamente justas*”.

Notas

- (1) Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, meu colega e amigo, incansável para novas frentes, coloca-me em uma encruzilhada: o velho tema, básico de nossas muitas aulas na década de 1970, de livre-docência, do muito antigo artigo sobre Parques Urbanos no II SEDUR; das muitas dissertações e teses que vivemos em todas as etapas de cada um dos novos docentes e pesquisadores. Como se sentir nesse novo encontro com os espaços livres de edificação? Reprise, “sessão nostalgia”? Quando se tem um acervo de muito trabalho sério, que é a experiência dos novos colegas, dos muitos esforços e talentos no ensino, intervenções, reformulações; quando nos é gratificante ver quanto esses novos colegas sabem bem mais do que eu sobre muitos dos assuntos, os quais anos atrás só os iniciamos – Qual a releitura? Corrigir, alterar falhas, visões?; reler: é significativo? A nova interpretação tem contribuição? Continuidades, permanências, interações, reafirmam-se; alguns aspectos se iluminam – ampliam-se; outros perdem o destaque; necessários novos estudos, especialmente em questões as quais não se generalizam. Um entendimento do contemporâneo, que ao se despedir de “pesos” de nossa geração, faça destes memórias e experiências a valorizar sentimentos e mentes para um “mundo da vida” belo, justo, solidário com o outro – diferente em cada um – de cada um consigo mesmo, nesta paisagem em que solo, sol e sonhos são de todos e de cada um.
- (2) À diferença de uma geração, o ensino de Paisagismo em faculdades de arquitetura do país muito se ampliou; muitos os trabalhos desenvolvidos no âmbito de pesquisas e ensino por teses, dissertações, artigos, cursos, palestras, planos e projetos; docentes e discentes organizaram intenso intercâmbio, entre vários centros, grupos, laboratórios de pesquisa; organizaram-se colóquios, seminários e encontros; sobressai-se a capacidade de manter e desenvolver os Enepeas.
- (3) Citação de nosso artigo O parque no desenho urbano, publicado nos *Anais do II SEDUR*.
- (4) Essa expressão “ligante” utilizada pelo colega Décio Rigatti em vários de seus textos (*Revista Paisagem e Ambiente*) indica a clareza que ele adquiriu em um dos aspectos o qual enfatizávamos na abordagem.

- (5) PMDI – GSP – elaborado em 1970 – responsabilidade: governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado dos Negócios da Economia e Planejamento; Grupo Executivo da Grande São Paulo – GEGRAN; Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU; ASPLAN S. A – Assessoria em Planejamento; GPI – Grupo de Planejamento Integrado Ltda.; Neves & Paoliello – Sociedade Civil Ltda.
- (6) Estudos, disciplinas, cursos, exames, bancas, orientações, colóquios, atividades em planos e projetos são experiências importantes – necessárias. Insuficientes, sem o indispensável desafio da investigação da paisagem brasileira, enquanto manifestação da cultura de sua sociedade no território, em temporalidade que é aquela da formação dos “domínios paisagísticos” (de Ab’Saber) e das apropriações pelas culturas dos diferentes povos os quais vieram a constituir o que se tem entendido como “povo brasileiro” (de Darcy Ribeiro). Ainda e muito especialmente, com qual conhecimento interpretar, “ler”, a construção humana da paisagem perante o dilema do ambiente? Um outro, um novo desvelar, é ainda muito preso, trancado em pensamentos, elaborações, categorias, ... ainda muito prejudicada a contribuição para fundamentação teórica.
- (7) BENÉVOLO, 1979, vol. 2, p.19.
- (8) MUMFORD, 1955, p. 394; 382-383.
- (9) MUMFORD, 1955, p. 377, 1955: falava Engels contra Feuerbach: “são precisamente as más paixões do homem – a cobiça e a paixão pelo poder – que, desde que surgiram o antagonismo de classe, atuam como alavancas do desenvolvimento histórico”.
- (10) BRAUDEL, 1989, p. 284-287. Ao considerar as civilizações da Europa, Braudel coloca “sob essa vasta etiqueta, não apenas o Ocidente, a velha Europa, mas também as novas: as Europas da América, que dela derivam diretamente”. A “velha Europa” a que se refere, a Europa Ocidental, constituída enquanto espaço homogêneo, enquanto casa abrigada, corresponde à extremidade ocidental da península européia.
- (11) OKAMOTO, 1996, p.110 – é do artista plástico Georgy Kepes essa relação da existência móvel; terra, sol, árvores, flores, nuvens, luz e sombra experimentados pelo homem em mudança cinética.
- (12) O afunilamento de uma visão unilinear que destaca um processo único, empobrece, estreita a experiência cultural – limita a experiência do espaço à mera interpretação física, resíduo que acolhe objetos no vazio. O espaço tangível da bailarina Martha Graham (citado por OKAMOTO, p. 119), ao desenvolver sua dança moderna por meio de sua experiência dos espaços, ao fazer os alunos sentirem e tocarem o espaço como matéria, apoiando, gesticulando, desequilibrando-se em posturas, como se estivessem apoiando-se em algo no espaço, recorda-nos as procuras de Halprin no ensino em Paisagismo. Pelo menos desde a década de 1970 se lida no ensino com a interação espacial, relação do homem com seu meio e aquela entre os homens no espaço social (proxêmica); pensamento, abdução, compleição pertencem aos currículos dos arquitetos.
- (13) TUAN, 1983 e 1974.
- (14) Bruno Zevi, bibliografia básica nas décadas de 1950 e 1960, colocava como matéria-prima do arquiteto o espaço interno do edifício construído; a criação do espaço carregou, no período, uma conotação física relacionada a funções categorizadas pelo que se chamou “Carta de Atenas”; visão limitada da materialidade da arquitetura, prejudicou compreensões que ainda se mantêm, setorizadas. A sempre falada “integração” não chegou a abalar alicerces da dura, rígida objetividade racional.
- (15) PAZ, 2004, p. 25 – A seleção proposta (sociabilidade, mobilidade, territorialidade) limita-se a instigar o interesse pela abordagem; é trabalho de outro alcance a construção da fundamentação teórica. Mas, aventa-se que não há fatura neutra; a fatura deve ser desalojada de seu contexto original, perde seu significado fica vazia. Em nossa atividade, desde sempre, partimos de uma espacialidade peculiar, inscrita na temporalidade da natureza; herança de processos naturais de milhões de anos, com as faturas que, em outras durações, desde os primeiros povos – com o legado da primeira singularidade – vem sendo remodeladas na dinâmica das culturas.
- (16) Heidegger, citado em NORBERG-SCHULZ.
- (17) Essa expressão, unidade político-espacial, realidade material e simbólica, traz, em seu bojo, uma jurisdição de poder em que o titular é o Estado; é a legitimação do Estado que se pretende, ao apregoar o sentimento de pertencer a uma unidade política de base espacial que enaltece riquezas naturais, extensão do espaço, diversidades paisagísticas nas quais ao povo ficou fazer a conquista territorial.
- (18) Estou indicando a forma clássica de fazer-se a leitura pela “veduta” que associa país à paisagem e unificação à laicização, conforme Alain Roger em SALGUEIRO, 2000, p. 35; porém recuo a indicação para Lorenzetti, que ele menciona como uma das primeiras paisagens ocidentais; mas, para Roger faltaria a laicização dos elementos naturais, árvores, rios, etc., que só virá com a perspectiva. É pela leitura dos campos e da cidade ainda no período obscuro (pré-renascimento) das cidades-República, em tempo e lugar da gênese do Renascimento, que privilegio a representação, mesmo não-enquadrada pela janela no interior do quadro. Heresia histórica?
- (19) São dois processos simultâneos, frutos de um mesmo universo cultural. O colonizador dos descobrimentos faz o Novo Mundo, à sua maneira, à sua semelhança; procura reconstruir a Europa, recompondo estruturas e reforçando comandos e controles. Os indígenas antes e os mestiços depois haveriam de reconstituir o “harmonioso” das artes do Renascimento europeu; haveriam de encontrar-se na imagem de Deus que a catequese da Igreja carregava. Rafael, Michelangelo, Leonardo eram os mestres artífices dos modelos nos quais todo um continente se transformava, pela tragédia. A perfeição dos modelos se fazia com uma população que, na época dos des-

- cobrimentos, era de 80 milhões de habitantes, reduzida em cinco séculos de convívio com o europeu para 3,5 milhões de habitantes.
- (20) KRANZFELDER, 2006, p. 190; do autor do livro: “... a luz simboliza o domínio da Natureza e penetra na casa construída pelo homem, a civilização, traçando limites bem delineados. ...”
 - (21) PAZ, 2004. Em um primoroso trabalho Octavio Paz reúne dois ensaios de um encontro mantido com M. Duchamp. A riqueza do texto merece várias leituras e reflexões para as muitas interpretações da obra.
 - (22) PAZ, 2004, p. 27. Por isso a arte, segundo Aristóteles, é imitação: o poeta imita o gesto criador da natureza. O chinês leva essa idéia à sua última consequência: escolhe uma pedra e põe sua assinatura. Inscreve seu nome em uma criação e sua firma é um reconhecimento – no Renascimento, Filarete exigiu que os artistas assinassem seus quadros; assim se tornavam a expressão da individualidade de seu criador. Adquirem também valor de mercado, pois o valor também vai incluir o prestígio da assinatura. Passam a pintar a si mesmos, privilégio pertencente aos santos, aos nobres e grandes burgueses.
 - (23) PAZ, 2004, p.17. O elemento hilariante não torna as máquinas mais humanas, mas “conecta-as” com o centro do homem, com a fonte de sua energia: a indeterminação, a contradição.
 - (24) PAZ, 2004, p. 63. É um estado de ânimo que, além de aceitar a contradição, nela busca seu alimento e fundamento.
 - (25) Essas são evocadas em Picasso, Kandinsky, Klee, Chirico; e melhor se penetra o período com as parcimoniosas presenças de seus irmãos Villon, de Picabia, Apollinaire, Mallarmé e Laforgue.
 - (26) MARTINS, 1996, p. 111-116.
 - (27) Trata-se de pesquisa da disciplina Sociologia da Vida Cotidiana, 1995, parte do programa de pós-graduação FFLCH – Departamento Sociologia, publicada em MARTINS, 1996. O texto faz leitura de uma coleção de 180 sonhos com método preparado para as características das entrevistas. A pesquisa, apesar de mais de dez anos, pareceu-nos interessante estudo.
 - (28) MARTINS, 1996, p. 115.
 - (29) Legado ocidental – usando principalmente Braudel, 1989, nas conceituações do ocidental.
 - (30) Seleccionamos período de cidades antes da Revolução Industrial e ainda, na condição de produtor, está próximo da habitação; ele produz o principal para si. De certa forma as cidades estavam condenadas a serem pequenas; a energia para o processo de trabalho era basicamente a biomassa, para o alimento dos homens, para os animais de tração e para a metalurgia de guerra. A atividade agrícola estava espacialmente ligada à pecuária que fornecia o adubo (esterco) e o trabalho de tração; bosques e florestas forneciam lenha para as vilas, povoados e cidades. (Complementações em PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 27) / as atividades de subsistência ocupam os lugares do entorno do povoado; assim se mantêm nas pequenas cidades alterando-se vagarosa e diferencialmente para cidades maiores, conforme se facilita o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa; mudanças de tecnologias e peculiaridades geográficas de aproveitamento virão alterar as escalas do urbano e dos espaços de produção. A Roma de um milhão de habitantes não foi considerada nessa seleção visto que seu abastecimento se deu por meio da condição imperial (de conquista) sobre o mundo da época ocidental (sobre esse tema ver READER, 1988, p. 225- 228).
 - (31) SALGUEIRO, 2000, p. 34. Alain Roger, no que denominou *raison paysagère* com base em Augustin Berque, *Les raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse*, Paris: Hazan, 1995.
 - (32) Mais particularmente, em setores em que a degradação facilitava fossem vistos como adequados para “investimentos”.
 - (33) WALEY, 1969, é texto especialmente esclarecedor sobre as cidades que se distribuem logo ao norte de Roma; elas mantêm até hoje um fascínio de vitalidade comunitária e um simpático caráter de espaços públicos; soa assentado em lembranças de há sete séculos preservadas; fácil – e isso impressiona – que vários entre sua gente tenham referências, amplas e requintadas ou simplificadas e corriqueiras, à coesão da vida, aos hábitos de fraternidade; sae pelas ruas, vielas, praças, balcões de café da *pasticceria*, restaurantes do campo, no trato entre pessoas as quais, à primeira vista, seriam estranhos.
 - (34) Há alguma confusão no uso das expressões; para esclarecimento, estamos usando “cidades-república” e reservando “cidades-Estado” para as helênicas. HOLANDA, 2002, traz elementos espaciais de interesse em relação às sociedades feudais européias e a dicotomia cidade/campo; no caso em tela a situação é muito diferente daquela encontrada na França.
 - (35) HOLANDA, 2002, p. 255 – p. 422, Holanda acrescenta que a urbanidade de Florença não impediu o surgimento de tiranias; assim, segue que Brasília, por si própria, nunca impedirá a instalação de uma democracia plena no Brasil !!
 - (36) Esse tópico pode ser complementado em WALEY, 1969, BENÉVOLO, 1979, vol. 3, BRAUDEL, 1989.
 - (37) Ilustrações e análises ampliadas estão em ALEX, 2004 – livro no prelo a partir da tese que se indica.
 - (38) Sobre o desflorestamento é fácil a consulta a várias publicações da década de 1970; exemplo: DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Blucher/Edusp, 1973/Munford e Reader foram apoio para as questões sociais e econômicas.

- (39) São muito diferentes os períodos da vida grega; selecionaram-se alguns poucos aspectos básicos próprios à abordagem adotada. A posição favorável de Aristóteles à existência de escravos é bastante conhecida/também passou à literatura urbanística a idéia grega de cidades com 5.000 hab.
- (40) Do latim *contextus*, reunião, conjunto – conjunto das condições naturais, sociais, culturais, nas quais está situado um enunciado, um discurso. Conjunto das circunstâncias nas quais se produz um acontecimento, situa-se uma ação. Um conjunto de condições naturais, sociais e culturais caracteriza um contexto.
- (41) Giancarlo de Carlo, revista *Spazio e Società*, n. 42, 1988.
- (42) Por suas portas, janelas, dimensões, proporções, formas com outros espaços – viela, beco, ladeira, largo, adro, pórtico, rua, praça, avenida, via expressa, rodovias, etc.
- (43) Dimensões, proporções, luz, sol, sombras, ventos, diferentes circular e estar, confortáveis, convidativos, aconchegantes, opressivos, congestionados, inóspitos ...
- (44) Cidade (do latim *civitas*, *civitatis*) pela própria origem: relações humanas – casa da sociedade, da urbanidade *civilidade* – urbanização (*urbs*, *urbis* – cidade – *urbanitas*, *urbanitatis*) – urbano.
- (45) Continente (do latim *continens*, *continentis*, que é ou o que contém alguma coisa)/conteúdo (o que está contido – fig. substância, sentido) – Todas as expressões a partir do *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*.
- (46) Processo (do latim *processus*, ação de avançar, ir para frente – método, sistema – seqüência contínua de fatos que apresentam certa unidade, ou que se reproduzem com certa regularidade; andamento, desenvolvimento).
- (47) Forma (do latim *forma*, maneira de ser – aparência – maneira de exprimir... – maneira de apresentar-se – cada uma das diferentes configurações); configuração (do latim *configuratio*, forma exterior, aspecto, figura, aparência); formação (do latim *formatio*: ação ou efeito de formar ou formar-se – modo por que uma coisa se forma; formado (que recebeu forma, modelado); formador (do latim *formator*, que ou o que dá forma, que cria).
- (48) Cidadãos romanos, súditos da ditadura papal não tiveram com o que se manifestar quanto aos critérios adotados para com as transformações da Roma barroca.
- (49) Aquela anterior às expansões caóticas após a Segunda Guerra Mundial.
- (50) GIERDION, S., 1954, p. 71-101.
- (51) Sistema (do grego *systema*) combinação de partes coordenadas para um mesmo resultado, ou de maneira a formar um conjunto; conjunto de elementos relacionados entre si de modo coerente – conjunto organizado de princípios coordenados de modo a formar um todo científico ou um corpo de doutrina – conjunto de elementos considerados em suas relações no interior de um todo que funciona de modo unitário – conjunto de procedimentos, de práticas organizadas, destinados a assegurar uma função definida.
- (52) Citado em *Anais do II ENEPEA*, p. 13, por Miranda Magnoli.
- (53) HOLANDA, 2002, p. 422. Infelizmente esse aspecto não fez parte de seu estudo de Brasília, pois o escopo que se propusera era a co-presença, em um sentido conceitual de desempenho espacial no interior das formas urbanas.
- (54) SCHULZ, 1980, p. 6.
- (55) SAUER, ainda em 1925, lidava com a paisagem cultural; nesse tema muitos são os trabalhos, desde o século XIX; em vários campos da arte, teatro, literatura a paisagem é focada, em si ou como metáfora. Lembre-se, entre os mais difusos, Panofsky e Schorske – Viena, *fin de siècle*. Entre os paisagistas mais ligados à escola californiana, Berkeley em particular (caso da influência na FAUUSP), a preocupação é antiga, surgindo em muitas singelas “explicações” de projeto; cabe levar em conta as influências e decorrências do Simpósio *Man’s role in changing the face of earth* da relação com as artes plásticas, mente e natureza. O texto de Simonds, *Landscape architecture* é de 1961; encontrava-se acessível às bibliotecas brasileiras; assim, o conhecido artigo de Meinig, *The beholding eye*, publicado na revista *Landscape Architecture*, 1966; mesmo sem pretenderem criar fundamentação teórica, comuns no ensino, lidavam com o tema.
- (56) Trazer uma pequena síntese e recomendar o estudo de ambos não visa à receita; porém acredito no interesse da leitura.
- (57) SALGUEIRO, 2000, p. 41.
- (58) Os estudos humanos (poesia, filosofia, matemática, história, eloquência – fusão entre retórica e filosofia) fez a Reforma, baseada em estudos humanísticos – ficavam indissociáveis do aprendizado o domínio das línguas clássicas (grego e latim); mais tarde do árabe, hebraico e aramaico. São excluídos os textos medievais; aceitos só autores da Antiguidade clássica – ver também Humanistas em BRAUDEL, p. 313-333.
- (59) Não se abordaram inúmeros aspectos. Alguns aperfeiçoam muito a abordagem selecionada – Petrarca, Michelangelo, Rafael tiveram influência decisiva até os séculos XIX – XX – as cidades italianas são o berço da arte renascentista – o espaço na pintura é importante na Escola de Pádua com Giotto – a ciência, especificidade ocidental – arte e ciência – perspectiva e totalidade – *virtù* do Quatrocentos ... *uomo universale* de Alberti, o indivíduo pensante de Descartes, Siena, a paisagem, a representação da paisagem natural e dos campos na pintura – prodigiosa riqueza de manifestações variadas e divergentes – a ambigüidade em Dante Alighieri – Boccaccio e as narrativas de cidades da Toscana.

- (60) A elite mercantil, fundiária e intelectual constrói a cidade, as igrejas, palácios e villas, entre a água e a *terraferma* pelas concepções de Andréa Palladio em uma paisagem *palladiana* típica do novo poder.
- (61) Os homens haviam aprendido com as cheias e vazantes dos rios; lidaram, por milhares de anos, com a fertilidade do solo, com o sol, água, ar e fogo. Até passado relativamente recente, na própria Europa, a potencialidade dos agroecossistemas mantinha-se, basicamente, pelo sistema da cadeia produtiva, na associação da agricultura com os diferentes animais; estes fornecendo adubos (esterco) – produção e rejeito se organizavam em um equilíbrio em que uma e outra parte contribuía; complementavam-se, em interdependência de recursos e de aumento das condições de sustentação econômica do empreendimento. As culturas de alimentação, mistas em face da relação de diferentes plantas com o solo, com a rotação, contribuíam para a conservação da fertilidade dos solos e a variedade de alimentação. A dissociação, relativamente recente, rompe o sistema único da cadeia produtiva.
- (62) BRAUDEL, 1989, p. 297 – também desde p. 294 (séculos XI-XVIII) – p. 299 direito de cidadania.
- (63) BRAUDEL, 1989, p. 313 – interessante o diálogo com o cristianismo trazido pelo autor – p. 314, humanismo e emancipação progressiva do homem.
- (64) Duna – elevação móvel de areia depositada pelo vento dominante, nas praias e desertos – Dito pelo autor, Dino Magnoli, sobre a imagem, gerada em computador, dez. 2005 : “O impulso para esta cena veio de uma bela imagem da revista Terra, mostrando uma caravana com fundo de dunas fascinantes. Lembrei de uma história de ficção científica sobre um povo nômade, vivendo num deserto, em um outro mundo: ‘a história é duna’, Frank Herbert. *Dei tons noturnos à cena e coloquei Júpiter no céu, bem perto, buscando uma atmosfera surreal.*”
O “vazio” do deserto é denso, Braudel nos chama a atenção para o Islã: “impensável sem o movimento de suas caravanas através de seus vastos ‘mares sem água’, os desertos e estepes de seu espaço, impensável sem suas navegações no Mediterrâneo e, pelo oceano Índico, até a península Malaia ou a China.” Cidades, rotas, navios, caravanas, peregrinações formam um só todo: são feixes de movimentos, linhas de força da vida muçulmana.
- (65) MONTEIRO, 2002, p. 29. Guimarães Rosa, no índice do livro *Corpo de baile*, reúne os três “contos” sob a expressão parábise. Monteiro, em pé de página, por via do *Dicionário Aurélio*, registra o momento do teatro grego e complementa, assim, o intervalo crítico em que o autor expõe sua opinião ao público.
- (66) *Espaço Urbano*, IPPUC 40 anos, p. 14.
- (67) *Mundo*, ano 14, p. 12, março/2006.
- (68) PORTO-GONÇALVES, p. 188, 2006.
- (69) Complemento com citação de Luiz Eduardo Soares em *Mundo...* ele põe em questão se “isso é população urbana ou algo para o qual não se tem o nome adequado, talvez população acampada; deixa de ser rural, não é urbana; carrega do urbano problemas que não teria no rural (as piores condições de riscos naturais – inundações, solapamento de encostas, doenças pela contaminação das águas, etc; insegurança social, assassinatos, criminalidade); oprimidos pela sociedade e suas instituições formais e amedrontados pela marginalidade e criminalidade com suas próprias organizações”.
- (70) “Durante a década de 70, a arquitetura brasileira divulgou no ensino a auto-construção estudada na década anterior em centros de pesquisa e universidades européias e americanas para os países do terceiro mundo. A fundamentação idealística e a valorização da ‘cultura da pobreza’ ilude, evita, se furta a uma série de fatores que estão na base da questão e possibilita o caminho para que a pobreza transitória seja duradoura. A auto-construção vem acoplada à extensão do tecido urbano limítrofe a áreas já sem serviços ou inteiramente isolados do tecido por um vazio reservado para posterior ocupação. O baixo custo do terreno é o argumento usado para essa localização que, de quebra, a mais, ainda identifica espacialmente a segregação.” (MAGNOLI, M., 1982). Nessa época se procurava, no ensino, adensar em situações de uso diversificado e misto, as áreas próximas às novas estações do metrô da zona leste; outras disciplinas, pensavam que os estudantes deveriam aprender arquitetura observando como a população construía junto da Guarapiranga; as imagens com a população pretendiam passar a idéia de participação; a segregação programada... passou batido.
- (71) PORTO-GONÇALVES, p. 193, 2006. A pegada ecológica ... seleciono os extremos de 461 hectares para América do Norte e de 45 hectares para Índia ... “uma verdadeira dívida ecológica das populações urbanas para com as rurais, dos países industrializados e suas populações para com os países agrícolas e suas populações e, sobretudo, das populações ricas em relação às pobres”.
- (72) A associação entre atividades agrícolas, pecuárias, bosques e florestas, foi citada em parte das n. 31, n. 62. O abandono das práticas de controle do ciclo de fertilidade e de sustentação dos agroecossistemas levou a rápidas mudanças tecnológicas, baseadas no divórcio artificial entre a agricultura, o ambiente do ciclo da vida e as apropriações complementares e interdependentes. Agora, decuplica-se a disponibilidade energética com consumo de combustíveis (rapina do acervo geológico) e águas, emprego cada vez maior de fertilizantes químicos e de pesticidas tóxicos. O processo de modernização da agricultura acarretou cada vez maior especialização produtiva e decisiva simplificação dos cultivos; a redução da diversidade genética e diminuição da capacidade de autodefesa das plantas com várias patologias ficou à mostra; técnicas e gestão dos solos inadequadas manifestam-se nos fenômenos de erosão, escorrimento superficial das águas, perda de reposição dos lençóis freáticos, desertificação e amplos alagamentos em zonas rurais, contaminações dos solos, águas e ar.

- (73) MONTEIRO, 2002, p. 38. Guimarães Rosa me fora difícil; de volta graças ao geógrafo, Prof. Dr. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, em encontrou casual na Bienal do Livro; não sabia que estaria lançando seu novo livro, *O mapa e a trama*, 28 de abril de 2002/chegam alguns poucos amigos enquanto se conversa; volto depois ao Rosa e a Figueiredo Monteiro: é muita a trama a tecer, mas é com emoção, respeito, admiração que vislumbro linhas de tessitura para o espaço brasileiro.
- (74) *Espaço Urbano*, IPPUC 40 anos, p. 12 – No artigo *Metrópole ou cidade urbanizada?* Indicado em nota 67.
- (75) DEAK & SHIFFER, p. 14, 2004 – fazem o comentário: “planejamento urbano chegou a ser promovido como atividade obrigatória pela Constituição de 1988, mas permanece restrito a iniciativas isoladas e anêmicas que, na melhor das hipóteses, arrolam ‘problemas’, mas nem preconizam e muito menos propõem ‘soluções’, a não ser pífias, mas que amiúde simplesmente procuram desviar a atenção das áreas críticas do processo urbano, promovendo problemas falsos (como conservação da natureza), intangíveis (como qualidade de vida) ou inócuos (como impacto ambiental)”.
- (76) SALGUEIRO, p. 47, 2000 e HOLANDA, 2002.
- (77) REIS, 2006 – *Notas Sobre Urbanização Dispersiva e Novas Formas de Tecido Urbano*.
- (78) Termos e dados de REIS, 2006, p. 12.
- (79) PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 181-183 – população urbana: de 37,9% para 47%, de 1975 a 2000; crescimento nos países desenvolvidos: de 70% para 76%, e de 26,8% para 39,9% nos países em desenvolvimento.
- (80) Chama a atenção a controvérsia, para a qual não temos condições de comprovação. É sugestivo o subtítulo do texto de José Eli da Veiga: *Cidades imaginárias*.
- (81) União da Serra, no Rio Grande do Sul, no Censo Demográfico 2000, só encontrou 18 habitantes.
- (82) VEIGA, 2002, p. 55 – Após 63 anos, a promulgação do Estatuto da Cidade, em regulamentação prevista na Constituição Federal de 1988, apesar do título e da profusão, não define o que é cidade!
- (83) VEIGA, 2002, p. 56.
- (84) Não é tão diversa do espaço urbano com a leitura do espaço delimitado por uma linha envoltória que encerra todos os edifícios contíguos; da superfície coberta por construções de maneira contínua (de Chabot) ou do “*brick and mortar*” de Fawcett; continuidade e contigüidade, noções afins de diferentes conceitos os quais, ainda em 1952, Sorre questionava e introduzia a região do assentamento e a paisagem urbana estreitamente associada ao espaço urbano e região.
- (85) O mapa permite leituras ambíguas com o satélite em distâncias do “universo”: é a “grande escala”; a representação que procura identificar os espaços de fato urbanizados, na escala dos homens, indica forte prevalência dos chamados vazios. Sem dúvida, as microrregiões que estão inseridas em uma aglomeração são, essencialmente, urbanas nos modos de vida. Similar ao que já aconteceu com a imagem do planeta há quase 40 anos, parece que sucede com a “nebulosa” urbana, extensa, contínua, núcleos “entremeados de vazios”; Homogeneiza-se o que é heterogêneo por uma leitura interessante, mas intrigante; exige a circularidade do trato dinâmico entre muitas diferentes escalas,
- (86) REIS, 2006, p. 13.
- (87) VEIGA, 2002, p. 25. O professor Juarez Brandão Lopes, no prefácio, considera que “as interpretações da realidade rural não são simplesmente insuficientes”; expressa que são: “más”, avaliando como questão grave, da maior importância.
- (88) VEIGA, 2002, p. 98 – OCDE – p. 97, 101, 102, a idiotia rural desde Engels – p. 106, avanço associado ao desmatamento – p. 107, colonialismo, frustrações de safra e seguro.
- (89) VEIGA, 2002, p. 39 esclarece que a importância das conjecturas sobre os sistemas produtivos locais ficou mais clara quando os pesquisadores se debruçaram sobre o fenômeno que veio a ser chamado de “*Terceira Itália*”: era o dinamismo de certas microrregiões italianas, justamente a partir dos anos 1970, quando quase toda a economia mundial entrava em retração. A indicação do n. 109 de *Process Architecture* referente ao Veneto traz elementos interessantes e abrangentes da relação entre a qualidade da sociedade urbana e as características da urbanização nas diferentes escalas de espaço e tempo.
- (90) O livro compila dezenas de artigos escritos em anos muito recentes; as questões voltam freqüentemente com novos exemplos e argumentos. Sintetizamos só alguns dos aspectos; talvez não suficientes para a curiosidade que o tema e a proximidade de questões similares nas metrópoles pode suscitar.

Bibliografia

- ALEX, Sun. *Convívio e exclusão no espaço público: Questões de projeto da praça*. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BARRETO, Cláudio M.; CHIESA, Paulo. *Metrópole ou cidade urbanizada? Espaço Urbano IPPUC 40 anos*, Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, n. 8, dez. 2005.

- BENÉVOLO, Leonardo. *Diseño de la ciudad*. Versão cast. Francesc Serra i Cantarell. Barcelona: Gustavo Gili S. A., 1977.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. Tradução Antonio de Paula Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- GIEDION, Sigfried. *Spazio, tempo ed architettura lo sviluppo di una nuova tradizione*. (Ed. ital. Enrica e Mario Labò). Milão: Ulrico Hoepli Ed., 1954.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. São Paulo: Beca, 2001.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução Sandra Valenzuela; verif. téc. Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.
- MANCUSO, Franco; BRUTTOMESSO, Rinio. Veneto italian life style scenario. *Process Architecture*. Tokio, Japão: n. 109, abr. 1993.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *(Des)Figurações – A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: Ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis-SC: Ed. da UFSC, 2002.
- MUMFORD, Lewis. *A condição de homem. Uma análise dos propósitos e fins do desenvolvimento humano*. 2 ed. Tradução Miranda Reis. Porto Alegre: Ed. Globo, 1955.
- NORBERG -SCHULZ, Christian. *Genius Loci – Towards a phenomenology of architecture*. Nova York: Rizzoli International Publications, 1980.
- OKAMOTO, Jun. *Percepção ambiental e comportamento*. São Paulo: Ed. Plêiade, 1996.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- READER, John. *Man on earth*. Nova York: Perennial Library, 1990.
- REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: Velhas questões, novos desafios. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord., Edit.). *Paisagem e arte: A invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *O renascimento*. 29 ed. São Paulo: Atual, 1994.
- SORRE, Max. *El paisaje urbano*. Buenos Aires: Ediciones 3, 1952.
- TUAN, Yi Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.
- WALEY, Daniel. *Las ciudades-republica italianas*. Madri: Ediciones Guadarrama, SA, 1969.
- WILKINSON, Richard G. *Pobreza e progresso – Um modelo ecológico de desenvolvimento econômico*. Tradução Cristina Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ESPAÇO LIVRE – OBJETO DE TRABALHO

OPEN SPACE

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: mmemm@uol.com.br*

FUNDAMENTOS

RESUMO

Este texto introduz conceitos básicos para o entendimento do Paisagismo – no caso, o de paisagem e espaços livres, aproximando-se em bibliografia específica e em sínteses elaboradas em decorrência de pesquisa efetuada sobre aspectos da paisagem metropolitana de 1979 a 1982. Divide-se em duas partes: Intervenção e Presença do Homem na Paisagem e Funções, Formas e Distribuição do Espaço Livre.

Palavras-chave: Espaço livre, paisagem, cultura, natureza.

ABSTRACT

This paper introduces two of the basic concepts of landscape architecture: landscape and open space. It was the result of an extensive research process developed between the years of 1979 e 1982. It's divided in two parts: the Landscape ant the Man and open Spaces: Functions, Forms and Distribution.

Key words: Open space, landscape, culture, nature.

ESPAÇO LIVRE – OBJETO DE TRABALHO

OPEN SPACE

Intervenção e Presença do Homem na Paisagem



Foto A: Vista aérea – Montanhas nevadas no Alaska
Crédito: Silvio Macedo, 2003



Foto A2: Elefantes na Savana – Parque Masai Mara, Quênia
Crédito: Silvio Macedo, 1997



Foto A3: Parque Nacional, Quênia
Crédito: Silvio Macedo, 1997

O termo paisagem permite acepções as mais diversas: em sua complexidade envolve as mais variadas idéias; a acepção varia conforme a referência, a formação disciplinar. A ampliação de necessidades globais do homem estendeu o campo de conhecimentos. O homem ampliou sua ação (criação de paisagens) sobre a Terra em graus maiores e em tecnologias as mais diversas. Em relação à intervenção antrópica podemos distinguir a presença do homem em:

- Paisagens derivadas quase diretamente do hábitat natural da região (florestas, desertos, etc.). As intervenções se deram, em geral, em épocas muito anteriores (devastação de florestas e erosão do solo na Europa, ampliação do Sahara no Sahel, etc.). São basicamente paisagens onde o homem está ausente ou a população humana é rarefeita e não vive de trabalho intenso na terra (ex.: caça, pesca ou áreas de lazer de uso transitório). Intervenções mínimas, facilmente reversíveis e pouca presença local do homem (Fotos A, A2, A3);
- paisagens deliberadamente mantidas. São os parques nacionais, grandes reservas, estações ecológicas, paisagens preservadas por sua “arquitetura” excepcional ou pela história e memória. A intervenção é reduzida; a presença do homem acontece principalmente na decisão da preservação e na gestão para manutenção da preservação com graus e tipos de usos compatíveis (Fotos B e C);
- paisagens de áreas altamente industrializadas cujo suporte de sobrevivência do homem é distante; a intervenção é reduzida (especialmente), conforme o tipo de industrialização (mais habitual em países altamente desenvolvidos). A presença do homem no local é reduzida (Foto D);



Foto B: Vista geral – Parque Nacional de Banff, Canadá
Crédito: Silvio Macedo, 1994



Foto C: Rebanho de renas, Parque Nacional de Banff, Canadá
Crédito: Silvio Macedo, 1994



Foto D: Vista aérea – Área industrial em Nova Jersey, vizinha à Nova York, EUA
Crédito: Silvio Macedo, 2004



Foto E1: Vista aérea – Represa de Mairiporã
Crédito: Silvio Macedo, 2005

- paisagens sem parcela ponderável de população humana, mas altas e imediatamente funcionais. São fazendas de produção, áreas de mineração, áreas industriais e de serviços (barragens, reservatórios, portos, estradas, canais, aeroportos, etc.) Produções que, por suas características ou pela tecnologia empregada, dispensam mão-de-obra em quantidade e próxima, de forma permanente. A intervenção antrópica é freqüentemente intensa e/ou extensa, mas a presença local do homem é reduzida e/ou transitória. Os aspectos socioeconômicos interagem intensamente, de maneira imediata nas decisões sobre a intervenção (Foto E1);
- paisagens com parcelas ponderáveis de população humana de forma permanente. São os núcleos urbanos.

Poucas são as paisagens as quais não têm a intervenção do homem, mesmo que se apresentem preponderantemente com elementos da base natural da paisagem. A forma e a representação da intervenção são variadas, porém praticamente quase todas são criação do homem. A presença do homem, assentado, vivendo em determinada paisagem, em parcelas ponderáveis, de forma permanente é que se constitui na maior variável. Nessas a presença do homem faz com que todos os aspectos e valores referentes ao homem venham a emergir com o máximo de ênfase.

A morfologia da paisagem é a resultante da interação ente a lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológico e climático) e a lógica própria dos processos sociais e culturais (antrópica).

*“A realidade não é (autêntica) realidade sem o homem, assim como não é (somente) realidade do homem. É realidade da natureza como totalidade absoluta, que é independente não só da consciência do homem, mas também da sua existência, e é realidade do homem que na natureza e como parte da natureza cria a realidade humano-social, que ultrapassa a natureza e na história define o próprio lugar no universo. O homem não vive em duas esferas diferentes, não habita por uma parte de seu ser, na história, e pela outra, na natureza. **Como homem ele está junto e concomitantemente na natureza e na história.** Como ser histórico e, portanto, social, ele humaniza a natureza, mas também a conhece e reconhece como totalidade absoluta, como causa sui suficiente a si mesma, como **condição e pressuposto da humanização**” (este grifo é nosso)...” em todas as variantes da posição humana diante da natureza, em todos os progressos do domínio e do conhecimento humano dos processos naturais, a natureza continua a existir como totalidade absoluta. Na indústria, na técnica, na ciência e na cultura, a natureza existe para o homem como natureza **humanizada**, ...”¹*

A lógica própria dos processos do homem se apresenta por expressões físicas (parcelamentos, escavações, plantações, construções, edificações, etc.) em expressões físicas que apresentam a lógica dos processos do suporte (geologia e clima, solo, relevo, vegetação e sol, água e ventos).

Na paisagem urbana essas expressões físicas se manifestam sobre o solo em espaços edificados e espaços não-edificados. O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso).

Funções, Formas, Distribuição do Espaço Livre

Aos espaços livres de edificação é habitual que se acoplem funções, passando a classificá-los. A classificação por funções é tarefa bastante complexa, já que não se auto-selecionam por funções. Por exemplo, Marion Clawson² indica:

- “• *propiciar perspectivas e vistas do cenário urbano;*
- *propiciar recreação no mais lato sentido do termo, com amplo de atividades específicas;*
- *propiciar proteção ecológica a valores importantes, como recarga de água do subsolo, prevenção de inundações, preservação de áreas excepcionais e similares;*
- *servir como dispositivo ou influencia para a morfologia urbana, de tal forma que parte de um extenso aglomerado seja identificado de suas vizinhanças;*
- *reservar presentemente áreas sem utilização para usos futuros. A ênfase no caso não é tanto no uso atual, mas na manutenção para usos mais ativos posteriormente”.*

Faz-se indispensável citar a identificação de Tunnard-Pushkarev³ em quatro funções: produtiva, protetora, ornamental e recreativa⁴. Charles Eliot⁵ distingue espaço livre “de serviço” e espaço livre “estrutural”. Stanley Tankel⁶ considera que a distinção básica ocorre a partir da tomada de consciência do indivíduo sobre o espaço: o indivíduo pode não estar consciente, porém afeta o cotidiano. E o indivíduo se apercebe em três formas: usando-o, vendo-o e sentindo-o. Exemplifica o uso nas atividades recreativas e na circulação; é uma das percepções mais costumeiras e preferenciais. Lembramos de vê-lo na rua, nas aberturas das edificações e de senti-lo especialmente nas situações de amplitude ou de isolamento⁷. O espaço “de serviço” ou aquele que participa do modelo de urbanização é raramente percebido (isso não justifica a falta de proteção para o abastecimento de água, para as inundações, para as pistas aéreas, para reservas, porém facilita bastante esta falta de proteção).

Na relação de Clawson observa-se, à primeira vista, que as funções de propiciar luz, ar, perspectivas e vistas são simultâneas. E simultâneas com o acesso às edificações (que sequer chega a ser citado). Muito freqüentemente está respondendo também às outras ou parte das outras.

Na página seguinte encontra-se⁸ a classificação de acordo com as normas californianas. Essa visão tão organizada, particularizada e toda compartimentada deve dar a impressão inicial de, com esse instrumental, é só partir para o trabalho com uma bela coleção de “tinta mágica, se possível com 42 cores e... se ter um painel muito colorido!”.

A sobreposição de funções, a ampla variação de escala e formas, a possibilidade de, no mesmo espaço, contar-se com utilizações diversas em tempos diversos, é flagrante⁹.

Funções dos Espaços Livres Urbanos

(Classificação de acordo com as normas californianas)

1. Espaços Livres em Função da Produção de Recursos

- 1.1 – Florestas explorativas
- 1.2 – Terras agrícolas
 - 1.2.1 – com alto grau de fertilidade
 - 1.2.2 – com culturas especiais
 - 1.2.3 – de culturas florais
- 1.3 – Zonas de extração de minerais
 - 1.3.1 – minerais raros
 - 1.3.2 – minerais utilizados localmente (saibros, pedras, etc.)
- 1.4 – Terrenos para pasto
- 1.5 – Terrenos importantes para recursos hídricos
 - 1.5.1 – zonas de alimentação de lençóis subterrâneos
 - 1.5.2 – lagos de vertentes
 - 1.5.3 – barragens para a adução de água
 - 1.5.4 – barragens para a produção de eletricidade
- 1.6 – Zonas de produção de vida aquática (brejos, zonas inundáveis) para fins comerciais ou lazer

2. Espaços Livres Para Proteção de Recursos Naturais e Culturais

- 2.1 – Águas em todas as suas formas, brejos, pântanos servindo de habitação à forma aquática
- 2.2 – Bosques e florestas para reservas naturais
- 2.3 – Características geológicas
 - 2.3.1 – penhascos, promontórios, rochedos excepcionais específicos
 - 2.3.2 – zonas de deslizamento
 - 2.3.3 – zonas de conformações ou formações especiais
- 2.4 – Locais de monumentos históricos ou culturais
 - 2.4.1 – locais classificados pela história
 - 2.4.2 – locais parte da memória
 - 2.4.3 – paisagens agrárias excepcionais

3. Espaços Livres, Sanitários e Sociais

- 3.1 – Zonas de proteção das águas subterrâneas (trabalha com 1.5.1 e 2.1)
- 3.2 – Zonas de depósito de lixo
- 3.3 – Zonas de regeneração de ar (conformações topográficas ou florestas)
- 3.4 – Zonas de lazer
 - 3.4.1 – jardins e praças públicas de quarteirões
 - 3.4.2 – parques urbanos nos vários níveis

- 3.4.3 – parques regionais e outras áreas de reserva, etc., que podem ser utilizadas com essa fertilidade
- 3.5 – Zonas de deslocamento para o lazer
 - 3.5.1 – circulação, pistas para ciclistas, equitação, etc.
 - 3.5.2 – estradas turísticas
 - 3.5.3 – rios e canais navegáveis
- 3.6 – Zonas de pontos de vistas notáveis
 - 3.6.1 – morros, vales, flancos e colinas, lagos capazes de propiciar prazer visual em oposição à paisagem artificial das cidades
 - 3.6.2 – morros propiciando panorama excepcional
 - 3.6.3 – espaços que propiciam variedade, enriquecimento e ruptura na paisagem edificada densa ou excessivamente homogênea
- 3.7 – Zonas para controle e guia do crescimento urbano
 - 3.7.1 – capazes de permitir identificação das aglomerações urbanas
 - 3.7.2 – assegurando separação entre usos do solo (incompatíveis)

4. Espaços Livres Para Segurança Pública

- 4.1 – Barragem de controle de zonas de inundação, zonas situadas na área de influências de barragens
- 4.2 – Zonas de solo instável
 - 4.2.1 – por deslizamento
 - 4.2.2 – por declives acentuados
 - 4.2.3 – por sobrevôo de aeroportos
 - 4.2.4 – por riscos de incêndio

5. Espaços Livres-Corredores

- 5.1 – Linhas de alta tensão
- 5.2 – Canais e canalizações diversas
- 5.3 – Vias rodoviárias e ferroviárias

6. Espaços Livres Para extensão Urbana, Zonas Para Comércio, Indústria, Habitação, Equipamentos Públicos, etc.

“O trabalho do profissional que atua em paisagismo tem se desenvolvido preponderantemente em espaços que pelos códigos são definidos como espaços necessários para a insolação e acessos as edificações: são os recuos de frente, lateral e fundos. No desenho urbano os espaços são aqueles definidos pelo sistema viário e por uma reserva de outro espaço livre, devidamente classificado em ‘de recreação’ ou ‘área verde’ que se define por uma porcentagem. Nas principais avenidas se espera estar entre ‘boulevards copados’ desde que as árvores se plantadas e mantidas cresçam sobre um solo composto de tubulações diversas da infra-estrutura. É preciso que se saiba o que realmente se quer e se pode ter. Exige-se a criação de topoclimas em locais de maior uso, a diminuição de índices de ruído, a correção de erros de intervenção no relevo, a garantia de limpeza das águas, a capacidade de atuarem como focos de promoção social; o atendimento a níveis e graus de recreação os mais diversos. A um equipamento raríssimo se fazem exigências funcionais intensas e extensas independente de desacertos no uso do solo e de qualquer política de espaços livres.”

A especificidade funcional ao espaço livre é, às vezes, exigida para algumas atividades; ela é, porém, freqüentemente atribuída (ou imposta) desnecessariamente (ou quiçá porque) por desenho (um gramado pode propiciar muito mais do que uma “pelada”; contudo se desenha uma

“quadra”, devidamente cercada, com tela, portão e piso devidamente igual em toda a periferia, (sempre com 2 metros de largura!). Saudavelmente, os arquitetos estão descobrindo que “ *vamos ter que aprender daqui para frente, a trabalhar com aberturas e com espaços em branco de significados*” ...” sejam saudavelmente abertos e saudavelmente ambíguos, para que permitam uma criação ampla de significados”¹⁰.

A forma do espaço livre é mais um elemento vago, variável, indefinido *a priori*. A também freqüente classificação dos espaços livres relacionando funções com superfícies de maneira apriorística é extremamente discutível (da menor à maior superfície correspondendo de *playlot* a “parque metropolitano”). A superfície, a dimensão, “o tamanho” de um lugar é relacionado especialmente ao tipo de utilização que pode propiciar. Forma e desempenhos diversos (a mesma superfície da “quadra” em um espaço preponderantemente linear sugere uma série de outras atividades que não a “pelada”; e, aliás, uma série delas será mais gostosa em um espaço linear).

Em geral, um dos papéis mais atribuídos ao espaço livre é o de propiciar recreação. Às atividades de “não-trabalho” corresponde um espectro variado e diversificado que não tem nada a ver com os eventuais equipamentos que venham a ser, eventualmente, postos em um lugar.

Compatibilização de funções no tempo e no espaço; formas, superfícies e tratamentos diversificados, segurança (**de desenho**), conforto, adequação às condições do tempo, desenho apropriado à manutenção, localização e acessibilidade não podem ser substituídos por uma coleção de equipamentos, por mais bem desenhados que sejam.

Todavia, à forma, por mais variável e indefinida que seja, corresponde uma existência física, material, concreta do espaço. E essa **configuração física dos espaços livres de edificações** remete-nos automaticamente à distribuição das edificações e dos espaços livres. À ocupação de um mesmo espaço pelas mesmas edificações em diferentes arranjos correspondem diferentes configurações físicas do espaço livre. A diferentes configurações físicas correspondem diferentes oportunidades, alternativas, “espaços” (compreendidos da forma mais aberta possível). Diferentes configurações físicas do espaço livre são, nessa reflexão, dependentes da distribuição do espaço edificado. A distribuição do espaço edificado pode, **e o faz**, a partir de uma **mesma quantidade**, criar uma configuração tal ao espaço livre, que propicie muito ou limite extremamente (isso não acontece aleatoriamente; e, quando a megalomania e o etnocentrismo tomam conta do arquiteto da edificação, só muito excepcional e acidentalmente, sem que ele o perceba, é que o espaço livre propicia muito). (Desenho)

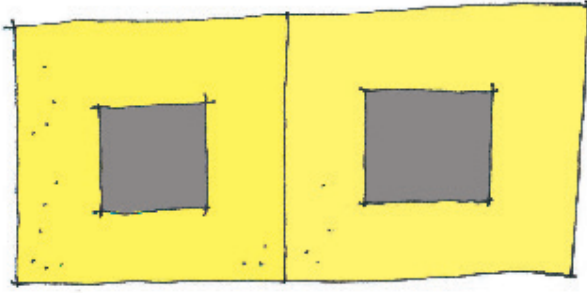
Na medida em que as edificações e os conjuntos de edificações se distribuem pelas várias escalas, desde o lote à região, automaticamente definem, nas várias escalas, as configurações físicas do espaço livre, desde o lote à região¹¹.

Por outro lado, as configurações em uma determinada escala influenciam pelas configurações nas demais escalas.

Uma configuração é diversa se examinada isoladamente, em uma escala ou se examinada em outra escala: comporta-se diversamente para cada uma das escalas.

Vistos e desenhados isoladamente, edifícios e espaços livres são fragmentos. O que existe são estruturas ambientais as quais são fundamentalmente, no físico, configurações de espaços edificados e livres em uma certa forma de integração.

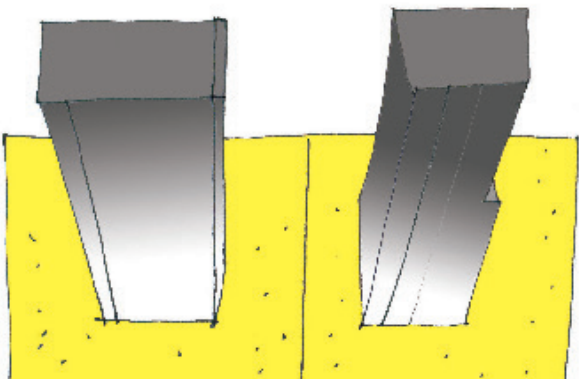
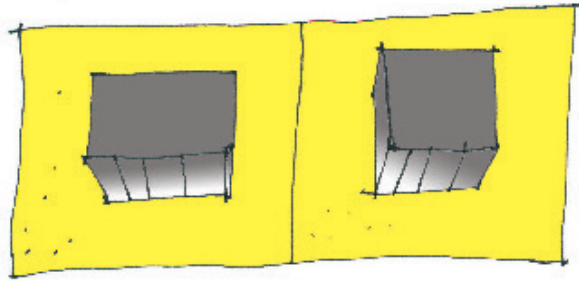
A qualidade do espaço urbano, um dos fatores da qualidade de vida urbana, é seriamente influenciada pela configuração física do espaço livre: como pode ser simplesmente decorrente do desenho do espaço edificado? O espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência. O espaço edificado público é só eventualmente tão público quanto o espaço livre público.



Em qual medida somos capazes de avaliar as diferentes alternativas de configurações físicas nas várias escalas do tecido urbano e do território? E nas inter-relações de escalas? Em que medida, somos capazes de, nas alternativas, procurar aliar os requisitos da intervenção antrópica às oportunidades e limitações do suporte? Em que medida somos capazes de fazer com que os efeitos derivados, os quais deveriam ser só secundários, não se transformem em uma “questão ambiental”?¹². É possível cada uma das partes, respeitadas suas especificidades, ocupando seu lugar, no tempo e no espaço, no processo, produzirem e reproduzirem a totalidade?

Aspectos Preliminares do Espaço Livre na Escala da Rua

É o espaço livre associado às edificações; o espaço do cotidiano, o que afeta diariamente nossas vidas, dentre os demais espaços livres, é o que tem maior grau de intervenção antrópica. No modelo de urbanização tem predominância qualitativa e quantitativa. É subordinado às atividades dos usuários e aos edifícios de seu entorno. Essa subordinação nos leva a observações quanto às edificações; selecionamos as edificações habitacionais, já que no modelo urbano correspondem à função que supera de muito todas as demais funções e também é a que está ligada a toda a população urbana. Os aspectos levantados dizem respeito às relações do espaço livre com o modelo urbano em particular, **onde** e **como** é encontrado, relegando-se o quanto para as situações as quais se refletem no **onde**. Do ponto de vista da utilidade social foi considerado que onde e como possuem um papel mais relevante que a quantidade. A questão é levantada sob a preocupação da “produção” e distribuição do espaço livre, estreitamente vinculada à edificação e à urbanização em seus prognósticos. Preliminarmente, é indispensável levantar alguns aspectos relativos à distribuição de áreas no espaço edificado habitacional.



O espaço livre não pode ser avaliado bidimensionalmente somente, pois esta escala mascara sua real volumetria e forma
Crédito: Silvio Soares Macedo

Desconheço um inventário da edificação habitacional em São Paulo que possa indicar distribuições de área por pessoa no volume edificado habitacional. Pushkarev¹³, ao fazer referência a Manhattan em Nova York, indica uma média de 30 m² por pessoa, variando próximo de

20 m²/pessoa em conjuntos habitacionais de faixa de renda menor para pouco mais de 42 m² para as faixas de renda mais alta. Segundo o autor, a média estaria próxima das recomendações da American Public Health Association; em referência a alguns outros países poderia ser constatado que o grande volume de construções posteriores à Segunda Guerra Mundial na Europa Ocidental alocava, em geral, a ordem de 25 m² por pessoa. Em Moscou a superfície habitacional teria diminuído de 10 m² por pessoa em 1913 para 6,8 m² em 1940, alcançando 13,5 m² em 1970¹⁴. A falta de levantamentos especificamente executados com essa finalidade para São Paulo, apoiada na vivência longa de atividade como arquiteta, no acompanhamento de estudos de casos de colegas docentes e alunos, constato que a amplitude de variação da superfície por pessoa, na edificação habitacional em São Paulo, é muito grande. Para as faixas de renda menor é bastante difícil que se alcance a dezena de metros quadrados por pessoa, e para as faixas de renda alta facilmente se alcança de 80 a 100 m² por pessoa. A partir desses valores como extremos, qualquer média não tem o menor significado; e, não há dúvida que, nesse amplo leque, a relação mais predominante está sempre mais próxima do valor inferior e extremamente distante do superior. Ao se observar relação de aproximadamente 2.5 vezes entre os extremos de Manhattan, os quais os autores, aliás, consideram substanciais, chama particular a atenção a disparidade de nossos extremos, por volta de 10 vezes, mesmo que se leve em conta os possíveis acréscimos que a população de baixa renda vai executando com o passar dos anos no reduzido lote. Sem dúvida, os diferentes contextos se apresentaram nos vários índices exemplificados pelos autores em outras cidades, em diferentes épocas; dificilmente, porém, há contexto, cidade ou época a justificar a amplitude de 10 vezes entre extremos. Quaisquer que sejam as distribuições das áreas edificadas será necessário serem associadas, nos aspectos da paisagem urbana, à distribuição no solo, incorporando o espaço livre adjacente às edificações, seja ele particular ou público, individual ou comunitário. (Foto F)



Foto F: Habitação popular em São Paulo, com seus espaços livres privados reduzidos
Crédito: João Rett Lemos, 2005

O Espaço Livre da Unidade Habitacional

Sem dúvida, o abrigo primitivo se constituiu pela unidade edificada (ou cavada) isolada, isto é, com espaço livre em todo o seu entorno. O papel essencial era o de proteção, seja às condições do tempo ou a outros homens e a animais. Também servia de depósito de alimentos, utensílios e ferramentas e, às vezes, de animais domésticos; essa prática, em alguns lugares, continua até a época atual¹⁵. Um único e simples espaço com um acesso e, eventualmente, também outra abertura de ventilação, era o suficiente para a habitação primitiva. As formas evoluíram, ampliaram-se e diversificaram-se com as maiores complexidades da vida, o aumento das famílias e das exigências. O agrupamento de núcleos familiares ou tribais formou comunidades isoladas compostas de várias unidades. Essa nova relação, ao limitar a expansão das unidades, deve ter considerado de maior interesse a comunidade ao isolamento. Exigia avanços não só dos processos construtivos como das experiências da vida. Por mais variadas as formas sociais

e de organização dos povoados, alguns conceitos básicos seriam identificados, *“relação com o ambiente, composição organizada da cidade, importância dos espaços negativos, unidade de habitação, edifícios excepcionais, apropriado uso dos materiais e detalhes”*¹⁶. (Foto G)



Foto G: Albergo Bello (Itália) guarda, no século XXI, antigas estruturas residenciais comunitárias
Crédito: Silvio Macedo, 2003

Em São Paulo, no lote urbano colonial, são... *“as casas térreas e sobrados construídos sobre alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos”*¹⁷. E, também do mesmo autor: *“não havia meio termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas e com jardins. De fato, os jardins, como os entendemos hoje, são complementos relativamente recentes, pois foram introduzidos nas residências brasileiras durante o século XIX”*. O espaço livre particular adjacente à edificação era situado na parte posterior, em relação à rua, caracterizando-se como quintal, pomar, *“fundos”* e também recebendo parte das águas pluviais... *“Cuja absorção pelo terreno ficava garantida pela extensão do mesmo”*¹⁸. No período colonial o espaço livre adjacente à habitação realmente valorizado era o da própria chácara, já que este era o local de moradia. Observa Reis Filho que a iluminação e aeração eram garantidas por *“aberturas dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho”*. O espaço livre particular adjacente à edificação viria aos poucos a isolar o volume edificado no lote, às vezes por espaço extremamente reduzido em uma das laterais, no final do século XIX. Dir-se-ia, então, que *“por volta dos últimos anos do séc. XIX e início do século XX antes de 1914 podia-se considerar como completa a primeira etapa da libertação da arquitetura em relação aos limites dos lotes. Fundiam-se desse modo, duas tradições: a das chácaras e a dos sobrados”*¹⁹. (Fotos H)

O espaço livre particular adjacente e isolando a edificação habitacional nas grandes cidades européias e americanas do começo deste século se difunde, especialmente, devido aos veículos



Fotos H: Jardins na avenida Paulista, segunda década do século XX.
Fonte: Dieberger, arte e jardim.
Arquivo: Silvio Macedo



Foto I: Vista aérea – Residências unifamiliares, Nova York
Crédito: Silvio Macedo, 2005

particulares que facilitam maiores deslocamentos, levando as famílias mais abastadas para as periferias. Quanto maior o espaço livre particular, mais oportunidades oferece de garantir reserva, isolamento (*privacy*) em relação aos habitantes das edificações próximas. Naquele lote americano do início do século com testada aproximada de 9 m havia muito mais espaço livre do que na morada anterior de Manhattan. Como edificações isoladas, as construções poderiam ser menos custosas, já que permitiriam o uso da madeira sem os perigos do incêndio, e os recuos laterais permitiriam mais aberturas. Porém, esse espaço livre seria um espaço fragmentado em frente, lateral e fundo, de modo sempre reduzido, e, a proximidade das janelas entre vizinhos certamente não traria a tão almejada *privacy*. Seriam seguidas estratégias para garantir maiores superfícies de lotes, especialmente maiores larguras por meio de loteamentos com zoneamentos específicos²⁰. Conforme a solução da edificação, também a independência e reserva entre os indivíduos da família pode ser maior em maiores superfícies de lotes. Contudo, concomitantemente, diante das distâncias dos serviços urbanos, é decorrência e obrigatoriedade deslocamentos maiores e mais organizados para os locais de trabalho, escolas, abastecimento, diversão, encontros, etc.²¹ (Foto I)

Em qualquer lugar do mundo a casa utilizada no campo é, costumeiramente, a individual isolada: por todo o perímetro da edificação estende-se o espaço livre particular adjacente; em cidades, sua difusão e peso numérico no acervo habitacional são variáveis no tempo e nos diferentes lugares. A existência de espaços livres particulares no entorno da habitação só pode ser compreendida desde que a edificação e seu entorno adjacente constituam um aspecto único da habitação, uma unidade composta de interior-externo.

A existência desse espaço livre só pode ser compreendida se o morador pode conferir-lhe atributos no contato com o espaço público (da rua, da praça, da viela, do pátio, etc.) na maior reserva de sua individualidade na habitação, na inclusão desse espaço livre como integrante da habitabilidade.

As relações entre o interior-externo são baseadas na estrutura da planta da edificação, na distribuição e organização dos aposentos, nas aberturas para o espaço livre, seja o particular, seja o público.

É de supor que haja uma relação entre o espaço da unidade, seu desenho e as características do grupo familiar.

À habitação é conferido o máximo de oportunidades para valorização das especificidades individuais. O indivíduo escolhe, seleciona as demais pessoas que farão parte do grupo com as quais vai se relacionar mais próxima e constantemente; ele estipula características e condições da relação, do vínculo. Esse grupo, familiar ou não, é o que estipula as características de habitabilidade nas quais o espaço livre cumpre o papel de transição com o coletivo; daí a importância do papel do espaço no entorno perante a relação de socialização que lhe corresponde.

O urbano, ao acentuar as oportunidades de sobreposição do espaço para grandes variedades de diferentes formas de relação entre os indivíduos e o coletivo, exige do desenho desse espaço o desempenho correspondente.

Atualmente, em São Paulo, o espaço do lote, o espaço da unidade interior-exterior pode ser encontrado em faixas extremas de centésimo de hectare e até meio hectare. Às vezes, sem dúvida, excepcionalmente, é possível encontrar mais de meio hectare inserido na mancha urbana. Não é excepcional a unidade de um centésimo de hectare: é habitual nas habitações de promoção oficial. Em grande parte da área contínua urbana são comuns os lotes entre 0,02 ha. e 0,04 ha.

No espaço da edificação já se havia observado que a média não teria qualquer significado. No espaço da unidade a questão recrudescer porque a variação entre extremos pode atingir até 50 vezes, e a variação de 6 a 10 vezes não é excepcional. Também o espaço exterior da unidade é especialmente maior nos casos em que é mais alta a superfície de edificação por pessoa.

O espaço exterior de um lote de dimensões reduzidas é um espaço fragmentado e estanqueizado em superfícies de dimensões e proporções tais, que fica extremamente limitada à utilização; as relações com os aposentos da edificação são muito prejudicadas; o isolamento e a reserva, em relação aos vizinhos, é muito discutível.

A arquitetura moderna favoreceu as oportunidades de utilização do espaço livre particular adjacente às habitações. *“A possibilidade de se criar novas formas visuais no jardim, novas texturas, novas proporções em dimensões totalmente diversas do jardim dos séculos anteriores (‘villas’ italianas, palácios franceses, ingleses, japoneses) era vista na época com interesse na medida em que complementaria o cenário onde se deveria assentar a obra do arquiteto”*²². A atividade do profissional atuando em espaços livres teve predominância de mercado de trabalho em unidades habitacionais nas quais o volume edificado era, em geral, livre dos limites do lote. Por outro lado, *“a prática profissional era o elemento fundamental que alimentava o ensino das Faculdades; os estúgios em escritórios profissionais eram considerados essenciais na formação, com papel insubstituível”*²³.

O motivo que leva parcela considerável da população à escolha dessa modalidade de moradia não pode ser o desempenho relativo aos atributos mencionados anteriormente. A necessidade básica de dispor de alguma habitação conjugada às circunstâncias de custos do terreno e edificação limita extraordinariamente as opções. Essa casa unifamiliar urbana de agrupamentos em formações cerradas nas quais superfícies descobertas só existem de forma marcadamente reduzida, não pode ser pretendida similar à unidade interior-exterior da “arquitetura dos arquitetos”. E essas superfícies descobertas em que se valorizam a imagem e herança do termo árabe “carmen” (fusão de casa e jardim), ou “éden” (prazer, deleite) ou “átrio”, ou “pátio” não têm e nunca tiveram relação com aquele espaço (qualquer seja o nome: quintal, fundos, jardim, ou outro) da habitação que, em qualquer época, forma social ou organização de cidades, tenha sido utilizada pela maior parte dos habitantes urbanos. O aumento da dimensão do lote, pelo acréscimo junto da edificação, do espaço livre (particular) aumenta as distâncias dos vizinhos e sem dúvida poderá conferir atributos de reserva, isolamento, habitabilidade, *status*, e lindos jardins. Conforme o número de unidades desse tipo e a quantidade de solo ocupado para essas unidades, a distância dos equipamentos urbanos pode ser acrescida desmesuradamente. Essa amplitude, “essa reserva”, se desejável, obtida por meio de separação espacial, resulta em: o que pode ser bom para as (ou para algumas) famílias pode ser um absurdo como princípio para um assentamento urbano de considerável população.

O Espaço Livre de Habitações Agrupadas

Um dos aspectos mais representativos da paisagem urbana é a multiplicação em larga escala das habitações. Essa multiplicação se dá por agrupamentos; podem se desenvolver em

qualquer dimensão: de algumas centenas de metros quadrados a centenas de hectares. À expansão de escala passa-se da relação edificação x espaço livre ou unidade interior x exterior para modelos mais complexos e agrupamentos múltiplos em que a relação é de arquitetura x planejamento urbano x planejamento dos espaços livres. E... *“se exigem considerações de uma totalidade formada por várias entidades, totalidade essa que não é a mera soma-tória das entidades mas uma integração dinâmica de entidades individualizadas; no espaço livre, o potencial de atividade se rebate diretamente na qualificação física e no caráter coletivo do agrupamento”*.

Os agrupamentos podem ser por adição na horizontal, na vertical, combinações de ambos por conformações as mais diversas. Os adensamentos têm uma situação limite no caso da associação horizontal e pouco limitada na combinação horizontal-vertical.

O desenho do agrupamento é responsável pela configuração física que propicia condições de organização da vida coletiva. Muito mais que a quantidade é o desenho da distribuição, a **forma** associada às atividades da função habitacional. Esse desenho é aquele que identifica os valores conferidos ao cotidiano da habitação na vida associativa urbana atual.

Tecido Urbano²⁴

Entendemos o tecido como organização de elementos urbanos cujo conjunto constitui uma zona urbanizada. Seleccionamos alguns aspectos do tecido que nos permite dar início à observação dos espaços livres nos tecidos urbanos.

O aspecto que indica maior ou menor existência de espaços livres de edificações diz respeito à **“contigüidade”** dos volumes edificados. A contigüidade permite **penetração** do espaço livre: **quanto** de penetração é função do espaçamento entre os volumes. O aprofundamento e particularização do aspecto da contigüidade levantariam os dimensionamentos dos volumes edificados (intensidade de utilização do solo taxa de ocupação) e as formas dos volumes, definindo as formas dos espaços livres. No entanto, limitamo-nos a observar que o estabelecimento de graus, ainda que grosseiros, de contigüidade, permite tenhamos idéias preliminares de graus de **existência de espaços livres**. (Foto J)



Foto J: Vista da rua Carlos Webbe, São Paulo
Crédito: Solange Aragão, 2004

Adotamos os graus utilizados pelo estudo inicial que nos serviu de subsídio: contíguos, medianamente contíguos, descontíguos. A altura das edificações indica probabilidade de maior número de pessoas e possibilidade de variedade de funções. É importante observar que a altura das edificações não altera a existência de espaço livre. Altera caracterização, qualificações. Exigências, porém não altera o fato da existência. Será subsídio para o tipo e as características. Muito provavelmente o desenho deverá levar em conta o atendimento a uma maior complexidade funcional de atividades (dependendo do tipo, número e grau de diversificação de funções dos

edifícios em relação às solicitações feitas aos espaços livres). Na maioria dos casos a maior altura das edificações significa maior número de pessoas e diferentes formas de acesso e transporte; a complexidade funcional no espaço livre será, em geral, variável e diversificada no tempo, em curtas durações e durações prolongadas. A diversidade de funções não é, contudo, uma especificidade da variação de altura nas edificações: está ligada ao contexto urbano em suas várias escalas.

Os dois aspectos, básicos na tipologia do tecido urbano, não têm influência sobre a acessibilidade ao espaço livre. Caracterizam existência, graus de existência, graus de complexidade, requisitos, enfim, elementos para o desenho, porém não estipulam tipo de penetração:

- Penetração física com deslocamento livre (independentemente da propriedade), com deslocamento restrito (algum tipo de controle): espaço acessível;
- penetração visual, sem penetração física: espaço visível, não-acessível;
- penetração da percepção: espaço perceptível, não-visível.

As caracterizações dos espaços quanto às possibilidades de penetração influenciam o tratamento dos espaços livres.

Para o objeto delimitado no presente estudo interessa-nos especialmente os espaços acessíveis e não-acessíveis, do ponto de vista de penetração física e que, simplificada, temos indicado como públicos e particulares. Ressalvamos os casos de espaços públicos, mas com acessibilidade restrita.

É evidente estarem relacionados a esses aspectos o parcelamento dos lotes, na média, no máximo, no mínimo e a densidade, taxa de ocupação, propriedade e apropriação do solo.

Esses elementos nos permitiram utilizar (somente como facilidade operativa) o zoneamento já que, de certa forma, qualifica os tecidos urbanos em relação com parte desses elementos. Realizamos uma série de levantamentos urbanos de áreas nas quais se adotou como um dos critérios iniciais de seleção a implantação de “ruas de lazer”²⁵. Os levantamentos incluíram áreas de extensões diversas tendo sempre a “rua de lazer” inserida, na medida em que esta implantação indicaria necessidade de espaço livre para utilização pública. Os levantamentos ocorreram em diferentes zonas a fim de observar-se as demais características.

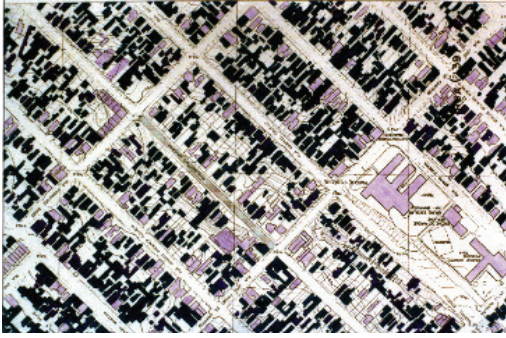
Indicamos, a seguir, alguns exemplos dos levantamentos:

	Fotos L:	
ALTURAS	1 a 2 amarelo	9 a 16 marrom claro
(em pavimentos)	3 a 5 laranja	+ 16 marrom escuro
	6 a 8 vermelho	
FUNÇÕES:	Residencial : amarelo	
	Comercial : azul claro	
	Institucional : azul escuro	
	Industrial : rosa maravilha	
ESTADO DE	Bom : lilás	
CONSERVAÇÃO:	Regular : azul	
	Ruim : roxo	
ACESSO:	Público : verde escuro	
	Particular : verde	



ALTURAS (em pavimentos)	Fotos M:	
	1 a 2	amarelo
FUNÇÕES:	3 a 5	laranja
	6 a 8	vermelho
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	9 a 16	marrom claro
	+ 16	marrom escuro
	Residencial	: amarelo
	Comercial	: azul claro
ACESSO:	Institucional	: azul escuro
	Industrial	: rosa maravilha
	Bom	: lilás
	Regular	: azul
	Ruim	: roxo
	Público	: verde escuro
	Particular	: verde





	Fotos N:	
ALTURAS	1 a 2	amarelo
(em pavimentos)	3 a 5	laranja
	6 a 8	vermelho
	9 a 16	marrom claro
		+ 16 marrom escuro
FUNÇÕES:	Residencial	: amarelo
	Comercial	: azul claro
	Institucional	: azul escuro
	Industrial	: rosa maravilha
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	Bom	: lilás
	Regular	: azul
	Ruim	: roxo
ACESSO:	Público	: verde escuro
	Particular	: verde



ALTURAS
(em pavimentos)

Fotos O:

1 a 2	amarelo	9 a 16	marrom claro
3 a 5	laranja	+ 16 marrom escuro	
6 a 8	vermelho		

FUNÇÕES:

Residencial	: amarelo
Comercial	: azul claro
Institucional	: azul escuro
Industrial	: rosa maravilha

ESTADO DE
CONSERVAÇÃO:

Bom	: lilás
Regular	: azul
Ruim	: roxo

ACESSO:

Público	: verde escuro
Particular	: verde



ALTURAS
(em pavimentos)

Fotos P:

1 a 2	amarelo	9 a 16	marrom claro
3 a 5	laranja	+ 16 marrom escuro	
6 a 8	vermelho		

FUNÇÕES:

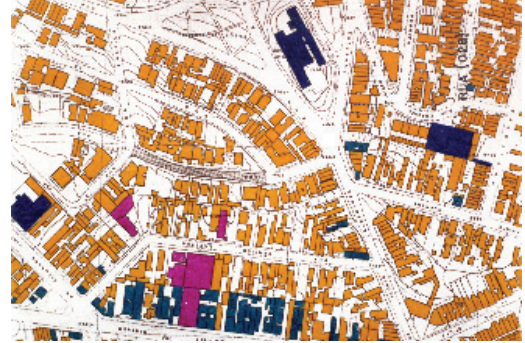
Residencial	: amarelo
Comercial	: azul claro
Institucional	: azul escuro
Industrial	: rosa maravilha

ESTADO DE
CONSERVAÇÃO:

Bom : lilás
Regular : azul
Ruim : roxo

ACESSO:

Público : verde escuro
Particular : verde



ALTURAS
(em pavimentos)

Fotos Q:
1 a 2 amarelo
3 a 5 laranja
6 a 8 vermelho
9 a 16 marrom claro
+ 16 marrom escuro

FUNÇÕES:

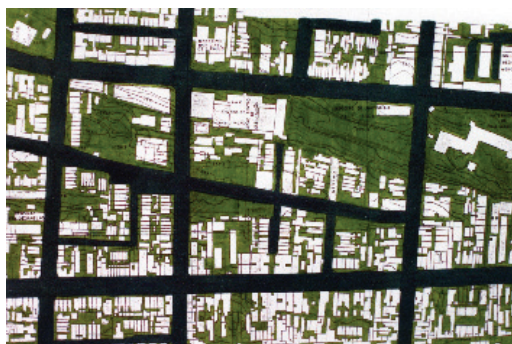
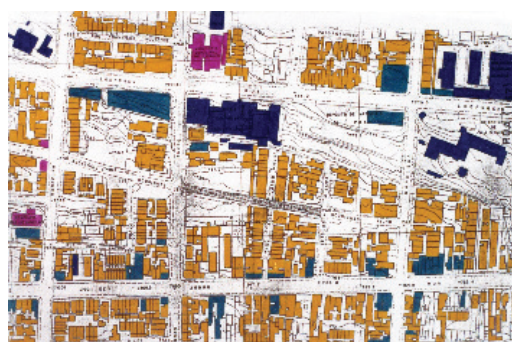
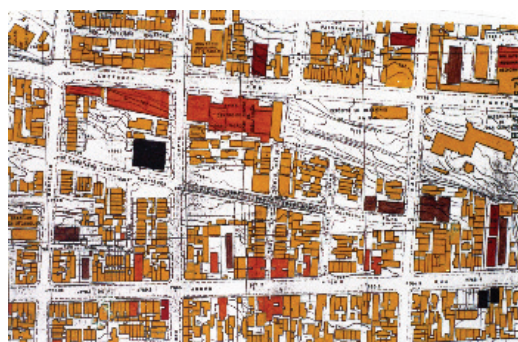
Residencial : amarelo
Comercial : azul claro
Institucional : azul escuro
Industrial : rosa maravilha

ESTADO DE
CONSERVAÇÃO:

Bom : lilás
Regular : azul
Ruim : roxo

ACESSO:

Público : verde escuro
Particular : verde



Esses exemplos de parte de levantamento de 18 tipos de tecidos são apresentados de forma visual e diversa de nossa intenção inicial.

Cientes que a Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo – Cogep elabora (no início dos anos 1980) sofisticada compilação computadorizada, quarteirão por quarteirão, imaginamos poder contar com elementos os quais, ao fazer a “leitura” do tecido urbano, fornecessem-nos elementos para avaliar o espaço livre. A avaliação seria feita levando em consideração:

Espaços acessíveis

- Em superfície alta
- Em superfície média
- Em superfície baixa

Contigüidade dos edifícios

- Muito contíguos
- Medianamente contíguos
- Descontíguos
- Muito descontíguos

Alturas

- Construções muito altas (acima de 16 pavimentos, maior – 50 m)
- Construções altas (8 a 16 pavimentos, 30 a 50 m)
- Construções de altura média (3 a 8 pavimentos – 8 a 30 m)
- Construções baixas (até 2 pavimentos ou até 8 m)

Aos espaços e à contigüidade se estabeleceriam valores que quantificariam as faixas máximas, mínimas e intermediárias conforme o levantamento das situações máximas e mínimas.

Todavia a compilação da Cogep somente se refere à construção como total da superfície edificada sem elementos referentes à ocupação do solo; já que o espaço livre não é objeto de levantamento e a projeção da edificação no solo e número de pavimentos também não, fica prejudicado o conhecimento das configurações físicas da edificação e do espaço não-edificado.

A procura de elaboração de forma extremamente preliminar, por observação visual comparativa de “manchas” revelou desnecessária qualquer procura, mais aprofundada: O ESPAÇO É SEMPRE QUASE TODO PARTICULAR, independe de alturas, penetração, funções.

O espaço público coletivo, relativo a ruas é sempre muito parecido porque o código não relaciona, especificamente, os volumes edificados, contigüidade e funções com o espaço coletivo. Mais especialmente, o espaço edificado é sempre, em qualquer caso, desenhado para a circulação de veículos.

Consideramos que a aplicação, mesmo de forma rudimentar, das questões exemplificadas nos desenhos (apresentados em fotografias coloridas) anteriores podem indicar situações prioritárias quanto ao espaço livre, algumas alternativas de obtenção de espaço conforme cada caso, cada situação de funções, alturas e o volume e a distribuição de edificações cujo estado de conservação é precário.

A intenção inicial de procurar organizar condições para elaboração de um mapeamento de variação de acessibilidade de espaços livres é fora de propósito. A variação de acessibilidade é muito reduzida, pois o espaço é preponderantemente particular. O que existe são variações na quantidade do espaço particular, indicadas pela variação de contigüidades das edificações.

Os levantamentos foram feitos em tecidos, com ruas de lazer que apresentariam poucos espaços livres. Cabe observar que enquanto a utilização da “rua de lazer” é eventual, pelo próprio caráter da implantação, há sempre muitíssimo mais espaço livre particular.

Edificações organizadas de forma articulada com espaço particular e coletivo, público, é para o arquiteto uma questão de desenho²⁶.

Notas

- (1) KOSIK, 1976, p. 228.
- (2) CLAWSON, 1969, p. 140 (a tradução é nossa).
- (3) TANKEL, 1976, p. 42.
- (4) É basicamente uma elaboração dessa identificação que subsidia a norma californiana, exposta a seguir.
- (5) Citado em TANKEL, 1976, p. 42.
- (6) O artigo de TANKEL, 1976 teve forte influência nas origens deste trabalho e de seu enfoque.
- (7) Nossa experiência de trabalho em ensino e projetos indica que o espaço livre consciente é referido à circulação de veículos prioritariamente, mesmo onde estes sejam eventuais. O arquiteto que trabalha em edificação é, em geral, “cego” para com a existência do espaço livre.
A existência fica dependente de uma tabuleta “praça...”. Temos desenvolvido, com alunos de 1º ano de graduação, exercícios de percepção da existência.
Da mesma forma é comum entre engenheiros e arquitetos a identificação de espaço da Grande São Paulo com a “mancha urbana”.
- (8) Divulgação fornecida por CHACEL, Fernando N., em curso de Paisagismo da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas.
- (9) Qualquer pessoa que procure pensar em seus espaços do dia-a-dia observa os mais diversos e variados exemplos.

- (10) SANTOS, Carlos Nelson, 1981, p. 7.
- (11) TANKEL, 1976, p. 48.
- (12) Para complementação, MONTEIRO, 1980, PASCHOAL, 1981, WELLMAN & LEIGHTON, 1981 e REMY & VOYÉ, 1981.
- (13) PUSHKAREV & ZUPAN, 1975, p. 4.
- (14) Ibid; 4; os autores indicam para Hong Kong em meados de 1960 superfície líquida de 4,2 m² em habitação de baixa renda.
- (15) Para complementação, v. BENÉVOLO, 1979, n. 1, p. 148.
- (16) GOLDFINGER, 1970, p. 11.
- (17) REIS FILHO, 1970, p. 21.
- (18) Idem, p. 26.
- (19) Ibidem, p. 50.
- (20) PUSHKAREV & ZUPAN, 1975 p. 7 – os lotes passariam, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, de 0,02 he para 0,1 he, em 1950, e 0,2 he em 1960.
- (21) BENÉVOLO, 1979, n.1, p. 159.
- (22) MAGNOLI, *Experiência de ensino...* – a época a que se faz referência no texto é, principalmente, décadas de 1950 e 1960.
- (23) Para complementação, v. MAGNOLI, 1982: *Notas de aula – Elementos de organização do espaço livre habitacional FAUUSP* – Departamento de Projeto e Segre, 1981.
- (24) O item é uma elaboração nossa sobre o trabalho Tissus, 24, jul. 1971, em que se analisa o tecido urbano em relação às edificações.
- (25) Trabalho específico sobre esse tema vem sendo desenvolvido pela arquiteta professora Ayako Nishikawa, de quem sou orientadora. Esse temário não recebe maior aprofundamento neste texto, já que a pesquisadora autora vem ultimando os estudos para divulgação.
- (26) Trabalhos de alunos são desenvolvidos no 1º ano de graduação da FAUUSP, mostrando as possibilidades do desenho sobre os mesmos espaços e as mesmas edificações.

Bibliografia

BENÉVOLO, Leonardo. *Diseño de la ciudad*. México: Gili, 1979.

CLAWSON, Marion. Open (uncovered) space as a new urban resource. In: PERLOFF, Harvey (Ed). *The quality of the urban environment*. Washington: Resources for the future, 1969, p. 139-178.

GOLDFINGER, Myron. *Antes de la arquitectura: Edificación y habitat anónimos en los países mediterráneos*. Barcelona: Gili, 1970.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e pesquisa*. São Paulo: FAUUSP, 1981.

_____. Formação do arquiteto que atua na paisagem. In: ENCONTRO TECNOLOGIAS APROPRIADAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS. São Paulo: FAUUSP, 1982.

MONTEIRO, Carlos A. F. *Environmental problems in São Paulo metropolitan área: The role of urban climate with special focus on flooding IGU-24th*. Tóquio: Tokio International Geographical Congress, 1980.

PASCHOAL, Wanda. *As inundações do Cambuci*. São Paulo: FFLCH-USP, 1981.

PUSHKAREV, Boris; ZUPAN, Jeffrey M. Urban space for pedestrians. *A report of the Regional Plan Association*. Cambridge: Mass. MIT, 1975.

REIS Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

REMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *Ville ordre et violence: Formes spatiales et transaction sociale*. Paris: Press Universitaires de France, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson F. Pesquisa sobre uso do solo e lazer no bairro do Catumbi. Rio de Janeiro. *Revista SPAM*, São Paulo, v. 2, p. 03-12, 1981.

SEGRE, Roberto. *Las estructuras ambientales de América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1981.

TANKEL, Stanley. La importancia del espacio libre en el modelo urbano. In: WINGO, L. (Ed). *Ciudades y espacio*. Barcelona: Barcelona Oikostan, 1976. p. 41-51.

TISSUS URBAINS ET RÈGLEMENTS D'URBANISME. *Cahiers de l'institut d'aménagement et d'urbanisme de la région D'Ile-de-France*. Paris, 1971.

WELLMAN, Barry; LEIGHTON, Barry. Réseau, quartier et communauté: Préliminaire à l'étude de la question communautaire. *Espaces et sociétés*. Paris, 1981.

Obs.: Constitui parte do capítulo II da tese de livre-docência, intitulada *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*, apresentada em 1982 à FAUUSP.

O PARQUE NO DESENHO URBANO

PARKS AND URBAN DESIGN

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: mmemm@uol.com.br*

FUNDAMENTOS

RESUMO

Os parques urbanos são inseridos na urbanização como parte dos espaços livres de edificação. Sob esse aspecto, sua distribuição nas várias escalas de urbanização é parte de um projeto da sociedade sobre sua cidade como um todo. Por outro lado, o desenho do espaço em si pode ser lido em face dos contextos em que são implantados como parte dos mecanismos de controle social. São levantados sucintamente estes aspectos para receber contribuições em área que consideramos de intensa implicação no desenho urbano.

Palavras-chave: Parque, desenho urbano, espaço livre.

ABSTRACT

The urban parks take part of the urban open spaces system and their existence depends on the social decisions. This paper focuses the insertion of the modern parks in the Brazilian modern city.

Key words: Park, urban design, and open space.

O PARQUE NO DESENHO URBANO

PARKS AND URBAN DESIGN

Introdução

Os parques públicos são, inicialmente (1789), propostos em Munich como espaços de recreação pública. Tira-se partido, na maior parte dos espaços, de fortificações em desuso. Com a acepção atual de áreas especificamente reservadas para utilização pela população, são desenvolvidos, no século XIX, por desenhos em áreas da Coroa Britânica (St. James Park e Regent's Park/1828). O primeiro sistema de parques desenhado para Paris não teve como critério fundamental a utilização pela população. É em Nova York, com o Central Park, que se implanta o maior parque público que seria desenhado com critério, na época, julgado de necessidade da população urbana.



Fotos 1 e 2: Vistas gerais – Regent's Park,
Londres
Crédito: Josefina Capitani, 2001



Foto 2



Foto 3: Vistas gerais
– Central Park, Nova York
Crédito: Silvio Macedo,
2004

Setores especiais dos espaços livres de edificação são ainda entre nós vistos de maneira superficial, como quantidades de solo, como suporte da flora ou como “pulmões” da cidade. Fragmentados quer no complexo espacial quer no das políticas urbanas e culturais são relegados como aspectos complementares, de sofisticação e supérfluos, como base para o esplendor de objetos arquitetônicos. No entanto, com forte peso na configuração de modelo urbano, são, freqüentemente, descontinuidades físicas inadequadas no tecido urbano ou na polinucleação global. Localizações de distribuição de carências e de excessos, no mínimo, por falta de globalização e simultânea especificidade da questão. Porém, os parques são efeitos; o processo não parece tão linear de causa e efeito, aceito “o espaço como instância da sociedade” (Milton Santos).

Os Parques Urbanos São Parte do Sistema de Espaços Livres de Edificações

O espaço livre é aqui entendido como todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno, não-coberto por edifícios. A amplitude que se pretende diz respeito ao espaço e não somente ao solo e a água, não-cobertos por edifícios; também diz respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos¹. Por esse entendimento de espaço livre (todo solo e toda água não-cobertos por edifícios) o vínculo do espaço é fundamentalmente de localização em relação aos edifícios, isto é, para com as pessoas que os ocupam, em circulação ou em permanência. O enfoque de espaço livre enquanto objeto de desenho só é relevante desde que analisado em face das atividades e necessidades do homem urbano.

A definição e o enfoque de espaço livre faz com que seja secundária a questão da quantidade de espaços livres (quanto-índices); transforma, porém, a importância relativa a onde estão os espaços livres e, repetimos, articula o *onde* com as permeabilidades dos edifícios e da urbanização (quando se interpretar a questão) nas diversas escalas desde o bairro, conjunto de bairros (distritos), núcleos urbanos, metrópoles, sub-regiões, regiões (Ver Figuras 1a e 1b).

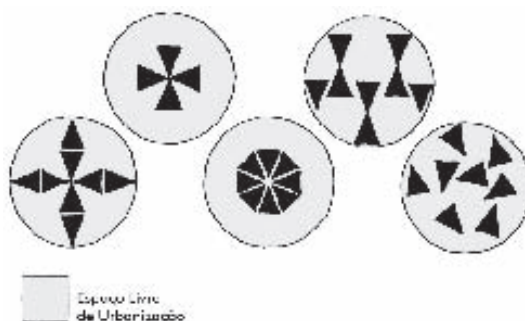
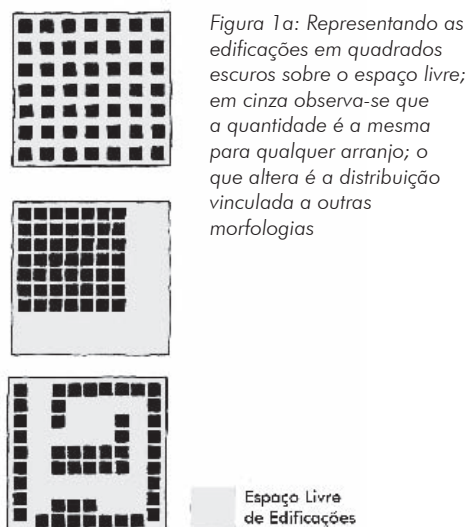


Figura 1b: Representando a urbanização e o espaço exterior, volta-se a observar a variação da distribuição com a mesma quantidade. O segundo exemplo mostra maior adensamento com acréscimo de espaço livre. A distribuição do espaço livre tem implicações com a concentração ou as polinucleações

Créditos: Miranda Magnoli

Assim sendo, o espaço livre de edificações e de urbanização constitui-se em um contínuo cuja distribuição deve ser tal, que propicie o enriquecimento das atividades do homem urbano, na medida em que, visto em sua globalidade, a difícil e abstrata polêmica da quantificação passa a ser um falso problema, pois a quantidade é constante em seu todo; o que varia é a distribuição e a configuração dessa distribuição nas diversas escalas da urbanização.

A apropriação dos espaços pelo homem para suas necessidades e atividades é criada em âmbitos locais, setoriais, urbanos, metropolitanos, sub-regionais e regionais em função da proximidade espacial. A proximidade espacial, movimento, exige permeabilidade entre os espaços por meios diversificados e amplos de locomoção. A distribuição de espaços livres para serem apropriados pelo homem (sistema de parques) fica vinculada às maneiras de acessos disponíveis em cada uma das escalas de urbanização, e à frequência dos usuários. Frequência, utilização, apropriação em sentido amplo diz respeito à duração e periodicidade de tempo disponível. Isso conduz esquematicamente (e ainda grosseiramente) a usos diários, semanais, de feriados, de férias curtas ou prolongadas. É pela relação entre o uso diário e a duração reduzida que se pode observar que são espaços os quais devem estar próximos da habitação, de nível local. Para atividades de longa duração, o tempo de acesso passa a ter pequena interferência, permitindo localizações regionais. Há toda uma gama de diversificação de distribuição espacial que fica inserida entre os dois extremos e é função da frequência dos usuários e da localização e facilidades de acesso.

Outro é o caso em que no diagnóstico das capacidades do meio físico, além de indicar-se os pontos críticos de impacto (função de localização e de eliminação de resíduos), os subsídios para diretrizes de atividades ao ar livre, enfatizam-se locais de potencial natural disponível para utilização. Nesse caso, mesmo com curta duração, será o caso de propiciar acessos a essas localizações. O mesmo se dá em atividades que exigem localizações específicas diante de requisitos topográficos, climáticos ou geográficos.

O atendimento do cidadão nas várias escalas de urbanização e a diversidade de apropriação em atividades variadas, diversificadas, específicas ou não, "ativas" ou "passivas", para todos os cidadãos, em idade, sexo, isolados ou em grupos, leva à distribuição de espaços diversificados no interior, na periferia e no exterior da mancha urbana. Diversificados em configuração, em acessibilidade, em desenho, em manutenção.

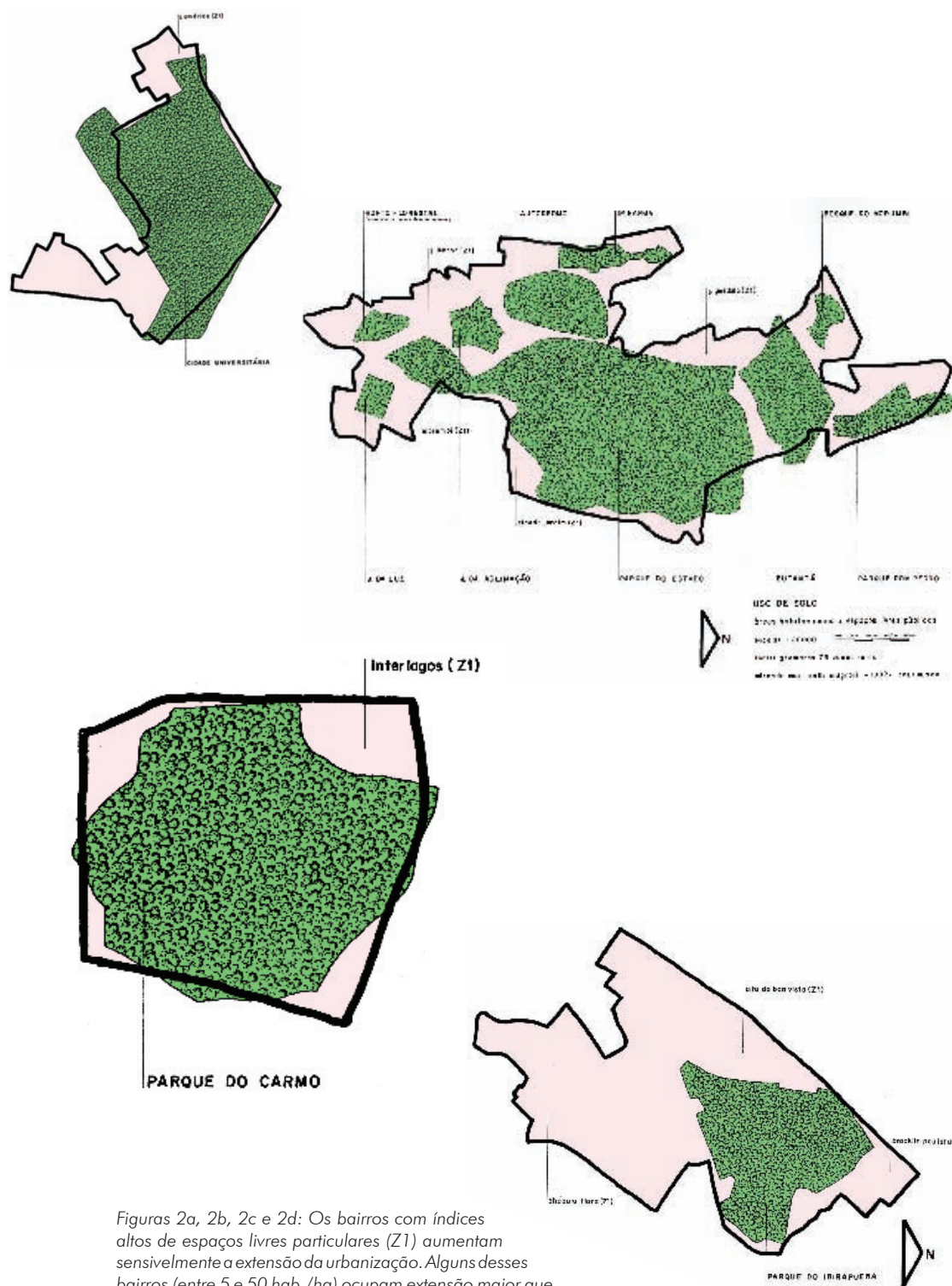
Espaços livres de edificações ou de urbanização são pressupostamente os mais acessíveis por todos os cidadãos; os mais apropriáveis perante as oportunidades de maior autonomia de indivíduos e grupos; os que se apresentam com mais chance de controle pela sociedade como um todo, já que abertos, expostos, acessíveis; enfim, aqueles os quais podem ser os mais democráticos possíveis, enquanto significado intrínseco da expressão espaço urbano.

No entanto, há um vínculo estrito entre esse ideal sociopolítico-cultural incorporado aos espaços livres e a descontinuidade física dos tecidos urbanos (ao âmbito interno dos assentamentos) e das várias partes de um organismo urbano polinucleado (ao redor dos vários núcleos). Essas descontinuidades físicas são os espaços livres. Entretanto, essas descontinuidades físicas se constituem muito frequentemente em *“barreiras de espaços livres não apropriados surgem como cunhas rompendo a continuidade de assentamentos que constituem, de fato, um único sistema sócio-espacial no cotidiano de seus habitantes”*². Levantamos que a questão de desenho, central está na distribuição dos espaços livres; na configuração global do sistema de espaços livres. E, nessa configuração global está implícita, de acordo com a definição e o enfoque inicial de espaços livres, a distribuição da diversidade de atividades humanas em espaços fechados (desenho da cidade e desenho dos edifícios). No desenho de cada uma dessas figuras ou no arranjo da interação entre elas está a contradição, e não propriamente na existência de espaços livres que têm, no mínimo, de permitir acesso, luz e ar às edificações (além de vistas, circulação, permanência, apoio a serviços locais e urbanos, espaços para vida ao ar livre, apoio para infraestrutura e reserva para usos urbanos futuros). O que acontece é que a distribuição dos espaços livres exerce forte influência no modelo de urbanização.

Os Parques São Parte dos Mecanismos de Controle Social

Em um pequeno e interessante artigo escrito por Cranz³ sobre as mudanças dos papéis dos parques urbanos, traça-se uma evolução do “movimento americano de parques” desde meados do século XIX. Periodiza essa evolução em quatro etapas (1850-1900/1900 a 1930/1930 a 1965/1965 em diante) correspondentes a programas e desenho dos parques. Para cada um dos modelos o desenho faz uso dos mesmos elementos – água, árvores, flores, caminhos, vedos, esculturas, edificações – mas em combinações distintas e com diferentes predominâncias. Indica específicas metas sociais a atingir; diferentes são as maneiras de elaborar os mesmos elementos; a cada modelo corresponde uma intenção de contribuir para a solução de problemas decorrentes das transformações iniciadas pelos processos de industrialização e urbanização.

O *pleasure garden* (de 1850 a 1900), caracterizado pelos trabalhos de Olmsted⁴, é o parque constituído por amplo espaço (centenas de hectares), alternado em modelados suaves de pradarias e plácidas e extensas águas que serpenteiam entre as colinas onduladas. As águas refletem largas faixas de céu e massas de árvores de poucos tipos distribuídas, criando diferentes seqüências de espaços sinuosos com caminhos ondulados elaborados para bucólicos passeios concebidos de forma a sequear o tráfego de carruagens do parque desviar a atenção da atmosfera “pastoral” criada. É o cenário idealizado do campo. Flores são evitadas, pois lembram a mão do homem, a não ser como grandes campos silvestres; edifícios reduzidos ao máximo e envolvidos entre pérgolas e vedos em pedras rústicas; esculturas também são evitadas, assim como equipamentos de iluminação; quando necessários, foram depostos do visual de observador. O caminho sinuoso, com separação de veículos e pedestres, é a característica sistematicamente utilizada no modelo do período, como contraponto à rígida malha ortogonal da cidade; como os equipamentos para luz a gás, além de produtos manufaturados, iluminam as ruas da cidade e associam as edificações à cidade. A malha urbana, finita e fechada descortina-se em uma experiência de infinito nos reflexos de céu, na placidez das extensas águas. Nenhum movimento mais dinâmico nas águas sem ruídos, nenhum contraste mais significativo na vegetação, nenhum detalhe a enfatizar observações mais reduzidas. A amplitude é procurada em todos os níveis de



Figuras 2a, 2b, 2c e 2d: Os bairros com índices altos de espaços livres particulares (Z1) aumentam sensivelmente a extensão da urbanização. Alguns desses bairros (entre 5 e 50 hab./ha) ocupam extensão maior que parques setoriais ou metropolitanos. Em São Paulo a totalidade desses bairros é superior à totalidade dos parques públicos
Créditos: Miranda Magnoli

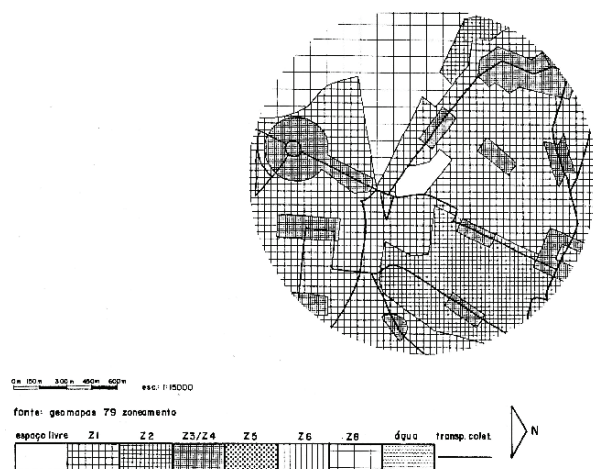


Figura 3 – Frequentemente os parques estão distribuídos em tecidos em que é alta a taxa de espaços livres particulares (situados em Z1 e Z8 nos anos 1980), ocupados preponderantemente por uma população que não faz uso dos parques. Levantamento executado também indica que a população que habita em situações mais carentes não dispõe de transporte coletivo acessível aos parques
Crédito: Miranda Magnoli

experiências; a ilusão bucólica é transposta além do perímetro físico do parque pela extensão da continuidade campestre, que, necessariamente, é o entorno desse espaço. São parques localizados além da periferia da cidade para onde famílias e grupos organizados pelas associações religiosas e protetoras da moral e dos bons costumes são levados semanalmente para passear, andar de barco, alugar carruagens, ouvir concertos, fazer piqueniques.



Foto 4: Vistas gerais – Central Park, Nova York
Crédito: Silvio Macedo, 2005



Foto 5: Vistas gerais – Prospect Park, Nova York
Crédito: Silvio Macedo, 2001

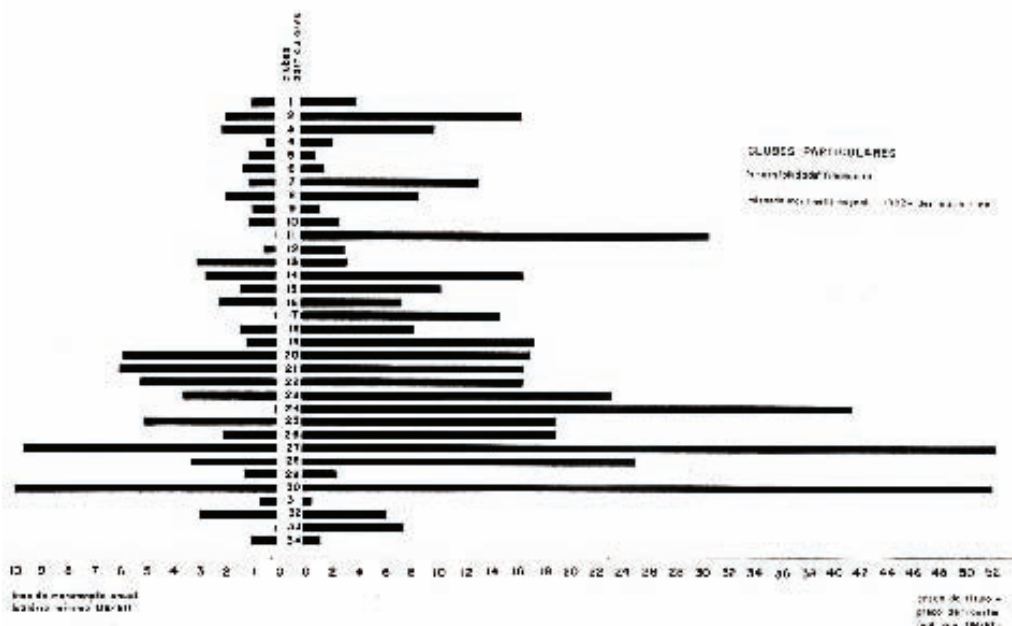


Figura 4 – A existência de vários clubes pode dar a impressão de disponibilidade de espaços recreacionais. Porém, é restrita a acessibilidade a esses equipamentos perante as condições de ingresso; os preços dos títulos e as taxas mensais de manutenção marginalizam a maior parte da população; outros poucos, públicos, são restritos a grupos (ex.: centros de campi)

Crédito: Miranda Magnoli

As atividades, sempre em contraste com a rotina urbana, não requerem participação, que poderia ocorrer no trabalho e na produção e voltam-se para experiências marcadamente contemplativas, passivas; sequer atividades artesanais, similares à produção manufatureira, são aceitas; assim, exercícios mais exigentes em esforços físicos ou em repetição, memorização e sistematização. Em um ambiente para grupos e atividades familiares, são enaltecidas e desencorajadas as formas de comportamento consideradas adequadas e inadequadas. É proscrito o alcoolismo, marginalizados a prostituição, jogos de azar e outras manifestações consideradas da cultura popular e da baixa condição cultural e moral dos imigrantes. As várias classes sociais no campo são nitidamente separadas em todos os aspectos; nas cidades, o discurso democrático é mantido como aspiração que não deve ser arranhada pela urbanização e industrialização. O parque oferece um espaço de interação, visual, das várias classes.

São parques localizados além das periferias das cidades; vistos e divulgados como verdadeiros “pulmões” a serem oferecidos semanalmente – as expansões em extensão e os prolongados horários de trabalho já não permitiam a proximidade espacial diária com o campo, com os espaços “naturais” que permitiam diminuir os rigores e agruras da industrialização americana da época. Como elemento definitivo para a implantação desses novos espaços da urbanização pesaram as epidemias as quais, anualmente, assolavam as cidades e particularmente as áreas concentradas no verão. O Central Park foi o antídoto à epidemia de cólera que grassou em Nova York em 1852.

São atuais duas correntes de pensamento que, fundamentalmente, elaboram:

- O programa, mais do que dar alívio ao trabalhador exausto, procurava estimular uma parte relegada da mente humana: aquela da percepção do espaço, das formas, da apreciação artística ao invés da lógica, da racionalização (analogia ao modelo de atividades dos hemisférios direito e esquerdo nos cérebros humanos);

– esses parques seriam um freio ao perigo visto pelas elites morais em relação aos ideais morais de difícil controle nas cidades. Enriquecendo com negócios urbanos, teriam preferido viver no campo: finos e educados fazendeiros. Os imigrantes rurais no período, freqüentemente, idealizaram a cidade como o lugar de animação, de importância ao anônimo, de luzes, sons, liberdades maiores que nas comunidades agrícolas e, como subsídio básico, de oportunidade de salários em dinheiro e não mais em moradia, alimentação e eventuais espécies. Fica a questão: onde e como seriam esses espaços, se pretendessem expressar a aração e as esperanças depositadas nas cidades?



Foto 6: Vista aérea – Represa Guarapiranga
Crédito: Silvio Macedo, 2005



Figura 5 – As áreas de reservatórios da infra-estrutura metropolitana, bem como reservas florestais não têm sido propostas para apropriação pela população. A polivalência de usos é possível e adequada em relação à urbanização, desde que caracterizadas as restrições na gestão do projeto, implantação e utilização (Represa Mairiporã)
Leonardo Coelho, 2006

O período subsequente, de 1900 a 1930, é o de maiores transformações na evolução dos parques: é o do *reform park* ou também *playground period*. Dois são os aspectos que o fundamentam na necessidade de mudanças: *playgrounds* e espaços locais. Passam a internalizar-se no urbano, construindo áreas para as crianças. Em pouco tempo a aspiração é estendida e implantada para todas as faixas etárias em organizações programadas e supervisionadas por idades e sexos. É decorrência óbvia que os espaços sejam reduzidos, já que próximos às habitações e aos locais de trabalho. Também, totalmente ocupados em caixa de areias para brinquedos, exercícios físicos e classes e ensinamentos subsidiários de higiene, saúde, alguma profissionalização e naturalização americana para os imigrantes. Os edifícios ocupam boa parte do espaço (visto que reduzido) para permitir esse tipo de programação a qual se desenvolve além trabalho, para todas as idades ocupadas na indústria. Ginásticas, atividades esportivas, representações teatrais sempre de fundo histórico relacionado à criação da nação americana, são parte da educação de orgulho cívico o qual os vários líderes de grupos, idades e sexos impõem. A morfologia urbana tem aparência contínua com o aspecto das fábricas, das habitações, do comércio prolongando-se em alguns dos tantos espaços previstos para atividades programadas.

É desse período a cisão entre os grupos ainda ligados à idéia do parque do outro período e esse setor que se classifica ligado à recreação. É a discussão ainda comum entre nós, entre recreação “ativa” e “passiva”: uma seria para participação e outra para apreciação!

O começo do século é indicativo do aparecimento de vários diferentes movimentos sociais em todo o mundo. As elites empresariais e filantrópicas ao orientarem, com a competência que se assumiam, as necessidades das classes

trabalhadoras, indicavam a aceitação e racionalização concreta e objetiva da cultura industrial dentro das normas, regulamentos e valores das leis anglo-saxônicas. É uma pergunta que o autor dos estudos faz a si mesmo: como seria o urbano e o desenho dos espaços, se viesse à tona a máquina política da época, os favoritismos e as manipulações das elites e se o trabalhador pudesse distribuir as cervejarias que almejava e as organizações por grupos étnicos, raciais e minoritários os quais germinavam entre eles?

As transformações posteriores à Primeira Guerra Mundial, os movimentos dos trabalhadores da década de 1920 convergem para a institucionalização da recreação como função do poder municipal que se estabelece por volta de 1930. É usada para o período de 1930 a 1965 a expressão recreação, aliás *recreation facility* significando a distribuição assegurada para todos, em âmbito nacional, no cotidiano, em eventos, jornadas, em tal porte, que se passa aplicar a execução e implantação seriada e multiplicada de estádios, grandes piscinas, quadras, arquibancadas e painéis de jogos e esportes. São programados eventos esportivos de massa, desportos em grupos grandes. É maciça a participação na recreação considerada ativa. Com a evolução, as propostas se refinam para os deficientes físicos, para os idosos, os cegos, os aposentados. A padronização se estende em todos os locais, em toda a nação, em todas as propostas. Nas crises da Depressão e da Segunda Guerra Mundial esses parques assumiam boa parte da sustentação moral oferecida pelos órgãos federais, como demonstração de progresso, liberdade e democracia. É um período de grande aumento da classe média profissional e de uma classe que se sente participante dos grupos decisórios, uma classe nova entre os proprietários e os trabalhadores: a administração eficiente e sua capacidade quanto aos serviços para a comunidade são os aspectos principais a regerem as questões de classe. No aspecto da urbanização, esta se estende em amplas áreas de baixa densidade, habitações unifamiliares na periferia da cidade entre gramados contínuos e entre edificações: procura-se um estilo de vida ligado ao rural, habitando-se na periferia e trabalhando-se na cidade. Na cidade, em espaços concentrados, o poder público deveria oferecer para os habitantes urbanos as facilidades que estariam nas periferias como estrutura de vizinhança, a qual seria propiciada pelos espaços de interação entre as casas.

Os estudos urbanísticos do pós-guerra, especialmente ingleses, e o racionalismo na arquitetura distribuíam pelo mundo índices de áreas verdes classificadas em *playlots*, *playgrounds*, *playfields* e outros, de forma similar às casas, escolas, hospitais, comércio, setores industriais e sistemas de trânsito. A correta hierarquização e a distribuição sistematicamente planejada nas cartografias, desde a escala local até a nacional, faria com que os parques contribuíssem com todos os requisitos técnicos para uma sociedade justa, equilibrada, harmoniosa, ordenada. Talvez feliz, também.

De 1965 a 1986 as modificações são intensas e extensas. A cidade é essencialmente vista como toda ela, em ruas, largos, praças, parques, a ser assumida como um espaço de vida diversificada, heterogênea, que espera poder inebriar-se em revitalizações mais duradouras ou transitórias e eventuais. Os fenômenos da automação, do contínuo acréscimo do lazer são de difícil integração com a deterioração e vandalização em equipamentos coletivos e largas áreas das zonas centrais.

Essa evolução não é a nossa. A nossa está para ser estudada, refletida, debatida, elaborada. Uma série de circunstâncias da sociedade do país mais rico do planeta e do excepcional desenvolvimento do paisagismo americano, na prática, nas instituições acadêmicas e no poder público, faz com que diversos sejam os aspectos nos quais nos cabe um pensamento mais cuidadoso e abrangente. No mínimo e, preliminarmente, podemos observar que a CONFIGURAÇÃO, a CONFORMAÇÃO na história dos parques reflete, mais do que se quer pensar, intenções sociais imediatas em uma atitude e filosofia subjacentes em relação ao fenômeno urbano. Os modelos, em sua seqüência, vão se sobrepondo por partes em espaço e em tempo nem sempre transparentes em diferentes contextos e diferentes populações.

Nossos espaços e nossas cidades não constituem o resultado de um processo homogêneo em uma cadeia histórica, que possa amalgamar o povo, a nação, o Estado. Não podem ser vistos como um acomodamento de instituições que visem à participação plena de todos os cidadãos na condução de seus desígnios para os ambientes de vida. As observações as quais iniciamos⁵ são ainda muito preliminares e contêm grandes lacunas. Limitam-se, no momento, a levantamentos de caráter espacial nos vários níveis escalares da região metropolitana de São Paulo – insuficientes até nos levantamentos para as explicações dos modelos urbanos, para individualizar as separações entre atividades físicas, manuais e as intelectuais, artísticas, “espirituais” independentes; não conseguem revelar idéias, regras, valores, normas daqueles que teriam a competência para essas decisões; ficam a dever na compreensão das expressões, das exteriorizações, nas formas concretas com que a cultura se manifesta; as formas de convívio em espaços de presença humana diversificada, de caráter desigual, heterogêneo, plural, não emergem facilmente pelos códigos representados na linguagem do tratamento do espaço.

Por outro lado, são múltiplas as situações que deverão ser estudadas – por nós todos; não creio que possamos nos valer de alguns poucos processos urbanos e daí generalizar. A população do país não pode ser vista de forma homogênea só por causa da língua, do futebol e alguns outros poucos hábitos comuns. São inúmeros os modos de vida, as expressões culturais vigentes, as tradições, os interesses, as representações; a unificação por uma síntese geral que é, no mínimo, problemática. O papel do Estado é, no mínimo, controverso, especialmente na constituição da Nação. Esses espaços urbanos, enquanto parte de expressão cultural das culturas sociais, envolvem as capacidades das sociedades para transformar as situações existentes em situações com o sentido do novo; para um campo de ações e pensamentos que ultrapassem experiências, desequilíbrios, reinventem modos estabelecidos de ver, ouvir, pensar sem padronização, massificação, simplificação, repetição. São formas diferenciadas as quais, possivelmente, surgirão por meio de grupos, comunidades, lugares, tempos, espaços e conteúdos. Procuramos imaginar que talvez alguns pontos possam ter despertado algum interesse e empenho para questões que têm sido consideradas uma espécie de luxo, de supérfluo, alheia às “coisas sérias”.



Foto 7 – Parque da Independência, desenho da década de 1940
Crédito: Sílvio Soares Macedo



Fotos 8a e 8b – Parque da Aclimação, adaptado na década de 1960
Crédito: Josefina Capitani



Fotos 9a e 9b – Parque Vila dos Remédios, executado nos anos 1970
Crédito: Sérgio Ortiz, 2003





Parque Ecológico do Tietê dos anos 1980

Foto 10 – Núcleo Tamboré
Crédito: Luciana Mantovani



Foto 11 – Núcleo Cangaíba
Crédito: Silvio Soares Macedo

Notas

- (1) TANKEL, Stanley. La importancia del espacio libre en si modelo urbano. In: WINGO, Lowdon. *Ciudades y espacio, el uso futuro del suelo urbano*. Barcelona: OIKOS-TAU, 1976. (Colección de Urbanismo).
- (2) HOLANDA, Frederico de. Arquitetura como estruturação social. In: FARRET et al. *O espaço da cidade – Contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985.
- (3) CRANZ, Galen. Changing roles of urban parks – From pleasure garden to open space. *Landscape*, n. 2, 1978.
- (4) Referimo-nos a Frederick Law Olmsted, considerado o pai do paisagismo americano. Nasce em Connecticut, em 1822, e durante os 81 anos de vida exerceu várias profissões que contribuíram para sua compreensão da época; em sua atividade de arquiteto paisagista, que ele criou nos EUA, procurou transferir para os projetos suas metas para as necessidades urbanas. Cresceu no campo, viajou à China em 1846 e em 1850 à Inglaterra; nessa viagem ficou vivamente impressionado com a vida rural inglesa e com a paisagem do parque “natural” inglês. Em 1858 ganha, com Calvert Vaux, o concurso para o projeto do maior parque de Nova York: o Central Park, hoje bastante transformado internamente, mais ainda se podendo notar características essenciais. O sucesso desse trabalho levou a vários outros em Nova York, Chicago, Boston, Albany, Buffalo, Rochester, San Francisco, Newark, Philadelphia, Montreal, Detroit, Hartford, Trenton, Louisville, Milwaukee e Kansas City. São parques, novos bairros, exposições mundiais, áreas institucionais, campi universitários, áreas de preservação e sistema de parques. É também devida a Olmsted a difusão dos parques nacionais e a criação do parque nacional de Yosemite Valley. Para a época, a visão de Olmsted é de largo espectro e fôlego, especialmente quando analisada em confronto com os moldes europeus. É decorrência da contribuição de Olmsted, na visão global dos espaços do território e na compreensão da paisagem como interação entre os processos do meio físico e dos processos da intervenção antrópica, o surgimento da arquitetura paisagística como área disciplinar criada, inicialmente, na Universidade de Harvard em 1900, junto da Lawrence Scientific-Scholl. Seu brilho, visão abrangente e local não conseguiriam manter-se nas décadas subsequentes, apesar do avanço profissional e disciplinar que se estende pelo país. Suas lições seriam retomadas no

início da década de 1970 com as grandes transformações da ciência, da tecnologia, dos comportamentos sociais e nas expressões das atitudes humanas.

- (5) Referimo-nos a estudos iniciados em MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana* – tese de livre-docência, FAUUSP. São Paulo, 1982. Esses estudos vêm sendo retomados por novos pesquisadores dentro do Programa de Área de Pesquisa Planejamento da Paisagem do Departamento de Projeto da FAUUSP.

Bibliografia

CRANZ, Galen. Changing roles of urban parks – From pleasure garden to open space. *Landscape*, n. 2, 1978.

HOLANDA, Frederico de. Arquitetura como estruturação social. In: FARRET et al. *O espaço da cidade – Contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

TANKEL, Stanley. La importancia del espacio libre en el modelo urbano. In: WINGO, Lowdon. *Ciudades y espacio, el uso futuro del suelo urbano*. Barcelona, 1976. (Colección de Urbanismo OIKOS-TAU).

Obs.: Texto publicado originalmente em “Desenho Urbano: Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil”.

O JARDIM NA CIDADE É UM
FRAGMENTO DE SONHO

THE GARDEN IN THE CITY IS A DREAM'S
FRAGMENT

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: mmemm@uol.com.br*

FUNDAMENTOS

RESUMO

O texto abre um leque de questões, buscando traçar objetivos de pesquisa, estudos e ação para o arquiteto que trata com a paisagem e, em especial, com os espaços livres urbanos, mostrando o quanto é grande a responsabilidade do paisagista no Brasil, perante seus conflitos sociais e ambientais. O título não passa de uma metáfora provocativa para um início de discussão mais profundo a que se propõe.

Palavras-chave: Jardim, meio ambiente, globalização, espaços livres, paisagem, área verde.

ABSTRACT

This paper is the result of a conference developed by Miranda Magnoli in 1996 at 2nd ENEPEA (Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil) in FAUUSP. She focused the main questions and subjects for the Brazilian national landscape studies to be developed in this time. The idea that the garden in a city is a dream's fragment is the start to dozens of other important questions.

Key words: Garden, environment globalization, open spaces, landscape, green space.

O JARDIM NA CIDADE É UM FRAGMENTO DE SONHO

THE GARDEN IN THE CITY IS A DREAM'S FRAGMENT

Introdução

A cidade densamente construída é o lugar por excelência do espaço livre público contemporâneo. É a esse espaço que cabe o papel de requalificar a cidade existente.

E que caráter terá esse espaço? Com que abordagem enfrentar o projeto desse espaço? Com quais insumos propor o desenho desse espaço?

É uma concepção já clara em países que já não querem aceitar a violência de milhões vivendo na pior miséria, em cidades mais conscientes dos benefícios decorrentes de um país mais justo, de um país com divisões tênues, de segregações menos indignas. É uma concepção válida também para um país que não é pobre, nada pobre, mas terrivelmente injusto. Em momento algum estou pretendendo que o espaço seja a resposta para um país justo.

Esta “concepção meta” não abre mão dos conteúdos necessários na formação do arquiteto; não abre mão, muito pelo contrário, dos campos de pesquisa a serem abertos ou aperfeiçoados. Não abre mão dos conceitos formulados nos estudos das últimas décadas, nem pretende substituí-los ou reformulá-los; somente novos estudos poderiam indicar-nos a substituição ou reformulação.

Também não abre mão das possibilidades de ver a cidade como um ambiente em que as características físicas podem ser melhoradas com a introdução do material entendido como natural – preponderantemente a vegetação. Porém, privilegia, coloca atenção mais intensa sobre a mensagem cultural trazida por um qualquer espaço, quando este é realizado dentro do contexto da cidade, do ambiente tecido pela cidade.

Esse não é um conflito de posições. Por uma delas, em geral denominada ecológica, preconiza-se a transformação do ambiente urbano por meio da introdução do material natural. Pela outra se entende que não cabe ao espaço livre, ao “jardim” urbano (verde ou não), assumir as responsabilidades da deterioração progressiva de todos os aspectos vitais do ambiente humano (atmosfera, águas, biodiversidade, etc.). De qualquer forma, os desenhos, os projetos não deixariam de levar em conta, em sua organização, a ecologia, já parte da cultura de nosso tempo.

Faço minhas as palavras do paisagista francês Michel Corajoud, quando afirma: “o século XIX, ao acentuar tão intensamente o viés higienista, prestou um mau serviço aos jardins”; diz ele: “o jardim não é feito para compensar as lacunas da cidade, nem para, simplesmente por ele, introduzir a natureza na cidade. O jardim na cidade é um fragmento de sonho, e não um enclave necessário para trazer ar para o cidadão”.

Os Jardins Como Fragmentos de Sonho



Foto 1: Jardins floraux, Bois de Vincennes
Crédito: Silvio Macedo, 2004



Foto 2: Jardins urbains Bath,
Inglaterra
Crédito: Silvio Macedo, 1997



Foto 3: Jardins Genemife Alhambra,
Granada, Espanha
Crédito: Silvio Macedo, 1997

Também já não nos basta a compreensão da importância do espaço físico no modo de estabelecerem-se as relações sociais; já avançamos na observação, na análise, de espaços nos quais, ao invés do “fragmento de sonho”, de Corajoud, a organização dos espaços leva aos habitantes um cotidiano condicionador da reprodução de comportamentos tais, que se reafirma a estrutura da formação social urbana existente.



Foto 4: Praça da Liberdade, Belo Horizonte, MG, Brasil
Crédito: Fabio Robba, 2004



Foto 5: Jardins Alcaçar, de Sevilha
Crédito: Silvio Macedo, 1997

Conseguimos, a duras penas, dar início ao processo de compreensão das questões regionais. Porém, ao se colocar como meta de atuação, os espaços internos ao tecido social das cidades não se baseiam simplesmente na urbanização crescente da população brasileira (88% no Sudeste do país); não se confunde meta de atuação com o necessário, e indispensável processo de compreensão da produção da paisagem a partir de uma escala maior, incorporando a questão regional, para ação em um lugar específico, em um certo tecido social de uma cidade de uma região.

Processo de projeto é meta do arquiteto. Escala de atuação não se confunde com escala de compreensão. Essa escala de atuação e esse processo, aparentemente tão simples, exigem enfrentamentos, desafios, entendimentos, para os quais estamos muito longe de estar preparados.

Ao nos exigirmos uma abordagem simultaneamente geral e particular, vem à tona, de pronto, a heterogeneidade: do país, das paisagens, das peculiares relações sociais geradas na territorialidade dos fenômenos, na *heterogeneidade das culturas*.

Por essa consciência, exige-se que estejamos particularmente atentos para a simultaneidade de uma homogeneização cada vez mais crescente entre diferentes lugares do mundo e da diversificação crescente no interior de cada lugar no mundo. Exige-se que estejamos particularmente

atentos para formas de planejamento territorial que, ao colocar metas de equalização, de uniformidade, pretendendo, sem dúvida, superar disparidades regionais, ao partir de paisagens abstratas, paisagens-receptáculos, paisagens iguais e igualmente desconhecidas, acaba com o ambiente, carregando consigo, na deterioração, a natureza e, mais grave, as formas de compreensão e atuação da sociedade sobre sua própria natureza. As diferenças, as desigualdades, a heterogeneidade, a diversidade, a complementaridade são intrínsecas à compreensão do ambiente, à compreensão da natureza do humano.

Não é o nosso compromisso ver o homem e suas ações como o vilão da história, não é preservar estaticamente o que não é estático. Nosso compromisso está na consciência do papel crescente das atividades humanas na produção de mudanças globais; está na compreensão das contradições, dos conflitos e das pressões; está na compreensão das diferenças, da multiplicidade, da diversidade, com a responsabilidade da complementaridade, da solidariedade. Nosso compromisso está no assumir uma mensagem cultural; ecológica sim, de *“uma ecologia mental e social em que os movimentos pelo ambiente, pela ética, tem como sua natureza a solidariedade social e o desenvolvimento individual, a liberdade individual e a responsabilidade social”* (GUATTARI, F., *As três ecologias*).

Espera-se que os espaços possam influir nessas formulações? Como é nossa abordagem para esse geral e esse particular? Como participar para conferir padrões sociais de qualidade de vida, específicos a cada lugar, já que é a cultura de cada lugar que os constitui?

Muitos são os estudos, as pesquisas, os quais deveremos elaborar para cobrir um campo em que estamos bastante a descoberto, para chegar a um projeto compromissado com o ambiente, com a paisagem, com a sociedade. Esse papel de produção do conhecimento para um projeto compromissado responde cabalmente às posturas pessoais em relação à sociedade.

Como enfrentar a compreensão do particular e do geral, em que cada um deles possui suas próprias e complexas formas de elaboração, em um mundo com mudanças extremamente rápidas e crescentes? Não podemos simplesmente partir dos modelos alheios e adaptá-los, aqueitá-los, acochambrá-los para nossas questões.

Como aprimorar nossa acuidade para as diferenças, quando tudo é conduzido para formas cada vez mais crescentes de padronização de pensamentos, de comportamentos, de relacionamentos?

Como compreender o encaixe, a integração das mudanças, que ocorrerão com rapidez e intensidade, devido ao avanço das modernas tecnologias, em um país no qual a mídia, suporte da universalização de movimentos sociais, adota uma releitura, uma pífia globalização cultural?

Como montar uma lógica de localização dos espaços de lazer em cidades em que os serviços terão seu papel e seu potencial muito modificados com as mudanças tecnológicas?

Como desenhar os espaços de lazer quando as mudanças tecnológicas agravarão o acúmulo de mão-de-obra ociosa disponível, especialmente nos estratos mais pobres e despreparados?

Como clarificar as mentes em que as classes médias, euforicamente, perseguem o consumismo, apesar de um quadro de pobreza imensa, e contínuo o agravamento da distribuição de renda? Talvez essa seja a única desigualdade aceita com cada vez mais crescente naturalidade ou, pelo menos, com cada vez menos indignação.

Como distinguir *“idéias com charme internacional, embora supérfluas, em cidades onde milhões vivem na pior miséria e violência? Como perceber o que são idéias vendidas como imprescindíveis a nossa modernidade, como atestado de nossa primeira mundice e que, ao invés, nos colocam defendendo causas estúpidas?”* (Otávio Frias Filho, Cortina de fumaça, Folha de S. Paulo, set. 1995).

Qual o perfil de qualificação e educação dos profissionais para que possam distinguir, em seu campo de conhecimento, o que são mudanças adequadas?

Quais os impactos espaciais que a natureza e a abrangência das mudanças tecnológicas irão provocar sobre as culturas locais?

Como contribuir com um desenho urbano que não intensifique a exclusão social?

Como *quebrar as pernas* de um desenho urbano o qual, ao não privilegiar o espaço público, facilita a manutenção do *apartheid* social?

Como abrir as mentes de pessoas inteligentes e preparadas tecnicamente, mas que consideram uma praça desqualificada porque abriga mendigos?

Como privilegiar os espaços os quais, *a priori*, já contam com uma localização a comportar os diferentes horizontes socioculturais?

Como conseguir que instituições públicas e privadas se proponham a novos programas para usos de diferentes públicos? Quais os programas e, especialmente, quais os desenhos, para eventos interativos que intensifiquem, em qualidade e quantidade, as relações de vida coletiva no interno das cidades?

Levando em conta que a violência urbana esvazia espaços extensos e isolados, como obter variedade, plurifuncionalidade, polivalência no conjunto dos diferentes espaços da cidade?

Como viabilizar estudos os quais identifiquem os níveis de preservação, conservação e inovação adequados em cada lugar, vindo a constituir um real patrimônio ambiental urbano?

Teremos condições de ir substituindo nossa prática de projeto, que tem sido preponderantemente para os ricos e especulação imobiliária, para uma prática na qual a estrita articulação entre a ação pública e privada viabilize empreendimentos? Empreendimentos que não só considerem os aspectos técnicos, financeiros, econômicos, mas também se preocupem com a valorização social e estética?

As possibilidades de reformulação das cidades, por renovação de setores urbanos e de lotes urbanos estão, na profissão, com os arquitetos que trabalham com o urbanismo, o planejamento, a edificação. Nós, arquitetos que lidamos com a paisagem, temos problemas muito sérios com a forma de compreensão e atuação da maioria daqueles arquitetos.

Por outro lado, também há lacuna muito séria relacionada aos demais agentes de produção do espaço público, diretamente correlacionados com o nosso projeto (agrônomos, botânicos, geógrafos, viveiristas, executores, etc.) Apesar da especificidade do arquiteto no trato com o projeto, não podemos ser cegos aos demais que, de uma forma ou de outra, queiramos ou não, têm a possibilidade de intervir no espaço. Não temos sido capazes de lidar corretamente com a participação das outras formações. Não temos sido capazes de transformar nossas precárias associações em instituições as quais, *pela excelência de seu caráter científico*, angariassem os créditos para aceitar, qualificar e conferir os papéis e dimensões adequadas a todas as diferentes contribuições.

Às mudanças com que, no país, de uma forma ou de outra, deveremos necessariamente nos deparar, cabe um lugar de destaque à pesquisa e aos núcleos de caráter científico; a elas caberá o avanço em um estágio muito mais complexo de produção do conhecimento; elas serão um fórum privilegiado para promover o debate e a difusão do trabalho coletivo, agregado em diversas Instituições e formações. Deveremos nos propor passos mais largos, de maior fôlego, em nossas pesquisas, em nossas reuniões, em nossa vontade de criar estímulos para atividades coletivas intermediárias de troca, de difusão, utilizando formas alternativas de comunicação.

Pretendi dar início, neste ENCONTRO, à *valorização do avanço da pesquisa em nossas instituições docentes, públicas ou privadas e à troca viva, efusiva, tolerante e generosa do que sabemos e do que desconhecemos.*

Obs.: Texto originalmente publicado nos Anais do II ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, Universidade São Marcos/FAUUSP.

PAISAGEM: PESQUISA SOBRE O
DESENHO DO ESPAÇO

LANDSCAPE: RESEARCH ABOUT THE
SPACE DESIGN

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo.*

E-mail: mmemm@uol.com.br

ENSINO E PESQUISA

RESUMO

Este texto enfoca a disciplina Paisagismo em sua totalidade e os fundamentos os quais estruturam conceitualmente a área de Paisagismo na FAUUSP. A primeira parte é dedicada a uma visão geral das principais escolas de pensamento e a segunda se dedica a mostrar o momento de evolução, nos anos 1970, do Paisagismo na FAUUSP.

Palavras-chave: Desenho, pesquisa, paisagem, espaço livre.

ABSTRACT

This paper focuses the main concepts of landscape architecture and planning and the structuration of the landscape team at FAUUSP.

Key words: *Design, research, landscape, open space.*

PAISAGEM: PESQUISA SOBRE O DESENHO DO ESPAÇO

LANDSCAPE: RESEARCH ABOUT THE SPACE DESIGN

Introdução

O Paisagismo é uma das várias disciplinas em que o espaço é abordado como objeto de trabalho. Muitos são os impasses para essa abordagem, em face das características da evolução da cultura da paisagem, de sua correlação com o processo projetual e, mais especialmente, com as etapas analíticas desse processo. Entender o espaço como objeto de trabalho da paisagem facilita a inserção do fenômeno urbano na problemática regional; porém, desloca as especulações para as relações entre o homem e o meio ambiente. A complexidade de compreensão dessas relações, as limitações dos aspectos enfatizados, a prática de um paisagismo que não é crítico por sua herança e evolução, obscurecem intensamente a possibilidade de encontrar referenciais teóricos e metodológicos que subsidiem a prática do projeto. Essas preocupações levam à procura de estruturação de um grupo de trabalho em pesquisas. A formação do arquiteto no Brasil foi gerada e mantida com cunho eminentemente profissionalizante; por pequena que seja a contribuição que as pesquisas possam trazer julga-se que, no mínimo, tragam algum abalo na estruturação do ensino acadêmico.

Apresenta-se um breve histórico do difícil processo de estruturação desse grupo de trabalho na FAUUSP, e, a seguir, indicam-se as temáticas das pesquisas elaboradas e em andamento. Essas são elaboradas por docentes da área de Paisagismo do Departamento de Projeto, por alunos do curso de pós-graduação, por pesquisadores que contam com nossa orientação e por alunos de graduação, na condição de bolsistas de iniciação científica.

A Evolução da Cultura da Paisagem e o Paisagismo como Matéria de Ensino; a Implantação na FAUUSP

Várias são as fases em que a disciplina Paisagismo, como matéria de ensino, desenvolve-se em correlação com a evolução da cultura da paisagem. O primeiro curso universitário foi instituído nos Estados Unidos, na Universidade de Harvard, junto do Lawrence Scientific School, em 1900, concedendo o título de *landscape architect*. O curso é decorrência da orientação e atividade de uma série de pioneiros como Thoreau, Perkins, Downing, Marsh, Law Olmsted, Charles Vaux na segunda metade do século XIX. As idéias de valorização da relação homem-natureza e de proteção dos recursos naturais, manifestadas no Iluminismo por teses filosóficas, estéticas e sociais são transpostas para o planejamento do território e das cidades. É importante frisar ser o estudo global da paisagem que caracteriza o início americano da área disciplinar. A esse largo fôlego, a essa abrangência, sucede-se o interesse para os aspectos formais perceptivos, mais ligados à arquitetura e à forma urbana. Somente a partir de 1970, após uma década de

intensas polêmicas, a área disciplinar volta, nos EUA, a assumir a globalidade, a amplitude, que caracterizou os primórdios de seu aparecimento. No início do século a implantação de uma área de ensino do Paisagismo, nas Américas, acontece somente nos EUA, e lá evoluiu em diversas fases, mas de conteúdo que se poderia dizer unitário e difuso para o país.

Nos vários países da Europa, em vista de suas diferentes situações históricas, políticas e culturais, a evolução do ensino do Paisagismo é de grande variedade de abordagens. Grosso modo, poderíamos dizer que são três as linhas principais de evolução: uma, que parte da horticultura e a esta acresce um aprofundamento de conhecimentos históricos, urbanísticos e de *design*: outra que, tendo como núcleo embrionário cultural valores espaciais e conhecimentos tecnológicos, procura integrar estudos teóricos e experiências dos aspectos naturais da paisagem; a terceira é própria das peculiaridades da Inglaterra, suas transformações intensas enquanto império, território e nação, perceptíveis na evolução da cultura da paisagem.

Na primeira abordagem podem ser situados os países escandinavos e os Países-Baixos, tendo a Holanda como o mais representativo na institucionalização e destinação de recursos junto de escolas e faculdades agrárias. A segunda abordagem pode ser claramente identificada pela institucionalização nas escolas politécnicas; às técnicas gráficas, à topografia, às ciências matemáticas e aos problemas de engenharia de implantação e execução de áreas viria a crescer-se um ano de prática de campo; esta forma se desenvolveu especialmente na Alemanha. A terceira abordagem, específica da Grã-Bretanha, é evolução pela institucionalização anterior, de final do século passado; nesse período, vários cursos isolados, sem preocupação de títulos específicos, propiciando o conhecimento do paisagismo a pessoas de formação diversa. Posteriormente, desenvolveu especializações para pessoas de formação com disciplinas afins, como arquitetos, naturalistas ligados aos aspectos das comunidades vegetais, às ciências do solo, do clima, etc. Nessas duas últimas décadas a arquitetura paisagística evoluiu para o planejamento paisagístico concebido como parte integrante do planejamento territorial. É recente o nível de curso universitário autônomo e o escopo do ensino específico e diversificado para diferentes formações. A formação básica e predominante é multidisciplinar; apóia-se em um corpo docente que se qualifica para atender a três setores fundamentais:

- A formação da paisagem trata das bases naturais da mesma, para a compreensão dos aspectos em que o homem tem influência ou controle reduzido;
- a intervenção antrópica e o uso da paisagem pelo homem, cada vez com maior peso, já que as passam rapidamente do conhecimento teórico ao uso direto na totalidade do planeta;
- o desenho da paisagem; a qualidade das decisões humanas e dos desenhos da paisagem; a qualidade das decisões humanas e dos desenhos correspondentes é o conteúdo fundamental que confere o caráter às paisagens, à medida que se intensifique a intervenção consciente, compreendida em sua totalidade de relações.

No Brasil, a implantação do ensino do Paisagismo se deu pioneiramente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1952, com a disciplina Arquitetura Paisagística. Nessa ocasião a arquitetura moderna brasileira já havia adquirido notoriedade internacional. É pioneira a introdução dessa área de estudos nos cursos de arquitetura da época no Brasil. Roberto Burle Marx, personalidade marcante, residente no Rio de Janeiro, já participara dos projetos paisagísticos dos edifícios considerados significativos pela nova arquitetura brasileira no Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, e já havia exposto trabalhos de pintura e desenho em Nova York, Londres, São Paulo e Rio.

A época facilitava o aparecimento de experiências individuais em mercado de trabalho que, apesar de disputado pelos engenheiros, era razoavelmente generoso para parte do pequeno número de profissionais. No plano do Rio de Janeiro são previstas áreas livres, recorrendo-se a aterros ao longo do mar, adotando-se amplos traçados nesse avanço da terra; seria pro-

jetado o conjunto residencial de Pedregulho do rio, com notável equilíbrio de relações entre os edifícios, os serviços e os espaços externos. Nessa década, instalavam-se em São Paulo arquitetos estrangeiros de grande valor.

A “cadeira” de Paisagismo seria de responsabilidade do jovem paisagista Roberto C. Cardozo, americano de origem portuguesa e recém-chegado ao Brasil. Havia estagiado com Garret Eckbo e trazia como bagagem as inovações do jardim doméstico que se alastravam, principalmente a partir da década de 1940, na Califórnia, com os trabalhos de Thomas Church, logo acompanhado por Eckbo, Royston, Williams, Halprin e outros arquitetos paisagistas atuando na costa oeste dos EUA a partir de São Francisco.

Essa transposição, muito discutível até para nosso jardim doméstico, foi razoavelmente aceita pela “arquitetura dos arquitetos”, na medida em que não pretendesse ser mais do que uma boa moldura visual da obra arquitetônica.

Foi muito intensa a influência em alguns poucos discípulos que se formaram; e suas oportunidades na arquitetura não passaram de “adorno” à obra, em seus recuos. Essa situação de vedete, transposta do autor para o edifício, não impediu que fossem elaborados vários bons projetos, quer de Roberto Coelho Cardozo quer de seus discípulos. Apesar de tudo, a própria obra arquitetônica ficaria melhor complementada, sem qualquer chance de discutir o partido inicial. Na década de 1960 as soluções do jardim de algumas moradias unifamiliares seriam objeto de rearranjo para moradias plurifamiliares; e para alguns clubes, alguns edifícios institucionais. Fundamentalmente fazendo uso da vegetação como material de execução, exigiam uma organização de implantação e de crescimento, mudanças e manutenção estranha à edificação e, pode-se dizer, inexistente.

A arquitetura dos arquitetos se alterava; os projetos dos jardins adquiriam elaboração completa; a arquitetura da cidade, porém, permanecia em um quadro obsoleto que se expandia e adensava-se em estruturas de organização física de serviços diferentes ou inexistentes e total descaso pelos espaços coletivos da população.

O primeiro concurso público para praças seria promovido em 1958, em Porto Alegre, para a praça principal de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul. Apesar de bem recebido pelo júri, pela entidade patrocinadora, a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado, pelos arquitetos gaúchos, vencido pela arquiteta Miranda Martinelli Magnoli, paulista então residente em Porto Alegre, nunca seria implantado. Seria todo cuidadosamente detalhado, nunca seria pago ou executado. O próximo concurso público para espaço coletivo urbano seria somente na década de 1980, com o Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

Em 1957 e 1958, o grupo Economia e Humanismo elaboraria a “Pesquisa Lebre” para o município de São Paulo; entre as décadas de 1950 a 1970 se sucederiam vários congressos da União Internacional de Arquitetos, a carta de La Tourette, dos Andes, o Seminário da CNU em Nova Delhi sobre habitação e planejamento urbano e rural, a promulgação da lei orgânica dos municípios, a qual levaria à elaboração de inúmeros planos diretores municipais

Em São Paulo, a prefeitura levantava o cadastro das “áreas verdes” públicas municipais em 1967, elaborava projetos para mais de 20 praças, algumas, em parte, pessimamente executadas (Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli); contratava estudos para organização de viveiros municipais (Rosa Grena Kliass, Miranda Martinelli Magnoli e Harri Blossfeld), executava a praça Roosevelt (Roberto Coelho Cardozo, Antônio Augusto Antunes e Marcos Souza Dias) e alojava-se nos edifícios previstos como áreas de cultura, pública e aberta, no Parque do Ibirapuera. Vários já tinham sido os espaços livres públicos previstos como praça pela legislação de loteamento que, apesar de residuais e fragmentados, seriam ocupados em novos lotes de moradias, comércio, viadutos, postos de saúde e escolas.

Em 1968, a prefeitura municipal elaborava o Plano Urbanístico Básico e, na virada entre as duas décadas, organizava-se o Grupo Executivo da Grande São Paulo, que viria a elaborar, em 1971, o Plano Metropolitano do Desenvolvimento Integrado.

As Transformações Intensas das Últimas Décadas nas Questões Comuns aos Arquitetos da América Latina e as Questões de Paisagem

Algumas questões complexas, diretamente ligadas a nosso trabalho e nossa atuação enquanto arquitetos, parecem comuns aos vários países da América Latina; enumeramos algumas que têm se debatido no ensino e pesquisa:

1. As especificidades das condições das populações do continente. Caberá estarmos lúcidos e críticos quanto aos modelos elaborados pelos ricos para os países pobres, aos argumentos baseados no reducionismo biológico, nos modelos de consumo, de interesse que não nos dizem respeito, aos argumentos baseados nos limites de crescimento, aos argumentos os quais mantêm “o aglutinado amorfo de seres humanos sem rosto e sem vontade”.

2. As especificidades das condições ambientais e daí dos processos de desenho do ambiente por escala de atuação e por métodos próprios. Como lidar com a geração de habitats, em cada tempo e espaço, relacionada a modelos de utilização de recursos (naturais e sociais) e a modelos de utilização do espaço estreitamente inter-relacionados? Não poderão deixar de serem analisados:

Os conflitos na ocupação territorial diretamente relacionados:

- À simultaneidade de falta de exploração de recursos em vastas zonas e fenômenos localizados de intensidade de uso de recursos em outras;
- à falta de apoio tecnológico e financeiro para encontrar respostas aos problemas ambientais que atendem às prioridades econômico-sociais;
- O grau de controle efetivo e autônomo das comunidades sobre a condução de seus processos de utilização de recursos em face da realidade social.

3. A deterioração socioeconômica que envolve o habitat rural e a trama de articulações nos vários níveis e escalas do meio rural na estrutura do território.

4. A complexidade das políticas de urbanização, já que os problemas são especificamente diferentes nos países subdesenvolvidos em relação aos países que são parte de nosso legado teórico. Não se pode abrir mão de uma atitude imbuída de muita consciência e clareza em relação às formas pelas quais se produz o processo acelerado de urbanização; em relação à expansão da terra urbana, a repercutir diretamente sobre os custos dos serviços, da infra-estrutura e da deterioração do ambiente; em relação aos poucos recursos financeiros os quais, em qualquer situação próxima, poderão ser destinados ao urbano.

5. A altíssima demanda de habitações com todas as interconexões de atividade e serviços vinculados à função habitação. Não se poderá abrir mão de enfrentar o desafio da localização relativa das áreas habitacionais e os condicionantes do suporte ecológico.

6. A identidade do espaço urbano comunitário com as formas de convivência cotidiana do cidadão.

As transformações amplas e profundas, em âmbito mundial, ocorridas na segunda metade do século XX, sobre a forma de utilização dos recursos do planeta, foram de tal ordem, que se constituem em um referencial histórico em relação aos séculos anteriores de intervenção antrópica.

No Brasil, as transformações na ocupação territorial e as migrações para as áreas urbanas periodizam essas décadas enfatizando, de forma crucial nos últimos 20 anos, a problemática do meio ambiente. Nesse período as controvérsias mundiais sobre a internacionalização de utilização dos recursos naturais fizeram emergir intensamente as relações entre o desenvolvimento e as questões ambientais, a bipolarização entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos levanta e relaciona campos de conhecimento, áreas de atuação, formas de abordagem, óticas de enfoque desenvolvidas em caminhos próprios, sem maior peso para uso imediato de suas especulações. Mais do que isso, as inter-relações, as interfaces dessas especulações passam a ser objeto de indagações e formulação de hipóteses.

Para o arquiteto brasileiro, o aspecto da organização espacial é básico, nos vários níveis e escalas do processo. A conjugação entre a dinâmica dos processos, a rapidez e o grau de transformações, a inexistência de experiências passadas similares, a necessidade de uma visão prospectiva (por mais baixo que possa ser o grau de previsão de alternativas) carregam em seu bojo questões complexas de apoio conceitual, de diretrizes metodológicas, da condução de procedimentos, de produção de preposições, de acompanhamento do processo de implantação e de avaliação dos resultados parciais e em contínua transformação. Por outro lado, o processo está acontecendo, na prática, quer ou não precedido e/ou acompanhado de especulações teóricas, de institucionalização, de clareza, por parte dos agentes essenciais das transformações.

Concomitantemente à ocupação e exploração do território pela criação e expansão de assentamentos humanos, avolumam-se dúvidas, incertezas, questionamentos quanto à validade de tais processos; estas se agudizam perante modelos de ocupação que, invocando uma produção de fins sociais, configuram-se muito mais como somente exploratórias e depredadoras; desse modo, intensificam-se as citadas incertezas diante da progressão rápida da expansão da ocupação da superfície do território nacional, vinculada aos interesses dos países estrangeiros, já há muito reconhecidos em relação a uma área sem similar em âmbito mundial.

Por outro lado, a rápida e crescente urbanização e as peculiaridades do processo brasileiro dos últimos 20 anos indicam a continuidade de concentração nos aglomerados metropolitanos e em algumas cidades principais, aumentando intensamente a necessidade de medidas que permitam algum controle sobre a amplitude de deterioração ambiental.

Maior é o questionamento, mais intensa e aguda se torna a necessidade de atuação quando é alarmantemente visível a penúria das condições de vida das populações. E, é claro, a saúde do ambiente é condição, requisito essencial para as populações; os problemas de ociosidade ou de mau uso são, de fato, ônus, em toda sua grandeza, para os pobres. É uma falácia, veiculada manipulando-se interpretações, a idéia de a questão ambiental ser um problema dos ricos: a realidade é exatamente o oposto.

Especialmente em nível acadêmico, de enfoque ecológico ao desenho das paisagens que constituem, no espaço, o meio ambiente humano, o caráter integrador desse enfoque, e as contribuições orientadoras as quais a ecologia pode trazer são fundamentais na implicação entre os processos da natureza e os processos sociais, de cuja integração decorre o meio ambiente humano. É também indispensável ao arquiteto muita clareza para com as contribuições especializadas com que se possa contar: quanto à aptidão para utilização dos ecossistemas, quanto à orientação para uso de tecnologia adequada a cada ecossistema, quanto à compatibilização entre graus de utilização com oportunidades e limitações (atuais e potenciais). A ótica pela qual os ecossistemas passam a ser focalizados, enquanto propiciadores de recursos (atuais ou potenciais/curto, médio, longo prazo) reformula as posições quanto ao homem e suas intervenções. O eixo das discussões quanto às alterações dos ecossistemas se desloca da posição de “não-alteração” para o estudo das possibilidades do conhecimento e acompanha-

mento do processo dinâmico de alterações programadas, coordenadas, para usos humanos mais eficientes, agora e no futuro. Ao especular sobre métodos que nos permitam quadro preliminar de padrões, modelos de alternativas de utilização de espaços se abrem uma perspectiva de dar corpo à inter-relação entre os processos ecológicos e os processos sociais. O “corpo” dessa inter-relação é, para o arquiteto, a expressão do meio ambiente humano no desenho do hábitat, das paisagens.

Serão essas colocações, mesmo embrionárias, válidas? Apoiadas corretamente em teorias próprias para tais objetos? Qual o nível e grau de contribuição que várias áreas do conhecimento podem subsidiar? Quais os métodos que podemos perceber como encaminhamentos essenciais? Quais os procedimentos cuja viabilidade parece pelo menos promissora? E, a par de indagações, cujo rol se pode facilmente alongar, fica patente ser cada vez maior o volume de pessoas que, das mais variadas formações, inquieta-se à procura de novas formas de especulação, novas explicações, e, em nosso caso, muito especialmente, novas formas de ensino e pesquisa.

A institucionalização da questão ambiental como problemática do país, especificamente na última década, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, veio intensificar, para a formação de recursos humanos, a ordenação de um arcabouço teórico (apoiado e a apoiar a prática das proposições) que possa subsidiar as novas formas de ensino.

A Profissão e o Ensino do Paisagismo; a Pesquisa como Fundamento do Ensino

A arquitetura é um dos campos de pensamento humano que teve transformações radicais na paisagem do século XIX ao século XX. O movimento da arquitetura moderna reflete seu início com uma definição nova; nesta, transformam-se as relações e os limites, os territórios e a natureza da arquitetura perante outros campos do pensamento humano. Por essa definição, enunciada em 10 de março de 1881, por William Morris de London Institution, “o meu conceito de arquitetura está na união e colaboração das artes, de modo que **cada coisa esteja subordinada às outras e com essas em plena harmonia**, e quando use essa palavra, esse será o significado; não um mais restrito. É uma **concepção ampla**, porque abraça o inteiro ambiente da vida humana: não podemos nos subtrair da arquitetura enquanto somos parte da civilização, pois que representa o **conjunto das modificações sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas**. Nem podemos confiar nossos interesses a uma elite de homens preparados, pedindo a eles que investiguem, descubram e criem o ambiente destinado a nos hospedar, para depois nos admirarmos perante a obra pronta, e aprendendo-a como uma coisa acabada. Isto cabe a nós mesmos. A cada um de nós cabe empenhar-se no controle e na proteção da orientação justa da paisagem terrestre, cada um com seu espírito e suas mãos, na parte que lhe cabe, para evitar que deixemos a nossos filhos um tesouro menor que aquele que foi deixado por nossos pais”.

O caráter dessa definição só pode ser profundamente avaliado na compreensão da condição histórica da evolução cultural e nas transformações produzidas nas atividades humanas pelos impactos do progresso técnico-científico e pelos desafios ideológicos de novas organizações políticas da ordem social. É importante ressaltar que sempre o homem fez transformações sobre a superfície terrestre e essas, em seu conjunto, são obra da comunidade humana, muito mais do que isolada de algumas pessoas: é importante ressaltar o contraste com uma definição ideológica da arquitetura que distingue, seleciona entre todos os produtos humanos alguns produtos especiais, privilegiados na consideração, criados por pessoas especiais, usados por pessoas especiais e discutidos e julgados em um âmbito específico e especial.

O papel do arquiteto na história sofreu transformações; em nossa época as infundáveis discussões sobre o “perfil” do arquiteto, sobre a responsabilidade do arquiteto não indica somente

a complexidade do mundo contemporâneo, porém, também uma certa falta de integração com a sociedade, uma certa dificuldade em *naturalmente* ver a profissão como útil e necessária. No Brasil, o arquiteto organizou fundamentalmente sua atuação, até aproximadamente 15 anos atrás, por meio do exercício privado em seu escritório particular. Como a obra, de elementos isolados de impacto em relação à paisagem circundante, a atuação se faz pelos mesmos parâmetros; essa simplicidade restringe, com as novas gerações, a condição de cada vez mais acirrada competição para oferecer seu produto a um mercado reduzido pela própria organização político-econômica. Seu sucesso dependia muito freqüentemente do grau de novidade, de originalidade, de destaque que poderia inserir no produto e até a divulgação deste. É secundária a qualificação de originalidade, já que salta à vista serem esses produtos, evidentemente de alguma forma “especiais”, alheios ao homem comum; seriam destinados a alguém cuja característica mínima indispensável seria, pelo menos, ser “especial” nas possibilidades financeiras de realizar esse produto. Essa atuação deixa de exigir um alto nível de qualidade com soluções de habitações particulares ou em edifícios de grandes empresas ou entidades. O nível internacional e o prestígio da arquitetura moderna concebida e realizada nessas condições não impediu que o arquiteto ficasse marginalizado da maior parte dos reais problemas do hábitat. As contradições *políticas*, a *inexistência* de um processo de investigação em relação aos vários componentes do problema, a incipiente industrialização, a descontinuidade de inversões de recursos, a persistência de métodos atrasados ao invés de métodos modernos, próprios às condições específicas e econômicas, foram alguns dos fatores os quais participaram da marginalização do arquiteto. Estejamos muito claros e lúcidos que o problema do hábitat é essencial e predominantemente uma questão política, o cerne não constitui um problema técnico e a técnica não é neutra. Porém, faz-se necessário observar que a profissão, se questionada em sua evolução, se incorporada aos problemas da maioria da população, levanta uma das fortes contradições do exercício profissional. A evolução do ensino de Paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP processa-se de 1952 a 1972 de uma forma estática, centrada nos aspectos do espaço residual das edificações ou da malha viária; a prática técnica com seu mercado de trabalho era o elemento fundamental que alimentava o ensino das faculdades. Apesar das transformações pelas quais passava a universidade, as cidades, o país, a organização mundial, os conflitos dessa prática não abalaram estruturalmente o edifício de ensino. O próprio laboratório básico, a cidade de São Paulo, transformava-se intensamente nesse período, estabelecia sua função metropolitana e articulava-se para a reorganização especial no âmbito do país, materializada, territorial, urbanística e arquitetonicamente pela implantação de Brasília.

Reprodução ampliada do que se fizera nos primeiros anos de ensino era o que se podia notar no ensino do Paisagismo, apesar desses 20 específicos anos de enormes e profundas transformações. Mudança incidental ocorreu em 1973 com alterações institucionais na área de Paisagismo devido ao esvaziamento docente decorrente nos últimos anos: já tinha deixado de existir em face das crises diversas. Apontava-se a crise das faculdades de arquitetura como localizada no ensino; as extensas transformações sociais, políticas e econômicas mundiais; as violentas mudanças institucionais no país eludiam a crise da inserção da arquitetura para novas propostas; o ensino, por outro lado, já se destinava a um número de alunos quintuplicado em relação à época da criação da faculdade. Em particular, a área do Paisagismo havia conseguido perder seus poucos docentes enquanto as demais áreas haviam triplicado (pelo menos) seus professores.

O crescimento quantitativo de alunos facilitará as colocações pessimistas elitistas as quais justificariam a queda de nível de ensino: sem dúvida o crescimento poria à mostra as já existentes deficiências do sistema universitário. A melhoria de qualidade deveria ser obtida concomitantemente com o crescimento qualitativo.

Os procedimentos didáticos dos primeiros 20 anos de FAU deveriam ser revistos, não era simplesmente o número de estudantes que exigia revisão, era também a constatação que não era aqueles conteúdos e métodos que nos serviam. Sempre se falava nos processos, na formação de consciência crítica como objeto e meta em geral; era, porém, bastante questionável em que medida essa perspectiva vinha sendo realmente atingida ou em que medida os conteúdos e métodos em voga tinham possibilidades ou mesmo diretrizes para atingi-las. Dificuldades inúmeras poderiam justificar a não-consecução desses objetivos; também dificuldades inúmeras poderiam ser criadas para somente aparentar a busca dessas metas, na prática, contribuir fortemente para a perpetuação de formas de ensino já superadas, facilitando falsas perspectivas.

A análise, em 1974, do que deveriam ser os conteúdos de ensino, levou-nos a uma revisão dos fundamentos nos quais se baseava a disciplina até então. E, a procura de um novo enquadramento teórico se colocou como essencial: as mudanças fundamentais nas diretrizes mundiais após a Segunda Guerra Mundial, os rearranjos nas relações entre os povos, o progresso do conhecimento científico, as possibilidades tecnológicas, transformavam as bases materiais da vida em escala e tempo antes inconcebível. Essas mudanças agiam de forma complexa, em todos os níveis, em articulações e combinações que levavam questões consideradas periféricas a uma posição central: novos territórios seriam ocupados para utilização de recursos ou para garantia de poder futuro sobre os recursos, novas tecnologias de comunicação contribuíram fortemente para alterar, mais do que as distâncias entre os espaços, os tempos entre as idéias e os espaços. Os padrões de comportamento se alteravam; as noções de grupo e de comunidade estimulavam o deslocamento da preocupação com o indivíduo para os problemas com a natureza: a harmonização dessas relações teria como requisito o desafio da relação do homem com o homem, a aceitação dos conflitos inerentes a essa relação de grupos, comunidades, sociedades; o respeito ao homem sem coisificá-lo, sem reduzi-lo a uma categoria da economia. Esta deveria ser meio, ao invés de finalidade. Os objetivos de desenvolvimento seriam questionados.

Essa era a paisagem do homem que sentíamos. Essa paisagem nos encontrava totalmente a descoberto, exigindo estudos, reflexões, co-participação de aptidões, contribuições multi e interdisciplinares muitas e urgentes. Organizar programas de ensino exigia investigações, profundas reflexões para apoio consistente a novas posturas na seleção e encaminhamento de problemáticas significantes: a reformulação didática que considerávamos indispensável se fazia sob questões totalmente virgens de estudos. A pesquisa passaria a ser adotada como atitude metodológica para o ensino.

A incorporação das atividades de pesquisa foi por nós vista como um dos passos para diminuir a simplificação, a redução que o arquiteto admitira em seu campo de atuação. A especialização como profissional de planos e projetos (como é dito, "de prancheta") sem um vínculo que solicite intensamente uma proposta de esforço reflexivo, especulativo, o qual o leve a conviver com outras situações de análise, diminuiu suas possibilidades de diversificação; a falta de complexidade reduz a sensibilidade para percepção das mudanças e dos valores para alternativas: esse reducionismo leva facilmente ao profissional executor sem questões, sem perguntas, sem inquietação quanto às finalidades de seu próprio trabalho e quanto a seu próprio destino.

Já em 1975 a área havia transferido seu lecionamento para o 1º ano e procurava, concomitantemente, oferecer disciplinas optativas para facilitar opção de aprofundamento ao estudante e não para especializar.

Os docentes para ingresso e seleção deveriam aceitar um regime de trabalho por menor que fosse sua própria pesquisa. Os salários da universidade serviriam de argumento para que fôssemos obrigados a observar, com desapontamento, que, ainda nessa época, alguns dos profissionais de mais experiência preferiam abrir mão de sua participação na universidade,

na medida da condição do vínculo com a investigação: não poderiam dispor além das horas de aula: de nossa parte já sabíamos o que se poderia esperar do professor “de passagem” o qual somente pode, rápida e salutarmente, dispor de algumas horas para comunicar o produto de sua obra; como se questionar também qual é o cliente, qual é o contribuinte, qual é o papel de uma universidade pública?

Em final de 1976 foram admitidos os cinco novos docentes, praticamente entre aqueles que podiam aceitar as condições mínimas colocadas. Os poucos nomes privilegiados no mercado de trabalho aceitaram, no máximo, o regime de turno parcial e desde que pudessem ter horários variáveis em função do andamento de seus escritórios.

A partir de 1976 procuravam-se aperfeiçoar, institucionalmente, os mecanismos de participação nos programas da faculdade. Seriam revalorizadas as organizações de grupos, procurar-se-ia articular os grupos, os níveis de programações didáticas da graduação e da pós-graduação. Os grupos procurariam engajar-se na obtenção de recursos, de lugar, de pessoal, de infra-estrutura e financeiros. Os grupos estudariam as problemáticas fundamentais e prioritárias a desenvolver e dariam a cada um o seu “espaço” e recursos, mesmo extremamente limitados.

Em 1977 os novos docentes iniciavam sua participação nos cursos de pós-graduação na condição de discentes e com um projeto de pesquisa a desenvolver.

Em 1978 seria implantado o PROGRAMA DE PESQUISA – FAU; pretendia valorizar, em âmbito institucional, as investigações, reorganizar as atividades isoladas, em grupos de totalidade, mantendo as individualidades e estimulando as interações, estimular o caminho para reformulação dos programas didáticos, a partir das prioridades de investigação definidas pelos grupos, enlaçar a pós-graduação com a graduação pelo engajamento de docentes e discentes em ambos os níveis e propiciar a participação, ainda limitada por escassez de recursos financeiros, de alunos do curso de graduação nos projetos de pesquisa individuais.

Intensa falta de professores, de infra-estrutura mínima e de recursos são, na área de Paisagismo, problemas dramáticos. A falta de professores é problema específico da área na faculdade e decorrente de atuação na “cadeira” no período de 1952 a 1972. Aos professores atuais, em número de seis, destinados para área de 1972 a 1976, não mais possível crescer qualquer docente, por uso e abuso da crônica alegada – falta de recursos. Quer para o docente-pesquisador quer para o desenvolvimento das pesquisas, os recursos são pouquíssimos ou inexistentes, devem sempre ser obtidos em entidades sem a mais íntima colaboração de instituição; a operacionalização interna é altamente prejudicada. As escolas não assumiram, de fato, a pesquisa como elemento estruturador. Os debates ainda são raros e incipientes. O significado e o papel da pesquisa ainda é de pouco interesse. O método se confunde com técnicas, procedimentos, etapas, desnudando a fragilidade do processo de elaboração e reduzindo, freqüentemente, a atitude especulativa e a aleatória coleta de dados. Apesar das dificuldades e do clima geral pouco propício, foi possível obter, no decorrer dos últimos anos, a configuração da validade em prosseguir na atitude. O desenvolvimento das pesquisas viria a propiciar a reorganização de conteúdos curriculares, pelo menos alguma identificação mais clara de objetivos nas atividades docentes e reavaliação de procedimentos didáticos: é, sem dúvida, meio de transformação das estruturas de ensino e produção do conhecimento.

O programa de pesquisa procura coordenar a interação das pesquisas propostas pelos departamentos. Áreas de pesquisa se formaram, constituíram-se institucionalmente; os campos de pesquisa considerados prioritários em cada área são definidos por linhas de pesquisa e os trabalhos individuais e de grupo com objetivos próximos são agrupados em núcleos. A área de pesquisa Paisagismo tem suas linhas esquematizadas pelos enfoques preponderantes de análise de suas temáticas, procurando sempre a interação entre as várias escalas do território ao lugar.

Pesquisa da Área

As pesquisas são agrupadas pelos aspectos seguintes: conceituais e de método; da paisagem do “lugar” – cotidiano da cidade, cotidiano da habitação; dos materiais–suporte da organização físico especial da paisagem.

No primeiro aspecto as pesquisas são:

- Paisagismo e teoria, professora Miranda Martinelli Magnoli.
- Paisagem e metodologia: uma revisão conceitual, professora Maria Angela Faggin Pereira Leite – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- 25 anos de paisagismo em São Paulo: 1960-1985, mestranda Maria Assunção R. Franco
- Orient. professora Miranda M. Magnoli.

No aspecto referente à paisagem regional:

- Análise geossistêmica em geografia como subsídio ao planejamento paisagístico, professora Maria A. Faggin Pereira Leite – Orient. professor Carlos A. Figueiredo Monteiro.
- Planejamento da paisagem: estudo da região de Sorocaba, mestrando Paulo R. Mesquita Pellegrino – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Planejamento em área de proteção ambiental, pesquisadora Helena Napoleón Degreas
- Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Estação ecológica: preservação do vale do Paranapanema, mestrando Joamélio Tanaka
- Orient. professor Sylvio Sawaya.

No aspecto referente à paisagem metropolitana:

- Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana e a morfologia da urbanização, professora Miranda M. Magnoli.
- Aspectos paisagísticos da cidade de Natal, mestranda Catharina P. C. dos Santos Lima
- Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Preservação do meio físico e ecológico em Carapicuíba como área periférica-metropolitana, mestranda Vera C. O. Fonseca – Orient. professor Gian Carlo Gasperini.

Nos aspectos da paisagem urbana, do “lugar” e dos materiais:

- Desenho da paisagem urbana e verticalização; o caso de São Paulo, doutorando professor Silvio S. Macedo – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Implicações de controle ambiental no âmbito do uso social de um fragmento urbano, doutorando Luiz C. Chichierchio – Orient. professor Sylvio Sawaya.
- Mutação de paisagem urbana: o bairro de Higienópolis e arredores, professor Silvio S. Macedo – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Critérios e padrões paisagísticos para o desenho do sistema viário urbano: estudo de casos típicos em São Paulo, mestranda Rosa Grena Kliass – Orient. professor Lúcio Grinover.
- O campus universitário da USP como espaço cultural metropolitano, pesquisadora Cássia Regina Mariano – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- A paisagem de um bairro de periferia: São Miguel Paulista, pesquisador Euler Sandeville Jr.
- Orient. professora Miranda M. Magnoli.

- Mutação da paisagem urbana na avenida São Luiz, bolsista I. C. Paula da Cruz Landim
- Orient. professor Silvio S. Macedo.
- Desenho da paisagem habitacional, bolsista I. C. Fábio M. Gonçalves – Orient. professor Silvio S. Macedo.
- Espaços livres junto às habitações: estudo de áreas implantadas, professora Ayako Nishikawa
- Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- O significado do espaço público junto aos transportes de massa: as praças das estações de metrô em São Paulo, mestrando professor Vladimir Bartalini – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Apropriação de praças públicas – espaços no Rio de Janeiro, mestranda Vera Lúcia Cardim
- Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- Lugares urbanos na evolução metropolitana, pesquisadora Iracy S. Leme – Orient. professora Miranda M. Magnoli.
- A vegetação nos projetos de paisagismo, mestrando Benedito Abbud – Orient. professora Miranda M. Magnoli.

Obs.: Texto publicado originalmente na revista Paisagem e Ambiente – Ensaios I, 1986. Reeditado na Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios (Edição Especial I e II), 1994.

AMBIENTE, ESPAÇO, PAISAGEM

SPACE, LANDSCAPE AND ENVIRONMENT

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: mmemm@uol.com.br*

ENSINO E PESQUISA

RESUMO

Este trabalho centra-se na questão ambiental e como o problema ecológico se rebate em escala nacional. Também discorre sobre as divergências de enfoque entre países ricos e pobres no tratamento do meio ambiente, ressaltando a necessidade de interação entre os sistemas ecológicos e sociais.

Palavras-chave: Meio ambiente humano, ecologia, recursos naturais.

ABSTRACT

This paper focuses the environmental crises and how the ecological dynamics are important on the nation and discuss about of the convenience the adoption of national principles to the treatment of the relationship between social and ecological systems.

Key words: *Environment, ecology, natural resources.*

AMBIENTE, ESPAÇO, PAISAGEM

SPACE, LANDSCAPE AND ENVIRONMENT

Universidade e diversificação da questão ambiental: qualidade do ambiente ou injunções econômicas e interesses políticos? Modelo de desenvolvimento brasileiro tem a qualidade de vida de sua população como meta?

Meio ambiente humano e ecologia: a amplitude, qualidade e extensão das transformações produzidas pelas sociedades humanas: o subsídio da ecologia; os ecossistemas enquanto propiciadores de recursos; utilização de recursos e de espaço como modelos imbricados.

Algumas questões para debate e avanço na questão ambiental.

A questão ambiental é uma questão universal; comentada, levantada, descrita, documentada e “recomendada” por todos os países do universo nos últimos 25 anos.

No entanto ela é, no mínimo, diversificada – nesses países todos. E, essa diversificação se apresenta em dois blocos iniciais: o dos países ricos e o dos países pobres, assim vistos enquanto desenvolvimento econômico. É por essa ótica, a ótica do desenvolvimento econômico, que vem à tona a questão ambiental. E por essa ótica, as posições entre os dois blocos de nações são totalmente conflitantes.

Os recursos naturais da Terra e a apropriação pelos povos ocupou a década de 1970 com concepções freqüentemente desprovidas de sentido de realidade e carregadas de intensa desigualdade. A posição dos países ricos, veiculada de todas as maneiras, em diversos aspectos, em vários níveis não conseguiu, porém, obscurecer o fato que, nos países em desenvolvimento, é justamente o esforço para esse desenvolvimento, para sair da “poluição da pobreza” o principal causador dos impactos e degradações da natureza. Deu margem a entendimentos os mais estranhos, desde “a poluição e degradação como custo do progresso”, ou à redução da questão ambiental à “poluição” resultante do impacto da industrialização, e, por conseqüência, privilégio das nações ricas.

Injunções econômicas e interesses políticos foram muito superiores às preocupações com a qualidade do ambiente nas veiculações dos vários delegados dos países desenvolvidos nos anos de 1960 e 1970.

Não foram poucos os esforços que os demais países tiveram de propor-se para clarificar as principais questões; e estas vão desde identificar que a poluição é muito mais resultante da ação das nações ricas enquanto não respeitam os recursos naturais das nações em esforço de desenvolvimento; até conseguir passar à compreensão de não poder haver desenvolvimento econômico realmente se não se incorporar à dimensão ambiental, o que faz com que a questão ambiental seja muito mais importante para os países pobres e, justamente, para as maiorias pobres de suas populações do que para os demais países.

O processo brasileiro de desenvolvimento, pelo modelo adotado, em facetas e nuances pouco diferentes, sempre foi importante incrementador do impacto sobre o ambiente. Basta uma leitura dos planos de desenvolvimento exarados nas décadas anteriores sob nomes diversos para se perceber como viriam a ser intensas e extensas as pressões sobre o espaço do território, sobre as estruturas sociais e produtivas da nação. Essas pressões se fariam sentir, e assim foi e está sendo, sobre todos os setores, quer agrícola, industrial e o insumo energético básico, o setor energético. E se faria sentir em todos os ambientes, rural ou urbano, quaisquer fossem as regiões, os recursos, as localizações, em vista de intrincada trama de inter-relações de mecanismos complicados e sutis que o modelo de desenvolvimento imposto carregou consigo.

Em nível mundial, a diversificação em dois blocos de posições conflitantes foi o suficiente para identificar aspectos fundamentais da questão.

Assim posto, pode parecer simples enfrentar o desafio. Só é simples em declarações:

“Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular sem devas-tação do patrimônio de recursos naturais do País” é item do II PND, divulgado em 1974.

Em nível de país, as diversificações se apresentam de maior amplitude. Independentemente até das diferenças do quadro natural advindas da proporção, da “continentalidade” do país são as diferentes formas com que se apresentam os quadros socioeconômicos que exigem cuidados de avaliação. Não se poderá unificar o rol de problemas ambientais. Basta lembrar, mesmo de forma genérica, as características populacionais e a ocupação do território para avaliar quais os problemas ambientais se apresentam diversamente no espaço do território.

Fundamentos naturais e diretrizes econômicas adquirem certo grau de solidariedade que pode identificar questões ambientais em um grande esboço macrorregional. É do geógrafo professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro a caracterização de sete grandes unidades de problemas ambientais:

- 1 – O Sudeste brasileiro, centro econômico e de maior peso na estrutura social do país, com os maiores indícios de ocupação efetiva do solo e a área mais dinâmica do ponto de vista industrial e urbano.

Os problemas ambientais são de grande magnitude, em geral de superutilização dos recursos; sob esse aspecto e, de maneira superficial e grosseira, poder-se-ia dizer que se pode fazer alguma comparação com os centros dos países desenvolvidos. Porém a observação das estruturas econômico-sociais resultantes mostra quão grosseira é a comparação; as desigualdades são gritantes e proporcionais ao peso econômico que a região adquire.

- 2 – O Brasil meridional, onde as áreas metropolitanas e os aspectos de industrialização não apresentam a gravidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas áreas rurais, apesar de uma das organizações mais elevadas dentro dos padrões nacionais, não deixam de apresentar a deterioração de várias bacias hidrográficas, a devastação florestal, especialmente das matas de Araucária, o assoreamento das baixadas paranaenses e o desgaste violento das áreas de mineração de carvão no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- 3 – O espaço mineiro, do Espírito Santo e sul da Bahia, em que talvez o maior impacto esteja nos antigos núcleos litorâneos e as modificações da estrutura socioeconômica decorrentes do desmatamento da reserva de floresta atlântica e a introdução do turismo especulativo junto do “pólo madeireiro” introduzido sem apoio técnico.

- 4 – O Nordeste, parte dos domínios tropicais, caracterizado nesses domínios pelos períodos alternadamente secos e chuvosos. Perifericamente úmido, junto do litoral e interiormente semi-árido, tem um regime pluvial irregularmente oscilante: às secas dramáticas se alternam catastróficas enchentes. Porém, por mais graves que possam parecer esses aspectos do

suporte, aqueles decorrentes da ordem socioeconômica são bem mais graves. Possibilitam até que o professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro declare: *“a natureza continua fornecendo um conveniente álibi para a inoperância do subsistema social e a estrutura econômica carente e subdesenvolvida”*.

- 5 – O meio Norte, interface entre o Nordeste e a Amazônia, tem, até há poucos anos, mais expulsado populações do que conseguido retê-las em seu espaço regional.
- 6 – A Amazônia, caso à parte em relação a todos os demais aspectos e caracterizações, exigindo ser tratada mesmo de forma genérica e preliminar como uma situação única, em face das especificações, quer do fundamento natural quer dos processos históricos que envolveram sempre os elementos de intensa e grande pressão. A visão que tem presidido a política de desenvolvimento da Amazônia não é absolutamente de consenso. Por maiores que sejam as questões ecológicas é a sociedade civil que se movimenta pela participação nas definições das questões básicas da política de desenvolvimento da Amazônia.
- 7 – O Centro-Oeste, alvo da expansão do povoamento e da ocupação total do espaço nos últimos 20 anos, reunindo cerrados com áreas florestais importantes e o Pantanal, passou a integrar a mais ampla área de expansão da fronteira agrícola em tão curto prazo.

Fica Rondônia e a faixa norte de Mato Grosso como outra interface da Amazônia com o Centro-Oeste. Esses espaços, nos últimos dez anos, foram objetos da mais concentrada ação de ocupação a qual se tem conhecimento, desde que se deflagrou a questão ambiental em nível internacional e nacional. São ações multinacionais e nacionais, ligadas a empresários e contando com fluxos de migrantes oriundos de excedentes populacionais decorrentes da falta de solução dos problemas em seus locais de origem.

Entendo o meio ambiente humano como o resultado das interações das sociedades humanas com o suporte, a base física e biológica que as envolve, contribuindo este suporte, esta base, de diferentes maneiras para sua subsistência biológica e espiritual. Esse suporte, base física e biológica, já tem uma história de interações: desde o aparecimento do homem é objeto da ação do homem, alterando essa base. Daí, poderá sintetizar-se a concepção de ambiente como a interação da sociedade com o suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada “natural” quer construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conFORMAções, conFIGURAções, carregadas da interação social com o suporte temos denominado PAISAGENS.

É decorrência da concepção de meio ambiente observar que intervém, no processo de criação das interações, componentes sociais, culturais, econômicos, físicos e biológicos; aspectos desses componentes passam a conformar e condicionar esse meio, aperfeiçoando-o ou deteriorando-o em relação ao bem-estar humano.

A finalidade básica do estudo do meio ambiente humano deve ser o aperfeiçoamento da qualidade de vida humana.

Não se pode chegar a esse objetivo por percursos que implicam uma deterioração generalizada do meio físico ou biológico, que contribui para sua existência, seu sustento. Também não se pode chegar por percursos os quais impliquem na falta de aproveitamento de potencialidades naturais existentes deixando de contribuir para o bem-estar geral.

A ecologia, até abrangências conceituais bastante recentes, vinha, como ciência, selecionando e combinando conhecimentos procedentes e diferentes especialidades para extrair conclusões globais sobre a estrutura, funcionamento, dinâmica e evolução no espaço e no tempo, das comunidades vivas e o “entorno” físico em condições “naturais” ou modificadas, em diversos graus, pelo homem.

Ecossistema é um conceito fundamental nessa relação comunidades e “entorno”. Ecossistema não é entidade física ou uma extensão geográfica. É um nível de organização envolvendo populações e comunidades com seus meios físicos e fluxos energéticos. Pode-se atribuir aos ecossistemas alguns vagos limites físicos ou geográficos, segundo os objetivos do estudo que se pretenda. Porém, o que será objeto de investigação são as inter-relações que aparecem, as estruturas que se formam e as funções dos elementos.

Sob esse específico enfoque da ecologia, o homem se diferencia dos demais elementos do ecossistema em face da amplitude, qualidade e extensão geográfica com que produz mudanças.

É costumeiro que o ano de 1760, dado como início da Revolução Industrial, seja indicado como marco das modificações da paisagem, nas diversas e sucessivas utilizações do solo e nos diversos estímulos e estilos do desenho de paisagismo. A persistência do marco, posto quase como origem das transformações, leva freqüentemente a julgar-se ser nesse o período em que o homem passou a exercer um papel nas alterações da face da Terra, passou a exercer transformações, fazer uso dos recursos naturais, escavar o subsolo à procura de minerais, despejar resíduos, detritos, escombros. Desse marco é que teria passado a esgotar alguma fonte de recursos, sendo obrigada a transferir-se a outro lugar para uso do mesmo recurso ou a criar meios de responder às necessidades com outros recursos. A poluição das águas é vista como uma deterioração contemporânea; as mudanças de áreas com perdas de espécies vegetais e minerais, a poluição do ar, a criação de outros espaços à custa de brejos e pântanos, ou a criação de diques e lagos como reservatórios de armazenamento de água seriam dos últimos dois séculos. Mais comum ainda é pensar-se que as limitações por lei, formas diversas de controle do homem sobre a utilização dos recursos só há poucas décadas começaram a ser elaboradas.

E assim também são vistos os efeitos sobre a paisagem: modificações profundas, modificações do caráter da paisagem são avaliados como recentes.

Na realidade, desde a Idade da Pedra, a produção de artefatos, as transformações da lavoura, na pecuária, são atividades próprias do homem; durante largos períodos contínuos grupos humanos aplicaram energia para suas atividades. A criação de fontes mais eficazes de energia teve sempre papel essencial nas transformações. A energia diretamente humana, ou auxiliada por ferramentas criadas para incrementar os efeitos, ou a energia a vapor, do petróleo, elétrica, nuclear são parte do processo de transformações.

A diversificação, complexidade, e maior alcance dos vários componentes postos em ação fazem com que os impactos dos processos de intervenção humana adquirissem a abrangência, intensidade e a caracterização que atualmente chamam a atenção.

O outro impacto, e de diferente tipo, diz respeito às sociedades as quais, quase repentinamente, são introduzidas em um processo intenso sem a condição de entendimento das bruscas transformações; o mais habitual é a concomitância de situações extremas do processo, com decorrência, cuja diversidade é específica de caso para caso, visto serem as condições sociais que explicam os diferentes modos de ação, em uma conjugação de esforços que tem a motivação econômica associada a complicados níveis de conquistas tecnológicas.

É a rapidez e intensidade de eventos simultâneos no tempo e no espaço que leva à necessidade urgente e criteriosa de tomada de consciência pela sociedade. Essa sucessão de eventos se explica pela capacidade que a sociedade humana adquiriu em produzir mudanças amplas, extensas e qualitativas.

As mudanças introduzidas levam a reações dos ecossistemas: simplificação do sistema, diminuição de funções, papéis (nichos), redução de cadeias alimentares e outros.

Os ecossistemas alterados fazem funcionar os mecanismos que os regulam. Porém, ao se exceder às possibilidades (limites) dos mecanismos sucede a “ruptura do equilíbrio ecológico”.

O aparecimento de novos estados de equilíbrio ou de mudanças profundas e irreversíveis (mais comumente após muita acumulação de pequenas e freqüentes mudanças quantitativas) depende do ecossistema em questão, bem como da intensidade, qualidade e duração das modificações introduzidas.

A ecologia pode orientar nos vários aspectos de:

- determinação da aptidão dos ecossistemas para sua utilização;
- orientação para seleção de tecnologias adequadas para exploração racional;
- enfoque integral do manejo dos ecossistemas a fim de compatibilizar interesses de exploração econômica com oportunidades e limitações dos ecossistemas.

A ecologia, como se observa, auxilia, subsidia, faz-se indispensável em uma série de questões fundamentais e urgentes da sociedade. Porém, ecologia e meio ambiente humano não se confundem, não são sinônimos, não são o mesmo, já que o homem não é simplesmente mais um animal do ecossistema. A mediação entre um subsistema e o sistema global (o todo e a parte) não se pode explicar somente com os conceitos, métodos e instrumentos da biologia. Essa mediação é social. Compreender os mecanismos ecológicos que levam à degradação dos ecossistemas é urgente, indispensável, necessário; mas insuficiente se não se analisam as razões sociais as quais fazem com que os homens adotem comportamentos que conduzam à deterioração.

O estudo da ecologia isolada da sociedade humana, levando facilmente a uma identificação, colagem de meio ambiente humano com ecologia, conduziu a uma série de posições de preservação (não é sinônimo do conceito atual de conservação), dos ecossistemas por si. Essa atitude, aparentemente tão bem-intencionada, é simpática, é quase tão regressiva como a destruição irresponsável dos ecossistemas. A exclusão do homem não se faz de forma indiscriminada e global: é seletiva.

Esse tipo de preservacionismo, adotado de forma ampla, antes de mais nada, congela a brecha entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Abordar os ecossistemas, enquanto propiciadores de recursos (atuais ou potenciais) para uso humano, é uma ótica que desloca as proposições nas quais se programam as alterações para usos humanos mais eficientes (em alguns casos, os programas poderão também não se alterar, conforme as situações específicas).

O conhecimento do meio ambiente exige a análise das vinculações entre as estruturas de suporte ecológico e as estruturas sociais. É a decorrência de entendimento de meio ambiente humano como resultado de interações entre sistemas ecológicos e sistemas sociais.

Nas interações são fatores predominantes:

- a qualidade (estabilidade e renovação e a quantidade atual e potencial) dos recursos;
- a estrutura de relações estabelecidas entre os homens em face dos produtos dos recursos (nos níveis internacional, nacional e local);
- o grau de desenvolvimento e a modalidade das tecnologias utilizadas.

As combinações desses fatores determinam:

- um certo modelo de utilização de recursos, o que implica um certo tipo de racionalidade política e econômica na utilização dos mesmos;
- um certo modelo de utilização do espaço – nacional ou regional, rural ou urbano, como expressão física das relações de produção.

Os dois modelos são imbricados e isso se reflete, em cada particular tempo e espaço, na geração de determinadas paisagens que contribuem para definir as condições de qualidade de vida das populações as quais se vinculam direta e indiretamente a esses modelos.

Poder-se-ia dizer, por alguns dos aspectos sintetizados, que é antropológica a capacidade de conceber transformações. A ótica dos ecossistemas como propiciadores de recursos leva-nos à programação da utilização dos espaços como modelos imbricados e tendo como objetivo precípuo o bem-estar social. E a capacidade de projetar as transformações para a qualidade de vida que fica embutida na qualidade ambiental. As transformações se dão por FORMAS no espaço, criando paisagens que assumem consistência, significado, quando compreendidas as inter-relações mais abrangentes. Estas conduzem a implicações de desenho (desígnio, projeto), sem o que os tratamentos paisagísticos não passarão de irônicos cosméticos. São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão. São esses lugares que ele se apercebe, em que ele se identifica, em que ele exerce sua socialização. E, é também nelas e por intermédio delas que se poderá facilitar o avanço da autonomia dos grupos sociais, na decisão e controle dos processos de desenvolvimento. Aos outros atores sociais, quais o Estado e os profissionais (dentro e fora do Estado), não são vedadas as iniciativas de proposições para atuações definidas pela sociedade. Problemas a resolver surgirão em todas as dimensões espaciais (escalas) e em todos os campos. Em cada um, os efeitos diretos, indiretos e secundários sobre os demais deverão ser analisados para as proposições dos problemas específicos a resolver.

Obs.: Texto publicado originalmente na revista Paisagem e Ambiente – Ensaios II, 1987. Reeditado na revista Paisagem e Ambiente – Ensaios (Edição Especial I e II), 1994.

ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

GREEN SPACES AND RECREATION

Rosa Grena Kliass

Arquiteta paisagista, mestre FAUUSP, fundadora e ex-presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP.

Miranda Martinelli Magnoli

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
E-mail: mmemm@uol.com.br*

DOCUMENTOS

RESUMO

Esta é a reprodução de um texto mimeografado, extraído do relatório que originou o muito divulgado, mas pouco conhecido, Plano de Áreas Verdes, elaborado por Rosa Grena Kliass, Miranda M. Magnoli e equipe, ao final dos anos 1960, para a prefeitura de São Paulo. Esse foi um marco significativo, em termos de posturas teórico-metodológicas e de projeto, para os espaços livres públicos da cidade. Sua inserção na íntegra nesta publicação, à guisa de documento, objetiva trazer a público, dúvidas, certezas e posturas geradas, na época, sobre o assunto.

Palavras-chave: Espaços livres, áreas verdes, áreas de recreação, sistema.

ABSTRACT

This is a completely reproduction of an original paper from the 1960's years, which is an abstract of the research about the São Paulo green areas, developed by Rosa G. Kliass, Miranda Magnoli and team. This research is like a landmark in the brazilian landscape studies and had totally changed the action of the São Paulo municipality about their open spaces.

Key words: Open spaces, green areas, recreational areas, and system.

ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

GREEN SPACES AND RECREATION

Espaços livres, projetos e comunicação

Administração: Faria Lima

Contrato: n. 6/67/SSM | folha n. 1 | obra levantamento: características

Autores: Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli

Colaboração: Sérgio Souza Lima / Cemaco / Edith G. de Oliveira / Maria Maddalena Ré
São Paulo 10/fevereiro/1969

Introdução

O conceito urbanístico de espaço livre está intimamente ligado à vida das cidades; estas são sentidas por suas ruas, praças e parques, que caracterizam a paisagem urbana.

Além de simples e indispensável elemento de regularização do grau higrométrico da atmosfera, eliminação de toxinas, equilíbrio de camadas de ar poluído, de abertura de áreas de luz e sol, os espaços livres têm significado muito maior: é um bem público onde, além de promover-se o reencontro do homem com a natureza, desenvolvem-se as atividades urbanas, com seus ritmos, em todas as escalas, desde a ida diária ao trabalho, à escola, às compras, o passeio domingueiro até a percepção da mudança das estações do ano.

Nossa população urbana é essencialmente de origem agrícola. Seus elementos, vindos de nossos campos e de emigração, vindos de zonas agrícolas de seus países de origem, trouxeram consigo a imagem da situação econômica precária a que fugiam, vinculada ao trabalho agrícola, ao verde. Este passou a ser identificado com dinheiro perdido, enquanto a urbanização vista como asfalto e concreto, dinheiro ganho.

Entretanto, a exigência humana de, no mínimo, manter um contato com os elementos da natureza é comprovada pela inusitada demanda e mesmo congestionamento dos meios de transporte intermunicipais em fins de semana e feriados; pela venda, a prestações irrisórias de lotes pequeníssimos em praias e serras longínquas, e pelas varandas mirins cheias de latas de plantas.

Até hoje, e visto é um traço característico de nossa cultura, vemos o verde, a piscina, o espaço equipado para jogos e esporte, como bens de luxo, acessíveis a uma minoria. É notória a tendência, no público, de obter esses bens por meio de uma competição individual que isola o problema de suas implicações de estrutura e de urbanização social. Esse enfoque do problema impede que o mesmo seja resolvido pela reinvidicação geral de caráter social visando a uma utilização comum dos espaços públicos.

O homem que vive nas cidades tem sua existência condicionada ao equilíbrio entre a satisfação das exigências individuais e ao grupo social a que pertence.

Em grupos sociais de maior poder aquisitivo, há aspiração de melhoria do padrão de vida, que se dispersa em indiscriminada e improfícua corrida ao consumo de bens individuais, ao invés de traduzir uma cultura de participação de cada vez mais amplo interesse social, é devida à falta de atuação do poder público.

De outro lado, junto dos grupos sociais menos favorecidos, é preciso que o poder público crie condições de utilização dos espaços livres, pois que isto se constitui em um dos direitos do cidadão.

A recreação não é um elemento supérfluo na vida urbana, pois dela depende o equilíbrio das outras atividades e *“não se trata de luxo, mas de necessidade. Não é simplesmente uma coisa de que a criança gosta, mas algo que precisa pra crescer. É mais do que parte essencial de sua Educação: é parte essencial da lei do seu crescimento, do processo que a leva à Maturidade”*. *“A responsabilidade de administrador moderno quanto à saúde pública não se pode considerar cumprida com a construção de hospitais e manicômios, e nem a sua função educativa com a realização de escolas e campos esportivos”*, mas deverá antes preocupar-se com a criação de condições de desenvolvimento de uma infância e uma adolescência física e mentalmente sadia, e manter o equilíbrio de toda a população por sistemas recreacionais condizentes com as reais necessidades criadas na vida urbana, deverão ser modificadas as características dos espaços livres.

Assim, fica claro que são os espaços livres um dos fatores de maior importância para a polarização das atividades urbanas, visando a uma nova coesão social. *“O espaço aberto da vida coletiva apresenta-se, pois, para nós, como um órgão da vida democrática e o primeiro instrumento urbano para a tomada de consciência social tão necessária para a dinâmica civilizatória.”*

Espaços Livres em São Paulo

A situação precária das áreas verdes e da recreação de São Paulo é sobejamente conhecida por administradores, arquitetos e urbanistas.

A falta de reivindicação popular nesse campo, junto do poder público, não reflete o grau de necessidade da população nesse setor, pois ainda não foi criada a consciência do problema em suas reais dimensões: não se reivindica o que não se conhece. Muito esparsamente, no entanto, essas reivindicações começam a aparecer em alguns setores:

- 1 – Solicitações específicas à prefeitura por parte de sociedades de amigos de bairros e outras organizações comunitárias;
- 2 – artigos em jornais, sejam reivindicatórios, sejam de aplauso à atuação da prefeitura;
- 3 – Iniciativas populares espontâneas criando um uso dos espaços verdes existentes, mas não equipados (o grande número de campos de futebol e clubes de malha).

A carência de espaços verdes é explicada por muitos fatores, mas principalmente pela especulação imobiliária que vem moldando toda a paisagem urbana paulistana e pela incapacidade dos governos municipais até hoje de atuarem na política dos espaços verdes.

Inicialmente a urbanização foi-se processando por loteamentos sem exigências quanto a espaços livres, criando em torno ao núcleo central e aos primeiros aglomerados de bairros uma feição desumana (por exemplo: Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Bela Vista, etc.).

A primeira iniciativa por parte do poder público foi a criação da lei de loteamento, exigindo 10% da área total como doação à prefeitura para espaços verdes. Essa lei não vincula os espaços verdes à densidade demográfica ou ao volume de construções e não exige condições mínimas das áreas doadas, tais como dimensões, topografia, etc. Daí a situação dos espaços verdes nessas áreas “privilegiadas”: pequenas áreas aproveitando cantos de quadra ou na intersecção

de vias públicas e as maiores somente onde a topografia não permite um parcelamento em lotes: barrancos e fundos de vale com córregos.

Quando a prefeitura começou a atender a população com escolas municipais, parques infantis, centros recreacionais, prontos-socorros, bibliotecas, etc., utilizou-se do método mais imediato: localizou essas instituições sobre os espaços verdes disponíveis agravando ainda mais as condições precárias de nossa cidade.

Verifica-se a ausência quase total de parques metropolitanos em São Paulo. A demanda desses parques é clara quando se verifica a utilização que está sendo feita das áreas para piqueniques na via Raposo Tavares, a grande afluência de paulistanos às praias em fins de semana, a grande aceitação por uma camada da população da solução de clubes de campo, etc. É preciso que se processe imediatamente o aproveitamento dos vales dos rios Pinheiros e Tietê, das áreas em torno da represa de Guarapiranga, de Mata da Cantareira e do Parque do Estado.

Metodologia

Coleta de Dados

- | | |
|--|-------------------------------------|
| – Planta da cidade – esc. 1:20.000 | – Geobrasil |
| – Planta da cidade – esc. 1:10.000 | – Light |
| – Planta da cidade – esc. 1: 2.000 | – Aerofotogramétrica CAP |
| – Planta da cidade – sem escala | – Planta Genérica D. Oficial |
| – Plantas de arruamentos oficiais | – Departamento de Urbanismo/PMSP |
| – Projetos Córrego da Mooca e Tatuapé | – Departamento de Urbanismo/PMSP |
| – Plano Pré-Urbanístico do Vale do Tietê (J. Wilhelm) | |
| – Projetos de Espaços Livres | – ... |
| – Demografia – 1950-1960-1970-1980 | – DAEE |
| – Classes Sociais | – DAEE |
| – Divisão Distrital | – DEE |
| – Censo Escolar (grupos etários) | – DEE |
| – Clubes de Malhas e Futebol | – Cons. Municipal de Esportes |
| – Localização de Escolas, Parques Infantis, Bibliotecas, Centros Recreacionais | – FECE |
| – Coleta do lixo | – SERV-PMSP |
| – Plano preliminar de Santo Amaro | – Neves e Paoliello |
| – Distribuição das ruas pavimentadas | O. |
| – Projetos de novos melhoramentos | – Departamento de Urbanismo da PMSP |
| – Plano Urbanístico Básico | – Asplan |
| – Divisão das zonas em setores limitados por acidentes topográficos ou por vias de trânsito intenso. | |
| – Análise dos espaços livres em si: localização em relação a vias de grande trânsito, topografia, dimensão, etc., e caracterização das funções a que poderiam atender. | |

- Análise quantitativa dos espaços livres existentes: cálculo de déficit de espaços livres equipados para recreação ativa nos diferentes grupos etários (0-5; 6-10; 11-14; maiores de 15 anos) para 1980.

Pesquisa Bibliográfica

Verde per le Città: Ghio Calzolari

Pinheiros, aspectos geográficos de um bairro paulistano:

Departamento de Geografia

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Relator Geral: Pasquale Petrone

São Paulo, Metrópole 65: Jorge Wilhelm

Espaços Urbanos: Francisco Riopardense de Macedo

Revista do EEUA. n. 1, URGs

Roma: verso um sistema *generale del verde*:

Urbanística, 46. 47/1966

Problèmes d'urbanisme: Gordon Cullen

Visitas ao Local para Verificação de

- a. Influência do sistema viário na utilização de parques de vizinhança;
- b. influência de acidentes topográficos na utilização dos espaços livres;
- c. influência do tipo e da densidade de ocupação do solo na utilização e prioridade dos espaços livres;
- d. influência da densidade demográfica na prioridade de utilização dos espaços livres;
- e. influência dos níveis socioeconômicos da população, prioridade de utilização dos espaços livres;
- f. espaços não-comprometidos para provável utilização como espaços livres.

Pesquisa sociológica paralela para obtenção de subsídios para o planejamento dos espaços livres em cinco zonas da cidade de São Paulo (Cemaco).

Para facilidade de elaboração do trabalho o município foi dividido em 25 zonas. Essa divisão tem apenas função metodológica e não corresponde a nenhuma divisão administrativa existente.

Análise da Situação

Foram locados todos os espaços livres de propriedade municipal, destinados a parque. Essa locação se baseou pela verificação *in loco* e nos desenhos dos arruamentos arquivados no Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo.

Procedeu-se à caracterização dos mesmos pela indicação da superfície, da topografia e de observações particulares a cada um, tais como: manutenção, existência de construções, rios, córregos, etc.

Esses dados constam de “relações de áreas verdes” anexas a cada uma das zonas.

Constatou-se a existência de 3.260 espaços livres, completando 2.670 ha, dos quais somente 210 são tratados, sendo todos os demais terrenos baldios.

Os espaços livres existentes correspondem a um índice em potencial de 4,8 m² por habitante.

Foram locados todos os parques infantis, bem como as escolas públicas municipais, as bibliotecas municipais, os centros recreacionais da prefeitura e os clubes de malha e campos de futebol.

Considerou-se como clube de malha e campo de futebol a existência, por mais precária que fosse, de área com as utilizações indicadas, em vista que isto vem demonstrar parte da necessidade da população, constatável pelo surgimento espontâneo de campos esportivos.

Foi constatada a existência de 280 campos de futebol e 180 campos de malha e bocha.

Foram locados todos os melhoramentos previstos e aprovados, tais como novas avenidas, e foram levados em consideração a nova rede de *freeways* previstos pela PUB e a rede do metrô.

Foram caracterizadas as áreas da cidade de nível socioeconômico alto e médio alto para efeito de utilização de áreas verdes de recreação.

Essa caracterização foi procedida pela verificação *in loco* de elementos tais como: habitações de alto padrão com baixa ocupação de solo, com tratamento das áreas internas nos lotes (exemplo: Morumbi, Chácara Flora, etc.).

As áreas de níveis socioeconômicos alto e médio alto de alta densidade também foram caracterizadas com vistas a soluções de caráter legislativo.

Foram indicadas as áreas de uso do solo predominantemente comercial, industrial ou mista, bem como as áreas em franca modificação, pelas verificações *in loco*.

Proposta

Classificação dos Espaços Livres

I – Parque de vizinhança

II – Parque de bairro

III – Parque setorial

IV – Parques metropolitanos

V – Espaços livres especiais:

- a) junto de centros de compras;
- b) junto de centros cívicos;
- c) junto de monumentos;
- d) junto de edifícios públicos (inclusive escolas);
- e) junto de vias de trânsito intenso (avenidas, parques).

I. Parque de vizinhança – são áreas verdes destinadas à recreação ativa de crianças de 0 a 10 anos e à recreação passiva. Seu raio máximo de atendimento é 500 m, sem travessia de ruas de trânsito intenso.

II. Parque de bairro – são áreas verdes destinadas à recreação ativa de jovens de 11 a 24 anos e à recreação passiva. Seu raio máximo de atendimento é 1.000 m.

III. Parque setorial – são áreas verdes destinadas à recreação ativa e passiva de toda a população do município, com equipamentos para utilização em fins de semana, com um raio de atendimento máximo de 5.000 m.

IV. Parques metropolitanos – são áreas verdes destinadas à recreação ativa e passiva de toda a região metropolitana, localizados nas reservas florestais junto de represas, etc.

As nossas propostas são feitas para 1980 e abrangem somente os parques de vizinhança, parques de bairro e parques setoriais, pois a quantificação e distribuição dos parques metropolitanos e dos espaços livres especiais dependem de elementos que não estão a nosso alcance: índices de áreas verdes para toda a Grande São Paulo e planos urbanísticos detalhados já com sistema escolar, sistema viário definidos.

Foram utilizados para este trabalho o Plano Urbanístico Básico, o Plano Urbanístico do Vale do Tietê e o Plano Preliminar de Santo Amaro.

O município foi dividido em áreas segundo a possibilidade de intervenção da seguinte forma:

1. **Zonas especiais:** estas áreas foram por nós consideradas não-passíveis de intervenção por estarem em franca mobilidade de uso de solo ou por exigirem planos setoriais para definição. São zonas predominantemente industriais, comerciais, residenciais intensivas e as zonas sem definição clara de uso do solo por transformações às quais estão sendo submetidas por planos ou espontaneamente.

2. **Zonas de residências de nível médio-alto e alto:** a estas zonas de nível médio-alto não foram feitas propostas de parques de vizinhança, considerando-se que a recreação infantil pode ser realizada dentro dos próprios lotes.

Para as zonas de nível alto não foram feitas propostas de parques de vizinhança e parques de bairro, considerando-se que a recreação juvenil seria dentro do próprio lote.

Além da consideração do tamanho do lote, levou-se em conta que a população de níveis médio-alto e alto têm condições de recreação em clubes, casas de campo e praias.

3. **Zonas residenciais estáveis:** para estas zonas foram feitas propostas de parques de vizinhança e parque de bairro.

Quantificação e Distribuição

A quantificação das áreas verdes de recreação foi feita a partir de dados e critérios adotados:

1 – Demografia: densidade, porcentagem dos grupos etários, níveis sociais;

2 – vias de trânsito;

3 – raios máximos de atendimento:

500 m – Parque de vizinhança

1.000 m – Parque de bairro

5.000 m – Parque setorial

4 – Índice de frequência dos grupos etários:

0 - 10 anos – 1/3

11 - 15 anos – 1/3

16 - 24 anos – 1/5

(para parques setoriais) – 1/10;

5 – Área total de parque necessária por usuário para diferentes grupos etários:

0 - 10 anos – 22,5 m²/usuário

11 - 15 anos – 45,0 m²/usuário

16 - 24 anos – 120,0 m²/usuário

(para parques setoriais) – 100,0 m²/usuário.

Chegou-se a um valor b global de 10.373 ha de áreas verdes para recreação para 1980 e que equivale a um índice de 12,4 m²/hab., assim distribuídos:

Parques de Vizinhança	– 1.832,63 ha	– 2,2 m ² /hab.
Parques de Bairro	– 2.164,35 ha	– 2,6 m ² /hab.
Parque Setorial	– 6.370,05 ha	– 7,6 m ² /hab.

Como os critérios acima expostos, não foram utilizados os espaços livres municipais disponíveis, na medida em que não tinham condições de utilização, ou por não terem suficiente dimensionamento e condições topográficas, ou por má distribuição.

Para os parques propostos em terrenos a serem desapropriados o critério adotado foi o de aproveitamento de terrenos vazios, sem loteamento, quando possível, ou vazios sem construções.

No caso em que não se teve condições de escolher o local pelo fato de a área apresentar-se totalmente ocupada, indicou-se a localização ideal de parque e a área necessária.

Foram propostos parques de vizinhança com um mínimo de 2.000 m² e em locais de topografia acidentada de 8.000 m² e o máximo de 25.000 m².

Os parques de bairro propostos apresentaram-se sempre junto de parques de vizinhança.

Para os parques setoriais foram considerados os parques existentes ampliados quando necessário; propôs-se parte das reservas florestais ou das áreas de preservação junto de represas, as áreas do Vale do Tietê e indicados novos parques setoriais nas zonas em que aqueles não suprimem.

Além das indicações das desapropriações, fazemos as seguintes recomendações aos órgãos públicos:

a. Organizar campanha de divulgação para:

- conscientizar a população das necessidades de parques públicos;
- orientar a população quanto a seu uso;
- conseguir um grau de entrosamento com os demais órgãos públicos e organizações comunitárias (sociedade de amigos de bairro, sociedade de amigos da cidade, Rotary, Lyons, etc.) que venham contribuir sensivelmente para crescente melhoria do problema de parques públicos;

b. tomar providências urgentes para, desde já, impedir não somente construções clandestinas nos espaços livres, mas também construções públicas mesmo de caráter prioritário, tais como educativos ou de saúde;

c. tomar providências para conseguir novos espaços livres nos setores deficitários, nas proporções indicadas, levando em conta o caráter do déficit: quantitativo, qualitativo e de locação quanto ao seu raio de influência (déficit de distribuição);

d. criar condições para que o plano diretor possa controlar a ocupação do solo de modo a resolver a falta de espaços livres, especialmente em áreas de franca mobilidade;

e. criar condições para que o órgão público venha a exigir espaços livres com determinadas características de locação, dimensionamento e topografia;

f. atender prioritariamente:

1. Parques de Vizinhança
2. Parques de Bairro
3. Parques Setoriais

Histórico das Atividades da “Equipe de Espaços Livres – Projetos e Comunicações”

Rosa Grena Kliass

Miranda Martinelli Magnoli

Abrahão Sanovicz

Tendo havido modificações nos quadros da Administração Superior durante o andamento dos trabalhos do Contrato n. 6/67/SSM, é de capital importância a apresentação deste histórico, a fim de que possam ser avaliados os resultados dos trabalhos elaborados pela equipe contratada.

Por solicitação do chefe da então Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios, doutor Rubens Martinelli Fachini, em maio de 1966, deu-se início a um estudo de plano de trabalho para elaboração de praças para a prefeitura municipal de São Paulo, pelos arquitetos Rosa Grena Kliass, Miranda Martinelli Magnoli e Abrahão Sanovicz.

Após exaustiva análise das alternativas optou-se, de comum acordo com o então secretário de Serviços Municipais doutor João Moreira Garcez e o chefe de divisão doutor Rubens Martinelli Fachini, por um plano global em que, segundo um contrato de serviços, a equipe apresentada, além de projetos de praças com um elenco de equipamentos passíveis de pré-fabricação em série, o planejamento dos viveiros municipais, o levantamento dos espaços livres disponíveis, além de um programa de comunicação visual.

Esse plano foi apresentado em carta proposta endereçada ao senhor prefeito, em 5 de novembro de 1966, na qual, além do plano de trabalho, eram fornecidos valores de honorários por estimativa de horas de trabalho de pessoal e despesas para os diferentes itens.

Com base nessa carta proposta, foi elaborado pela prefeitura, com assessoria do doutor José Luiz Rubião de Sá, assistente jurídico de SSM, o contrato de serviços 6/67/SSM, de 22 de março de 1967, de 6 meses, prorrogáveis para 24 meses, desde que avaliada a conveniência para o órgão municipal. Foram utilizados, nesse contrato, os valores de honorários e despesas fornecidos em novembro de 1966 na carta proposta referida no parágrafo anterior.

Como rezava o contrato foi elaborada, com a prefeitura, uma programação dos trabalhos a serem executados pela equipe, programação esta que, após sua aprovação pela PMSP, passou a ser peça contratual (documento denominado “Programação” – Fls. P/1 a P/19).

A programação foi cumprida integralmente, seguindo os prazos contratuais, e os trabalhos entregues foram aprovados pelos arquitetos designados pela prefeitura.

Findos os 6 primeiros meses, a PMSP houve por bem autorizar a prorrogação dos trabalhos para 24 meses por despacho do senhor prefeito em 12/09/1967, conforme Ofício n. 9/67, do Departamento de Serviços Internos de SERV (documento de posse da equipe).

Novamente a equipe, de acordo com o contrato, elaborou com a prefeitura de São Paulo, a programação para os 18 meses subseqüentes. Para tal foram solicitadas relações de projetos de praças em elaboração em URBI, Parque 1 e o programa de PREF-CE. Verificou-se em PATRI a propriedade de PMSP de todas as áreas passíveis de constar na nova programação.

Esse documento “Programação” 2ª etapa (fls. P/20 a P/30), devidamente aprovado por PMSP, passou também a fazer parte dos documentos contratuais. O prosseguimento dos trabalhos, até a presente data, seguiu à risca os prazos estipulados (documentado pela equipe em relações de entrega de trabalhos) e teve sistematicamente aprovação em sua qualidade por parte dos arquitetos da prefeitura. Em casos de solicitação por parte de PMSP de abreviação dos prazos, os trabalhos correspondentes foram entregues antecipadamente (exemplo: Praça da Bandeira, avenida 23 de Maio, avenidas do Contorno, Auxiliar e Radial Norte, praça L. Vampré e parque da Vila Cachoeirinha – conjunto do IPESP).

Vários trabalhos não-previstos na programação foram executados:

Remanejamento dos seguintes projetos devido ao corte de verba:

Terminal

Vila Jacuí

Mikado-Oyeno

Santo Eduardo

Benedito Calixto

Ouro

Campos Sales

Pedro I

Barão de Itaquí

Diogo do Amaral

Nossa Senhora do Bom Parto

Baúna

Novos projetos:

Praça Sold. Solano – por tardia (12 meses) informação da URBI – documentado.

Praça do Café – por informação errônea de PREF-CE – documentado.

– Coordenação dos trabalhos do grupo de projetos de instalação hidráulica e elétrica.

– Coordenação dos trabalhos do grupo e de orçamento.

– Levantamentos topográficos executados e pagos pela equipe, sem ônus para a PMSP e não-utilizados: Praça Américo Jacomino (antigo E VII) – Comissão de URBI.

Área adjacente ao Museu do Ipiranga (antigo E 29) – informação errônea de PATRI.

– Participação com despesas por conta da equipe nos *stands* de exposição da PMSP em Santos e Sorocaba.

– Artes-finais de dois cartazes impressos para a data festiva – Fundação de São Paulo, 1968.

– Projeto completo de fabricação e montagem de um quiosque de madeira para venda de jornais, de um sistema de coberturas para clubes de malhas e outras utilizações com projeto estrutural, memorial e especificações.

– Projeto e maquete de um marco para as entradas da cidade.

A prefeitura tem, no momento, condições de utilização imediata:

Projetos de 45 praças e quatro avenidas, sendo:

– Sete espaços destinados a centros de compras, centros de caráter social, com recreação passiva e/ou áreas ligadas a vias de trânsito (três em execução);

– 25 espaços destinados a centros de recreação ativa e passiva para jovens, crianças e adultos (nove em execução – três em concorrência);

– 11 espaços destinados a parques com *playground* e recreação passiva (três em execução – um em concorrência);

– Dois espaços destinados a parques setoriais de grande porte.

– Projetos de equipamentos:

completos, incluindo projeto estrutural, instalações hidráulicas e elétricas, memoriais e especificações de sanitários, caixas d'água, depósito, cabine telefônica, abrigo de chuva, abrigos de sol, taças combináveis, elementos de separação de canteiros, três bancos, fechos devassáveis e indevassáveis, luminárias, sinalização (tipos e alfabeto *standard* para *silk-screen*), cestas de lixo, brinquedos para *playground*, quiosques, esculturas, mesa para piquenique, relógio para praças, bebedouro, pisos, caixas para plantas, tutor, grelhas para águas pluviais, hidrante, caixa postal, grades.

- Planejamento de viveiros.
- Projetos de comunicação para três datas festivas.
- Até o dia 10 de fevereiro terá a prefeitura um cadastramento completo dos espaços livres de propriedade municipal destinados a praças e parques¹.

Nota

- (1) É parte integrante deste documento a Tabela de Recursos Despendidos e Atividades Realizadas, a qual foi considerada pela Comissão Editorial como irrelevante para efeito de documentação. Ela pode ser consultada no documento original existente na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI /
PRODUÇÃO CIENTÍFICA

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI /
SCIENTIFIC PRODUCTION

Fany Galender

*Arquiteta, pesquisadora do LABQUAPÁ (Laboratório da Paisagem/Projeto Quadro do Paisagismo Brasileiro) e LABPARC (Laboratório Paisagem, Arte e Cultura) da FAUUSP.
E-mail:fgalender@uol.com.br*

DOCUMENTOS

RESUMO

Este texto é um registro dos trabalhos produzidos e/ou orientados pela Profa. Dra. Miranda Martinelli Magnoli ao longo de seus anos de docência junto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, destacando sua contribuição pioneira para o desenvolvimento da área de Paisagem e Ambiente no país. Foi organizado a partir de artigo publicado na *Revista Paisagem Ambiente – Ensaios*, n. 17, em 2003, com complementações e retificações.

Palavras-chave: Pesquisa, ensino, paisagem, ambiente.

ABSTRACT

This work is a register of Miranda Martinelli Magnoli's works during her period as professor of Landscape Architecture at Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, showing her contribution in the development of the Landscape Architecture and Design in Brazil.

Key words: Research, teaching, landscape, environment.

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI / PRODUÇÃO CIENTÍFICA

MIRANDA MARTINELLI MAGNOLI / SCIENTIFIC PRODUCTION

Texto preparado a partir de artigo publicado na Revista *Paisagem e Ambiente – ensaios*, n. 17, em 2003, com complementações e retificações.

PRODUÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO

Magnoli, Miranda M. E. Martinelli

Contribuição ao estudo dos espaços livres de uso público nos grandes aglomerados urbanos.
1973.

70 p. e dois volumes, em apêndice, compostos de 20 anteprojetos de paisagismo, um projeto completo e um levantamento de situação para instruir programa de projeto.

Tese (Doutorado).

É tese, para a época, imbuída de forte grau de questionamento; tem como pano de fundo o conjunto de experiências da prática profissional com a intensa agitação e crises (décadas de 1960/70), resultantes de extensas transformações sociais, políticas e econômicas em nível mundial e violentas mudanças institucionais do país; ao fundo a questão: como se daria a inserção da produção arquitetônica para uma sociedade de massas?

Na prática de participação de projetos e planos estavam: o primeiro levantamento e cadastramento de espaços livres municipais destinados a praças e parques em São Paulo, elaborado com Rosa Kliass em 1967/68; curso Town and Country Planning Course na Grã-Bretanha e Dinamarca, em 1968, na condição de bolsista da OEA e do British Council; participação no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado para São Paulo em 1969/70.

Na prática do ensino: a docência na FAU, como membro de equipes existentes – instrutora de Composição de Arquitetura em cátedra regida pelo professor arquiteto Abelardo Reidy de Souza (de 1960 a 1969); como auxiliar de ensino na disciplina Planejamento Urbano, na seqüência Planejamento Urbano e Territorial (de 1970 a 1972); nesse último ano, ainda com a condução do professor arquiteto Antonio Augusto de Azevedo Antunes, o programa previa conteúdos de Paisagismo, especialmente relacionados com os aspectos visuais, cromáticos e de vegetação, analisados a partir de exercícios de pequenos espaços urbanos. Um novo enquadramento teórico era questionado: inserir-se na abrangência do programa de planejamento territorial e urbano, compreender as questões contemporâneas em país de Terceiro Mundo e esclarecer-se do real papel em nosso país, dos movimentos ecológicos que emergiam nos países mais avançados.

O texto aborda aspectos relacionados a:

1. A abordagem ecológica no planejamento paisagístico nas manifestações da época; resumem-se considerações quanto à abordagem da natureza nos elementos mais diretamente relacionados com o processo de planejamento. Faz-se sucinta visão crítica do livro *Design with nature*, de McHarg, na ocasião recém-chegado ao Brasil.
2. Resumem-se dados bibliográficos sobre os efeitos da vegetação em relação ao ruído; à poluição do ar, ao microclima e à qualidade e quantidade da água. Aponta-se a insuficiência de conhecimentos científicos para abalizar as afirmações e proposições habitualmente utilizadas sobre os efeitos da vegetação na salubridade do meio.
3. A qualidade de vida no meio ambiente urbano; na época se iniciava compreensão mais correta do processo de urbanização em São Paulo em face da mercantilização do solo; os estudos posteriores em campos diversos aprofundaram o conhecimento da intensa e estratégica atividade comercial desenvolvida a partir do próprio solo. Levantava-se o papel das ruas enquanto pontos de encontro e convívio ante as peculiaridades do histórico da população; valorizavam-se as esquinas, os largos, as ruas de passagem de bondes; perguntava-se quais características espaciais deveriam ser privilegiadas e como os estudos sobre o comportamento humano em outros campos do conhecimento poderiam contribuir. Questionava-se a condução dos processos de planejamento em uso e a necessária interdisciplinaridade; a adoção dos espaços livres como espaços “verdes”; a difusão de idéias relacionando os parques ao “pulmão verde”. O papel de “cheios” que os “vazios” urbanos deveriam assumir ainda era muito incipiente e, só posteriormente, passou a adquirir maior clareza entre os estudiosos da cidade e da paisagem urbana.

A bibliografia revela que, na época, a bibliografia estrangeira era quase a única disponível; os trabalhos nacionais no campo em que a autora se dedica eram em número reduzido; mesmo dentre os poucos indicados observa-se que são textos com enfoque fundamentalmente urbanístico e/ou artigos de revistas de divulgação.

Reis Filho, Nestor Goulart, orient.

Magnoli, Miranda M. E. Martinelli

Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.

1982. 116 p. e quatro mapas da Grande São Paulo (evolução da urbanização; configuração: elementos de relevo e geologia; transportes coletivos aos parques; espaços livres – (esc. 1:100.000)

Tese (Livre-docência).

Tendo por referência preliminar estudo da evolução do conceito de paisagem, o trabalho examina os aspectos fundamentais dos espaços livres em relação à urbanização. A distribuição dos espaços livres nas várias escalas do aglomerado metropolitano é analisada com apoio em extensa pesquisa efetuada na Grande São Paulo. São evidenciadas, como objetivo principal, as características da vinculação entre política metropolitana e política de espaços livres. Indicam-se diretrizes para programa de trabalho sobre os espaços livres da Grande São Paulo.

O levantamento de campo, coleta em entidades, levantamento fotográfico, organização de dados e tabulação e os mapas da Grande São Paulo se revelaram muito úteis, durante anos, para o ensino e para outros pesquisadores, na medida em que era o único material sobre espaços livres existentes para a Grande São Paulo. A pesquisa bibliográfica, já extensa e abrangente, em comparação a trabalho anterior de 1972, indicava os avanços que se haviam realizado na biblioteca da FAUUSP para a área. Ficaram delineadas algumas linhas básicas de critérios

para o desenvolvimento de um “corpo” de pesquisas; um programa preliminar de investigações, cujos problemas eram relevantes no contexto da vida urbana, era iniciado para apoio às demais orientações.

Os quatro capítulos desenvolvem os seguintes aspectos:

1. Aspectos da paisagem: em quadros de blocos de acontecimentos históricos, faz-se uma leitura simultânea de síntese de reflexões e de síntese de levantamentos bibliográficos:

- . evolução do conceito de paisagem;
- . o legado conceitual e operativo.

2. O espaço livre, objeto de trabalho: analisam-se as configurações físicas nas escalas do lote à região:

- . intervenção e presença do homem na paisagem;
- . funções, temas e distribuição do espaço livre.

3. O contínuo do tecido urbano: aspectos decorrentes das pesquisas na escala urbana:

- . o espaço livre da unidade habitacional;
- . o espaço livre das habitações agrupadas;
- . tecido urbano;
- . espaços livres no tecido urbano implantados para convívio coletivo;
- . espaços utilizados como “parques”;
- . transporte coletivo em ônibus.

4. Espaços livres da paisagem metropolitana: aspectos decorrentes das pesquisas na escala metropolitana; as influências das soluções nas escalas do lote e rua sobre a escala do espaço da região; os perímetros de contato do aglomerado urbano e dos grandes espaços livres internos; o desempenho do suporte ecológico e o espaço livre de funções que necessitam do aglomerado próximo ou são necessárias ao aglomerado:

- . a estrutura espacial e o cotidiano;
- . perímetros e urbanização, grandes espaços livres internos, polivalência;
- . desempenho do suporte;
- . condições do tempo.

Orientações

Macedo, Silvio Soares

Mutação de paisagem urbana: O bairro de Higienópolis e arredores.

1982, 3 v.

Dissertação (Mestrado).

Estudos da mutação da paisagem de uma área residencial da cidade de São Paulo – o bairro de Higienópolis e arredores, durante o período que se estende das últimas décadas do século XIX ao início dos anos 1980.

Caracterização da área de trabalho em seu entorno, na cidade, seu relevo, tipologias de paisagem no tempo e espaço.

Histórico de uma paisagem padrão – o desenvolvimento e evolução dos três tipos básicos identificados: 1884-1895; segmentos de paisagem urbana, as chácaras urbanizadas, em meio a

elementos tipicamente rurais como campos, matas, etc. Formação, organização e parcelamento. Exemplos significativos; 1895-1940 – paisagem caracterizada pelo predomínio dos volumes baixos, casas em meio a jardins e quintais, implantados entre ruas largas e arborizadas.

Os diversos tipos de loteamento, os empreendimentos imobiliários – o moderno e o tradicional. O Boulevard Bouchard – a exploração dos valores cênicos da paisagem, as áreas vizinhas surgidas como extensão a ele. Características gerais da paisagem, sua consolidação. Conjuntos paisagisticamente importantes e referenciais urbanos. O papel de sua principal via – a avenida Higienópolis, na cidade e no bairro – características; 1940 – paisagem caracterizada pelo predomínio de volumes altos, os edifícios de apartamentos implantados sobre a antiga malha urbana. As diversas fases de sua evolução, suas características em cada etapa. O arranha-céu como marco referencial e como elemento estruturador da paisagem. A perda de seus valores cênicos, o novo uso do solo, suas normas e influências na paisagem da área, o desaparecimento dos referenciais visuais e o surgimento de marcos preponderantemente funcionais – avenidas de muito trânsito, pontos comerciais, etc. Os elementos significativos antigos ainda existentes na paisagem – escolas, igrejas, etc.

Espaços livres de uso público – implicações do processo de mutação em sua configuração; espaços privados. As chácaras, seus parques e estrutura básica, tipologias de espaços e volumes do novo bairro – as residências de grande porte, sua forma de implantação. Os volumes construídos e seu papel na organização dos espaços; jardins de estilo, a paisagem composta, os quintais, seu uso e forma, os espaços resultantes da implantação dos arranha-céus nos antigos lotes. Tipologia básica dos volumes construídos, sua relação com os novos padrões de jardim a pátios. A implantação do edifício e o sítio.

Espaços públicos-ruas, características espaciais e de uso, arborização. Introdução a alguns tipos básicos de vias, estudo de casos, seus espaços e articulações com o meio; vilas e vielas – como casos especiais, sua formação, tipificação e implantação; praças – localização, evolução e organização básica, tipologias encontradas formas, de uso, seu papel na área de estudo.

Nishikawa, Ayako

Espaços livres junto às habitações em São Paulo: Estudo de casos de apropriação do espaço da rua articulado ao seu entorno habitacional.

1984.

215 p.

Dissertação (Mestrado).

O objetivo deste trabalho é o estudo da dinâmica de uso dos espaços livres de grande potencialidade por sua própria natureza – a contigüidade habitacional. Tratam-se de espaços complexos, imbuídos de significação conferida pela própria dialética da vida, em seu contínuo deslocar e permanecer, tendo como ponto de partida e chegada a habitação.

Portanto, fica explícito o fato de as relações espaciais decorrentes extrapolarem o âmbito da localidade de nosso estudo, que para efeito deste trabalho ficou limitado ao espaço livre da rua, articulado aos espaços de seu entorno residencial imediato.

Este estudo foi conduzido a partir do estabelecimento de uma perspectiva teórica, com base nos conceitos correntes de autores conhecidos e permitindo-nos elaborar as definições taxionômicas dos tipos de espaços que comparecem neste trabalho, adequando-as à finalidade do mesmo.

O referencial teórico consiste em que o desempenho de um espaço depende das inter-relações entre as configurações dinâmicas do suporte e das formas de seu uso. Este, por sua vez, está

estritamente relacionado às necessidades e às aspirações do usuário, condicionado às suas características intrínsecas e extrínsecas ou conjunturais.

O trabalho foi desenvolvido com base na pesquisa realizada em 94 áreas selecionadas.

As conclusões a que chegamos permitiram enumerar alguns critérios básicos para o desenho dos espaços similares.

Sun, Alex

Água e paisagem: Questões de paisagismo em torno de um reservatório de abastecimento na Grande São Paulo.

1985

97 p.

Dissertação (Mestrado).

A água sintetiza na paisagem a idéia de dinâmica, continuidade e unidade. Bacias hidrográficas, unidades territoriais naturais da água, delimitam paisagens circunscritas a um sistema hídrico. Intervenções antrópicas como reversão e adução de rios alteram os limites da água e da paisagem. Um projeto de paisagismo relacionado à água deve reconhecer três unidades de atuação caracterizadas por bacias hidrográficas, o espaço envolvente e o conjunto terra-água.

O estudo adota o reservatório de Juqueri em Mairiporã para discutir as múltiplas escalas necessárias para se compreender aquela água represada e as paisagens envolventes. Parte da água do Juqueri vem de outras bacias fora da região metropolitana de São Paulo, e, no entanto, o reservatório e seu espaço envolvente formam uma unidade coesa e marcante na paisagem. Para assegurar a qualidade da água para o abastecimento, exige-se, na escala voltada para o projeto, um desenho voltado a um monitoramento constante.

Abbud, Benedito

Vegetação e projeto: Estudos de caso em São Paulo, com as reflexões de um arquiteto.

1987.

359 p.

Dissertação (Mestrado).

Este trabalho é uma introdução ao processo de uso e escolha da vegetação em projetos de paisagismo de escala local. Aborda a vegetação do ponto de vista do arquiteto como um dos elementos organizadores do espaço, da paisagem urbana.

Considera o vegetal em todo o processo do projeto, procurando tirar partido de suas potencialidades plásticas e arquitetônicas.

Examina as várias fases deste processo, tendo com referência estudos de caso em que a organização dos espaços e subespaços pela vegetação é questão central. São três os estudos de caso, de dimensões e condicionantes variadas, de uso público e particular, relacionados com espaços internos ou não, para mostrar as diferenças no processo do projeto, que vão desde o levantamento dos dados iniciais até a escolha das espécies e sua manutenção.

O desenho da paisagem pela organização dos espaços é parte da formação do arquiteto; assim este trabalho se destina principalmente a alunos de escolas de arquitetura. Procura utilizar uma

redação sem jargões, compatível com o “mundo dos estudantes”, privilegiando a linguagem gráfica sempre que possível.

Lima, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos

Paisagem em metamorfose: A cidade de Natal.

1987.

159 p.

Dissertação (Mestrado).

É um estudo sobre paisagem urbana. Faz uso da cidade de Natal para observar as relações entre as manifestações humanas e as bases naturais. As singularidades do sítio fazem emergir a necessidade de análise de duas escalas de trabalho: a do suporte, que extrapola os limites administrativos do município e a do urbano propriamente dito. Identificar os aspectos essenciais que relacionam o fato urbano às peculiaridades do sítio é a chave para compreensão da paisagem. Nesse entendimento do papel fundamental das relações é que se permite abordagem ainda preliminar dos principais componentes das bases naturais e da intervenção antrópica. Essa abordagem leva em conta a geologia, águas superficiais e subterrâneas, geomorfologia e cobertura vegetal, em suas formas associativas (dunas, praias, manguezais, estuário, ambientes lagunares) e o assentamento humano em suas figuras de espaços identificados e livres de edificação. Essas relações explicam a atual tendência de atividade turística; estas carregam consigo transformações intensas nos rumos de ocupação do solo. A evolução urbana deverá planejar a inovação funcional que se opera contemporaneamente.

Pellegrino, Paulo Renato Mesquita

Paisagem e ambiente: O processo de aproximação no setor oeste da macrometrópole de São Paulo.

1987.

113 p.

Dissertação (Mestrado).

No trabalho é levantado, em uma primeira aproximação, um modo de projetar o ambiente humano em uma macroescala, a partir de uma reflexão atenta ao funcionamento ambiental e de sua expressão no conceito holístico da paisagem. O seu objeto de estudo, definido pela triangulação São Paulo-Campinas-Sorocaba, sofreu um processo de conhecimento que se inicia pelo referencial teórico dado pela totalidade dos sistemas ecológicos, e continua em uma análise de seus componentes naturais (geomorfologia, clima, vegetação, etc.) e antrópicos (enquanto somatório das estruturas da história da ocupação do espaço, mais os impactos relevantes que estão sendo gerados). Conclui o ciclo uma síntese paisagística elegendo parâmetros para a predição de consequências e escolhas, definidas por unidades de paisagem, que, valoradas, formam a base de uma programação global.

Bartalini, Vladimir

Praças do metrô: Enredo, produção, cenário, atores.

1988.

269 p.

Dissertação (Mestrado).

O trabalho visa pôr em discussão a finalidade e o desempenho dos espaços livres públicos nas estações do metrô de São Paulo.

Parte de considerações gerais sobre os espaços livres públicos centrais e subcentrais para, em seguida, deter-se na análise dos 15 casos que, até o momento, compõem o conjunto das “praças” criadas ou transformadas pela implantação das estações.

O estudo procura cobrir os diversos fatores que intervêm no projeto e no uso dos espaços livres, agrupando-os em categorias designadas como enredo, produção, cenário e atores.

A partir da avaliação dos casos visa contribuir para o aperfeiçoamento das atividades profissionais e de ensino voltadas aos espaços livres públicos.

Franco, Maria de Assunção Ribeiro

Espaço livre e arquitetura: O projeto dos espaços livres junto dos edifícios bancários.

1989.

204 p.

Dissertação (Mestrado).

Este trabalho apresenta como preocupação essencial a relação entre os cheios e vazios da arquitetura, apresentando-a como dialética constante entre o positivo e o negativo que, ao materializar-se no espaço, evidencia em sua semiótica toda a gama de valores e atitudes de uma cultura perante si mesma e perante o mundo.

A relação entre o fora e o dentro, sempre presente em qualquer assentamento antrópico, torna-se mais significativa quando o vazio, o fora, adquire características de jardim, palavra que traz consigo o valor arquetípico de lugar sacro ou paraíso e, portanto, carrega na gênese de seu deslocamento, do bosque fora da cidade para o parque ou pequeno espaço ajardinado intra-urbano, a força de seu primitivo simbolismo.

No século XX, em São Paulo, o jardim sai do entorno residencial e dos espaços públicos para o círculo dos estabelecimentos comerciais, especialmente dos shopping centers e dos bancos.

Mariano, Cassia Regina

Parques metropolitanos de São Paulo: Subsídios para o desenho.

1992.

218 p.

Dissertação (Mestrado).

Estuda-se o desenho em parques metropolitanos de São Paulo: são espaços públicos do contexto urbano. Abordam-se legados de Inglaterra, França e Estados Unidos desde a instituição do parque público em meados do século XVIII. Analisam-se dois estudos de caso: Parque Ibirapuera e Parque Ecológico do Tietê. O primeiro implantado em 1954, reflete novos valores culturais que vêm no bojo da ampla transformação ocorrida em São Paulo desde a década de 1920. O Parque Ecológico do Tietê, projetado após a institucionalização da região metropolitana, insere o desenho do parque na questão do tratamento do rio Tietê para efeito de preocupação

de enchentes, reportando-se a todos os planos elaborados desde meados do século XIX. O desenho dos parques é situado em um quadro sobre os antecedentes históricos quanto à paisagem e flora brasileiras.

Santos, Emmanuel Antonio dos

Indústria e paisagem, a evolução urbano-industrial e a transformação da paisagem: O caso de São José dos Campos.

1993.

178 p.

Dissertação (Mestrado).

Pretende mostrar a morfologia da paisagem, como resultante das relações entre antropização e suporte físico, em situação com preponderância da produção urbano-industrial. São tomados como pressupostos o entendimento da paisagem em seu aspecto mais geral de resultante da antropização sobre o suporte físico e as configurações – desenhos – resultantes. São selecionados, portanto, como condicionantes da configuração da paisagem: as especificidades de morfologia do sítio; o porte, localização e distribuição da urbanização e o porte, localização e distribuição espacial no tecido urbano das instalações industriais. É selecionado como estudo de caso um dos municípios do interior do estado de São Paulo, que reúne elementos-chave para o estudo e a compreensão do que chamamos de paisagem urbano-industrial.

Queiroga, Eugenio Fernandes

A produção da paisagem habitacional metropolitana: Três estudos de caso no município de Osasco – SP.

1994.

274 p.

Dissertação (Mestrado).

Em São Paulo, a paisagem habitacional ocupa a maior extensão territorial e melhor exprime o modo de vida urbano. O ambiente resultante é questionável. O entendimento de suas causas pode auxiliar para a criação de situações mais adequadas. Esta dissertação investiga os determinantes do processo de produção de paisagens habitacionais na metrópole de São Paulo. Escolheram-se três bairros, no município de Osasco, representativos da atualidade metropolitana – condomínios horizontais fechados, loteamentos de periferia e áreas em processo de verticalização. Verificou-se o papel das diferentes instâncias (cultura, economia, estado e suporte físico) em diversos modos de produção habitacional – casa por encomenda, casa autoconstruída e habitação para o mercado. Avaliaram-se criticamente tais processos e seus resultados no âmbito da paisagem, ambiente e uso social do espaço. Os diversos modos de produção habitacional são determinantes nas diferenças das paisagens em que cada um deles predomina. A baixa qualidade da paisagem e ambiente é o traço comum aos casos estudados; decorre, principalmente, de um fator de ordem cultural-ideológica que valoriza a vida privada e desqualifica a *res-publica*, aí inclusa a paisagem e o ambiente.

Sandeville Júnior, Euler

Herança da paisagem.

1994.

239 p.

Dissertação (Mestrado).

É uma reflexão sobre o projeto da paisagem, as maneiras como vem sendo entendido e a busca de caminhos para a atuação, que incluam uma indagação constante perante a cidade e a cultura. São três módulos de análise: a) paisagismo: procura-se reconstituir os nexos conceituais, estéticos, interpretativos do projeto da paisagem com a cidade, o urbanismo, a arquitetura, a arte. Mostra-se a complexidade e a interação conceitual, social e estética do projeto da paisagem, investigando como essa herança do desenho se enraíza profundamente em nossa cultura; b) arquitetura: investiga-se a inserção da arquitetura na cidade como fato distintivo, como projeto de modernização do espaço público. Dois pontos são fundamentais: o papel do poder público e do arquiteto na configuração da cidade e o conceito de seu projeto arquitetônico-urbanístico; c) gestão: prejuízos e desperdícios materiais e culturais decorrem da falta de intencionalidade com que o poder público administra o espaço urbano. Mostra-se a necessidade de uma gestão da paisagem, baseada em critérios valorativos e integrativos das ações dos diversos agentes e na indagação constante perante a cidade e a cultura.

Lima, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos

A natureza na cidade, a natureza da cidade.

1997.

204 p.

Tese (Doutorado).

O momento contemporâneo requer uma reavaliação das percepções, valores e papéis da sociedade em sua relação com a natureza, para fazer face à crise ambiental na qual nos encontramos imersos. O grau de complexidade dessa crise invalida quaisquer abordagens reducionistas ou fragmentadas, demandando, ao contrário, a inserção dos múltiplos aspectos que compõem a vida moderna, em uma perspectiva abrangente. Nesse processo de transformação cultural, o Paisagismo pode contribuir como uma disciplina inclusiva, capaz de dar visibilidade aos novos esforços de síntese. Pretende-se, à luz da história, uma reflexão sobre os processos que deram origem aos trabalhos de Paisagismo, almejando a proposição de novos paradigmas que possam vir a nortear o projeto da natureza no ambiente urbano.

Chermann, Davi

Jogos de linguagem: Recortes analógicos e digitais.

1998.

1 v., p. 186. + CD-ROM.

Dissertação (Mestrado).

Estudam-se as tecnologias da informação aplicadas à arquitetura no aspecto referente aos procedimentos e técnicas da representação da linguagem digital e do meio digital utilizadas para o projeto em arquitetura e urbanismo. A fundamentação teórica recorta as últimas décadas desse

século em seus avanços na ciência e tecnologia com os rebatimentos no pensamento arquitetônico. Identificam-se as transições na representação do projeto desde a prancheta eletrônica, a maquete eletrônica, o CAD paramétrico até o ambiente digital, destacando-se as mais recentes reflexões sobre a nova arquitetura. A leitura do trabalho envolve um pensamento básico de interferência dos procedimentos de representação sobre o processo criativo do projeto. É apresentado utilizando as técnicas atuais da informática em uma linguagem digital capaz de permitir a comunicação, transmissão e por conseguinte o compartilhamento do saber.

Sandeville Júnior, Euler

As sombras da floresta: Vegetação, paisagem e cultura no Brasil.

1999.

371 p.

Tese (Doutorado).

Este trabalho investiga a vegetação em sua apropriação pelos desígnios e saberes humanos enquanto elaboração da cultura, discutindo o jogo entre a construção da idéia de natureza selvagem e da identidade no caso brasileiro. A organização da pesquisa se dá da seguinte forma: uma polarização entre apreciação estética (fundamento da criatividade artística) e investigação científica da natureza; uma leitura de aspectos históricos da cultura da apreciação e da relação com a vegetação tropical.

Lima, Zeuler Rocha Mello de Almeida

A cidade como espetáculo: O arquiteto no paradoxo da estetização da cultura contemporânea.

2000.

286 p.

Tese (Doutorado).

Este trabalho investiga as transformações nas formas de representação da cidade contemporânea, de sua paisagem arquitetônica e de seus espaços públicos, e como elas se relacionam com as condições de trabalho e com o imaginário do arquiteto. As teorias e as práticas críticas ao modernismo racionalista na arquitetura e no urbanismo acabaram desembocando contemporaneamente em um paradoxo. Sob pressão da estetização cultural e da reestruturação econômica nas práticas do capitalismo globalizante desde os anos 1970, as abordagens pós-modernas passaram, frequentemente, da resistência à celebração da lógica neoliberal de produção do espaço. Apresentamos o modelo da cidade, como espetáculo, como a epítome desse paradoxo. O espetáculo tem crescentemente sustentado as práticas recentes de revitalização de áreas urbanas históricas e de criação de pólos de desenvolvimento urbano, entre as quais apontamos os exemplos de Detroit e de São Paulo. Propomos analisar esse fenômeno em face das transformações econômicas, culturais e sociais contemporâneas e ante a crise mais ampla da modernidade, assim como apresentar possibilidades teóricas de continuidade ao esforço crítico no pensamento e na prática da arquitetura.

Chiesa, Paulo

O desenho como desígnio: Por uma ética do risco.

2001.

500 p.

Tese (Doutorado).

A partir de uma experiência didática coordenada pelo autor em sua escola – o Ateliê UIA 1996, o ensino do projeto em arquitetura começou a ser discutido. Isso aconteceu na Universidade Federal do Paraná, no curso de Arquitetura e Urbanismo, entre 1995 e 1996. Partiu-se da idéia que arquitetura é a arte e a técnica de projetar e construir espaços úteis à sociedade, e ainda, é capaz de articular e integrar os conhecimentos sobre edifícios, cidades e paisagens em um todo complexo e interdependente, subentendido no conceito de ambiente. A proposta também estabelece que se aprende arquitetura desenhando-a, e, portanto, o processo de desenho sintetiza o método específico da disciplina. Por outro lado, defende-se a particular visão que a escola estrutura e planeja o processo de ensino e aprendizagem a partir da realidade física e social do ambiente no qual ele se insere. Nesse caso, a problemática da região metropolitana de Curitiba é tomada como referência para o exercício de projeto, tanto alimentando as estratégias de ensino e aprendizagem como desenhando o perfil do profissional formado nessa escola. O foco central da análise dirige-se ao processo de transmissão cultural feito pela escola e pelo professor – destacando o papel original e criativo de ambos na construção das disciplinas acadêmicas. As noções de cultura – cultura da escola e de saber docente e discente – são utilizadas para refletir sobre a tradição brasileira no ensino de projeto e para sistematizar o Ateliê UIA 96. A investigação se concentra nas últimas cinco décadas do século XX, período marcado por intensas transformações no modo de vida dos brasileiros e do ambiente em geral. Uma fase expressiva da moderna arquitetura brasileira, na qual foram desenvolvidos os modelos de escola e ensino de arquitetura de nosso país, incluindo o do CAUUFPR. O estudo desse panorama histórico objetivou investigar a existência ou não de uma doutrina de projeto, gerada no entrelaçamento da trajetória do CAUUFPR e da arquitetura na cidade de Curitiba. Essa tese sustenta que o ensino superior de arquitetura deve ser considerado como um trabalho social específico e exigente, tanto do ponto de vista ético quanto profissional. As suas conclusões incluem a discussão da proposta de ensino de projeto integrado em arquitetura, assim como a do programa de ensino desenvolvido na disciplina de Estudos da Forma, ministrada no primeiro ano da CAUUFPR. O resultado final é, portanto, a arguição e defesa de uma disciplina acadêmica orientada pelos pressupostos defendidos nessa tese e pelas atuais diretrizes curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR.

Santos, Emmanuel Antonio dos

As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem.

2002.

206 p.

Tese (Doutorado).

O presente trabalho pretende contribuir para a discussão das questões relativas ao planejamento urbano e em especial à elaboração de planos diretores. Entende-se que a efetiva e concreta incorporação dos elementos do meio natural ou com relativo grau de naturalza, no processo de pensar o planejamento urbano e de promover a urbanização, pode efetivamente contribuir

para a obtenção de um meio urbano mais equilibrado, mais justo, mais diversificado no uso dos recursos da natureza dos/nos espaços, com paisagens mais integradas e integradoras e de maior qualidade de desenho dos espaços, especialmente aqueles de uso público. As populações de menor poder aquisitivo são aquelas que mais ficam prejudicadas em face dos problemas decorrentes da falta de integração entre os processos naturais e os processos urbanos; é sobre elas que também recai o ônus maior da carência e desqualificação dos espaços livres públicos.

Pretende-se, à luz de uma experiência concreta na elaboração de plano diretor, expor uma reflexão sobre os processos de elaboração de planos e proposições de planejamento. Entende-se que os processos de mudança no planejamento e intervenção se dão a partir da realidade presente na sociedade; esta, atualmente, já inclui a questão ambiental; sua problemática é parte das alternativas do projeto de mudança. O enfoque e, conseqüentemente, a abordagem, visa contribuir na busca das alternativas, ao incorporar, de fato, a paisagem na prática do planejamento.

Sun, Alex

Convívio e exclusão no espaço público: Questões de projeto da praça.

2004.

271 p.

Tese (Doutorado).

O foco desse trabalho é projeto de praças como lugares de convívio social cotidiano e elementos essenciais de articulação do tecido urbano. Desenvolvido predominantemente nos Estados Unidos, o paisagismo moderno enfatizou, ao longo do século XX, o uso do espaço livre público para recreação, esportes, melhoria do ambiente urbano e preservação de recursos naturais, sempre como antídotos da vida urbana densa e diversificada e em favor dos domínios privado, vicinal ou semipúblico sobre o público. Radicalmente oposta, a praça, urbana por definição, é um espaço público da prática da vida pública. Praça, uma instituição latina por excelência, faz parte da formação de nossas cidades e de nossa cultura popular. Seis praças da área central de São Paulo, representativas de projetos realizados nas últimas seis décadas, foram analisadas e comparadas sob os aspectos de uso e de inserção no tecido urbano. As praças mostraram variações de tamanho, delimitação, *layout*, mobiliário urbano, tratamento de borda e acessos. Os resultados permitiram concluir: a) desvinculação entre as praças e os entornos; b) ausência de manutenção e adaptação sistemáticas; c) domínio do "urbanismo" viário e da engenharia de tráfego; d) ênfase no design ou jardinagem em detrimento do convívio.

Coelho, Ana Maria Antunes

O outro lado da rua.

2004.

206 p.

Tese (Doutorado).

As calçadas representam grande potencial do espaço público, mas em função de sua fragmentação, deixam de ser compreendidas como espaço essencial da vida urbana. Isso cria um distanciamento entre a forma pela qual são abordadas nos meios técnicos e pelo poder público e aquela em que acontecem na realidade e no cotidiano da cidade. Para reduzir esse distanciamento, é necessária sua valorização em cada contexto, nas várias escalas e formas de intervenção que influenciam em sua configuração e apropriação. Por meio de abordagens

diferenciadas, em recortes e escalas, procuramos evidenciar um panorama, no qual as calçadas são analisadas como protagonistas do espaço urbano, ressaltando tanto a diversidade de usos e apropriações como também procurando compreender os vários elementos que interferem em seu caráter, identificando possibilidades de valorizá-las. Consideramos que essa valorização sob a perspectiva do projeto arquitetônico e urbanístico está vinculada à valorização do próprio homem como elemento fundamental no contexto urbano e à interdependência das escalas de abordagem, com o estreitamento do diálogo entre poder público, meio técnico e usuários. Na tentativa de abranger esses agentes, utilizamos a experiência do plano diretor para a cidade de São Paulo de 2002/2003, no qual pudemos presenciar o imbricamento dessas três instâncias, destacando, neste trabalho, aqueles aspectos os quais consideramos relevantes e que possam contribuir para novas posturas de projeto, valorizando a concepção e apropriação do espaço público.

Silva Filho, Carlos Alberto da

Proteção e fomento da vegetação no município de São Paulo: Possibilidade, alcance e conflitos. 2005.

227 p.

Tese (Doutorado).

O município de São Paulo localiza-se em terrenos de uma bacia sedimentar de relevo colinoso, cercada por morros e serras do embasamento cristalino e drenada por 3.200 km de cursos d'água. Sobre esses terrenos pouco férteis, à exceção das várzeas, desenvolvia-se uma vegetação diversa, formada por matas de terra firme e de galeria; brejos e campos naturais. Essa cobertura vegetal vem seguindo um processo contínuo de redução, de fragmentação e de alteração de sua composição florística. Figura cada vez mais como elemento periférico ou como enclave do tecido urbano, diminuindo sua capacidade de auto-sustentação e de sustentação de fauna expressiva, e diminuindo o contato diário das pessoas com elementos e processos naturais. Tal processo se realiza a despeito de um conjunto de normas legais federais, estaduais e municipais e de acordos internacionais que buscam preservar porções significativas dessa vegetação e criaram possibilidades para a inserção e a manutenção da vegetação no tecido urbano e, por consequência, para que mais natureza permeie esse tecido. Comparando-se estudos realizados de 1911 a 2002, observa-se uma simplificação da composição da vegetação e uma grande redução em sua extensão, embora fragmentos significativos possam ser encontrados. A eficácia da legislação não foi ampla, mas pontual. Fatores de diferentes ordens, como estrutura e organização da administração pública inadequadas para a efetivação dos instrumentos de proteção e fomento adotados pela legislação; falta de capacitação para atividades específicas e falta de responsabilização por danos ao meio ambiente dos servidores públicos; conflitos oriundos de diferentes interpretações da legislação e falta de interesse da administração pública para sanar tais conflitos contribuem para a ineficácia da legislação. As evidências apontam, no entanto, que tais fatores são causas secundárias; a causa primeira para a não-materialização plena das possibilidades de inserção e manutenção da vegetação no tecido urbano é o conflito com os interesses do setor, imobiliário ou das frações desse setor, comprometidas unicamente com maior lucratividade de seus empreendimentos. Os insucessos da proteção e do fomento da vegetação resultam de um embate desigual e malsucedido com os interesses do setor imobiliário no processo de construção do espaço urbano. A desestruturação dos órgãos da administração pública e os conflitos entre esses órgãos não são casuais nem estão desconectados; são consequências da prevalência dos interesses do setor imobiliário, ou de frações deste, sobre os interesses públicos, que impedem a plena materialização das potencialidades da legislação de proteção e fomento da vegetação.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO – REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

1. O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* decidirá quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas terão a possibilidade de publicação, considerando-se para tanto a consistência teórica e a pertinência do tema diante da linha editorial.

2. Apresentação dos trabalhos

Em disquetes, utilizando o processador de texto WORD 6.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Com o disquete, deverão ser entregues três cópias impressas do arquivo.

O resumo e o abstract não deverão ultrapassar 2.800 caracteres.

3. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 5 palavras-chave (unitermos).

As contribuições deverão ser acompanhadas da versão em língua inglesa do título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

4. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação, procedência e endereço postal e/ou eletrônico.

5. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520, da ABNT.

As notas e referências deverão seguir os seguintes padrões:

5.1 Artigos e capítulos de livros

Colocar a referência bibliográfica nesta ordem: autor, título do artigo/capítulo, nome do autor do livro, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de publicação (cidade), editora, data de publicação, volume, capítulo, páginas (inicial e final), série ou coleção.

Exemplos

- autor do capítulo e do livro

MACEDO, Silvio Soares. Ecletismo. In: *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1999. cap. 2, p.21-54. (Coleção Quapá).

- autor somente do artigo ou capítulo

MACEDO, Silvio Soares. Roberto Burle Marx and the founding of Modern Brazilian Landscape Architecture. In: VACCARINO, R. (editor). *Roberto Burle Marx. Landscapes reflected*. Nova York: Princenton Architectural Press, 2000. p.13-24.

5.2 Artigos publicados em periódicos

Indicar o autor do artigo, título do artigo, subtítulo do artigo, título da revista (em itálico), local de publicação (cidade), título do fascículo, se houver (suplemento ou número especial), volume, número, páginas (inicial e final), mês e ano.

Exemplo:

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 13, p.159-179, 2000.

5.3 Citações no corpo do texto – Referências Bibliográficas

As citações, quando forem literais, devem ser precisas, grafadas em itálico e entre “aspas”. No corpo do texto deve constar o sobrenome do autor, seguido da data e páginas da publicação.

Ex.: (Leite, 1994, p. 86)

Nas referências bibliográficas, o sobrenome do autor citado deve ser posto em ordem alfabética (em maiúsculas), prenome, título do livro (em itálico), subtítulo, (sem itálico), edição, local de publicação (cidade), editora, ano de publicação, volume, série ou coleção (entre parênteses).

Exemplo:

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

5.4 Dissertações e Teses

As referências de tese de doutorado ou dissertação de mestrado devem conter: nome do autor, título (em itálico), subtítulo (sem itálico), data, número de páginas ou volumes, categorias (grau), identificação da instituição, local, data de publicação.

Exemplo:

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. 2001. 351p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

6. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores, dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas e croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto.

7. Não serão aceitas reproduções de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos, sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os textos assinados serão de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de seu conteúdo sem prévia autorização.

10. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicada a contribuição.

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem e Fotolito

Sidney Lanzarotto

Emendas

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapa

Adalto Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapa

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

José Tadeu Ferreira

Dobra

Ercio Antonio Soares

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolitos, impressão offset e acabamento

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark 40

Tipologia

Futura Lt BT, no corpo 11 para o texto, Futura Lt BT, no corpo 16 para os títulos,

Futura Md BT, corpo 12 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal),

Futura Lt BT, no corpo 10 para as bibliografias.

Montagem

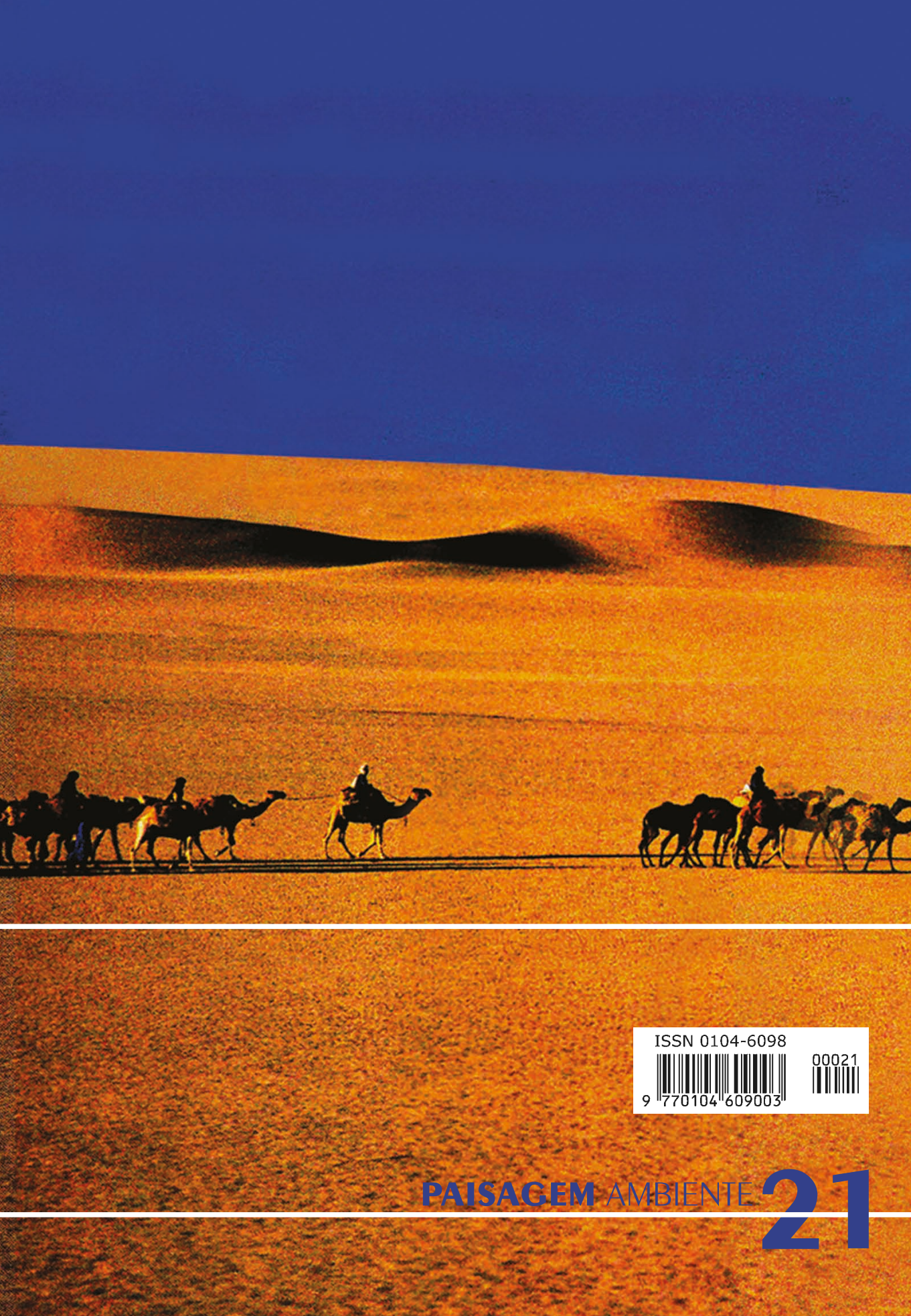
34 cadernos de 8 páginas frente e verso

Tiragem

1.500 exemplares

Data

2006



ISSN 0104-6098



9 770104 609003

00021



PAISAGEM AMBIENTE **21**